



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

JONAS ARAÚJO PEREIRA JÚNIOR

**Conhecendo a primeira experiência de militarização na gestão de uma
escola pública em Manaus: “a disciplina para obedecer aos nossos
superiores”**

PORTO VELHO
2024

JONAS ARAÚJO PEREIRA JÚNIOR

Conhecendo a primeira experiência de militarização na gestão de uma escola pública em Manaus: “a disciplina para obedecer aos nossos superiores”

Dissertação de Mestrado Acadêmico em Educação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Federal de Rondônia, como requisito final para obtenção do título de mestre, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Orientadora: Prof^a Dr^a Angela Maria Gonçalves Oliveira

Linha de Pesquisa: Política e Gestão Educacional.

PORTO VELHO
2024

Catálogo da Publicação na Fonte
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

P436c Pereira Júnior, Jonas Araújo.
Conhecendo a primeira experiência de militarização na gestão de uma escola pública em
Manaus: "a disciplina para obedecer aos nossos superiores". - Porto Velho, 2024.

177f.: il.

Orientação: Prof. Dra Angela Maria Gonçalves Oliveira.

Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Fundação
Universidade Federal de Rondônia.

1. Militarização de escolas. 2. Gestão democrática. 3. CPMU Manaus. I. Oliveira,
Angela Maria Gonçalves. II. Título.

Biblioteca de Porto Velho

CDU 373



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA DE DISSERTAÇÃO

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às 18h (Horário de Rondônia), teve início sessão de Exame de DEFESA DE DISSERTAÇÃO, no Auditório da biblioteca Central da UNIR, em Porto Velho-RO, onde se reuniram os(as) membros(as) da Banca Examinadora composta pelas seguintes docentes: Prof.ª Dr.ª Angela Maria Gonçalves de Oliveira (Orientadora e Presidenta da Banca-PPGE/UNIR), Prof.ª Dr.ª Miriam Fábila Alves (Examinadora Externa Titular- PPGE/UFG), Prof.ª Dr.ª Marilsa Miranda de Souza (Examinadora Interna Titular- PPGE/UNIR), Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida Antero Correia (Examinadora Interna Suplente- PPGE/UNIR), Profa. Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão (Examinadora Externa Suplente - PPGE/UFAM) e Profa. Dra. Maria Nilvane Fernandes (Examinadora Externa Suplente-PPGE/UFAM), a fim de arguirem JONAS ARAÚJO PEREIRA JÚNIOR, acerca do texto para defesa de Dissertação, cujo título é: CONHECENDO A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DE MILITARIZAÇÃO NA GESTÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM MANAUS: "A DISCIPLINA PARA OBEDECER AOS NOSSOS SUPERIORES". Aberta a sessão pela presidenta, coube ao mestrando, na forma regimental, expor o texto de sua Dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo em seguida questionada pelos(as) membros(as) da banca examinadora e, tendo dado as explicações necessárias JONAS ARAÚJO PEREIRA JÚNIOR foi APROVADO no Exame de Defesa de Dissertação, faz jus ao título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO** e deve apresentar na forma e no prazo regimental toda a documentação necessária para a emissão do Diploma pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Recomendações da Banca Examinadora:

Correções Gramaticais.

Porto Velho/RO, 24 de abril de 2024.

Membros da Banca Examinadora:

Profa. Dra. Angela Maria Gonçalves de Oliveira(Orientadora e Presidenta da Banca- PPGE/UNIR)
Prof.ª Dr.ª Miriam Fábila Alves (Examinadora Externa Titular- PPGE/UFG)
Prof.ª Dr.ª Marilsa Miranda de Souza (Examinadora Interna Titular- PPGE/UNIR)
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida Antero Correia (Examinadora Interna Suplente- PPGE/UNIR)
Prof.ª Dr.ª Arminda Rachel Botelho Mourão (Examinadora Externa Suplente- PPGE/UFAM)
Prof.ª Dr.ª Maria Nilvane Fernandes (Examinadora Externa Suplente- PPGE/UFAM)



Documento assinado eletronicamente por **Angela Maria Gonçalves de Oliveira, Usuário Externo**, em 09/05/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Fábila Alves, Usuário Externo**, em 14/05/2024, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARILSA MIRANDA DE SOUZA, Docente**, em 15/05/2024, às 01:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ARMINDA RACHEL BOTELHO MOURÃO, Usuário Externo**, em 16/05/2024, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1742580** e o código CRC **OCA31C33**.

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores da
educação e estudantes que lutam por elevar a qualidade
da educação com base nos princípios da gestão
democrática.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os(as) estudantes, trabalhadores(as) da educação que me antecederam e que, por meio de sua luta, conquistaram o direito à universidade pública, proporcionando à minha geração a oportunidade de cursar a pós-graduação.

Agradeço a todos(as) os trabalhadores(as) da rede municipal de ensino de Manaus que lutaram para garantir um plano de cargos, carreiras e salários, o qual possibilitou a criação da Divisão de Desenvolvimento Profissional do Magistério (PROGRAMA QUALIFICA), possibilitando, enquanto servidor público, minha dedicação exclusiva à pesquisa.

Agradeço a Deus pela inspiração, resiliência e compromisso. Agradeço à minha companheira Andréia Henrique da Silva, ao meu filho Raoni Henrique Araújo, aos meus irmãos Reir Pereira e Domitila Pereira, bem como ao meu cunhado Reideson da Rocha, que incentivaram, estimularam e assim possibilitaram que minha saída da sala de aula para os estudos se tornasse uma realidade.

Agradeço à minha mãe, Florismar Ferreira da Silva, que sempre sonhou e acreditou na minha chegada à pós-graduação. Agradeço também às minhas tias, tios, primas, primos, sobrinhas, sobrinhos, cunhadas, cunhados, sogra e sogro, que acompanharam essa jornada com muita esperança.

Agradeço à minha orientadora, Prof^a Dr^a Angela Maria Gonçalves Oliveira, por ter me aceitado como orientando junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia e por ter me possibilitado uma nova visão sobre a educação no contexto amazônico.

Agradeço aos companheiros Isaac Lima, Thais Passos, Iremar Ferreira e Marcia Mura que, com todas as suas responsabilidades e lutas, aceitaram compartilhar suas residências com este pesquisador e, dessa maneira, possibilitaram a realização da presente pesquisa.

Agradeço ao grupo de pesquisa Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Sustentabilidade – CIEPES, que apresentou com profundidade a teoria do Materialismo Histórico-Dialético e o método de formação acadêmica histórico-crítica. Além disso, possibilitou as partidas de futebol mais revolucionárias do PPGE/UNIR.

Agradeço a rede de apoio criada para ter acesso as fontes necessárias para desenvolver esta pesquisa, nas pessoas da Vera Barreto, Nilton Carlos, Lucinete Gadelha, Mauro Gomes, Antonia Godoy, Rossicleide de Castro, Jaqueline Carvalho, Arminda Mourão e Aline Santos. Professores(as) extremamente comprometidos(as) com a educação pública do Amazonas.

Agradeço à Rede Nacional de Pesquisa sobre a Militarização da Educação, que reúne pesquisadores e docentes de todo o Brasil, promovendo um rico debate sobre o objeto de estudo analisado nesta e em outras pesquisas por todo o Brasil.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo compreender o processo de militarização de escolas civis da rede estadual na capital amazonense a partir da primeira experiência de gestão compartilhada. O interesse é verificar em que medida esse modelo de gestão se relaciona com a efetividade do princípio constitucional que trata da gestão democrática. Para tanto, foram organizados os seguintes objetivos específicos: a) verificar nas teses e dissertações a relação entre a militarização escolar e os princípios da gestão democrática; b) caracterizar o processo de militarização das escolas públicas estaduais na capital amazonense; c) averiguar criticamente a materialização da gestão em uma escola militarizada. Para chegar a esse fim, foi aplicada a técnica de análise histórico-crítica (Maciel; Braga, 2008), o método do Materialismo Histórico-Dialético (Netto, 2011; Marx, 1986). Para aprofundar uma análise da estrutura do Estado brasileiro, analisa-se a contribuição de Marx e Engels (1998), Cury (1989), Maciel (2018), Bobbio (2004), Lenin (2006), Lessa e Tonet (2008). Para a discussão sobre as políticas públicas do Estado voltadas para a educação, recorre-se a Harvey (2008), Cunha (1991), Freitag (2005), Carnoy (1990), enquanto para compreender a concepção de gestão democrática na educação brasileira, buscamos Paro (2012, 2016a, 2016b), Lombard e Sanfelice (2007), Saviani (1999, 2019). A partir da análise do referencial teórico, foram identificadas as categorias centrais a serem desenvolvidas na pesquisa: a) Contribuições marxianas para a educação; b) Estado, Políticas Públicas e Educação; c) Gestão democrática, gestão gerencial e gestão compartilhada. Os resultados da pesquisa indicam que o CPM I segue a proposta curricular da rede estadual, mas não as metas e diretrizes do Plano Estadual de Educação relacionadas à gestão democrática; sua gestão é militar e baseada na pedagogia tradicional. A gestão do corpo docente e discente é feita em cadeias de comando, tendo como características o controle sobre vestimentas, corpos e opiniões. Ao corpo docente também é aplicado um sistema meritocrático de recompensas financeiras através da APMC/CPM. As avaliações de aprendizagem são elaboradas pelos professores dentro de um padrão pré-estabelecido pela instituição e, antes de serem aplicadas, são verificadas e autorizadas pelo supervisor escolar. Ao ampliar o raio da pesquisa, foi possível identificar que a gestão dos Colégios da Polícia Militar não compõe uma rede educacional articulada, passa por formas de regulação distintas e a maioria é frágil. A primeira unidade tem decreto regulando a parceria entre a Seduc e PMAM, contudo, as unidades II, III, IV, V, VI, VII e VIII não possuem. Apenas as unidades I e II possuem Projeto Político Pedagógico e regimento escolar específicos; as demais seguem o regimento geral das escolas da Seduc. Por meio das análises realizadas, essa pesquisa pretendeu oferecer um exame histórico-crítico da gestão da primeira unidade do Colégio Militar da Polícia do Amazonas.

Palavras-chave: Militarização de escolas. Gestão democrática. CPM Manaus.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the process of militarization of civilian schools in the state network in the capital of Amazonas, starting from the first experience of shared management, in order to assess to what extent this management model relates to the effectiveness of the constitutional principle regarding democratic management. To achieve this, the following specific objectives were organized: a) to examine in theses and dissertations the relationship between school militarization and democratic management principles; b) to characterize the process of militarization of state public schools in the capital of Amazonas; c) to critically evaluate the materialization of management in a militarized school. To achieve this goal, the historical-critical analysis technique (Maciel; Braga, 2008) and the Historical-Dialectical Materialism method (Netto, 2011; Marx, 1986) were applied. To deepen an analysis of the Brazilian state structure, contributions from Marx and Engels (1998), Cury (1989), Maciel (2018), Bobbio (2004), Lenin (2006), Lessa and Tonet (2008) were analyzed. For the discussion on state public policies for education, references were made to Harvey (2008), Cunha (1991), Freitag (2005), Carnoy (1990), while to understand the concept of democratic management in Brazilian education, references were made to Paro (2012, 2016a, 2016b), Lombard and Sanfelice (2007), Saviani (1999, 2019). From the analysis of the theoretical framework, central categories to be developed in the research were identified: a) Marxian contributions to education; b) State, Public Policies, and Education; c) Democratic management, managerial management, and shared management. The research results indicate that CMPM I follows the curricular proposal of the state network, but not the goals and guidelines of the State Education Plan related to democratic management; its management is military and based on traditional pedagogy. The management of the teaching and student body is done in chains of command, with characteristics such as control over clothing, bodies, and opinions. A meritocratic system of financial rewards through APMC/CMPM is also applied to the teaching staff. Learning assessments are developed by teachers within a pre-established standard by the institution and are verified and authorized by the school supervisor before being applied. By expanding the research scope, it was possible to identify that the management of Military Police Schools does not form an articulated educational network, undergoes different forms of regulation, and the majority is fragile. The first unit has a decree regulating the partnership between Seduc and PMAM; however, units II, III, IV, V, VI, VII, and VIII do not. Only units I and II have specific Pedagogical Political Projects and school regulations; the others follow the general regulations of Seduc schools. Through the analyses conducted, this research aimed to offer a historical-critical examination of the management of the first unit of the Military Police College in Amazonas.

Keywords: School militarization. Democratic management. CMPM Manaus.

LISTA DE SIGLAS

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)
Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Sustentabilidade (CIEPES)
Colégio Militar da Polícia Militar do Amazonas (CMPM-I)
Colégios da Polícia Militar de Goiás (CMPGs)
Colégios da Polícia Militar do Amazonas (CMPMs)
Colégios Militares do Exército (CMEs)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Coordenação de Ensino Médio (CEM)
Coordenadoria Distrital de Educação 05 (CDE/05)
Coordenadoria Distrital de Educação 06 (CDE/06)
Departamento de Gestão Escolar (DEGESC)
Departamento de Políticas e Projetos Educacionais (DEPPE)
Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA)
Escola Estadual Áurea Pinheiro Braga (CMPM-IV)
Escola Estadual Coronel Pedro Câmara (CMPM-VIII)
Escola Estadual de Tempo Integral Marcantonio Vilaça II (CMPM-II)
Escola Estadual Prof.^a Eliana de Freitas Moraes (CMPM-VII)
Escola Estadual Professor Waldocke Fricke de Lyra (CMPM-III)
Escola Estadual Senador Evandro das Neves Carreira (CMPM-VI)
Escola Estadual Tenente Coronel Cândido José Mariano (CMPM V)
Escola Superior de Guerra (ESG),
Escolas Estaduais Cívico-Militares (EECM)
Fórum Estadual de Educação do Amazonas (FEE/AM)
Gerência de Educação Básica (GER)
Gerência de Projetos (GP)
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Lei de Diretrizes e Bases (LDB)
Núcleo de Desenvolvimento Educacional da Polícia Militar do Amazonas (NDE/PMAM)

Núcleo de Implementação de Colégios Militares da Polícia Militar (NICMPM)
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)
Plano Estadual de Educação do Amazonas (PEE/AM)
Plano Municipal de Educação de Manaus (PMEM)
Plano Nacional de Educação (PNE)
Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR)
Polícia Militar do Amazonas (PMM)
Processo Seletivo Contínuo da Universidade Federal do Amazonas (PSC/UFAM)
Programa Ciência na Escola da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (PCE/FAPEAM)
Programa Escolas Cívico-Militares (PECIM)
Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão (PESAC)
Projeto Político-Pedagógico (PPP)
Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs)
Seção de Justiça e Disciplina (SJD)
Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ)
Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas (SEDUC/AM)
Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica (SEAP)
Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED)
Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)
Sistema de Informação da Gestão Eletrônica de Documentos (SIGED)
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1 METODOLOGIA DA PESQUISA	21
1.1 O caminho metodológico da pesquisa	21
1.2 Métodos e procedimentos utilizados na constituição dos dados da pesquisa	24
1.3 Revisão bibliográfica.....	25
1.3.1 Consulta a teses e dissertações publicadas entre os anos 2018 a 2022.	27
1.3.2 Uma breve análise das metodologias das pesquisas sobre a militarização de escolas públicas no brasil	30
1.3.3 Consulta a artigos científicos sobre a militarização de escolas, Qualis A, publicados entre os anos 2018 e 2022.	42
1.4 O contato da pesquisa com as escolas estaduais militarizadas situadas em Manaus	43
2 ASPECTOS DE GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E DEMOCRACIA NA EDUCAÇÃO.....	45
2.1 A regulamentação da gestão democrática na educação	45
2.2 (Neo) liberalismo, estado e democracia.....	47
2.3 Escola, gestão democrática e (neo)liberalismo.....	51
2.4 Um olhar mais específico sobre a relação entre escola e democracia no Brasil.....	55
2.5 A militarização da gestão de escolas públicas no Brasil a partir de 1990 ..	61
3 A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM MANAUS.	66
3.1 O primeiro projeto de militarização: os Colégios da Polícia Militar do Amazonas - CMPMs.....	71
3.2 O segundo projeto de militarização: O Programa das Escolas Cívico Militares - PECIM.....	76
3.3 O terceiro projeto de militarização: O Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão (PESAC).	78
3.4 Mapeamento da presença militar em escolas públicas em Manaus.	81
4 O COLÉGIO MILITAR DA POLÍCIA MILITAR (CMPM I): A PRIMEIRA ESCOLA PÚBLICA MILITARIZADA EM MANAUS.....	89

4.1 O manual de orientações e procedimentos de pais e alunos: a relação entre as normas e disciplinas com a gestão de pessoas.....	93
4.2 Regimento escolar do CPM I e o Projeto Político Pedagógico.....	112
4.2.1 A Divisão de ensino e a Divisão administrativa.....	116
4.2.2 A Organização didática e acesso dos estudantes.....	124
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS.....	137
APÊNDICES.....	150
ANEXOS	155

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação surgiu da busca por entender de que forma a gestão democrática, positivada pelo art. 206 da Constituição Federal, vem se materializando nas escolas militarizadas da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (Seduc/AM) localizadas em Manaus. Essa questão vem povoando as preocupações deste educador, pois, ao longo da minha jornada no serviço público municipal, tenho participado ativamente dos debates sobre as políticas públicas para a educação que resultaram na elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), em que a gestão democrática se tornou meta. Contudo, ao voltar os olhos para a política educacional no Amazonas, em vez da consolidação desta meta do PNE, ocorre o avanço do gerencialismo.

O projeto desta dissertação foi escrito em janeiro de 2021 e, ao longo das orientações da Prof^a Dr^a Angela Maria Gonçalves de Oliveira, assim como dos encontros realizados no grupo de pesquisa Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Sustentabilidade (CIEPES), foi ganhando novas perspectivas com base em uma leitura mais aprofundada da teoria do Materialismo Histórico-Dialético.

O objetivo geral da pesquisa é compreender o processo de militarização de escolas civis da rede estadual na capital amazonense a partir da primeira experiência de gestão compartilhada. O interesse é verificar em que medida esse modelo de gestão se relaciona com a efetividade do princípio constitucional que trata da gestão democrática. Para tanto, foram organizados os seguintes objetivos específicos: a) verificar nas teses e dissertações a relação entre a militarização escolar e os princípios da gestão democrática; b) caracterizar o processo de militarização das escolas públicas estaduais na capital amazonense; c) averiguar criticamente a materialização da gestão em uma escola militarizada.

O pesquisador

Como pesquisador educador, irei apresentar um pouco da minha trajetória para que, além do objeto investigado, seja possível ter uma compreensão do

sujeito que realiza a pesquisa. Ao todo, meus pais tiveram quatro filhos, e eu sou o segundo da prole.

Nasci em 1984, filho de dois professores, Jonas Araújo e Florismar Ferreira, que, para além da sala de aula, eram educadores populares envolvidos diretamente com a organização da classe trabalhadora amazonense. Assim, minha infância se desenvolveu junto às assembleias de professores, às associações comunitárias e ao Partido dos Trabalhadores.

Minha trajetória com a educação começou acompanhando minha mãe nas escolas onde trabalhou como professora alfabetizadora. Cursei o Ensino Fundamental I e II na rede pública e o Ensino Médio no Colégio Dom Bosco, momento em que comecei a conhecer e participar do movimento estudantil. Em 2003, passei no Processo Seletivo Contínuo da Universidade Federal do Amazonas (PSC/UFAM)¹ para realizar o curso de Licenciatura Plena em História (Noturno). Iniciei o curso em 2004 e passei os três primeiros anos da faculdade conciliando trabalho e estudo; apenas no último ano foi possível atuar exclusivamente na universidade.

Entre 2007 e 2010, atuei como professor coordenador em projetos sociais e trabalhei como professor de História em escolas da rede privada. Em 2011, trabalhei como professor visitante da Universidade do Estado do Amazonas no Programa de Formação de Professores Indígenas (Proind) e passei no primeiro concurso público de professor, com carga horária de 20h, da Secretaria Municipal de Educação de Manaus. Em 2012, passei no concurso da Secretaria do Estado de Educação do Amazonas – SEDUC/AM, onde trabalhei com carga horária de 40h semanais até 2017. Em 2014, passei na segunda cadeira de 20h da Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED), contudo, fiquei no cadastro de reserva e só fui convocado em 2017 quando exonerei minha cadeira de 40h na SEDUC/AM.

Em 2015 e 2016, trabalhei como professor formador na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), atuando na área de Ciências Humanas no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Em 2018, atuei como professor formador na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), ministrando

¹ O PSC/UFAM é uma forma de ingresso na Universidade Federal do Amazonas, onde a seleção é realizada de maneira seriada ao final de cada série do Ensino Médio. Os pontos são somados e as inscrições devem ser renovadas anualmente.

as disciplinas de História do Brasil III e História da Amazônia III no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

Ao longo da minha trajetória no serviço público municipal e estadual, aprovei cinco projetos nos editais do Programa Ciência na Escola da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (PCE/FAPEAM). Desde que ingressei no serviço público até os dias atuais, tenho atuado ativamente na organização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação por meio das campanhas salariais, conferências de educação e no monitoramento das políticas públicas de educação no Amazonas.

Em fevereiro de 2021, a convite da vereadora Fernanda Garcia (PSOL), participei de uma audiência pública virtual da Câmara de Vereadores de Sorocaba/SP com o tema “Em defesa da educação pública democrática”, com a Julia Gomes, formada em Gestão e responsabilidade social e mãe de uma criança matriculada em uma escola que estava passando pelo processo de aderir ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – PECIM, Fabiana Boschetti, mestra em Educação pela UFSCar-SP, e Catarina de Almeida, doutora em educação pela USP, Pós-Doutora pela Unicamp e dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Após a audiência pública, a Dr^a Catarina Almeida fez o convite para uma reunião de pesquisadores que estudam a militarização de escolas no Brasil. Foi nesse momento que comecei a aprofundar as leituras nesse tema, resultando em um projeto de pesquisa que foi aprovado em abril de 2022 no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Rondônia, sob a orientação da Prof. Dr^a Angela Maria Gonçalves, que também atua na rede de pesquisa sobre a militarização de escolas.

As raízes dos objetivos da pesquisa

A militarização das escolas públicas no Amazonas se apresenta ambígua desde o princípio. O Decreto 15.831/1994, que transformou a primeira escola pública em Colégio Militar da Polícia do Amazonas (CMPM-I), teve uma peculiaridade: essa unidade educacional passou a atender prioritariamente aos servidores militares, seus dependentes e uma pequena parcela da sociedade civil. No entanto, apesar de estar ligada à estrutura organizacional da Polícia

Militar (PM), a maior parte do ônus financeiro ficou a cargo da Secretaria Estadual de Educação.

Este tipo de gestão compartilhada, entendido neste trabalho como uma prática política na qual se compartilha o poder de manutenção, mas não o poder de decisão, como explicam Lima, Prado e Shimamoto (2011), ampliou-se consideravelmente na primeira década do século XXI. Contudo, as unidades criadas a partir de então já não eram destinadas aos servidores militares e seus dependentes, mas sim como uma estratégia do governo estadual para administrar a questão social, mais especificamente a questão da violência, nas escolas da rede estadual localizadas na capital amazonense.

Nesse sentido, esta dissertação tem como objetivo compreender o processo de militarização de escolas civis da rede estadual na capital amazonense a partir da experiência do Colégio Militar da Polícia Militar-I. Assim, buscamos analisar a relação desse modelo de gestão no cumprimento dos princípios da gestão democrática conforme determinação constitucional. Apesar de todos os debates, nesta dissertação, utilizou-se como embasamento a literatura que aborda a participação social como a essência de uma gestão democrática da educação, em que a democracia brotaria do próprio exercício da prática democrática (Bobbio, 1986), uma participação alinhando o compromisso político à competência técnica (Saviani, 2000), materializando uma administração concreta, que nasce e cresce com o outro, assim, firmando a escola em seu caráter específico como lugar de ensino/aprendizagem (Cury, 2002).

O referencial teórico

Para fundamentar a pesquisa, utilizamos a teoria do Materialismo Histórico-Dialético (Netto, 2011; Marx, 1986) e aplicamos a técnica de análise histórico-crítica (Maciel; Braga, 2008). O primeiro autor utilizado para iniciar os estudos sobre a teoria foi Netto (2011), que destaca o método como ponto nevrálgico na pesquisa científica. Aponta que a teoria social de Marx se vincula a um projeto revolucionário e a análise e crítica de sua concepção teórico-metodológica (e não só) estiveram sempre condicionadas às reações que tal projeto despertou e continua despertando.

Paralelo a esse exercício, em diálogo com a orientadora, foi construído o referencial teórico da pesquisa e os autores foram divididos em três grandes áreas: Contribuições marxianas para a educação (Netto, 2011; Cury, 1989; Maciel, 2018; 2019); Estado, Políticas Públicas e Educação (Harvey, 2008; Cunha, 1991; Freitag, 1980; Carnoy, 1998) e Gestão democrática na educação (Paro, 2012; 2016; Lombard, Sanfelice, 2007; Saviani, 1999; 2019).

Avançando neste exercício, realizamos um levantamento das pesquisas sobre a militarização da gestão escolar em teses, dissertações e artigos nos bancos de teses e dissertações dos sites Google Acadêmico, banco de dados da CAPES – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Para a seleção dos trabalhos, foram utilizados os seguintes termos: “militarização de escolas públicas”, “escolas militarizadas”, “militarização da educação” e “escolas cívico-militares”.

Encontramos quatro teses, vinte e seis dissertações e trinta e um artigos: sete em revistas Qualis A1, um dossiê com quatorze artigos em uma revista Qualis A2, sete artigos Qualis A2, um artigo Qualis B1, dois artigos Qualis B2, dois artigos Qualis B3 e um artigo Qualis B4. O recorte temporal da pesquisa se limitou entre os anos de 2018 e 2022, focando sobre os trabalhos que relacionam a militarização de escolas públicas com a gestão democrática. Entre os artigos, além da delimitação temporal, aplicamos como ferramenta de seleção o Qualis A da revista.

Os dados da pesquisa: desafios da pesquisa de campo

A pesquisa é documental, seguindo os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, porém com um leque maior de fontes (Dalberio; Dalberio, 2009; p. 167). No trabalho de campo, buscamos encontrar os seguintes documentos: Termo de convênio SEDUC-Instituições militares, Projeto Político Pedagógico das escolas militarizadas, Regimento Interno de cada unidade militarizada e manual dos pais e alunos. Referentes às seguintes unidades:

- Colégio Militar da Polícia Militar do Amazonas (CMPM-I).
- Escola Estadual de Tempo Integral Marcantonio Vilaça II (CMPM-II)
- Escola Estadual Professor Waldocke Fricke de Lyra (CMPM-III)
- Escola Estadual Áurea Pinheiro Braga (CMPM-IV)

- Escola Estadual Tenente Coronel Cândido José Mariano (CMPM-V)
- Escola Estadual Senador Evandro das Neves Carreira (CMPM-VI)
- Escola Estadual Prof.^a Eliana de Freitas Morais (CMPM-VII)
- Escola Estadual Coronel Pedro Câmara (CMPM-VIII)

No desenho da pesquisa, elaborado em 2022, a coleta de dados estava planejada para abril e junho de 2023 e a análise entre julho e agosto do mesmo ano. Contudo, a leitura e o fichamento bibliográfico levaram um tempo maior do que o previsto. Assim, iniciamos a atividade de campo em julho de 2023.

O primeiro momento ocorreu por meio de uma pesquisa virtual, na qual consultamos os sites da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas (SEDUC/AM), da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) e o Diário Oficial do Amazonas, contudo sem sucesso. Então, fizemos uma busca nas redes sociais, em que foi possível identificar que todas as unidades possuem um perfil oficial em uma plataforma bastante popular, a qual permite compartilhar fotos e vídeos. Além disso, neste ambiente virtual, é possível alocar na descrição do perfil um link para compartilhar outras informações, um agregador de links, e foi nesse espaço que encontramos o manual dos alunos das unidades de I a V.

O segundo momento foi a busca dos documentos de forma física na SEDUC/AM. Em julho de 2023, protocolamos um ofício direcionado à então Secretária Estadual de Educação, Sr^a Josepha Penella Pêgas Chaves, o qual se transformou no processo 01.01.028101.026577/2023-80. A morosidade na tramitação fez com que ao final desse mês fosse criada uma rede de articulação na tentativa de garantir o acesso às informações. Assim, foi feito contato com pesquisadoras da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que levaram o processo ao conhecimento de servidoras da SEDUC/AM, as quais passaram a acompanhar nos setores internos a tramitação nos meses de agosto, setembro e outubro. Dessa forma, passamos a ter um acompanhamento interno da evolução do processo dentro da SEDUC. Por meio do portal da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), foi possível acompanhar de forma online a tramitação, porém sem possibilidade de acesso aos despachos, conforme pode ser visto no quadro a seguir.

Quadro 1 – Tramitação do processo de solicitação dos documentos das escolas estaduais sobre gestão direta da Polícia Militar do Amazonas em Manaus.

Mês/Ano	Setores por onde passou	Código- Movimentação
Julho 2023	4	129 - Registro na central de atendimento; 245 - Para análise e providências; 190 - Para assinatura digital; 50 - Conhecimento e providências, nos termos do despacho anexo;
Agosto 2023	24	50 - Conhecimento e providencias, nos termos do despacho anexo; 196 - Instruir; 190 - Para assinatura digital; 59 - Tramitando; 147 - Encaminhamento de processo por solicitação; 278 - Revisar instrução processual; 245 - Para análise e providências; 68 - Sobrestado;
Setembro 2023	28	59 - Tramitando; 190 - Para assinatura digital; 50 - Conhecimento e providencias, nos termos do despacho anexo;
Outubro 2023	27	59 - Tramitando; 190 - Para assinatura digital; 147 - Encaminhamento de processo por solicitação; 196 - Instruir; 190 - Para assinatura digital; 50 - Conhecimento e providências, nos termos do despacho anexo; 68 - Sobrestado; 196 - Instruir;
Novembro 2023	19	59 - Tramitando; 50 - Conhecimento e providências, nos termos do despacho anexo; 196 - Instruir; 190 - Para assinatura digital; 261 - Para gerar informação; 147 - Encaminhamento de processo por solicitação; 49 - Diligenciar e informar, adotando as medidas cabíveis; 245 - Para análise e providências;
Dezembro 2023	15	59 - Tramitando; 190 - Para assinatura digital; 50 - Conhecimento e providências, nos termos do despacho anexo;
Janeiro 2024	15	59 - Tramitando; 245 - Para Análise e providências; 196 - Instruir; 190 - Para assinatura digital; 50 - Conhecimento e providências, nos termos do despacho anexo
Fevereiro 2024	24	59 - Tramitando; 190 - Para assinatura digital; 2 - Acompanhar processamento e encaminhar ao setor; 185 - Para corrigir; 104 – Arquivar

Fonte 1 Elaborado pelo autor, 2024.

Em novembro, durante a realização da Conferência Municipal de Educação, foi possível entrar em contato com o Fórum Estadual de Educação do Amazonas (FEE/AM) e, a partir disso, ampliar a rede de apoio à pesquisa. Assim, foi possível ir pessoalmente aos setores para conversar com os responsáveis sobre a tramitação do processo. Visitamos o Departamento de Políticas e Projetos Educacionais (DEPPE), a Gerência de Educação Básica (GER), a Coordenação de Ensino Médio (CEM), o Departamento de Gestão

Escolar (DEGESC), a Gerência de Projetos (GP) e a Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica (SEAP).

No dia 16 de novembro, durante visita técnica, acompanhado por uma integrante do FEE/AM, finalmente tivemos acesso ao primeiro bloco de documentos solicitados. Contudo, encontramos muitas lacunas. Chamou a atenção o fato de a SEDUC/AM não ter acesso a nenhum dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dessas unidades.

No dia 23 de novembro, durante a etapa estadual da Conferência Extraordinária de Educação, foi possível fazer contato com a Coordenadoria Distrital de Educação 05 (CDE/05), responsável pelas escolas da zona leste, e a Coordenadoria Distrital de Educação 06 (CDE/06), responsável pelas escolas da zona norte. A partir desse contato, foi possível articular uma reunião com o Coronel do Núcleo de Desenvolvimento Educacional da Polícia Militar do Amazonas (NDE/PMAM). Contudo, apesar do diálogo e da solicitação feita por escrito, até o momento da defesa desse trabalho não foi disponibilizado nenhum dos documentos solicitados.

No mês de dezembro, realizamos visitas técnicas nas escolas estaduais sob a gestão da PM. Apesar de termos autorização da SEDUC para a visita técnica, a PMAM não autorizou nossa entrada nas unidades sob sua gestão. Portanto, fizemos o registro fotográfico da parte externa das mesmas.

Síntese da organização da pesquisa

A organização desta dissertação está estruturada em cinco seções, incluindo esta introdução. A primeira seção é a metodologia da pesquisa, onde é apresentado o caminho metodológico que, conforme Luna (2021), está definido em um contexto teórico-metodológico, neste caso, no Materialismo Histórico-Dialético (Netto, 2011) e na formação acadêmica histórico-crítica (Maciel e Braga, 2008).

Na segunda seção, tratamos a gestão, administração e democracia na educação. Iniciamos apresentando o processo de regulamentação da gestão democrática na educação brasileira. Em seguida, abordamos a relação entre Neoliberalismo, Estado e Democracia (Saviani, 2019; Orso, 2007; Hayek, 1994; Motta e Frigotto, 2017; Iamamoto, 2001). A partir desse contexto, aprofundamos

a conexão entre escola, gestão democrática e neoliberalismo (Saviani, 1999; Freitag, 1980; Lima, 2013; Cury, 2002). Em seguida, focamos na relação entre a escola e a democracia no Brasil (Saviani, 1999; Cury, 2002; Paro, 2016; Lima, Prado, Shimamoto, 2011; Leher, 1999).

Na terceira seção, o objetivo é contextualizar a militarização de escolas públicas em Manaus, buscando caracterizar um panorama da presença da Polícia Militar na gestão das escolas públicas na capital amazonense. Para isso, são apresentados os três modelos de gestão: os Colégios da Polícia Militar do Amazonas (CMPMs), o Programa Escolas Cívico-Militares (PECIM) e o Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão (PESAC). Em seguida, é feito um mapeamento da presença dessas unidades nas diferentes zonas da cidade.

Finalizando, na quarta seção, concentramo-nos em analisar o ato de criação, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar do CPM- I. Também buscamos estabelecer uma relação com as metas do Plano Municipal de Educação de Manaus (PMEM) e do Plano Estadual de Educação do Amazonas (PEE/AM), que versam sobre a gestão democrática da escola pública. Assim, destacamos os elementos contraditórios do processo de militarização da gestão (Oliveira *et al.*, 2024) frente ao cumprimento dos princípios da gestão democrática.

1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Entender o processo de militarização das escolas públicas no Amazonas tornou-se objeto de inquietação a partir do momento em que os professores da rede pública do Amazonas passaram a pautar, em suas campanhas salariais, a defesa da gestão democrática na rede estadual de ensino. O fato de existir, dentro da estrutura da Secretaria Estadual de Educação, um formato de gestão baseado na hierarquia militar e não nos dispositivos legais que regulam a escola pública, apresentava-se, aos olhos desta pesquisa, como uma contradição.

Essa inquietação tornou-se maior quando, ao debater os modelos de gestão democrática nas assembleias e mobilizações de professores, uma parte significativa dos trabalhadores da educação defendia a gestão militarizada ao mesmo tempo em que almejava uma gestão democrática. Esses elementos passaram a compor profundas reflexões que culminaram na questão problematizadora desta pesquisa: de que forma os princípios da gestão democrática, positivados pelo art. 206 da Constituição Federal, estão se materializando na gestão do primeiro Colégio Militar da Polícia Militar de Manaus?

Diante dessa questão, construímos o objetivo geral de compreender o processo de militarização de escolas civis da rede estadual na capital amazonense a partir da primeira experiência de gestão compartilhada, com o intuito de verificar em que medida esse modelo de gestão se relaciona com a efetividade do princípio constitucional que trata da gestão. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) verificar nas teses e dissertações a relação entre a militarização escolar e os princípios da gestão democrática; b) caracterizar o processo de militarização das escolas públicas estaduais na capital amazonense; c) averiguar criticamente a materialização da gestão em uma escola militarizada.

1.1 O caminho metodológico da pesquisa

Entendemos que a metodologia não tem *status* próprio e precisa ser definida em um contexto teórico-metodológico. Luna (2011) argumenta que é fundamental discutir a metodologia dentro de um quadro de referência teórico, tendo clareza de que este está condicionado por pressupostos epistemológicos.

Nessa relação entre a metodologia e o referencial teórico, é destacada a substituição da busca da verdade pela ampliação da explicação teórica. Assim, o pesquisador passa a ser visto como um intérprete da realidade pesquisada, deixando de lado a busca por estabelecer a veracidade de suas constatações. Ou seja, seu papel é demonstrar, por meio de procedimentos científicos, que o conhecimento produzido é referenciado e relevante teórica e/ou socialmente.

Dito isso, a presente pesquisa foi construída com a perspectiva de analisar a relação entre a militarização das escolas públicas da rede estadual do Amazonas, localizadas em Manaus, e o modelo de gestão democrática estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases (LDB, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996), no Plano Nacional de Educação (PNE, Lei 13.005 de 25 de junho de 2014), no Plano Estadual de Educação (PEE, Lei 4.183 de 26 de junho de 2015) e no Plano Municipal de Educação (PME, Lei 2000 de 24 de junho de 2015). No entanto, como foi mencionado na apresentação, devido à ausência, ou melhor, à obstaculização de fontes por parte da SEDUC/AM e da PM, a pesquisa foi direcionada para concentrar as análises nas experiências do CMPM-I. Mesmo assim, na quinta seção, é apresentado um panorama da relação dos militares das forças auxiliares com a militarização das escolas públicas da rede estadual na capital amazonense.

Para esta análise, utilizamos o Materialismo Histórico-Dialético como método de pesquisa. Ao tratar desse assunto, Netto (2011) destaca o método como ponto nevrálgico na pesquisa científica e aponta que a teoria social de Marx se vincula a um projeto revolucionário. Essa característica sempre provocou críticas à sua concepção teórico-metodológica ao longo do tempo. Assim, apesar do grande volume de pesquisas baseadas neste método, de igual proporção, aponta Netto (2011, p.12), existe uma imensa quantidade de interpretações equivocadas que partem de seus seguidores, adversários e detratores, contribuindo assim para desfigurar o pensamento marxiano². Delas resultou uma representação simplista da obra marxiana: uma espécie de saber

² Dentro do campo marxista, as deformações tiveram por base as influências positivistas dominantes nas elaborações dos principais pensadores (Plekhanov, Kausky) da Segunda Internacional, organização socialista fundada em 1889 e de grande importância até 1914. Essas influências foram agravadas com incidências neopositivistas no desenvolvimento ideológico ulterior da Terceira Internacional, organização comunista que existiu entre 1919 e 1943, culminando na ideologia stalinista (Netto, 2011).

total, articulado sobre uma teoria geral do ser (o Materialismo Dialético) e sua especificação em relação à sociedade (o Materialismo Histórico).³

Diante desse contexto, nossa preocupação inicial é evitar repetir tais equívocos. Por isso, e pelo fato de esta pesquisa estar sendo realizada por um trabalhador da Educação Básica⁴, também utilizaremos o método de formação acadêmica histórico-crítica.

O processo metodológico histórico-crítico de produção acadêmica, enquanto método de estudo, baseia-se na técnica de leitura analítica. Diferentemente desta, porém, os cinco passos de sua execução são reduzidos a dois, mediatizados por uma pesquisa interdisciplinar. (Maciel e Braga, 2008; p.10)

Maciel e Braga (2008) apontam que o primeiro movimento técnico do pesquisador deve ser o estudo do texto, composto por uma primeira leitura para reconhecimento e visão geral, complementada pela pesquisa interdisciplinar sobre a fundamentação epistemológica e o contexto histórico-cultural. Ainda nessa primeira etapa, é realizada uma segunda leitura para aprofundar o conhecimento científico difundido, promovendo a apropriação didático-pedagógica. O segundo movimento é o esquema lógico e fichamento, caracterizado como uma transição entre os processos de apropriação (estudo) e os de objetivação (resumo, resenha, etc.). O terceiro movimento é a produção acadêmico-científica, que consiste nas formas de expressão dos processos de apropriação. Esse conjunto de procedimentos metodológicos tem por perspectiva não apenas a realização do trabalho acadêmico-profissional, mas também a própria formação cultural, rumo à emancipação humana, na direção da politecnicidade⁵.

³ Sobre esta base, surgiu uma farta literatura manualesca, apresentando o método de Marx como resumível nos “princípios fundamentais do Materialismo Dialético e do Materialismo Histórico”, sendo a lógica dialética “aplicável” indiferentemente à natureza e à sociedade. Basta o conhecimento das suas leis (as célebres “leis da dialética”) para assegurar o bom andamento da pesquisa (Netto, 2011).

⁴ No texto original, Maciel e Braga (2008) referem-se aos jovens oriundos das classes populares. No entanto, como a pesquisa está sendo desenvolvida por um trabalhador da educação básica da rede pública, com o salário defasado, esse elemento se aplica tranquilamente ao caso.

⁵ Os autores apontam que a tradição brasileira interpreta a politecnicidade como um processo de recomposição das funções técnicas, no âmbito do que Marx identificou como educação tecnológica, como possibilidade de superar a alienação. Citam como referências Machado (1989 e 1991), Nogueira (1990), Frigotto (1999), Kuenzer (1998) e Salm (1980). Ao mesmo tempo, indicam Machado, Kuenzer e Frigotto como autores que identificam as limitações dessa interpretação rumo à emancipação integral.

1.2 Métodos e procedimentos utilizados na constituição dos dados da pesquisa

Optou-se por pesquisa de caráter bibliográfica e documental, partindo da premissa de que a pesquisa documental segue os mesmos passos da bibliográfica, a diferença é que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são construídas por material impresso, na pesquisa documental as fontes são muito diversificadas e estão muito dispersas (Dalberio; Dalberio, 2009; p.167). Assim sendo, partimos primeiramente de uma revisão bibliográfica tomando o cuidado com a veracidade e validade científica das informações evitando possíveis incoerências e inconsistências nas análises.

Marcondes, Teixeira e Oliveira (2010) afirmam que, diferente do passado, quando só eram considerados válidos os documentos escritos ou manuscritos, e o acesso a eles se dava por meio de arquivos públicos ou privados, a democratização do conhecimento nos permite uma ampla discussão sobre a própria definição de documento. Nos dias atuais, os documentos assumem as mais variadas formas e podem ser encontrados em diversos lugares, o que possibilita uma abordagem globalizante capaz de relacionar a educação com a história, a sociologia e outros campos do conhecimento.

Dessa forma, analisamos os seguintes documentos relacionados com a militarização das escolas: Termo de convênio SEDUC-Instituições militares, Projeto Político Pedagógico das escolas militarizadas, Regimento Interno de cada unidade militarizada e manual de alunos e pais. A verificação dessas fontes tem por finalidade possibilitar a construção de análises necessárias à compreensão deste processo. Buscamos identificar os fatores determinantes que caracterizam os fenômenos estudados.

Deste modo, de acordo com Gil (2002), esta pesquisa também se apresenta como explicativa. Esse é o tipo de abordagem que mais aprofunda o conhecimento da realidade, ao explicar a razão e o porquê das coisas. Justamente por isso, é complexa e delicada, exigindo rigor nas análises, pois, dentre os modelos de pesquisa, é o que apresenta os maiores riscos de erros. Com base nesses elementos, construímos o referencial teórico da pesquisa e o dividimos em três eixos analíticos, conforme apresentado no quadro Eixos de Análise do Referencial Bibliográfico.

Quadro 2 Eixos analíticos do referencial bibliográfico

Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3
Contribuições marxianas para a educação	Estado, Políticas Públicas e Educação	Gestão democrática na educação
NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx.	HARVEY, 2008. O neoliberalismo: História e implicações.	PARO, 2012 Administração escolar – introdução crítica.
CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e Contradição.	CUNHA, 1991. Educação, Estado e Democracia no Brasil.	PARO, 2016. Crítica a estrutura da Escola Pública.
MACIEL, Antônio Carlos. Marx e a politecnia, ou: do princípio educativo ao princípio pedagógico.	FREITAG, 1980. Escola, Estado e Sociedade.	LOMBARD; SANFELICE, 2007. Liberalismo e Educação em debate.
MACIEL; SILVA; FRUTUOSO, 2019. O conceito de educação integral e as possibilidades da educação integral politécnica em Manaus.	CARNOY, 1998. Estado e Teoria Política.	SAVIANI, 1999. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.
		SAVIANI, 2019. Pedagogia histórico-crítica,

Fonte 2 Elaborado pelo autor, 2024.

Para a interpretação das fontes, na base do Materialismo Histórico-Dialético, conforme Cury (1989), utilizaremos como categorias a contradição, a totalidade, a mediação, a reprodução e a hegemonia.

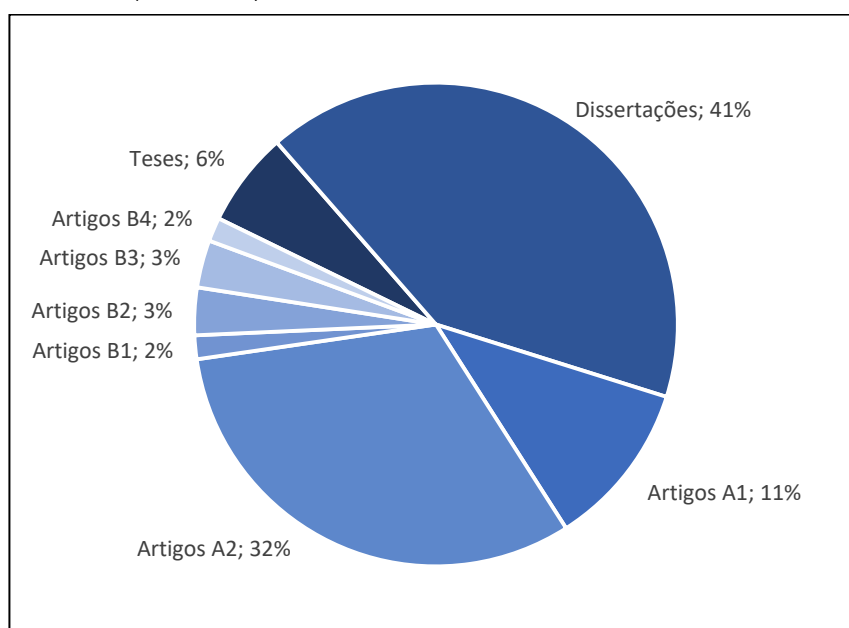
1.3 Revisão bibliográfica

Realizamos um levantamento das pesquisas sobre a militarização da gestão escolar em teses, dissertações e artigos no banco de teses e dissertações da CAPES e no site Google Acadêmico. Para a seleção dos trabalhos, foram utilizados os seguintes descritores: “militarização de escolas públicas”, “escolas militarizadas”, “militarização da educação” e “escolas cívico-militares”.

Uma leitura preliminar possibilitou o diagnóstico de que, apesar de os trabalhos encontrados abordarem a militarização de escolas, duas dissertações e quatro artigos não relacionaram esse tema com a gestão democrática. Sendo assim, foram excluídos da base desta pesquisa. Debruçamo-nos apenas sobre

os trabalhos que dialogavam com os objetivos da pesquisa, sendo eles quatro teses, vinte e seis dissertações e trinta e um artigos. Dentre estes, sete estão em revistas Qualis A1, catorze fazem parte de um dossiê de uma revista Qualis A2, sete são artigos Qualis A2, um possui qualificação B1, dois são Qualis B2, dois são Qualis B3 e um é Qualis B4. Tomamos como recorte temporal de pesquisa o período entre os anos de 2018 e 2022, focando nos trabalhos que relacionam a militarização de escolas públicas com a gestão democrática.

Gráfico 1 – Teses, dissertações e artigos acadêmicos que relacionam a militarização de escolas com a gestão democrática (2018-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor

A partir desse levantamento, iniciamos a revisão de literatura⁶. Alves (2013) aponta que a má qualidade desta etapa compromete todo o estudo⁷ e um dos erros mais recorrentes se materializa em isolar o produto desse exercício em uma única seção. Por isso, neste trabalho, em todas as seções, realizamos um retorno constante a essas fontes, a fim de contextualizar o problema dentro da área de estudo e do referencial teórico. Com essas fontes em mãos, organizamos duas planilhas no Excel, uma para teses e dissertações e outra

⁶ Alves (2013) indica que “dado o fato de que a revisão da bibliografia deve estar a serviço do problema de pesquisa, é impossível, além de indesejável, oferecer modelos a serem seguidos”.

⁷ Uma boa revisão de literatura ajuda o pesquisador a definir melhor seu objeto de estudo e a selecionar teorias, procedimentos e instrumentos, mas, também, a evitar caminhos pouco eficientes. Somado a isso, evita que a pesquisa repita um estudo já realizado por outros autores. (ALVES, 2013)

para os artigos científicos, para fichar as informações referentes à militarização de escolas e sua relação com a gestão democrática.

1.3.1 Consulta as teses e dissertações publicadas entre os anos 2018 a 2022

A planilha elaborada para as teses e dissertações contém 30 linhas, relacionada diretamente a cada trabalho publicado, e 7 colunas, contendo as seguintes informações:

1. Numeração dos trabalhos por ordem cronológica.
2. Tese ou dissertação.
3. Autor/ano.
4. Teoria
5. Instituição de Ensino Superior
6. Unidade Federativa.
7. Rede da Instituição de Ensino Superior.

Durante esse exercício foi possível construir um quadro com as teorias mais utilizadas nos trabalhos acadêmicos em nível de mestrado e doutorado. Ressaltamos que, em nenhum momento, diagnosticamos as informações destes trabalhos sem que seus referidos autores tenham mencionado no decorrer da sua escrita, por isso, na quarta coluna, relacionada a teorias encontradas nas teses e dissertações entre os anos 2018 e 2022, utilizamos o termo “Teoria não definida pelo autor”.

Quadro 3 – Dissertações e teses que relacionam militarização de escolas com os princípios da gestão democrática (2018-2022)

Nº	TESE OU DISSERTAÇÃO:	AUTOR/ANO	TEORIA	IES	UF	TIPO DE IES
1	Dissertação: A Militarização da escola: um debate a ser enfrentado.	Jefferson Fernando Ribeiro Cabral. (2018)	Materialismo Histórico-Dialético	Universidade de Taubaté	SP	Municipal
2	Dissertação: A formação de ladies e gentlemen: a disciplina prussiana liberal do ensino militarizado no currículo do colégio militar de Palmas-TO.	Tomaz Martins da Silva Filho (2018)	Etnopesquisa	Universidade Federal de Tocantins	TO	Federal
3	Dissertação: "Gestão militar" da escola pública em Goiás: um estudo de caso da implementação de um colégio estadual da polícia militar de Goiás em Aparecida de Goiânia.	Neusa Sousa Rêgo Ferreira (2018)	Teoria não definida pelo autor	Universidade Federal de Goiás	GO	Federal

4	Dissertação: A educação para a cidadania e a militarização para a educação.	Maria Eliene Lima (2018)	Materialismo Histórico-Dialético	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	GO	Privada
5	Dissertação: A militarização de Escolas da rede estadual em Porto Velho-RO.	Ana Célia Privado dos Santos Bezerra (2019)	Materialismo Histórico-Dialético	Universidade Federal de Rondônia	RO	Federal
6	Dissertação: Militarização do ensino no Estado de Goiás: implementação de um modelo de gestão escolar.	Weslei Garcia de Paulo (2019)	Materialismo Histórico-Dialético	Universidade de Brasília	DF	Federal
7	Dissertação: Todos (em disputa) pela educação: empresariamento da sociedade e militarização da vida.	Guilherme Vargas Cruz (2019)	Pós-estruturalista	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	RJ	Estadual
8	Dissertação: Os novos modelos de Gestão Militarizada das Escolas Públicas: um estudo a partir da experiência na rede estadual de ensino de Goiás	Paula Cristina Pereira Guimarães (2019)	Materialismo Histórico-Dialético	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	RJ	Federal
9	Tese: Militarização do ensino e escola sem partido: uma análise dos discursos de vigilância, controle e disciplina.	Flávia Mendes Ferreira (2020)	Pós-estruturalista	Universidade Federal Fluminense	RJ	Federal
10	Dissertação: Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências.	Eduardo Junio Ferreira Santos (2020)	Teoria não definida pelo autor	Universidade Federal de Goiás	GO	Federal
11	Dissertação: Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado.	Carlos Henrique Avelino Veiga (2020)	Materialismo Histórico-Dialético	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	RJ	Federal
12	Dissertação: O modelo cívico-militar como política educacional à luz da constituição federal de 1988.	Bárbara Nunes Ferreira Bueno (2020)	Teoria não definida pelo autor	Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa Escola de Direito e Administração Pública	DF	Fundação
13	Dissertação: Entre déspotas, bufões e mitos existiam batalhões escolares: analisando as concepções de educação das escolas cívico-militares.	Guilherme de Souza Marques (2021)	Materialismo Histórico-Dialético	Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	Federal
14	Dissertação: A práxis de uma diretora na gestão de uma escola militarizada.	Guilherme de Oliveira Lomba Serafim (2021)	Materialismo Histórico-Dialético	Universidade de Brasília	DF	Federal
15	Dissertação: O fenômeno das escolas cívico-militares brasileiras: Uma análise a partir da difusão de inovação.	Marília Cristina Sassim Jesus (2021)	Teoria não definida pelo autor	Fundação Getúlio Vargas	DF	Fundação
16	Dissertação: Militarização de escolas públicas no Distrito Federal (2019-2020) o que dizem os professores.	Amaral Rodrigues Gomes (2021)	Materialismo Histórico-Dialético	Universidade de Brasília	DF	Federal

17	Dissertação: Violência escolar e a militarização das escolas públicas: um estudo sobre o caso de Goiás.	Caio de Carvalho Ranna (2021)	Pós-estruturalista	Fundação Getúlio Vargas	RJ	Fundação
18	Dissertação: Escolas militarizadas no Maranhão: um estudo sobre a parceria entre corporações militares e redes públicas de ensino.	Hélio Cleidilson de Oliveira Sena (2021)	Pós-estruturalista	Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	RS	Privada
19	Dissertação: Currículo das escolas militarizadas no Distrito Federal.	Edna Mara Corrêa Miranda (2021)	Materialismo Histórico-Dialético	Universidade de Brasília	DF	Federal
20	Dissertação: Restauração conservadora na educação: um estudo sobre o projeto escolas cívico-militares no Brasil	Thayane Ellen Machado da Silva (2021)	Materialismo Histórico-Dialético	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	PR	Estadual
21	Tese: Colégios Estaduais da Política Militar de Goiás - CEPMG: um estudo com foco no discurso da qualidade de ensino e seus dispositivos de verdade	Edna Rodrigues Araújo (2021)	Materialismo Histórico-Dialético	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	GO	Privada
22	Dissertação: Escolas públicas militarizadas: uma análise na perspectiva dos direitos humanos.	Bárbara Nunes Ferreira Bueno (2022)	Teoria não definida pelo autor	Universidade Federal de Goiás	GO	Federal
23	Dissertação: Militarização de uma escola da rede Pública de Ensino do Distrito Federal: desdobramentos na gestão democrática.	Afrânio de Souza Barros (2022)	Materialismo Histórico-Dialético	Universidade de Brasília	DF	Federal
24	Dissertação: Ensino militarizado: o caso do colégio militar municipal Dr. Octávio Lacombe, em Presidente Figueiredo, Amazonas, Brasil	Inocência Rodrigues Cortinhas (2022)	Análise de Conteúdo	Universidade Federal do Oeste do Pará	PA	Federal
25	Dissertação: Conselho de classe em uma escola Militarizada do Distrito Federal	Rhaíssa Sheri Freire de Souza Rocha (2022)	Materialismo Histórico-Dialético	Universidade de Brasília	DF	Federal
26	Dissertação: O processo de militarização de escolas em Goiás: implicações na consolidação da autonomia da escola	Rita de Cassia Gontijo Dutra (2022)	Materialismo Histórico-Dialético	Faculdade de Inhumas	GO	Privada
27	Dissertação: Pedagogia do quartel: Uma análise do processo de militarização de escolas públicas no Estado do Paraná	Joselita Romualdo da Silva (2022)	Pós-estruturalista	Universidade Federal do Paraná	PR	Federal
28	Dissertação: Em torno do discurso da/sobre a militarização de escolas no Brasil.	Dener Gabriel Ferrari (2022)	Teoria da análise do discurso	Universidade Estadual de Campinas	SP	Estadual
29	Tese: A militarização das escolas no Estado de Goiás e os sentidos da desdemocratização do ensino público.	Janaína Moreira de Oliveira Goulart (2022)	Pós-estruturalista	Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	Federal
30	Tese: Interesses de Frações de classe e a militarização do Ensino Público em Goiás	Daniel Lucas de Jesus Oliveira (2022)	Materialista	Universidade Federal de Goiás	GO	Federal

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O levantamento mostra que, dos trabalhos analisados, quatro não apresentam de maneira direta as teorias utilizadas para a análise do objeto de estudo. Lunna (2011) destaca que a metodologia é um instrumento poderoso, porque representa os paradigmas de pesquisa vigentes e aceitos pelos diferentes grupos de pesquisadores em um determinado período de tempo. Partindo desse pressuposto, causou-nos estranhamento o fato de cerca de 20% dos trabalhos que investigam essa temática não terem considerado esse ponto como algo fundamental.

Destacamos que o fichamento dessas informações na planilha do Excel possibilitou a organização e manipulação dos dados extraídos dos documentos. Desta forma, foi possível exportar o conteúdo de cada coluna para outra planilha, a fim de realizar o tratamento adequado das informações, garantindo uma análise minuciosa dos dados objetivos e qualitativos das pesquisas. Assim, aplicamos o fundamento pedagógico da formação histórico-crítica. Maciel e Braga (2008) apontam que o conhecimento da sociedade e a postura política diante dela são elementos básicos para o pesquisador, os quais possibilitam a compreensão do lugar ocupado pela universidade e do papel desempenhado por ela na sociedade. Os autores refletem que a universidade é um lugar privilegiado da reprodução econômica, social e cultural, e o desconhecimento dessa realidade pode causar danos irreversíveis à formação das classes populares.

1.3.2 Uma breve análise das metodologias das pesquisas sobre a militarização de escolas públicas no Brasil

Nas quatro teses analisadas, foi identificada uma única palavra-chave comum, a "Militarização de escolas"; as demais são distintas, pois os trabalhos se propõem a investigações sob perspectivas singulares. Ferreira (2020), logo na introdução, afirma que seu trabalho analisa os discursos da militarização das escolas públicas e do movimento escola sem partido. Ela destaca que seu estudo está intimamente ligado ao contexto político que o Brasil vivenciou a partir de junho de 2013. A autora deixa clara sua metodologia com base em Michel Foucault. Ao observar o papel da instituição escolar dentro das relações de poder nas sociedades modernas, esse teórico aponta que seu objetivo é instigar o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia dos corpos (Foucault, 1987). A

pesquisa relacionou a ciência política com a filosofia política, história, educação e sociologia.

Araújo (2021), na tese “Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás – CEPMG: um estudo com foco no discurso da qualidade de ensino e seus dispositivos de verdade”, desenvolveu uma pesquisa de caráter qualitativo, teórico-empírica, orientada pela perspectiva histórico-dialética. A pesquisa investiga a experiência goiana, constituída, até aquele momento, por 62 unidades escolares situadas em diferentes municípios. Teve como suporte teórico os autores Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Maurice Halbwachs e José Silvério Baia Horta. A pesquisa se concentrou em analisar o olhar dos pais, por meio da análise do discurso, para essa modalidade de gestão pública. De modo mais específico, foram entrevistadas 186 pessoas. Ao analisar as entrevistas, a autora identifica que os pais reconhecem a educação ministrada pelos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás – CEPMG, principalmente por meio dos dispositivos: “disciplina”, “qualidade”, “ensino”, “respeito”, “segurança”, “estrutura” e “ética”. Dessa forma, materializa-se o reconhecimento de uma imagem criada para o convencimento.

Na sua tese, Goulart (2022) define, já no resumo, que o estudo sobre a militarização de escolas é compreendido como um processo de transformação de instituições públicas existentes, nas quais suas ações passam a seguir os princípios da guerra, hierarquia, obediência, individualismo e meritocracia. Além disso, o estudo incorpora os princípios neoliberais, como individualismo, performance e gerencialismo. A metodologia adotada se baseia em Bowe, Ball e Gold (1992) e Ball (1994), pois, ao analisarem o ciclo de políticas, esses teóricos permitem identificar aspectos desdemocratizantes do processo de militarização.

Oliveira (2022) investigou a militarização do ensino público em Goiás e sua relação com os interesses concretos de frações de classe recorrendo a conceitos, categorias e argumentos de Christian Laval, Jessé Souza, Pierre Bourdieu e Mikhail Bakunin. Em sua investigação, constatou várias contradições entre os argumentos pro-militarização e a realidade do processo. Ainda assim, registra que a dinâmica de militarização se conecta com interesses concretos dos indivíduos, indicando como ela se conecta com interesses concretos dos indivíduos por fins pragmáticos.

Cabral (2018), em seu trabalho intitulado "A militarização da escola: um debate a ser enfrentado", tem como objetivo geral conhecer a compreensão dos professores da rede pública de Taubaté sobre a violência e o processo de militarização da escola. Para isso, utiliza a metodologia da História Oral e, na análise das entrevistas, emprega a técnica da triangulação, articulando o conteúdo das narrativas ao contexto no qual foram produzidas e aos autores que estudam a temática da violência na escola e a militarização. Ao contextualizar o processo de militarização, o autor afirma que os princípios da gestão democrática se perdem no momento em que se substitui o diretor escolhido pela comunidade por um militar indicado. A linha teórica utilizada é de base marxista, a partir da leitura de Netto (2009), que destaca a importância das categorias na compreensão do objeto de pesquisa, pois expressam modos de ser, determinações da existência e aspectos isolados de uma sociedade.

No trabalho "A formação de ladies e gentlemen: a disciplina prussiana liberal do ensino militarizado no currículo do Colégio Militar de Palmas-TO", Silva Filho (2018) analisa que a expansão dos colégios militares em Tocantins está conectada a um processo nacional e a uma concepção prussiana liberal de educação, onde as forças policiais são entendidas como agentes disciplinadores de corpos e mentes, principalmente dos jovens. O objetivo geral dessa pesquisa está concentrado em compreender a influência da educação prussiana liberal no currículo do Colégio Militar de Palmas⁸. As considerações finais da pesquisa apontam que esse modelo de gestão acaba por promover uma educação com base na obediência passiva e na subserviência hierárquica.

Na pesquisa "Gestão militar da escola pública em Goiás: um estudo de caso da implementação de um colégio estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia", Ferreira (2018) buscou responder ao seguinte problema: quais são os desdobramentos desse modelo de gestão militar para a formação dos sujeitos, para a qualidade da educação oferecida e para a participação das famílias no processo de acompanhamento da vida escolar dos alunos atendidos nos colégios geridos pela Polícia Militar de Goiás? Os dados foram coletados por

⁸ Apesar de a dissertação utilizar a mesma nomenclatura empregada pelo Governo do Tocantins, é necessário registrar que a unidade em análise é uma escola pública da rede estadual, gerida de maneira compartilhada pela secretaria estadual de educação e pela Polícia Militar, sendo, por isso, entendida neste levantamento como uma escola militarizada.

meio de questionários abertos e fechados aplicados aos alunos do Ensino Médio, aos pais/responsáveis e aos professores da unidade escolar. No quarto capítulo do trabalho, a autora, após apresentar a compilação dos dados nos capítulos anteriores, aborda o avanço do conservadorismo, a política de desresponsabilização com a educação pública, a elitização dos espaços públicos, o regime punitivo e o controle ideológico. Para esse exercício, tem como referencial teórico os escritos de Luiz Antônio Cunha (1995) e Mészáros (2007), os quais apontam uma relação de simbiose entre Estado e Capital e a manipulação da sociedade por meio de políticas públicas educacionais que normatizam a subordinação, assim como Freitas (2012), Apple (2013) e Connell (1995).

Lima (2018), ao desenvolver o trabalho “A educação para a cidadania e a militarização para a educação”, revela uma análise bastante peculiar do sistema de ensino dos colégios estaduais militares de Goiás. Apesar de essas instituições proclamarem desenvolver uma gestão democrática visando a um processo emancipatório, seus documentos e sua práxis evidenciam uma gestão centralizadora, disciplinar e hierárquica. O objetivo geral da pesquisa foi identificar se o ensino disciplinar e hierárquico do CEPMG contribui para a formação de cidadãos participativos, reflexivos e autônomos ou de cidadãos subservientes, que contribuem para a naturalização das diferenças sociais. O principal problema que a pesquisa analisou foi a relação entre a educação cidadã, amparada nos princípios constitucionais, e as normativas estabelecidas nos regimentos internos e a práxis dessas instituições. Os resultados revelam que o sentido formativo de cidadania está ligado e moldado nos valores militares de servidão, patriotismo e obediência. Assim, esse modelo contribui para a perpetuação da sociedade a favor da reprodução do sistema capitalista, a partir do controle social e da naturalização de injustiças e desigualdades sociais.

Em seu trabalho intitulado "A militarização de escolas da rede estadual em Porto Velho-RO", Bezerra (2019) tem por objetivo analisar a política de militarização na educação escolar, buscando compreender sua implantação, o processo de dominação e controle dos estudantes e do trabalho docente, bem como suas contradições frente aos princípios da gestão democrática. A base teórico-metodológica utilizada é o Materialismo Histórico-Dialético, tendo como autores de referência Kosik (1976), Saviani (2013), Marx e Engels (2011),

fundamentando-se nas três categorias fundamentais: totalidade, contradição e ideologia. Destaco, portanto, que na quarta seção deste trabalho, ao fazer um panorama da crise do modo de produção capitalista, a autora faz a distinção entre o ensino militar burguês e uma educação militar socialista, que ela apresenta como voltada aos interesses do povo. Este trabalho se diferencia das demais pesquisas analisadas por não focar suas análises nas escolas públicas militarizadas a partir do final da última década do século XX, mas por ampliar seu raio de análise para o processo de implementação das escolas militares.

Na pesquisa de Paulo (2019) intitulada "Militarização do ensino no Estado de Goiás: implementação de um modelo de Gestão Escolar", o autor estabelece como objetivo do trabalho compreender a gestão da escola militarizada na região metropolitana de Brasília e sua relação com os sujeitos envolvidos. Para isso, ele divide o estudo em três grandes seções: 1) O processo histórico da militarização do ensino, 2) Metodologia da pesquisa e 3) Interpretação dos resultados. Na problematização da pesquisa, o autor aponta que a ampliação da militarização nas escolas estaduais surgiu como alternativa após o governo goiano fracassar em instalar na rede pública estadual parcerias público-privadas por meio das Organizações Sociais – OS. Ao longo do trabalho, o autor destaca que a militarização acaba por cumprir o papel de polícia, desempenhando a função de vigilante e controlador no Panóptico de Bentham. O referencial teórico utilizado é o Materialismo Histórico-Dialético, destacando os autores Mascarenhas (2014), Gramsci (1985), Marx e Engels (2011), Rêses (2014) e Marx (2008), mas dialoga também com Foucault (2014) e Freire (2002).

Cruz (2019), no trabalho intitulado "Todos (em disputa) pela educação: empresariamento da sociedade e militarização da vida", constrói sua análise com base nas ideias de Foucault, para entender essas disputas com foco na análise de uma unidade localizada no Rio de Janeiro, pertencente à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O autor argumenta que o empresariamento da sociedade é um fenômeno caracterizado por práticas e discursos que promovem o imperativo neoliberal de utilizar a empresa como modelo para a gestão e o funcionamento da educação e de outras políticas públicas. Para isso, o pesquisador realizou um levantamento da história da educação profissional, o que lhe permitiu interpretar a evasão escolar e a relação entre sucesso e fracasso individual. A partir disso, conduziu entrevistas

semiestruturadas com oito alunos que abandonaram o curso na referida instituição. A pesquisa está organizada em cinco seções: 1) Primeiro movimento: empresários pela Educação; 2) Segundo movimento: entre arquivos, dissertações e histórias; 3) Terceiro movimento: um passeio pela escola; 4) Entrevistas e 5) Para finalizar: autogestões e zonas de liberdade.

No trabalho “Os novos modelos de gestão militarizada das escolas públicas: um estudo a partir da experiência na rede estadual de ensino de Goiás”, Guimarães (2019) constrói seu referencial em estudos gramscianos e, de maneira mais específica, nos conceitos de estado ampliado, sociedade civil, sociedade política, aparelho privado de hegemonia, contrarreforma, consenso e coerção. A coleta de dados ocorreu por meio da revisão de literatura, da análise de fontes bibliográficas primárias e secundárias, e de entrevistas com os diretores que vêm protagonizando a política de militarização. A pesquisa identificou que a gestão militarizada vem remodelando as escolas à imagem e semelhança dos quartéis, com todas as regras e ditames militares. Ao fim, a pesquisa chegou à conclusão de que a militarização da gestão das escolas no estado de Goiás é uma manifestação da frente liberal-ultraconservadora na educação, que tem por objetivo conformar toda a comunidade escolar por meio de instrumentos de disciplinamento militar.

Santos (2020), em sua pesquisa intitulada "Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências", realizou um mapeamento das escolas militarizadas em todas as unidades federativas do país. Esse levantamento foi conduzido por meio de buscas em portais acadêmicos e no site de busca Google. A organização desses dados foi baseada nos estudos de Alves *et al.* (2018), Cabral (2018), Jesus (2011) e Sauer (2017). Ao final do trabalho, em 2019, identificou-se que a militarização estava presente em 14 das 27 unidades federativas brasileiras: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraná, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. O autor também destacou a ausência de escolas militarizadas na região Sudeste do país, mesmo sendo essa região onde há um grande número de escolas militares⁹. A pesquisa está organizada em três seções

⁹ Santos (2020) indica que a militarização de escolas das redes estaduais, municipais e até mesmo privadas é baseada no arquétipo das escolas militares, criadas para atender às necessidades educacionais das corporações militares.

principais: 1) Escolas militares e militarizadas de Educação Básica no Brasil: revisão bibliográfica. 2) Difusão e consolidação de escolas militares de Educação Básica no Brasil. 3) A militarização das escolas estaduais e municipais de Educação Básica no Brasil.

Veiga (2020), em seu trabalho "Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado", destaca que a militarização tem crescido como uma alternativa na política pública educacional. Ele menciona que em 2015 as escolas nesse modelo totalizavam 94 unidades de ensino, em 2018 esse número havia subido para 184 escolas e, no início de 2020, saltou para 254 escolas. O autor compreende que esse processo ocorre na conjuntura da reforma do Estado, decorrente da recomposição burguesa diante da crise orgânica do capital. Portanto, o objetivo desta pesquisa é explicar a relação entre a reforma administrativa do Estado e a disseminação da gestão compartilhada de escolas públicas com as corporações militares no país. A referência teórica utilizada neste trabalho baseia-se nas reflexões de Karl Marx e Antonio Gramsci, pois permitem abordar os conceitos de sistema de capital, hegemonia, mediação de conflitos de classes, sociedade civil, sociedade política, políticas públicas, entre outros.

Em sua pesquisa intitulada "O modelo cívico-militar como política educacional à luz da Constituição Federal de 1988", Bueno (2020) objetiva revisar os marcos constitucionais e legais do direito à educação e do direito à segurança pública, investigar o que fundamenta a implementação de Escolas Cívico-Militares e trazer reflexões sobre a penetração da cultura militar na escola. O autor utiliza como referências teóricas autores do campo do direito, tais como Michael e Morlok (2016), Waldron (1999), Mendes (2018), Gandra (2012) e Bobbio (1992).

No trabalho "Entre déspotas, bufões e mitos existiam batalhões escolares: analisando as concepções de educação das escolas cívico-militares", Marques (2021) realiza uma reflexão sobre a radicalização da agenda de frações burguesas de extrema direita e direita que acabou se chocando com outras frações burguesas e com os seus opositores de classe. Nesse contexto, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro(PL), a extrema direita busca a estruturação e ampliação dos seus modelos educativos, de acordo com suas concepções. Assim, apresenta-se como uma dessas opções as Escolas Cívico-Militares,

identificado como um modelo que busca a adesão ao modo de vida militarizado, com tendências a relações sociais neoliberais conservadoras. Nessa pesquisa a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica de artigos, livros e matérias que tratam da militarização de escolas. A teoria para interpretar as fontes foi o Materialismo Histórico-Dialético baseado nas obras de Evangelista e Shiroma (2019), Evangelista (2012), Shiroma, Campos e Garcia (2005), Souza (2021) e Netto (2011).

Serafim (2021), em sua pesquisa intitulada "A práxis de uma diretora na gestão de uma escola militarizada", dedicou-se a analisar as implicações da militarização na prática do diretor na gestão do projeto político-pedagógico de uma escola pública do DF. A linha teórico-metodológica foi sustentada no Materialismo Histórico-Dialético, com abordagem qualitativa¹⁰ do tipo estudo de caso. A organização dos dados e a geração das categorias de análise foram realizadas por meio da análise de conteúdo. Neste processo, a triangulação dos dados das entrevistas e do campo teórico foi mediada pelo movimento dos acontecimentos da realidade social em que se desenvolve a prática da gestora.

No trabalho "O fenômeno das escolas cívico-militares brasileiras: uma análise a partir da difusão de inovação", Jesus (2021) buscou compreender quais os fatores políticos, sociais e regionais são determinantes para que governos adotem escolas públicas no modelo cívico-militar. A autora destaca que vários autores vêm dando atenção para a inovação no setor público, contudo, são poucos os estudos que buscam identificar efetivamente como se dá a difusão das inovações políticas no setor público, de modo especial no âmbito de programas e políticas públicas de governos subnacionais. Para esse exercício, a pesquisadora utiliza como referência Rogers (2003), Heijs, Bekkers, Edelenbons e Steijn (2011), Schumpeter (1934).

Em sua pesquisa "Militarização de escolas públicas no Distrito Federal (2019-2020): o que dizem os professores?", Gomes (2021) tem por objetivo analisar o posicionamento dos docentes acerca da militarização de escolas públicas no Distrito Federal. A reflexão gira em torno da contradição entre a

¹⁰ Neste ponto cabe uma observação, nas pesquisas construídas a partir do Materialismo Histórico-Dialético a quantidade é inerente aos objetos e fenômenos, ou seja, quantidade e qualidade são categorias ligadas dialeticamente. Isso quer dizer que ao destacar a abordagem como qualitativa o autor acaba por apresentar uma tendência positivista ou fenomenológica como pode ser visto em Ferraro (2012) e Martins (2006).

militarização de escolas e a Lei nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. A metodologia aplicada consistiu em entrevista semiestruturada coletiva virtual, com dezessete docentes, e análise documental. A pesquisa foi inspirada na dissertação publicada por Paulo (2021) e tem como referencial teórico o Materialismo Histórico-Dialético e a pedagogia histórico-crítica.

Ranna (2021), no trabalho "Violência escolar e a militarização das escolas públicas: um estudo sobre o caso de Goiás", tem por objetivo geral comparar se há diferença entre o nível de violência dentro do ambiente escolar entre as escolas públicas não militarizadas e as militarizadas do Estado de Goiás. A metodologia é mista, combinando abordagens qualitativas e quantitativas: a primeira parte consiste em entrevistas com professores e diretores de escolas militarizadas e não militarizadas; a segunda parte utiliza dados quantitativos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2017. As referências teóricas são baseadas em Stelko-Pereira e Williams (2010), Abromovay e Rua (2002), Debarbieux (2001), Bernard Charlot (1997), Furlong e Morrison (2000).

No estudo "Escolas militarizadas no Maranhão: um estudo sobre a parceria entre corporações militares e redes públicas de ensino", Sena (2021) se propôs a mapear e estudar os motivos que levam as redes públicas de ensino a transformarem algumas de suas instituições em escolas militarizadas e como isso tem ocorrido no Maranhão. O autor utiliza como metodologia da pesquisa a análise documental e a entrevista compreensiva. Em suas considerações finais, chegou à conclusão de que o que leva os governos a transformarem escolas públicas em militarizadas é o discurso de resolução do problema da violência e da indisciplina em regiões de vulnerabilidade, o que enfraquece um debate mais profundo sobre desigualdades sociais.

Miranda (2021), na pesquisa "Currículo das escolas militarizadas no Distrito Federal", tem como objetivo geral verificar como as escolas militarizadas do Distrito Federal têm organizado seus currículos. Para isso, realizou uma comparação entre o currículo das escolas militares e das unidades militarizadas. A fundamentação teórica está baseada no Materialismo Histórico-Dialético (Marx e Triviños), na Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani) e na Teoria Crítica de Educação e de Currículo (Sacristán). A pesquisa de campo aconteceu no

Colégio Cívico-Militar Centro Educacional 7 de Ceilândia. A metodologia de pesquisa emprega-se por meio de estudo de caso único, utilizando como instrumentos entrevistas semiestruturadas com a gestão, questionário aplicado aos professores e coordenadores, e análise de documentos.

Silva (2021), no trabalho "Restauração conservadora na educação: um estudo sobre o projeto das Escolas Cívico-Militares no Brasil", dividiu sua pesquisa para compreender o contexto histórico de ampliação do pensamento militarizado na sociedade. Ela traçou o processo de criação das escolas militarizadas e, posteriormente, analisou a constitucionalidade e a ideologia das escolas cívico-militares com base na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases e no Estatuto da Criança e do Adolescente. A autora afirma que o intuito de sua dissertação é trazer para discussão as novas políticas na área da educação com características neoconservadoras e ligadas à agenda neoliberal. A linha teórico-metodológica aplicada foi o Materialismo Histórico-Dialético, por entender que não é possível fazer análises que remetam somente a aspectos e fatos ligados diretamente ao objeto de estudo, pois a educação não é uma instituição isolada na sociedade; na verdade, ela representa predominantemente os interesses da classe hegemônica.

No estudo "Escolas públicas militarizadas: uma análise na perspectiva dos Direitos Humanos", Bueno (2022) utilizou fontes primárias e secundárias por meio do método bibliográfico e documental. Os referenciais teóricos são: David Harvey (2008), Marilena Chauí (2000), Lilia Schwarcz (2014), Vera Maria Candau (2008), Erasto Fortes Mendonça (2015), Maria Victoria de Mesquita Benevides (2012), Marconi Pequeno (2008), Luiz Carlos de Freitas (2012), Miriam Fábria Alves, Mirza Seabra e Neusa Souza Rêgo (2018), e Catarina de Almeida Santos (2021). A pesquisadora chega à conclusão de que as normas impostas aos estudantes ferem os direitos humanos, a gestão democrática e a diversidade étnico-racial.

Barros (2022), na pesquisa "Militarização de uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal: desdobramentos na gestão democrática", teve como questão central analisar os desdobramentos da militarização de uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal em relação à gestão democrática. A pesquisa, de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, entrevistou uma servidora de carreira eleita diretora pedagógica e um diretor

disciplinar que integra a carreira do Corpo de Bombeiros Militar do DF. Ao fim, a pesquisa chegou à conclusão de que a gestão militarizada é uma afronta aos princípios da gestão democrática, não atua em consonância com o que está estabelecido no Projeto Político Pedagógico, e que este modelo de gestão se configura como gerencialista.

Cortinhas (2022), no trabalho “Ensino militarizado: o caso do Colégio Militar Municipal Dr. Octávio Lacombe, em Presidente Figueiredo, Amazonas, Brasil”, objetivou analisar as transformações ocorridas no Colégio Militar Dr. Octávio Lacombe, na garantia do direito à educação da comunidade escolar. A pesquisa é documental e de campo. Do ponto de vista documental, são analisados a Constituição Federal, a LDB 9394/1996, o Decreto nº 10004/2019, o Decreto nº 2797/2019, a Portaria nº 009/2021, atas dos alunos com resultados de avaliação (2017 a 2021) e o Projeto Político-Pedagógico do colégio. O campo é realizado com base em um estudo de caso por meio de entrevistas semiestruturadas com o gestor, secretários, coordenadores pedagógicos e representantes da Associação de Pais, Mestres e Comunitários. A autora aponta em seus resultados que o direito à educação está garantido, embora haja exclusão social por conta dos valores do material escolar. Os documentos revelam algumas contradições nesse processo: as matrículas na escola reduziram após a militarização, e o repasse da gestão da escola para os militares ocorreu por decisão do poder executivo.

No estudo “Conselho de classe em uma escola militarizada do Distrito Federal”, Rocha (2022) teve por objetivo analisar concepções e práticas do conselho de classe em uma escola militarizada do Distrito Federal. A pesquisa desenvolveu uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, a partir da lente teórica do materialismo histórico-dialético. Para a organização dos dados, utilizaram-se os núcleos de significação para construir as categorias de análise. Os resultados indicam que, apesar da movimentação por um lugar de fala por parte dos estudantes, a participação da família não se efetiva, e os professores almejam uma atuação mais rigorosa por parte dos militares.

Dutra (2022), na pesquisa "O processo de militarização de escolas públicas em Goiás: implicações na consolidação da autonomia da escola", objetivou analisar os processos de militarização das escolas, seus marcos históricos, sociais, culturais, políticos e legais no Brasil e, assim, como esse

processo acabou se expandindo em Goiás. A metodologia está estruturada em uma abordagem qualitativa na perspectiva do materialismo histórico-dialético. Os resultados apontam que a militarização representa uma possível ameaça e enfraquecimento do ensino democrático proposto pelas escolas públicas.

No trabalho “Pedagogia do quartel: uma análise do processo de militarização de escolas públicas no estado do Paraná”, Silva (2022) teve por objetivo compreender os motivos pelos quais o Estado do Paraná militarizou um número expressivo de escolas e como essa política ao mesmo tempo está incidindo no direito à educação pública e no processo formativo dos estudantes paranaenses. A metodologia se embasou na abordagem qualitativa com um estudo teórico de análise documental, em que foram analisados: diários oficiais, leis, resoluções, editais, instruções normativas, projetos de lei, manuais, pareceres, relatórios, atas e sites de órgãos públicos ou entidades civis organizadas. Foi aplicado um recorte de análise centrado o foco na política de padrões (de desempenho) e na política de comportamento. Por fim, a autora chegou à conclusão de que a militarização das escolas emergiu como uma reação de setores neoliberais e neoconservadores aos movimentos sociais e uma tentativa de contê-los.

Ferrari (2022), no estudo “Em torno do discurso da/sobre a militarização de escolas no Brasil”, analisa o discurso sobre a militarização de escolas públicas no Brasil a partir da análise de três políticas educacionais empreendidas em lugares e tempos distintos. Primeiramente, a fundação, em 1889, e os primeiros anos de funcionamento do Imperial Colégio Militar; em segundo, a criação, em 1998, e a expansão massiva, a partir de 2013, dos Colégios da Polícia Militar de Goiás; e, por fim, a criação, em 2019, e a implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. A pesquisadora chegou à conclusão de que, nas políticas educacionais atuais, ainda é possível ver uma forte relação entre os valores da instituição e a questão da qualidade educacional.

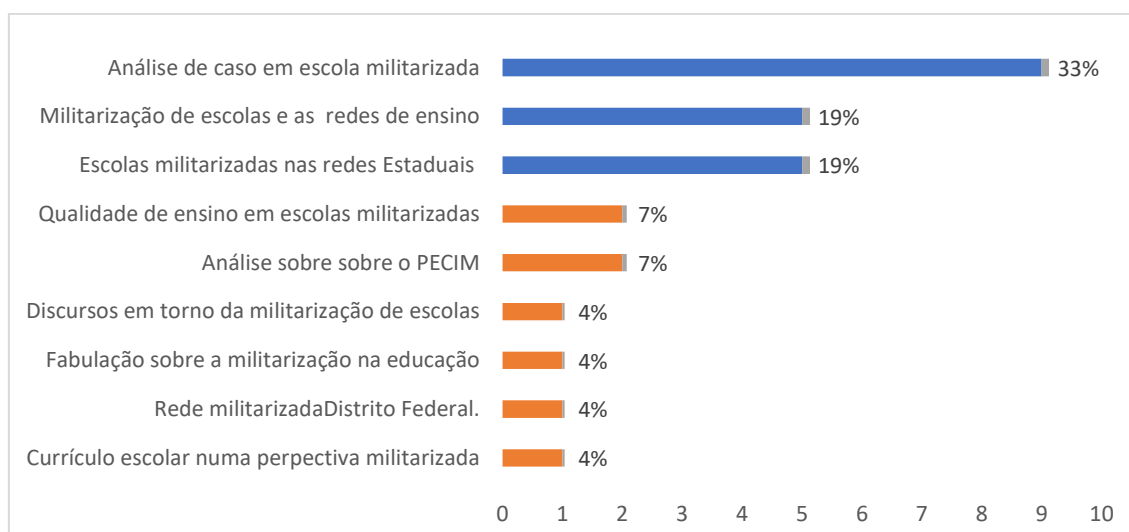
1.3.3 Consulta a artigos científicos sobre a militarização de escolas, Qualis A, publicados entre os anos 2018 e 2022

Nesta etapa, resolvemos aplicar mais uma ferramenta de corte, debruçando-nos apenas sobre artigos com Qualis A. Reduzimos o raio de análise para 27 artigos e criamos uma planilha com 11 colunas e 28 linhas que registra as seguintes informações:

1. Qualis, Título, Doi.
2. Revista.
3. Ano de publicação
4. Autores
5. IES a qual os autores estão vinculados.
6. UF
7. Método
8. Metodologias
9. Objeto investigado
10. Palavras-chaves
11. Considerações dos autores sobre a pesquisa

No gráfico 02, abaixo, identificamos os objetos de pesquisa analisados nestes artigos.

Gráfico 1 – Objetos de pesquisa dos artigos Qualis A1e A2 sobre a militarização de escolas (2018-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos vinte e sete artigos encontrados, nove se concentram em análise de casos de determinadas escolas militarizadas em diferentes municípios (1-Aparecida de Goiânia/GO, 1-Valparaíso de Goiás/GO, 2-Distrito Federal/DF, 1-Juazeiro/BA, 1-Macapá/AP, 1-Teresina/PI, 1-Rio de Janeiro/RJ e 1 Manaus/AM); cinco em compreender a militarização de escolas relacionando esse processo com as diferentes redes de ensino (Federal, Estaduais e municipais); outros cinco em analisar a militarização de escolas em uma das redes estaduais de ensino em específico (3-Goiás, 1-Bahia e 1-Mato Grosso); dois voltadas para a qualidade de ensino em escolas militarizadas; outros dois voltados para analisar o Programa de Escolas Cívico-Militares; um sobre os discursos em torno da militarização de escolas públicas; mais um usando o método da fabulação para provocar a análise sobre a militarização na educação na sociedade brasileira; outro artigo abordando a rede de militarização de escolas no Distrito Federal; e mais um artigo tratando sobre o currículo escolar numa perspectiva militarizada.

Esse exercício nos permitiu ter uma outra perspectiva sobre as pesquisas em torno da militarização de escolas e sua relação com a gestão democrática. Enquanto nas teses e dissertações tivemos contato direto com todas as etapas desenvolvidas em cada pesquisa realizada nos Programas de Pós-Graduação do Brasil, nos artigos encontramos uma vasta literatura refletindo em parte sobre os resultados de pesquisas consolidadas, ou em andamento, mas também tivemos contato com textos que analisam o objeto sem estar vinculado diretamente a uma tese ou dissertação.

1.4 O contato da pesquisa com as escolas estaduais militarizadas situadas em Manaus

O levantamento bibliográfico aponta que o processo de militarização das escolas públicas no Brasil aconteceu de maneira distinta em cada unidade da federação e ganhou um novo formato a partir do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, por meio do Programa de Escolas Cívico-militares. Por isso, neste trabalho, iremos nos deter na etapa inicial do processo de militarização de escolas do Amazonas, os Colégio Militares da Polícia Militar (CMPMs).

A militarização das escolas públicas em Manaus se apresenta ambígua desde o princípio. O primeiro Colégio Militar da Polícia do Amazonas,

promulgado pelo decreto 15.831/1994¹¹, foi criado para atender aos servidores militares, seus dependentes e parte da sociedade civil. Estava ligado à estrutura organizacional da Polícia Militar, contudo, a maior parte dos ônus financeiros ficou a cargo da Secretaria Estadual de Educação.

Essa distinção é importante, pois buscamos compreender quais concepções políticas e educacionais levaram os governos desses períodos a militarizarem escolas da rede pública de ensino. Queremos entender em que medida a gestão militarizada de escolas civis atende aos pressupostos de gestão democrática estabelecidos na legislação brasileira. Para tanto, foi necessário realizar um levantamento dos decretos e portarias de criação dessas unidades, notícias sobre a militarização de escolas em jornais locais, sites do governo do Amazonas, da Assembleia Legislativa do Amazonas, nos portais digitais de notícias e nas redes sociais (em específico o Facebook).

Fundamentados no Materialismo Histórico Dialético, entendemos que, conforme Lênin (1982), a dialética compreende o que hoje chamamos de teoria do conhecimento, exigindo a consideração do seu objeto do ponto de vista histórico, estudando e generalizando a origem e o desenvolvimento do conhecimento, bem como a passagem da ignorância ao conhecimento. Buscamos compreender como o governo do Amazonas implementou a militarização de escolas, levando em conta que o arcabouço jurídico aponta para a gestão democrática do conhecimento. Dessa forma, almejamos entender as representações construídas sobre essas unidades educacionais e captar, na realidade concreta, as contradições entre as mediações e as concepções teóricas, alcançando assim o fenômeno em sua própria realidade.

Cury (2002) enfatiza que a realidade é uma produção histórica, ou seja, humana. Nesse sentido, as categorias são ferramentas essenciais para investigar o contexto social, e a educação é um elemento constitutivo desse contexto. Para entendermos as partes, é necessário compreender o todo. Vamos interpretar as fontes sob essa perspectiva, utilizando as categorias de Marx: contradição, mediação, totalidade, reprodução e hegemonia.

¹¹ Santos (2020) observa que o Governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo (PMDB) realizou um movimento diferenciado ao publicar o Decreto nº 15.831, que criou o primeiro colégio militar do Estado. Isso se destaca em relação aos estados que o precederam nesse ato, como Mato Grosso e Rondônia, pois, ao contrário desses estados, o Amazonas já possuía um Colégio Militar do Exército.

2 ASPECTOS DE GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E DEMOCRACIA NA EDUCAÇÃO

As discussões sobre a gestão democrática na educação têm ganhado destaque ao longo do tempo na comunidade científica e entre os agentes públicos do estado, pois influenciam diretamente na construção da concepção de cidadania e, conseqüentemente, nas relações entre os sujeitos e o Estado. Contudo, ao abordar a gestão democrática da escola pública, isso muitas vezes é considerado como utópico. No entanto, isso não significa que não possa se tornar realidade (Paro, 2016; Cunha, 1991). Para isso, é necessário ter consciência das condições e contradições concretas que indicam a viabilidade da democratização das relações nas escolas. Nesta seção, para aprofundar essa reflexão, apresentamos uma articulação entre educação e democracia.

2.1 A regulamentação da gestão democrática na educação

A Constituição Federal, no artigo 206 (BRASIL, 1988), inciso VI, estabelece que o ensino deve ser ministrado com base no princípio da gestão democrática. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), no artigo 3º, inciso VIII, determina a gestão democrática do ensino público, conforme esta lei e a legislação dos sistemas de ensino¹². O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) estabelece a meta 19, que visa "Assegurar condições, em dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar nas escolas públicas, prevendo recursos e apoio da União para tal fim"¹³.

No entanto, as teses e dissertações analisadas para este trabalho indicam que a gestão democrática na educação ainda se encontra em uma situação bastante frágil. O senador Afonso Arinos, durante a promulgação da carta magna, enfatiza o "Direito social assegurado, direito social sem garantia: eis a

¹² Apesar de ser obrigação das unidades federativas e municípios regulamentarem a gestão democrática, no Amazonas, não foi criada nenhuma lei para regulamentar sua efetivação. A gestão democrática não passa de uma meta no Plano Estadual de educação do Amazonas, lei 4.183, de 26 de junho de 2015, e do Plano Municipal de Educação, lei 2000, de 24 de junho de 2015.

¹³ "O reconhecimento de um direito, seja em sua forma mais robusta ou menos enfática, pressupõe sempre a existência de um sistema normativo. Quando mencionamos 'existência', referimo-nos tanto à mera presença de um direito histórico ou atual quanto ao reconhecimento de um conjunto de normas que orienta a própria conduta. A noção de direito está intrinsecamente ligada à noção de obrigação" (BOBBIO, 2004).

questão" (Arinos *apud* Lima, 2018). Por outro lado, Cunha (1991) afirma que tratar democracia no Brasil é mais uma questão de esperança do que de realização prática.

A consolidação de uma democracia pressupõe a participação como elemento primário (Paro, 2016). Contudo, apesar de a gestão democrática estar regulamentada por um conjunto de leis e também estar presente nos discursos políticos, como indicado por Lima (2008), Saviani (2019), Cruz (2019) e Ranna (2021), do ponto de vista prático, o que ocorre é que os agentes públicos acabam por dificultar a sua implementação ou até mobilizam esforços para inviabilizá-la¹⁴. Nessa perspectiva, Cury (1989), ao discutir a relação entre a ideologia e a educação, destaca que a função histórica da implantação da ideologia está intimamente ligada à função educativa, onde a ideologia dominante tentará exercer a função educativa quando a implantação das relações capitalistas se tiver constituído; esse momento, após a dominação, ocorre com o aparecimento da ideologia dominada.

A função educativa, meio de implantação e consolidação da ideologia, pretende *tornar coesa a classe* que a gera. Pretende formular uma conceituação que reproduza a situação da classe. Mas sob o capitalismo a classe dominante também pretenderá se tornar hegemônica, isto é, mediante a difusão de sua ideologia tornar coesa toda a sociedade, ocultando as diferenças sociais pela proclamação do discurso igualitário. Contudo, tal adesão não se faz por adição, mas por contradição. (CURY, 1989, p. 48)

A questão de classe abordada por Cury (1989) entra em diálogo com os argumentos de Lima (2008) ao afirmar que o debate sobre a democracia é marcado por contraposições. Por um lado, a democracia é vista como uma ferramenta de organização para a classe trabalhadora; por outro, como uma armadilha para ela. Este debate é crucial, pois influencia as formas de organização tanto da classe dominante quanto da classe dominada, sendo um elemento fundamental para a compreensão da organização das políticas educacionais e sociais.

¹⁴ Souza e Pires (2018), ao tratarem dessa questão, explicam que um processo será tanto mais democrático quanto maior for a participação crítica possível. A criticidade está intimamente ligada à ideia de autonomia, no entanto, não se qualifica como independência; pelo contrário, a autonomia não ocorre de maneira isolada, mas sempre em relação a algo.

Para compreender a complexidade desse processo, faz-se necessário um exame cuidadoso da sociedade brasileira do ponto de vista histórico, levando em consideração a relação entre os sujeitos e o Estado, tendo em vista que não há políticas sociais desvinculadas do modelo de Estado e da relação deste com a sociedade (Lima, Prado, Shimamoto, 2011). O Estado brasileiro encontra-se inserido no chamado neoliberalismo, com características restritivas, coercitivas e conservadoras das desigualdades sociais, dificultando assim a participação e a autonomia dos sujeitos (Leher, 1999), empregando toda a sua energia no fortalecimento das necessidades do mercado capitalista.

2.2 (Neo) liberalismo, estado e democracia

Orso (2007) e Saviani (2019) explicam que o neoliberalismo surgiu após o declínio do "Estado de Bem-estar" liberal, por volta da década de 1970, coincidindo com a reestruturação produtiva. Essa nova ordem socioeconômica e política reflete as políticas dos governos de Margaret Thatcher (1979-1990) na Inglaterra, Ronald Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos e Helmut Kohl (1982-1998) na Alemanha. Esses governos foram marcados pelo conservadorismo e adotaram uma postura ultraliberal¹⁵ seguindo as ideias de Hayek¹⁶ e o monetarismo de Milton Friedman¹⁷. Sua principal característica foi o ataque ao estado regulador e a defesa do estado liberal concebido pelos clássicos. Essa reorganização econômica promoveu políticas de equilíbrio fiscal universal, desregulação dos mercados, abertura das economias nacionais e

¹⁵ Orso (2007) destaca que, para compreender o neoliberalismo, é preciso um exame histórico que permita ver o que há de novo no liberalismo, pois, a priori, o termo sinaliza a existência de uma ruptura e, de outro ângulo, uma continuidade do liberalismo. "Por isso, às vezes, tratamos do liberalismo clássico, do neoliberalismo e do ultraliberalismo como momentos sucessivos e estanques ou como coisas diferentes" (ORSO, 2007, p.164). Contudo, é preciso não perder de vista o movimento histórico, compreendido numa totalidade de relações que produzem continuamente, e, de modo complexo, nova realidade.

¹⁶ Fundou-se em 1947 a Sociedade de Mont Pèlerin, um grupo de liberais extremados defensores dos princípios do *laissez-faire*, que defendia que a essência da modernidade residia em libertar o indivíduo das limitações que o aprisionavam aos costumes e às autoridades. Entendia-se que os esforços espontâneos poderiam produzir uma complexa ordem de atividades econômicas que só a liberdade poderia semear. Desta forma, o liberalismo é fruto da evolução e da seleção natural e espontânea (HAYEK, 1994, p. 41).

¹⁷ Também é um dos ideólogos do liberalismo do tipo *laissez-faire*, contudo, entre 1935 e 1937, participou do programa do *New Deal*. Em 1947, ele se junta a Hayek e participa da fundação da Sociedade de Mont Pèlerin (ORSO, 2007, p. 175).

privatização dos serviços públicos. No âmbito político, houve críticas às democracias de massa (Saviani, 2019, p. 286).

Orso (2007) e Saviani (2019) perceberam que o que é chamado de "neoliberalismo" é, na verdade, uma continuação do liberalismo clássico. Ao analisar a história do liberalismo, Orso (2007) observa que ele evolui do liberalismo clássico (tese) para o liberalismo intervencionista (antítese) e, finalmente, para o ultraliberalismo (síntese).

Se, como dizia Hayek, "as ideias do século XIX eram apenas o começo", "se o livre mercado ainda não havia sido plenamente posto em prática", então, a sua retomada a partir da segunda metade dos anos 1970 em diante não é o neoliberalismo, mas sim o ultraliberalismo. (ORSO, 2007, p. 175)

Ao analisar as mudanças do liberalismo, Saviani (2019) aponta que a versão atual se contrapõe ao liberalismo keynesiano e, além de se proclamar neoliberal, autodefine-se como moderna. Ao aprofundar essa leitura, ele identifica que a palavra "modernização" é frequentemente usada nos discursos de seus protagonistas. No entanto, realizando uma interpretação iluminista, o autor percebe que essas posições não têm nada de modernas. Ele afirma que se trata não de uma posição neoliberal e moderna, mas sim pós-liberal e pós-moderna (Saviani, 2019, p. 287). Nesse aspecto, enquanto pós-liberal, herda os insucessos do liberalismo e retira sua suposta racionalidade natural das leis do mercado. Já enquanto pós-moderna, indica a descrença na civilização e a perda de seu caráter de processo histórico. Assim, ele se insere na chamada mesmice dos signos dissociados de sentido, perdendo totalmente qualquer relação com algum suporte essencial.

Lenin (2006) indica que o Estado é um campo em disputa¹⁸ pelas classes sociais, tornando-o contraditório¹⁹. Ele serve aos interesses da elite burguesa, ao mesmo tempo em que realiza concessões à classe trabalhadora visando administrar a questão social. Segundo Motta e Frigotto (2017, p. 363), a "questão

¹⁸ Lima (2008) indica que a gestão democrática consiste numa ação participativa e comprometida de todos os envolvidos com a educação, além disso ter o poder de participar das tomadas de decisão.

¹⁹ Essa contradição se torna clara durante a redemocratização do Estado brasileiro na década de 1980. No entanto, esse processo foi interrompido na década de 1990, quando a condução do Estado adquiriu uma forma centralizadora, contribuindo para a desconstrução do processo democrático e resultando em um Estado mais autoritário (LIMA, 2008).

social" é um elemento essencial das relações capitalistas, inseparável das configurações do capital-trabalho e das desigualdades sociais que surgem desse processo, caracterizando as relações de poder. Iamamoto (2003) define a "questão social" como política, relacionada à preocupação do setor hegemônico da sociedade, que via na pobreza acentuada, resultado da expansão da industrialização e da "nova ordem", uma ameaça de "fratura" das instituições sociais existentes, devido à entrada da classe operária no cenário político.

Do ponto de vista histórico, as políticas só atendem aos interesses da classe trabalhadora quando ela está organizada e mobilizada. Assim, é a relação entre o Estado e os movimentos organizados da sociedade que define o modelo político que ele reproduz. Portanto, a democratização não é fruto do capitalismo, mas sim da luta histórica da classe trabalhadora (Baczinski; Comar, 2016, p.162). No Brasil atual, estamos diante de um estado que beira à barbárie. O sufrágio se apresenta como uma ferramenta democrática muito frágil, e essa constatação se torna mais concreta a partir de 2016, com o golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff. Saviani (2019) chega a afirmar que as instituições democráticas foram comprometidas pelo Estado democrático de direito, em um grande acordo que envolveu a grande mídia, o parlamento e o judiciário para tomarem posse do executivo, rompendo, assim, a ordem dos três poderes.²⁰

O processo descrito abriu caminho para a chegada da extrema direita à presidência do Brasil em 2018. Por meio do voto, a democracia foi utilizada como ferramenta para legitimar os interesses daqueles que desrespeitaram seus princípios constitucionais. Isso nos leva a examinar brevemente os diferentes momentos da democracia na república brasileira. Na República Velha, a democracia era ultra restrita, com eleições controladas.²¹ Na chamada República Nova (populista), houve uma ampliação das formas de participação até ser interrompida por um golpe militar que estabeleceu uma democracia excludente²².

²⁰ Lombardi (2018) aponta que a estruturação do Estado brasileiro, desde o início, passou por transições conservadoras, caracterizado por golpes de "cima para baixo", mantendo marginalizados os diferentes segmentos da classe trabalhadora.

²¹ Antes de 1930, eram realizadas as eleições conhecidas como "a bico de pena", nas quais o voto era aberto e não secreto, havendo controle dos caciques políticos sobre os eleitores (SENADO, 2023).

²² Harvey (2008) identifica que, perto do final dos 1960, o liberalismo keynesiano, que ele vai chamar dentro da geografia de liberalismo embutido, começou a dar sinais de falência a nível internacional e nas economias domésticas, gerando a fase global de "estagflação", que duraria

Desde 1988 até o presente momento, vivenciamos o que Saviani (2019) chama de "democracia suicida", na qual a educação pública enfrenta um cenário desafiador. As mobilizações pela abertura democrática, na década de 1980, pressionaram o Estado a responder com a ampliação de vagas e a implementação de projetos democratizadores, como eleições diretas para diretores, conselhos escolares deliberativos, conselhos de educação deliberativos, reorganização de grêmios estudantis livres e instituição de projetos políticos-pedagógicos.

Esses elementos nos levam a compreender o Estado, conforme argumentam Marx e Engels (1998), como uma estrutura que manifesta a vontade da classe dominante. Nesse sentido, percebe-se que o ensino²³ pode se tornar um dos meios de dominação ideológica, tornando-se uma ferramenta primordial para consolidar a hegemonia da classe no poder. O estado de classe está intrinsecamente ligado ao ensino de classe, e, apesar das tensões, o aparato escolar funciona como um apêndice da classe dominante.

Esses elementos apontam para uma relação indissociável entre Estado e Sociedade. Trata-se de um contrato social permeado por conflitos, onde a classe dominante defende os interesses do mercado de forma exclusiva, enquanto a classe trabalhadora pressiona pela garantia mínima de seus direitos. Essa contradição evidencia um Estado em constante disputa, com uma correlação de forças desigual, materializando a luta de classes. Nesse contexto, avançamos para compreender essa complexidade na lógica neoliberal, onde o mercado, a competitividade e a busca pelo lucro determinam as posturas na tomada de decisões.

Enquanto o liberalismo clássico, da época da burguesia nascente, propôs os direitos do homem e do cidadão, entre os quais, o direito à educação, o neoliberalismo enfatiza mais os direitos do consumidor do

por boa parte dos anos 70. Será justamente nessa conjuntura que ocorre o golpe de estado que dará origem a ditadura cívico-militar no Brasil.

²³ Dewey defende que a educação é uma doutrina pedagógica específica da sociedade democrática. Desta forma, não pode ser vista como uma mera ferramenta de perpetuação de estruturas sociais anteriores, mas sim um mecanismo de implantação de estruturas sociais ainda rudimentares. Assim, não se reduzem às normas formuladas por Durkheim e Parsons, formal e conservadora, mas estão ligadas aos valores e normas da democracia. Esta interpretação pressupõe indivíduos que possuam chances iguais em uma sociedade igualitária, onde competem por diferentes privilégios. O modelo de sociedade encoberto nessa definição é o da igualdade das chances, não o da igualdade entre as pessoas. As desigualdades não são percebidas como diferenças geradas historicamente pelo sistema social, mas sim como justas, decorrentes das diferenças naturais entre as pessoas (Freitag, 1980).

que as liberdades públicas e democráticas e contesta a participação do estado no amparo aos direitos sociais. [...] A liberdade que postula é a liberdade econômica das grandes organizações, desprovida do conteúdo político democrático proposto pelo liberalismo clássico. (MARRACH, 1996, p.42.)

Essa modernização busca reformar o Estado para reduzir o seu tamanho, promover o crescimento econômico, a reforma educacional e ampliar o poder da iniciativa privada transnacional a partir do consenso ideológico. Marrach (1996) destaca que a conciliação é a estratégia política conservadora que se apresenta com um rosto progressista, assim, está com a história, nesse caso com o processo de globalização.

Alvater (*apud* Freitag, 1980), crítico da economia da educação, reinterpreta para um vocabulário marxista o argumento economicista dos investimentos educacionais. Para ele, os investimentos feitos para aprimorar a força de trabalho, a declarada "qualificação da mão de obra", ou "aperfeiçoamento dos recursos humanos", ocorrem para aprimorar e tornar mais eficazes essas relações, ampliando a relação de dependência do trabalhador ao capitalista. Os investimentos educacionais, no contexto da reprodução ampliada, devem ser interpretados como investimentos em capital variável, para aprimorar os investimentos em capital constante, ampliando a produtividade e reprodução capitalista.

2.3 Escola, gestão democrática e (neo)liberalismo

Ao trazer esse contexto para analisar a relação entre a escola e a democracia, Saviani (1999) elabora a teoria da curvatura da vara. Trata-se de estudar o funcionamento interno da escola de 1º grau, indicando dois caminhos: 1) a questão da organização da escola de 1º grau; e 2) a ênfase nas atividades fins. Diante da complexidade desses caminhos, ele vai centrar seu trabalho nas atividades fins e investigar como se desenvolve o ensino, quais são as finalidades almejadas e a coerência entre essas finalidades e os procedimentos adotados.

Assim, ele cria três teses políticas para realizar sua investigação. A primeira, de caráter geral, é a tese filosófico-histórica, em que apresenta o caráter revolucionário da pedagogia da essência e o caráter reacionário da

pedagogia da existência. A segunda tese é a pedagógico-metodológica, onde aborda o caráter científico do método tradicional e o caráter pseudo-científico dos métodos novos. A terceira, oriunda das anteriores, é a tese política educacional, em que explica que quanto mais se fala de democracia na escola, menos democrática ela é, e quanto menos se toca nesse assunto, mais ela está articulada com práticas democráticas (Saviani, 1999).

Ao realizar a contextualização da tese filosófico-histórica, aponta-se que na época moderna, durante a gestação do modo de produção capitalista, a burguesia, classe em ascensão, apresenta-se como revolucionária e advoga a filosofia da essência como um suporte para a defesa da igualdade entre os homens²⁴. Assim, o domínio da nobreza e do clero é considerado não natural, ou seja, social e acidental, portanto, histórico. Naquele momento, os interesses da burguesia coincidiam com as transformações em curso, e é nesse sentido que a filosofia da essência vai fazer uma defesa intransigente da igualdade essencial entre os homens. Nestas bases, funda-se a liberdade, elemento central para a reforma da sociedade. De acordo com essa linha de raciocínio, os homens são essencialmente livres, então podem dispor de sua liberdade por meio de contratos sociais e assim fazer concessões de acordo com sua vontade. Aqui reside o fundamento jurídico da sociedade burguesa. Será sobre essa base de igualdade que vai se estruturar a pedagogia da essência e os sistemas nacionais de ensino. Com isso, esperava-se converter os servos em cidadãos para que pudessem participar do processo político. Assim, a escola se apresenta como instituição fundamental para a consolidação da ordem democrática burguesa.

Com o passar do tempo, à medida que a burguesia de classe em ascensão se transforma em classe consolidada no poder, veremos que os interesses do novo grupo hegemônico não caminham mais em direção à transformação da sociedade; ao contrário, agora convergem para a manutenção da mesma. Deixando de estar alinhada ao desenvolvimento histórico para se posicionar contra a história. Será neste momento em que Saviani (1999) indicará

²⁴ Hobsbawm (2011, p. 105), ao analisar a Revolução Francesa em sua obra "A Era das Revoluções", afirma que ela não foi coordenada por um partido ou movimento organizado, como é entendido atualmente, e tampouco existia um programa estruturado. Contudo, pairava um impressionante consenso de ideias gerais de um grupo social bastante coerente que deu ao movimento revolucionário uma unidade efetiva, sendo este grupo a burguesia.

que a escola tradicional, a pedagogia da essência, deixa de servir, e a burguesia propõe a pedagogia da existência. Enquanto a pedagogia da essência estava fundamentada no igualitarismo, a pedagogia da existência terá suas bases na legitimação das desigualdades.

Na segunda tese, "do caráter científico do método tradicional e do caráter pseudo-científico dos métodos novos", é apresentado que o exercício realizado pela burguesia consiste em contrapor os métodos novos ao tradicional. Assim, a Escola Nova constrói seus argumentos na defesa da pedagogia da existência, caracterizando a pedagogia da essência como se fosse medieval ou pré-científica. No entanto, esses argumentos são falsos. O ensino tradicional se constituiu após a revolução industrial²⁵, estando presente nos chamados sistemas nacionais de ensino a partir do final do século XIX. Com a burguesia consolidada como classe hegemônica, a escola foi implementada como redentora da humanidade e instrumento de consolidação da ordem democrática. O ensino tradicional se estruturou através do método pedagógico expositivo, cuja matriz teórica reside nos cinco passos de Herbart: a preparação, a apresentação, a comparação, a assimilação, a generalização e, por fim, a aplicação. Esses passos correspondem aos três momentos formulados por Bacon: a observação, a generalização e a confirmação. Os métodos de Herbart e Bacon encontram-se no interior do movimento filosófico do empirismo, que foi a base da ciência moderna.

Ao tratar do movimento da Escola Nova, é caracterizado que suas ações visam articular o ensino com o processo de desenvolvimento da ciência, ao passo que o método tradicional o articulava com o produto da ciência. Em outras palavras, para a Escola Nova, o ensino seria uma forma de projeto de pesquisa²⁶.

²⁵ Qualquer que tenha sido a razão do avanço britânico durante a Revolução Industrial, ele não se deveu à superioridade tecnológica e científica. A educação inglesa, em linhas gerais, era considerada inferior à dos demais países europeus, tendo como exceção as escolas do interior e as universidades democráticas da Escócia calvinista. As duas únicas universidades inglesas, Oxford e Cambridge, eram intelectualmente nulas, assim como as escolas públicas, com exceção das Academias fundadas pelos "Dissidentes", que foram excluídas do sistema educacional anglicano. (Hobsbawm, 2011, p. 61-62)

²⁶ John Dewey, um dos pensadores que mais influenciaram a Escola Nova no Brasil, defendia a ideia de que as escolas assumissem o caráter de comunidades democráticas artificiais, reproduzindo de maneira perfeita as comunidades imperfeitamente democráticas da sociedade global. Dessa maneira, os alunos oriundos dessas escolas-modelo seriam capazes de aperfeiçoar as instituições deficitárias da sociedade. Contudo, as desigualdades sociais não são percebidas como diferenças geradas historicamente; pelo contrário, a ordem é regulamentada

Por isso, em oposição ao método tradicional, também está organizado em cinco passos: o primeiro é o ensino como atividade; o segundo, a identificação de determinados problemas; o terceiro, o levantamento de dados; o quarto, a formulação de hipóteses explicativas e; o quinto, a experimentação onde poderá confirmar ou rejeitar as hipóteses formuladas. Saviani (1999) destaca que a Escola Nova acabou por dissolver a diferença entre pesquisa e ensino. Dessa forma, ao mesmo tempo que o ensino era empobrecido, a pesquisa era inviabilizada.

A terceira tese apresenta os elementos que caracterizam a Escola Nova como não democrática, pois, apesar da proclamação democrática, ocorre em sua pedagogia o abandono da busca da igualdade por meio de procedimentos ditos democráticos²⁷. O autor destaca que esse modelo de democracia serviu a pequenos grupos privilegiados, legitimando as diferenças. Assim, ao tratar da democracia na educação, volta sua atenção para a democratização do conhecimento em oposição à elitização do mesmo.

A minha expectativa é justamente que com essa inflexão a vara atinja o seu ponto correto, vejam bem, ponto correto esse que não está também na pedagogia tradicional, mas está justamente na valorização dos conteúdos que apontam para uma pedagogia revolucionária; pedagogia revolucionária esta que identifica as propostas burguesas como elementos de recomposição de mecanismos hegemônicos e se dispõe a lutar concretamente contra a recomposição desses mecanismos de hegemonia, no sentido de abrir espaço para as forças emergentes da sociedade, para as forças emergentes da sociedade, para as forças populares, para que a escola se insira no processo mais ampla de construção de uma nova sociedade. (Saviani, 1999, p. 67-68)

Ao aprofundar suas análises indo além da teoria da curvatura da vara, o autor percebe que tanto a pedagogia tradicional quanto a pedagogia nova entendiam a escola como "redentora da humanidade", baseando-se na lógica que seria possível modificar a sociedade a partir da educação. Caindo naquilo que caracterizou como "inversão idealista", pois de elemento determinado pela estrutura social, a educação é entendida como elemento determinante. Somado

pela competição e as mudanças nesse sistema se resumem no aperfeiçoamento das estruturas democráticas (Freitag, 1980).

²⁷ Lima (2013) salienta que a existência real da gestão democrática no capitalismo não pode ter como eixo central a sua infalibilidade, por conta de dois aspectos: primeiro se deve ao fato de o capitalismo excluir por natureza, enquanto a democracia inclui; O segundo é que no capitalismo a igualdade é abafada pela liberdade que, por sua vez, é transformada em mercadoria.

a isso, percebe que o acesso das camadas trabalhadoras à escola ampliará a pressão para que a igualdade formal, característica da sociedade contratual burguesa, transforme-se em igualdade real²⁸. A essa demanda, a burguesia responde criando a Escola Nova, onde denunciará o caráter mecânico e desatualizado dos conteúdos da escola tradicional, crítica salutar. Contudo, funcionará como mecanismo de recomposição da hegemonia burguesa, subordinando os anseios populares²⁹ aos interesses burgueses e, assim, referendando uma reforma da escola alinhada ao projeto hegemônico.

2.4 Um olhar mais específico sobre a relação entre escola e democracia no Brasil

Voltando suas análises para a situação educacional brasileira, Saviani (2019) toma emprestadas as categorias elaboradas por J. Nagle em sua tese "Educação e Sociedade na 1ª República": o "entusiasmo pela educação" e o "otimismo pedagógico". Na fase do entusiasmo pela educação, a escola é vista como instrumento de participação política. Esse período ocorre entre a primeira e segunda década do século XX, momento em que o país atravessa a efervescência de movimentos populares e operários que lutam por maior participação política na sociedade. Ao mesmo tempo, a hegemonia das oligarquias políticas entra em crise. Ao final desse período, o escolanovismo desponta, marcando um refluxo na preocupação política e democrática em relação à escola e inaugurando o chamado "otimismo pedagógico", no qual a preocupação da escola é canalizada para o plano técnico-pedagógico³⁰.

Essa mudança se deve às novas necessidades da burguesia nacional. Ocorre que, quando defendia escola para todos, o "entusiasmo pedagógico" dela alinhava-se aos interesses da classe trabalhadora em vista da consolidação de

²⁸ A busca pela igualdade real implica a igualdade de acesso ao saber, logo, resulta na distribuição equitativa dos conhecimentos disponíveis, onde os conteúdos formais, fixos e abstratos são transformados em conteúdos reais, dinâmicos e concretos (Saviani, 1999).

²⁹ Cury (2002) explica que o direito à educação, como direito declarado em lei, é recente e remonta ao final do século XIX e início do século XX. Esse direito, assim como os direitos civis, políticos e sociais, está diretamente ligado ao jogo das forças sociais em conflito. A história da classe trabalhadora registra a educação como bandeira de luta de vários partidos, movimentos radicais populares e de diversos programas políticos de governo.

³⁰ Saviani (2019) destaca que, na fase do "entusiasmo pela educação", o lema era "Escola para todos", mas com a Escola Nova ocorre uma transferência da preocupação dos objetivos e dos conteúdos para os métodos e da quantidade para a qualidade.

uma ordem democrática. Porém, uma vez que a participação política das classes submersas começa a acontecer, as contradições que estavam escondidas sob aquele objetivo comum surgem e ganham relevo as contradições de interesses. A burguesia dominante acreditava, na primeira fase, que o povo instruído iria escolher melhor seus governantes. Contudo, a visão dos dominados sobre os melhores governantes era distinta da visão do grupo dominante. Não que o povo escolhesse os melhores governantes, pois suas escolhas eram limitadas aos nomes dispostos pelo esquema partidário burguês. Assim, escolhiam os menos piores, mas esses compunham, na visão da facção dominante, os piores para seus projetos hegemônicos. Por essa lógica, o modelo de escola não estava funcionando; portanto, era necessário promover uma reforma.³¹

Paro (2016), ao analisar a gestão democrática da escola pública, faz referência a Saviani ao tratar da especificidade da educação escolar, que estaria fundada na não separação entre produção e consumo, assim como na impossibilidade de subordinação real do trabalho ao capital no processo de produção pedagógica. Nesse aspecto, os autores possuem diferentes interpretações. Saviani infere a atividade de ensino (aula) como produto da educação escolar inseparável do consumo pelos alunos. Paro assinala que, na sociedade capitalista, a aula é considerada o produto do processo de educação escolar e consiste tão somente na atividade que dá origem ao produto do ensino, ou seja, não é o produto do trabalho, mas o próprio trabalho pedagógico. Assim, apresenta-se a complexidade desta relação.

Entendida a educação como a apropriação de um saber (...) historicamente produzido e a escola como *uma das* instâncias que proveem educação, a consideração de seu produto não pode restringir-se ao ato de aprender (...). Se se permite a analogia com o mundo da produção material, o aluno não é apenas consumidor do produto, mas também *objeto de trabalho*. (Paro, 2016, p. 41)

A aproximação com o conceito de objeto de trabalho faz sentido, visto que ele é o objeto "onde" se processa o trabalho pedagógico e que se "modifica"

³¹ Assim, surge a Escola Nova, que ao mesmo tempo que aprimora o ensino destinado às elites, rebaixa o nível de ensino destinado às camadas populares. Nesse aspecto, é importante reverter o senso comum que via na escola nova um modelo inovador em relação à democratização do conhecimento, no qual o reformismo buscou prevalecer sobre o tradicionalismo. (Saviani, 1999)

nesse processo, indo além dele. Paro (2016) indica que o papel do educando no processo de ensino-aprendizagem vai além da condição de consumidor e objeto de trabalho, mas também como sujeito, logo, de produtor ou coprodutor. Assim, a diferença que constitui verdadeiramente o produto da educação escolar consiste no fato de o educando que sai do processo ser diferente daquele que entrou.

Considerar a aula como uma mercadoria, além de refletir uma concepção "tradicional" – liberal de educação, materializa a tendência capitalista de minimizar todas as relações sociais a atividades comerciais de compra e venda (Paro, 2016). Isso demonstra a "feitichização" da aula, onde, no ensino privado, pelo fato de ser explicitamente pago, os pais têm o direito de cobrar um ensino melhor. Enquanto no ensino público, o não pagamento explícito da "mercadoria" supõe a impossibilidade do direito de contestar a qualidade educacional. Em ambos os casos, a complexidade do processo pedagógico está encoberta por uma aparência de mercadoria que, por sua vez, aparenta ser facilmente avaliável, mascarando sua especificidade de relação social e exigindo mecanismos complexos para uma avaliação adequada.

O processo de trabalho pedagógico envolve uma outra forma de conhecimento que não pode ser separada do momento da produção. Isso é o que Paro (2016) chama de conhecimento "em ação", ou seja, o conhecimento historicamente produzido que é o objeto de apropriação pelo educando. Essa característica se opõe à intangibilidade do modo de produção particularmente capitalista na escola, ou seja, esses aspectos dificultam a radical divisão do trabalho docente, a conseqüente apropriação do conhecimento pelo educador e a real subordinação do trabalho ao capital.

A partir desta análise, compreendemos que a gestão democrática da escola não atende exclusivamente aos interesses da classe dominante e do mercado, mas atravessa períodos conflituosos devido às contradições sociais. Com base nesse enfoque, as políticas educacionais, gestadas no contexto da década de 1980, são fundamentadas em três elementos. Primeiro, o controle do Estado por meio dos conselhos escolares deliberativos. Segundo, o poder de escolha e decisão. Terceiro, o poder político, caracterizado pela crescente descentralização e autonomia das redes de ensino. Contudo, na década de 1990, a conjuntura política desconstrói radicalmente essa iniciativa frágil, e a

democratização assume a forma de gestão compartilhada, envolvendo os sujeitos.

a) não mais objetivam assumir o poder, mas fazer parte de um; b) se tornam fiscais *para* o Estado, abdicando-se da busca de controle sobre o mesmo; e, c) adotam um poder transvestido em colaborativo, voluntarioso e fiscalizador. (LIMA; PRADO; SHIMAMOTO, 2011)

Esse contexto esvazia o Estado e transforma o espaço público em espaço privado. O projeto de ampla democratização da educação perdeu força na constituinte de 1987, e sua derrota se efetivou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando não foi aprovada a democratização da gestão nos sistemas educacionais, sendo contemplada apenas a gestão democrática da educação pública, conforme inciso VI do Art. 206. Lima, Prado e Shimamoto (2011) indicam que até o ano de 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), mesmo a gestão democrática do ensino público ainda não havia sido, de fato, regulamentada. O modelo de gestão educacional em curso estava articulado com a reforma do estado brasileiro, a partir da reorganização do aparelho de Estado embasado nas diretrizes do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (1995). Assim, a reforma educacional³² fica diretamente ligada à reforma do Estado, alicerçada no modelo neoliberal, devendo manter-se por recursos próprios.

A partir de 1930, a administração burocrática do Estado brasileiro passou por várias tentativas de reforma, destacando-se a extinção e criação de órgãos em alguns momentos, e a criação de estruturas coexistentes em outros, buscando modificar a rigidez burocrática. No governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), na área da reforma administrativa, foi criada a Comissão de Estudos e Projetos Administrativos com o objetivo de realizar estudos para implementar a simplificação dos processos administrativos e reformas ministeriais, assim como a Comissão de Simplificação Burocrática, que visava criar projetos para reformas globais e descentralização de serviços. Em 1967, o Decreto-Lei 200 tornou-se uma referência na busca por superar essa

³² Leher (1999) aponta que, para compreender a reforma educacional, é necessária uma análise das concepções ideológicas que materializam esse processo. Na América Latina, África e parte da Ásia, o ponto de origem é o Banco Mundial, caracterizado pelo autor como o “ministério da educação dos países periféricos”, e o modelo apresentado é centrado na relação entre educação e as doutrinas de segurança.

inflexibilidade burocrática. Além disso, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995 considera esse decreto-lei como o primeiro momento da administração gerencial no país, regulamentando a transferência de atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Nesse decreto-lei, foi instituído como base da racionalidade administrativa o planejamento e o orçamento, bem como o descongestionamento das chefias executivas superiores.

Apesar disso, as reformas realizadas pelo Decreto-Lei 200/67 não modificaram a administração burocrática central, que foi enfraquecida ao longo do tempo pelo oportunismo do regime militar ao não desenvolver carreiras de administradores públicos de alto nível. Pelo contrário, a mão de obra foi contratada por meio das empresas estatais. Na década de 1980, uma nova experiência de reforma em direção à administração pública gerencial foi realizada com a criação do Ministério da Desburocratização e do Programa Nacional de Desburocratização – PND. Seus objetivos consistiam na revitalização e agilidade das organizações do Estado, na descentralização da autoridade, na otimização dos processos administrativos e na promoção da eficiência. Contudo, a transição democrática de 1985 representou uma estagnação no avanço desse modelo gerencial, em função das tensões sobre o modelo de democracia que seria implementado no país.

A um retrocesso burocrático sem precedentes. Sem que houvesse maior debate público, o Congresso Constituinte promoveu um surpreendente engessamento do aparelho estatal, ao estender para os serviços do Estado e para as próprias empresas estatais praticamente as mesmas regras burocráticas rígidas adotadas no núcleo estratégico do Estado. A nova Constituição determinou a perda da autonomia do Poder Executivo para tratar da estruturação dos órgãos públicos, instituiu a obrigatoriedade de regime jurídico único para os servidores civis da União, dos Estados-membros e dos Municípios, e retirou da administração indireta a sua flexibilidade operacional, ao atribuir às fundações e autarquias públicas normas de funcionamento idênticas às que regem a administração direta. (BRASIL, 1995)

Este cenário ajuda a compreender a correlação de forças presentes na constituinte de 1987. Ao mesmo tempo que não regulamentou a gestão democrática em todo o sistema de ensino, também acabou por interromper momentaneamente a expansão do gerencialismo no Estado Brasileiro. O fruto

desse processo foi um modelo de gestão articulado ao modelo econômico, legitimado por um consenso quase geral. Na educação, esta "nova" perspectiva política assinala a legitimação de um arquétipo no qual a comunidade controla a escola pública, onde o "cidadão cliente" ganha status de fiscalizador e controlador da escola (Lima; Prado; Shimamoto; 2011). Assim, desenha-se uma formatação diferenciada de democracia adequada ao Estado capitalista. Na Constituição de 1988, no parágrafo único do Art. 1º, estará registrado que todo o poder emana do povo, podendo ser exercido por meio de representantes eleitos ou diretamente (BRASIL, 1988).

A formatação desse processo designava uma interpretação de público conectado ao Estado, o mantenedor das políticas sociais. Desta forma, a participação política nas unidades educacionais buscava consolidar a possibilidade de democratizar as relações de poder dentro das escolas. Porém, este modelo foi reduzido à participação popular por meio do voto obrigatório. Nesse quadro, uma nova organização de Estado se configura, passando a funcionar com características do mercado. Assim, o setor público passa a buscar uma nova forma de organização e gestão, baseado na iniciativa privada. O Estado deixa de ser o fomentador de benefícios públicos e assume o papel de gerenciador, caracterizado pela combinação da diminuição do Estado e ampliação da sociedade civil (Silva; Carvalho, 2014).

A gestão gerencial, conforme indicado por Castro (2008) e Fonseca (2003), está centrada no fortalecimento da autonomia da gestão escolar, com a concentração de tarefas na figura do gestor, que tem o papel de coordenar a escola para atingir os índices das avaliações de desempenho em larga escala.

Assim, o Estado assume um caráter gerencialista, conforme indicado por Castro (2008) e Fonseca (2003), buscando priorizar a eficiência e eficácia por meio da redução dos gastos com o setor público. Além disso, implementa o controle por meio de avaliações que focam no desempenho individual, buscando conferir o produto e consolidando a competitividade e a descentralização como alicerces deste modelo.

2.5 A militarização da gestão de escolas públicas no Brasil a partir de 1990

Com a consolidação dos Colégios Militares dentro da estrutura do Governo Federal, por meio do Exército, nas unidades federativas estaduais, as corporações das forças de segurança passam também a construir experiências similares. Castro (*apud* Santos, 2020) aponta que a Constituição de 1988 vai colocar essas instituições como forças auxiliares e reserva do Exército, fazendo com que herdem os princípios da Segurança Nacional, forjando uma característica comum entre tais corporações.

Algumas décadas após a criação das escolas militares federais, algumas unidades federativas começam a fundar escolas militares estaduais. Essas escolas surgiram no Sudeste do País (Rio de Janeiro e Belo Horizonte), se expandiram para as principais capitais do Nordeste e do Sul (Salvador, Curitiba, Recife, Fortaleza, Porto Alegre). Posteriormente, acompanhando a política de ocupação da região Norte durante a ditadura militar, foi fundada uma unidade em Manaus. Onze anos depois da instalação da Capital Federal no Centro-Oeste, criou-se uma unidade em Brasília (SANTOS, 2020, p. 104)

Assim, vão se constituindo os Colégios da Polícia Militar (CPM) e do Corpo de Bombeiros Militar (CBM), idealizados nos moldes dos Colégios Militares das Forças Armadas³³ (Santos, 2020; Veiga, 2020). A finalidade dessas instituições está voltada para atender os dependentes dos servidores militares da área de segurança pública de cada estado. Contudo, diferentemente dos colégios militares do Exército, que possuem uma rede nacional, os Colégios das forças auxiliares estão restritos à legislação de cada unidade federativa. Esse aspecto não deve tirar a atenção das características permanentes desses distintos modelos de gestão escolar nas diferentes unidades da federação; todos estão embasados nos princípios da caserna de organização e disciplina hierarquizada.

Fica evidente que a presença militar na educação brasileira acompanhou as mudanças históricas do ponto de vista político e econômico³⁴, sendo inclusive

³³ Os colégios Militares são unidades de ensino administradas pelo comando do Exército Brasileiro, através do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) com base na Lei 9.786/1999, que estabelece o ensino do Exército e no Decreto 3.182/1999 que a implementa. Essas unidades estão ligadas à Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA). Neste momento, constituem uma rede com 14 unidades distribuídas por todo o território nacional.

³⁴ Ao analisar todo esse processo a partir de Ribeiro (2010), Cunha (2012) e Saviani (2019), compreendemos que a criação de escolas militares e a formação de sua rede esteve intimamente ligada às mudanças históricas da política e da economia nacional, podendo ser caracterizadas

o suporte para tais processos. Ao voltar os olhos para a construção da rede de colégios militares do exército, com base em Cunha (2012) e Gomes (2021), é possível identificar três momentos. O primeiro ocorre com a criação das três primeiras unidades (CMF, CMRJ e CMPA), fundadas na transição do Império para a República³⁵ (1889-1912), ocasião em que as forças armadas participaram ativamente das mudanças em curso no país. O segundo ocorre com a criação das seis unidades seguintes (CMBH, CMS, CMC, CMR, CMM, CMB), realizada em meio à crise do modelo nacional-desenvolvimentista³⁶. Enquanto as forças eleitorais estavam mergulhadas na crise, além da construção destas unidades educacionais (1955-1978), os militares participaram da elaboração do golpe que deu origem à ditadura militar e geriram o país por mais de duas décadas. A terceira fase ocorre em meio à criação das cinco últimas unidades (CMCG, CMJF, CMSM, CMBel, CMSP) com a transição lenta da ditadura militar para a reforma do Aparelho do Estado.

A construção dos colégios ligados à Polícia Militar (PM) e ao Corpo de Bombeiros Militar (CBM) ocorreu durante a ditadura militar, em meio à segunda fase da crise do modelo nacional-desenvolvimentista. Com base em Santos (2020), temos: 14 unidades em Minas Gerais (1949-1982), 1 unidade na Bahia (1957), 1 unidade no Paraná (1959), 1 unidade em Pernambuco (1966), 1 unidade no Rio Grande do Sul (1980), 1 unidade em Santa Catarina (1984). Na terceira fase, em meio à reforma do aparelho do Estado, foram criadas 16 unidades em Minas Gerais (1999-2018), 1 unidade na Bahia (1998), 1 unidade no Paraná (2017), 10 unidades no Rio Grande do Sul (2006-2010), 4 unidades em Santa Catarina (2015-2018), 1 na Paraíba (1994), 2 unidades em Alagoas (1996-2017), 3 unidades no Ceará (1997-2015), 2 unidades no Distrito Federal (1999-2012), 5 unidades no Rio de Janeiro (2006-2019) e 1 em Roraima (2012).

pelos seguintes momentos: 1º) Transição do Império para a república; 2º) Crise da política nacional desenvolvimentista e ditadura militar; 3º) Reforma para o Estado gerencial no Brasil.

³⁵ Alves e Jesus (*apud* Cunha, 2012) apontam que a reorganização do Exército fez surgir no interior da corporação a necessidade de intervir politicamente. Os intelectuais militares tomaram a frente na modernização das fábricas, laboratórios e arsenais, além das escolas militares. Desde o início da República, procuraram influenciar o campo educacional brasileiro com vistas à construção da nacionalidade.

³⁶ O período de 1955 a 1968 é considerado como a crise do modelo nacional-desenvolvimentista de industrialização e implantação do modelo “associado” de desenvolvimento econômico. Ribeiro (2010), ao analisar o período de 1956 a 1961, vai caracterizá-lo como a fase “áurea” do desenvolvimento econômico, aumentando as possibilidades de emprego, mas concentrando os lucros em setores minoritários internos e externos.

Com o passar do tempo e a consolidação da reforma gerencial do Estado brasileiro³⁷, a presença militar na educação avançou para outra experiência, a militarização de escolas públicas³⁸, um modelo de gestão amparado nos paradigmas da área da administração pública após a Constituição de 1988. Essa experiência é caracterizada pela realização de parcerias que envolvem as secretarias de Educação e Segurança Pública, parceria público-público. Contudo, há também a possibilidade de parcerias com empresas privadas, associações sem fins lucrativos e OS em geral. Além disso, é possível o financiamento privado por meio de contribuições “voluntárias”. De acordo com Veiga (2020), essas formas de parcerias são denominadas gestão compartilhada.

Diante desse cenário, a militarização das escolas públicas tornou-se uma pauta eleitoreira. Gomes (2021) indica que o discurso de combate à violência e às drogas, assim como o desempenho nos exames de larga escala, são a base dos argumentos utilizados pelos políticos que implementaram a militarização nas redes estaduais de ensino. Ao mesmo tempo, esse processo se insere no movimento neoconservador, aliado às políticas neoliberais, que amplia sua capilaridade no país por meio das bancadas conservadoras dos parlamentares federais e estaduais, que pressionam tanto o poder legislativo quanto o executivo na defesa deste modelo de gestão. No quadro a seguir, apresentamos um panorama nacional desses colégios por unidade da federação.

³⁷ Saviani (2019) analisa o declínio do regime militar e o processo de retomada democrática. O crítico identifica um regime de cautela, preocupado para não romper com a política econômica estabelecida. Saviani (2019, p. 23) ainda destaca que essa transição iniciou com a “distensão lenta, gradual e segura”, formulada em 1974 no governo Geisel, continuando com a “abertura democrática” a partir de 1979 no governo Figueiredo e finalizando com a “Nova República” em 1985. A dita transição tinha por objetivo conciliar os interesses políticos da elite brasileira, garantindo a continuidade da ordem socioeconômica. Assim, iniciava-se uma nova fase de reforma do estado, a qual culminaria com a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995).

³⁸ Mascarenhas e Goulart (2023) destacam que a militarização de escolas se insere em um cenário de dois movimentos distintos: a primeira geração está ligada às escolas que tiveram a gestão transferida para alguma das forças auxiliares de segurança pública dos Estados; a segunda geração se limita às escolas em estados e municípios brasileiros que aderiram ao Programa de Escolas Cívico-militares (PECIM). Para efeitos de análise, é importante frisar que o recorte desta pesquisa está ligado à primeira geração do processo de militarização de escolas.

Quadro 4 – Escolas estaduais militarizada por unidade da federação até o ano de 2019.

Nº	ESTADO	Nº DE COLÉGIOS MILITARES	INÍCIO DA PRIMEIRA UNIDADE	GOVERNOS QUE FUNDARAM COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR	PARTIDOS POLÍTICOS
1	Mato Grosso	8	1990	2	PMDB e PSDB
2	Rondônia	7	1991	2	PMDB
3	Amazonas	10	1994	10	PMDB, PMN, PSD e PROS
4	Goiás	60	1998	5	PMDB, PSDB e DEM
5	Bahia	13	2005	2	PFL e PT
6	Maranhão	6	2005	3	PFL, PMDB e PC do B
7	Tocantins	12	2009	4	PMDB e DEM
8	Piauí	1	2015	1	PT
9	Roraima	18	2016	1	PP
10	Amapá	3	2017	1	PDT
11	Acre	3	2018	2	PT e PP
12	Pará	1	2018	1	MDB
13	Distrito Federal	10	2019	1	MDB
14	Paraná	3	2019	1	PP

Fonte: Adaptado de Santos (2020)

Santos (2020) considera recentes as pesquisas acadêmicas em torno da militarização das escolas públicas, o que reflete a necessidade de entender as especificidades e diferenças desta política para os Colégios criados pelas Forças Armadas e forças auxiliares. Ao desenvolver sua pesquisa, identificou que até o ano de 2019 esse modelo de gestão estava presente em 14 dos 27 estados brasileiros, com 78 unidades na região centro-oeste, 54 na região norte, 20 na região nordeste, 03 na região sul e nenhuma na região sudeste.

Mascarenhas (2020) compreende que esse modelo de gestão aplica um formato de organização, pela intervenção dos militares na gestão, alicerçada na hierarquia e obediência sem margens para o questionamento, onde o fazer pedagógico está centrado no autoritarismo. Desse modo, caminha a passos largos em direção à diversidade como elemento fundamental na organização de uma sociedade democrática, tornando evidente a concepção de padronização que busca administrar a escola como uma questão social.

Ao analisarem esse cenário em nível nacional, Mascarenhas e Goulart (2023) utilizam o conceito de desdemocratização e justificam-no com base nos seguintes aspectos: I) Agenda neoliberal para a educação por meio da financeirização, concepção de capital humano e meritocracia; II)

Conservadorismo como força política; e III) Autoritarismo como modelo de gestão escolar. Os aspectos listados pelas autoras são também duramente criticados por Saviani (1999, 2019), Paro (2012, 2016), Orso (2007) e Alves (2007); contudo, estes últimos não entendem que se trate de um processo de desdemocratização, mas sim de aprofundamento das concepções liberais de administração da educação pública para as classes subalternas. Em outras palavras, estaria mais relacionado a evitar a construção de relações que possam levar a uma sociedade democrática do que desconstruir o que ainda não foi constituído.

Assim, a gestão compartilhada das escolas públicas entre as secretarias de educação e segurança pública se insere no contexto da reforma gerencial do estado, onde as elites nacionais buscam regulamentar o gerencialismo como modelo de eficiência da administração pública. Nesse sentido, as 155 escolas geridas pelas forças auxiliares da segurança pública, dentro do recorte de análise dessa pesquisa (1990-2019), cumprem o papel de serem os “cases de sucesso” do modelo de gestão que já vem sendo gestado e implementado paulatinamente desde meados da década de 1950.

3 A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM MANAUS

A cidade de Manaus é a capital do Estado do Amazonas, localizada às margens do rio Negro. De acordo com o IBGE (2022), possui uma população de 2.063.689 habitantes e uma densidade demográfica de 181,01 habitantes por quilômetro quadrado. Além disso, em 2021, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 3 salários mínimos, com um total de 554.913 pessoas ocupadas, representando 24,60% da população. É importante destacar que, segundo dados do IBGE (2010), 37,9% da população possuía rendimento nominal mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Nesse mesmo ano, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 94,2%.

Os dados do IBGE (2022) registram que o IDEB para os anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública era 5,7 e para os anos finais era 5. O total de matrículas no Ensino Fundamental era de 333.365, e no Ensino Médio, de 109.913. O total de docentes no Ensino Fundamental era 11.763 e, no Ensino Médio, 4.310. Atualmente, a rede municipal conta com 501 escolas³⁹ e a rede estadual, com 236⁴⁰.

De acordo com o site oficial da SEMED, a rede municipal está distribuída em 7 Divisões Distritais Zonais (DDZs) da cidade: Centro-Sul, Leste I, Leste II, Norte, Oeste, Rural e Sul. Essas divisões são responsáveis por gerenciar 20 creches, 107 unidades que atendem à Educação Infantil (Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais), 1 Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos e 373 Escolas Municipais.

O site oficial da SEDUC registra que as escolas da rede estadual na capital estão distribuídas em 7 Coordenadorias Distritais de Educação (CDEs), numeradas de 01 a 07. Juntas, elas gerenciam 3 Centros de Educação de Jovens e Adultos, 200 Escolas Estaduais, 1 Instituto, 1 Colégio Militar da Polícia Militar, 21 Escolas Estaduais de Tempo Integral e 2 Colégios. Esse quadro nos revela um cenário importante, pois as Escolas Estaduais que tiveram sua gestão militarizada, apesar de apresentarem para sua comunidade escolar o nome

³⁹ Fonte: Dashboard (PMM) <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaNTkxMjk3ZjUtNGJhNy00ZjNmLWWE4NzEtZjZiMGEyZGQ2Nzg3liwidCl6IjI1N2NINzVkLTkwZWMTNGZmNy04MzBiLTkxYmI0YzUxYWQwOSJ9&pageName=ReportSection9ae0e8fa0165023d59d5>

⁴⁰ Fonte: Relação de escolas da rede estadual disponibilizado no site da SEDUC <http://www.seduc.am.gov.br/escolas/>

fantasia de CMPM, PECIM e PESAC, não constam como nomenclaturas oficiais para a rede estadual de ensino.

A primeira escola pública com sua gestão militarizada em Manaus ocorreu durante o governo de Gilberto Mestrinho (PMDB), por meio do decreto 15.831/1994. Contudo, a expansão desse modelo de gestão só ocorrerá a partir da primeira década do século XXI, criando uma estrutura administrativa incompatível com os dispositivos legais que regem o ambiente educativo. Ao mesmo tempo, é desigual, já que essas unidades desfrutaram de privilégios financeiros, administrativos e políticos em relação às outras.

O debate aqui proposto, materializando as discussões realizadas nas seções anteriores, aponta o processo de militarização das escolas públicas em Manaus como política de governo, com os governadores Gilberto Mestrinho (PMDB), Omar José Abdel Aziz (PMN), José Melo de Oliveira (PROS) e Wilson Lima (PSC). Ao longo desses quatro governos, encontramos o poder executivo amazonense implementando distintos modelos de militarização contraditórios aos princípios de uma gestão democrática, como indicado por Lima (2008), Paro (2016) e Saviani (2019). Ao contrário, os agentes públicos acabam por implementar um modelo de gestão que reproduz as relações de desigualdades capitalistas⁴¹. Nesse aspecto, Dourado (2013) indica que as políticas públicas se tornam instrumentos de uma reforma de Estado, modificando radicalmente a sua dinâmica, alterando as formas de gestão e afetando principalmente as políticas educacionais.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), no artigo 206, inciso VI, estabelece que o ensino será ministrado com base no princípio da gestão democrática. A LDBEN (BRASIL, 1996) determina, no artigo 3º, inciso VIII, a gestão democrática do ensino público, na forma dessa lei e da legislação dos sistemas de ensino. Contudo, no artigo 14º, indica que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática da Educação Básica pública de

⁴¹ Lima, Prado e Shimamoto (2011) indicam que não há políticas sociais desvinculadas do modelo de Estado e da relação deste com a sociedade. Assim, é essencial destacar que o Estado brasileiro se encontra inserido no dito neoliberalismo, com características coercitivas e conservadoras das desigualdades sociais. Ao analisar a militarização das escolas no Estado de Goiás e se deparar com o formato implementado pelo governador Marconi Ferreira Perillo Júnior, Goulart (2022) organizará seus argumentos com base na concepção de desdemocratização, conceito elaborado por Tilly (2013), da gestão do ensino público, indicando que a militarização caminha em direção oposta ao princípio constitucional de gestão democrática.

acordo com suas especificidades e conforme dois princípios: o primeiro é a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; e o segundo é a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares. Já no artigo 15º, regulamenta que os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. O PNE (BRASIL, 2014) tem como 19ª meta assegurar condições, no prazo de dois anos⁴², a partir da promulgação dessa lei, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar.

Analisando as atribuições das redes estaduais em relação à gestão democrática, previstas nas legislações federais, fica claro que o Amazonas está bastante atrasado com as suas obrigações constitucionais. Até o presente momento, a única legislação regulamentada nesse sentido é o Plano Estadual de Educação do Amazonas – PEE/AM, por meio da lei 4.183/2015, aprovada na gestão de José Melo de Oliveira (PROS), que possui dois dispositivos que versam sobre esta questão: o artigo 2º, que trata das diretrizes do PEE/AM e, no inciso VI, indica a promoção ao princípio da gestão democrática da educação pública; e o artigo 9º, que determina que o Estado do Amazonas e os Municípios deverão aprovar leis específicas disciplinando a gestão democrática⁴³ da educação durante a vigência do PEE/AM. Assim, apesar da gestão democrática estar presente nos discursos políticos e amparada em um conjunto de leis, na prática, os agentes públicos acabam por dificultar sua implementação, como é salientado por Lima (2008), Saviani (2019), Cruz (2019) e Ranna (2021). A militarização da gestão das escolas da rede estadual localizadas em Manaus é um exemplo desse processo, pois sua regulamentação anda distante desses princípios. Após a primeira militarização em 1994, com a criação do I Colégio da Polícia Militar do Amazonas, a expansão da presença militar na gestão de escolas em Manaus ocorreu em dois períodos distintos: de 2010 a 2016 e de

⁴² O Plano Nacional de Educação foi promulgado em 2014; logo, essa meta deveria ter sido implementada no ano de 2016. Bobbio (2004) argumenta que a figura do direito tem como correlato a figura da obrigação. Contudo, a existência de um direito, seja em sentido forte ou fraco, implica sempre a existência de um sistema normativo.

⁴³ O Plano Estadual de Educação – PEE (AMAZONAS, 2015, p. 130-131), ao tratar da meta 19, indica como princípios que fundamentam a gestão democrática a participação, a autonomia e a transparência.

2019 a 2022. No primeiro período, foram militarizadas 7 escolas públicas em Colégios Militares da Polícia Militar (CMPM) e 1 escola pública em Unidade do Colégio Militar do Corpo de Bombeiros Militar (CMBM). No segundo período, foram militarizadas 6 escolas públicas no Programa Escolas Cívico-Militares (PECIM) e 15 escolas públicas no Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão (PESAC). O quadro a seguir apresenta um panorama desse processo.

Quadro 5 – Modelos de militarização da gestão de escolas públicas em Manaus

Nº	Nome da Unidade	Modelo de Gestão	Ano de Militarização	Governo responsável	CDE
1	Colégio Militar da Polícia Militar do Amazonas - CMPM	CMPM	1994	Gilberto Mestrinho (PMDB)	2
2	Escola Estadual de Tempo Integral Marcantonio Vilaça II (CMPM II)	CMPM	2010	Omar José Abel Aziz (PMN)	6
3	Escola Estadual Prof. Waldocke Fricke de Lyra (CMPM-III).	CMPM	2012	Omar José Abel Aziz (PMN)	7
4	Escola Estadual Áurea Pinheiro Braga (CMPM-IV)	CMPM	2012	Omar José Abel Aziz (PMN)	5
5	Escola Estadual Tenente Coronel Cândido José Mariano (CMPM-V)	CMPM	2016	José Melo de Oliveira (PROS)	3
6	Escola Estadual Senador Evandro Carreira (CMPM-VI)	CMPM	2016	José Melo de Oliveira (PROS)	7
7	Escola Estadual Profa. Eliana de Freitas Morais (CMPM VII)	CMPM	2016	José Melo de Oliveira (PROS)	7
8	Escola Estadual Coronel Pedro Câmara (CMPM VIII)	CMPM	2016	José Melo de Oliveira (PROS)	4
9	Escola Estadual José Carlos Mestrinho	CMBM	2016	José Melo de Oliveira (PROS)	2
10	Escola Estadual Prof. Nelson Alves	PECIM	2020	Wilson Lima (PSC)	2
11	Escola Estadual Profa. Tereza Siqueira	PECIM	2020	Wilson Lima (PSC)	7
12	Escola Estadual Prof. Reinaldo Thompson	PECIM	2020	Wilson Lima (PSC)	5
13	Escola Estadual Fueth Paulo Mourão	PECIM	2022	Wilson Lima (UNIÃO)	4
14	Escola Estadual Homero de Miranda Leão	PECIM	2022	Wilson Lima (UNIÃO)	6

15	Escola Municipal Gilberto Rodrigues dos Santos	PECIM	2022	Wilson Lima (UNIÃO)	SEMED
16	Escola Estadual Ana Lúcia de Moraes Costa e Silva	PESAC	2020	Wilson Lima (UNIÃO)	1
17	Escola Estadual Sebastião Norões	PESAC	2020	Wilson Lima (UNIÃO)	7
18	Escola Estadual Osmar Pedrosa	PESAC	2020	Wilson Lima (UNIÃO)	6
19	Escola Estadual Professor Juracy Batista Gomes	PESAC	2020	Wilson Lima (UNIÃO)	6
20	Escola Estadual Belarmino Alves Marreiro	PESAC	2020	Wilson Lima (UNIÃO)	6
21	Escola Estadual de Tempo Integral Maria do Céu Vaz D'Oliveira	PESAC	2020	Wilson Lima (UNIÃO)	6
22	Escola Estadual Profa. Hilda Tribuzy (2020)	PESAC	2020	Wilson Lima (UNIÃO)	6
23	Escola Estadual Dra. Zilda Arns Neumann	PESAC	2020	Wilson Lima (UNIÃO)	7
24	Escola Estadual Ângelo Ramazzotti	PESAC	2020	Wilson Lima (UNIÃO)	3
25	Escola Estadual Antogildo Pascoal Viana	PESAC	2020	Wilson Lima (UNIÃO)	7
26	Escola Estadual Cid Cabral da Silva	PESAC	2020	Wilson Lima (UNIÃO)	6
27	Escola Estadual Letício de Campos Dantas	PESAC	2020	Wilson Lima (UNIÃO)	6
28	Escola Estadual Ernesto Pinho Filho	PESAC	2022	Wilson Lima (UNIÃO)	7
29	Escola Estadual Vasco Vasques	PESAC	2022	Wilson Lima (UNIÃO)	5
30	Escola Estadual Dom Jacson	PESAC	2022	Wilson Lima (UNIÃO)	5

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com informações da assessoria de comunicação da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas.

3.1 O primeiro projeto de militarização: os Colégios da Polícia Militar do Amazonas – CMPMs

Entre os anos de 2010 e 2016, a militarização de escolas em Manaus passou pela sua primeira etapa de expansão nas gestões dos governadores Omar José Abdel Aziz⁴⁴ (PMN) e José Melo de Oliveira⁴⁵ (PROS). Contudo, houve uma regulamentação frágil, visto que não houve decreto, lei estadual ou termo de cooperação que estabelecesse as características desse processo. Essa ausência de regulação distingue essa primeira etapa da expansão da militarização do ambiente educacional das demais que serão implementadas na capital amazonense.

Ao fazer o levantamento de escolas militarizadas em Manaus em 2019, Santos (2020) identifica nove unidades organizadas de duas maneiras: na primeira, o processo de militarização ocorre em unidades instituídas para esse fim – com seis escolas (uma em 1994, uma em 2010 e quatro em 2016); na segunda forma, a militarização acontece em unidades pré-existentes – com três escolas (duas em 2012 e uma em 2016). Dessa forma, observamos no período de 1994 a 2016 um total de 09 escolas militarizadas em Manaus, sendo elas: Colégio Militar da Polícia Militar do Amazonas – CMPM, Escola Estadual de Tempo Integral Marcantonio Vilaça II (CMPM-II), Escola Estadual Prof. Waldocke Fricke de Lyra (CMPM-III), Escola Estadual Áurea Pinheiro Braga (CMPM-IV), Escola Estadual Tenente Coronel Cândido José Mariano (CMPM-V), Escola Estadual Senador Evandro Carreira (CMPM-VI), Escola Estadual Prof^a Eliana de Freitas Moraes (CMPM-VII), Escola Estadual Coronel Pedro Câmara (CMPM-VIII), Escola Estadual José Carlos Mestrinho (CMBM).

O levantamento bibliográfico sobre esse período aponta que apenas o CMPM-I possui decreto de criação, nº 15.831/1994, regulamentando a parceria entre a Secretaria de Educação e a Polícia Militar do Amazonas. As demais escolas públicas tiveram suas gestões repassadas para a PM/AM sem nenhum ato normativo específico. Ao realizar o mesmo processo, Santos (2020) indica

⁴⁴ Omar Aziz foi governador do Amazonas entre 2010 e 2014, eleito centrando sua campanha na segurança pública. Nesse período, instituiu o programa Ronda nos Bairros e iniciou a primeira etapa da expansão da militarização de escolas. Atualmente, é senador da República.

⁴⁵ José Melo foi vice-governador de Omar Aziz (2010-2014) e governador do Amazonas entre 2014 e 2016. Sua campanha eleitoral esteve focada na melhoria da educação e deu continuidade à primeira etapa da militarização de escolas. Em 2016, teve seu mandato cassado por compra de votos.

que buscou informações nos sites oficiais do governo do Amazonas, no Diário Oficial do Estado e nas redes sociais das referidas unidades. Nesta pesquisa, além de realizar os mesmos passos, protocolamos na SEDUC/AM o ofício nº 02/2023/AMGO, no dia 27 de julho de 2023, que se tornou o processo nº 01.01.028101.026577/2023-80, solicitando acesso aos seguintes documentos: a) Termo de convênio SEDUC-Instituições militares que respaldam a implementação dos Colégios Militares da Polícia Militar; b) Decretos e portarias de criação destas unidades; c) Os Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas Estaduais que se tornaram Colégios Militares da Polícia Militar; d) Regimento Interno das Escolas Estaduais que foram transformadas em CMPMs; e) Manual de alunos e pais das Escolas Estaduais das unidades denominadas CMPMs.

O ofício foi respondido pela Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica – SEAP, Prof.^a Arlete Ferreira Mendonça, no dia 16 de outubro de 2023, por meio do OF. 517/2023-GSEAP/SEDUC, e encaminhado por e-mail, constando os seguintes documentos: A) Parecer favorável da Gerência de Auditoria Escolar – GAES, indicando ao Departamento de Gestão Escolar – DEGESC a ausência de óbice ao desenvolvimento da pesquisa; B) Termo de Anuência, no qual a SEAP declara concordância com o desenvolvimento da pesquisa; C) Termo de Responsabilidade, no qual declarei conhecimento de que apenas poderei usar as fontes consultadas no âmbito desta pesquisa.

Contudo, nenhuma das fontes solicitadas foi disponibilizada, o que nos levou à primeira visita técnica à SEDUC/AM no dia 27 de outubro de 2023. Mais especificamente, visitamos a Assessoria Jurídica – ASSJUR e o DEGESC. De acordo com as servidoras desses departamentos, as escolas listadas no ofício protocolado não se encaixam no conceito de escolas militarizadas⁴⁶. Por isso, os documentos não foram disponibilizados. Para a SEDUC, essas escolas são consideradas Colégios Militares e, por isso, não passam pela mesma regulação que as demais escolas. Naquele momento, apresentei a concepção formulada por Alves e Ferreira (2020) de escola militarizada como escolas públicas criadas no âmbito da Secretaria de Educação e que têm sua gestão transferida para a Polícia Militar ou outra força auxiliar, mas recebem nomenclaturas distintas em alguns estados brasileiros, tais como escolas militares, colégios militares e

⁴⁶ Na concepção das servidoras da SEDUC (ASSJUR e DEGESC), escolas militarizadas são apenas aquelas vinculadas ao PECIM.

colégios da Polícia Militar. Ao final do encontro, as servidoras disseram que meu processo voltaria a tramitar no sistema e que dentro de 10 dias receberia o retorno à demanda pleiteada.

Passados os 10 dias, novamente as informações não foram disponibilizadas, o que nos levou à segunda visita técnica à SEDUC, realizada no dia 16 de novembro de 2023. Na busca pelos documentos necessários para esta pesquisa, passei pelo Departamento de Políticas e Projetos Educacionais (DEPPE), Gerência de Educação Básica (GER), Coordenação de Ensino Médio (CEM), Gerência de Projetos (GP), Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica (SEAP) e Departamento de Gestão Escolar (DEGESC). Após toda essa peregrinação, no último setor visitado, o DEGESC, recebi a informação de que parte da solicitação já estava disponível no Sistema de Informação da Gestão Eletrônica de Documentos (SIGED). No entanto, o acesso ao material só é possível para os servidores da SEDUC. Logo, por não pertencer ao quadro de servidores da referida secretaria, não foi possível ter acesso à documentação pensada. O servidor que me atendeu acessou o sistema, baixou os arquivos e os encaminhou para o meu e-mail. Feito isso, somando os documentos repassados pela SEDUC e os levantados pela pesquisa em sites do governo, Diário Oficial do Estado, bem como nos blogs e redes sociais dos CMPMs, construímos o seguinte quadro.

Quadro 6 – Documentos disponibilizados pela SEDUC/AM e coletados nas redes sociais.

Documentos disponibilizados pela SEDUC/AM e coletados nas redes sociais.						
Nº	Escolas Estaduais sobre gestão da PM	Ato de Criação	Ato de Militarização	PPP	Regimento Interno	Manual dos alunos
1	Colégio Militar da Polícia Militar do Amazonas (CMPM-I)	Decreto Nº 15.831, de 04 de fevereiro de 1994	Decreto Nº 15.831, de 04 de fevereiro de 1994	Via orientadora	Processo da Seduc	Instagram do I CMPM
2	Escola Estadual de Tempo Integral Marcantonio Vilaça II (CMPM-II)	Decreto Nº 29.720, de 15 de março de 2010	Não possui	Instagram do II CMPM	Regimento Geral das Escolas	Instagram do II CMPM
3	Escola Estadual Professor Waldocke Fricke de Lyra (CMPM-III)	Decreto Nº 20.921, de 11 de maio de 2000	Não possui	Não fornecido	Regimento Geral das Escolas	Instagram do III CMPM
4	Escola Estadual Áurea Pinheiro Braga (CMPM-IV)	Decreto Nº 28.903, de 10 de	Não possui	Não fornecido	Regimento Geral das Escolas	Instagram do IV CMPM

		agosto de 2009.				
5	Escola Estadual Tenente Coronel Cândido José Mariano (CMPM-V)	Decreto Nº 36.844, de 11 de abril de 2016	Não possui	Não fornecido	Regimento Geral das Escolas	Instagram do V CMPM
6	Escola Estadual Senador Evandro das Neves Carreira (CMPM-VI)	Decreto Nº 36.794, de 18 de março de 2016	Não possui	Não fornecido	Regimento Geral das Escolas	Não fornecido
7	Escola Estadual Prof. ^a Eliana de Freitas Moraes (CMPM-VII)	Decreto Nº 36.710, de 22 de fevereiro de 2016.	Não possui	Não fornecido	Regimento Geral das Escolas	Não fornecido
8	Escola Estadual Coronel Pedro Câmara (CMPM-VIII)	Decreto Nº 36.845 de abril de 2016	Não possui	Não fornecido	Regimento Geral das Escolas	Não fornecido
9	Escola Estadual José Carlos Mestrinho	Decreto Nº 15.264, de 08 de março de 1993	Não possui	Não fornecido	Regimento Geral das Escolas	Não fornecido

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A análise dos documentos listados no quadro acima revela que apenas o primeiro CMPM possui ato de criação, no qual está descrito que essa unidade está destinada a ter sua gestão compartilhada com a Polícia Militar do Amazonas. Quanto ao Projeto Político Pedagógico (PPP), o levantamento mostra que apenas o CMPM-I e o CMPM-II possuem esses documentos, sendo que o PPP do CMPM-II ainda está sob análise do Conselho Estadual de Educação. O levantamento sobre quais unidades possuem Regimento Interno revela que o CMPM-I é a única unidade com regimento próprio, enquanto as demais unidades seguem o Regimento Geral das Escolas. Ao analisar quais unidades possuem o Manual do Aluno, foi possível identificar as seguintes unidades: CMPM-I, CMPM-II, CMPM-III, CMPM-IV e CMPM-V. Portanto, não foi possível identificar a existência desse documento nas unidades CMPM-VI, CMPM-VII, CMPM-VIII e CMBM.

Apesar do levantamento acima, ao consultar a Lei nº 3.514/2010, de 08 de junho de 2010, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Amazonas, no Capítulo III, que trata da constituição, subordinação e atribuições dos órgãos de apoio, no artigo 31, inciso I, estabelece como órgãos de apoio de ensino, subordinados à Diretoria de Treinamento e Capacitação, na

alínea b), o 1º Colégio Militar da Polícia Militar (1º CPM) e, na alínea c), o 2º Colégio Militar da Polícia Militar (2º CPM). O Regulamento Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas, Resolução nº 013, de 03 de novembro de 2010, no Capítulo VI – Da competência e atribuição dos órgãos de apoio, seção I – Dos órgãos de apoio de ensino, em seu artigo 58, destaca que são órgãos de apoio de ensino, subordinados à Diretoria de Capacitação e Treinamento.

b) O 1º Colégio Militar da Polícia Militar (1º CPM) e o 2º Colégio Militar da Polícia Militar (2º CPM) que tem a seu cargo o ensino de nível fundamental e médio dos filhos e dependentes dos policiais militares, sendo regido por Regimento próprio. (AMAZONAS, 2010)

A análise da Lei 3.514/2010 e da resolução nº13/2010 aponta que na estrutura oficial da PM/AM, o CPM I e o CPM II já compõem, desde 2010, a estrutura dos órgãos de apoio de ensino da PM/AM. Contudo, as demais unidades só são listadas como parte da estrutura da PM no planejamento estratégico 2023-2032 (AMAZONAS, 2023). No organograma, aparecem como parte do Núcleo de Diretoria de Ensino (NDE). Porém, existe uma distinção clara entre a primeira e a segunda unidade das demais escolas, estas últimas sob a nomenclatura de Núcleo de Implementação de Colégios Militares da Polícia Militar (NICPM), retratadas na seguinte ordem: 1º CPM, 2º CPM, NICPM III, NICPM IV, NICPM V, NICPM VI, NICPM VII, NICPM VIII e NICPM IX⁴⁷.

O documento não esclarece o motivo da distinção entre as unidades, mas, ao especificar suas diretrizes, no eixo de gestão, aponta como sexta meta regularizar e regulamentar as unidades escolares e pré-escolares da PMAM por meio de Regimento Interno até dezembro de 2032, tendo por finalidade promover a regulamentação institucional das unidades policiais no âmbito interno da PMAM. A sétima meta trata de instituir o processo seletivo nas unidades escolares da PMAM, assim como critérios de inclusão nas unidades pré-escolares até dezembro de 2023⁴⁸. A oitava meta é encerrar a oferta do ensino pré-escolar na Unidade da Nilton Lins até dezembro de 2024. A nona meta é

⁴⁷ A NICPM IX refere-se à Escola Estadual Jamil Seffair, militarizada em 2017, na cidade de Manacapuru. Como nossa pesquisa tem como foco a cidade de Manaus, não listamos essa unidade em nossas análises.

⁴⁸ As unidades II, III, IV, V, VI, VII e VIII dos CPMs não estão podendo realizar seleção via prova, pois estão submetidas ao regimento geral das escolas da rede estadual da SEDUC/AM.

encerrar a oferta do Ensino Fundamental I nas unidades escolares da PMAM. A décima meta é implementar programa de gestão educacional voltado para o resultado em 100% das unidades escolares da PMAM até dezembro de 2030.

3.2 O segundo projeto de militarização: O Programa das Escolas Cívico-Militares – PECIM

Entre 2020 e 2021, seguindo a política do governo federal na gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal – PL), o estado militarizou 5 escolas estaduais e a prefeitura de Manaus uma escola municipal, aderindo ao Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM)⁴⁹. Essas escolas são: Escola Estadual Prof. Nelson Alves Ferreira, Escola Estadual Prof^a Tereza Siqueira Tupinambá, Escola Estadual Prof. Reinaldo Thompson, Escola Estadual Fueth Paulo Mourão, Escola Estadual Homero de Miranda Leão, e Escola Municipal Gilberto Rodrigues dos Santos.

O PECIM foi criado pelo decreto 10.004, de 05 de setembro de 2019, estabelecendo que sua finalidade é promover a melhoria da qualidade da Educação Básica de maneira complementar a outras políticas de melhoria da qualidade da Educação Básica.

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – PECIM, com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da Educação Básica no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

§º 1º O Pecim será desenvolvido pelo Ministério da Educação com apoio do Ministério da Defesa e será implementado em colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na promoção de ações destinadas ao fomento e ao fortalecimento das Escolas Cívico-Militares – Pecim.

§ 2º O Pecim é complementar a outras políticas de melhoria da qualidade da Educação Básica em âmbito nacional, estadual, municipal e distrital e não implicará o encerramento de outros programas ou a sua substituição. (BRASIL, 2019)

O parágrafo primeiro estabelece que o PECIM será realizado pelo Ministério da Educação, contando com o apoio do Ministério da Defesa. Logo, nesse aspecto, a sua execução tem uma diferença considerável em relação aos

⁴⁹ O PECIM foi instituído pelo Decreto Nº 10.004, de 05 de setembro de 2019, e visava implantar um modelo de Escola Cívico-Militar (ECIM) em escolas públicas de ensino regular que possuíam baixo resultado no Ideb e que atendiam alunos em situação de vulnerabilidade.

Colégios da Polícia Militar do Amazonas, que têm suas unidades vinculadas à corporação militar⁵⁰ e contam com o apoio da Secretaria Estadual de Educação.

Ainda no decreto 10.004/2019, capítulo V, artigo 11, estabelece que a Escola Cívico-Militar – ECIM é caracterizada pelo conjunto de ações promovidas com vistas à gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, baseado nos padrões de ensino adotados pelos colégios militares do Comando do Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros. Os parágrafos deste mesmo artigo destacam a distinção da gestão de cada uma dessas áreas. O primeiro parágrafo indica que a gestão educacional está voltada para o desenvolvimento de comportamentos, valores e atitudes, com vistas ao exercício de um determinado modelo de cidadania. O segundo parágrafo define a gestão didático-pedagógica voltada a ações relacionadas à supervisão escolar, ao apoio pedagógico, psicopedagogia, avaliação educacional e à proposta pedagógica. O terceiro parágrafo limita a gestão da área administrativa a ações de administração sustentável nas áreas de pessoal, serviços gerais, material, patrimonial e finanças. Desta forma, não existe nenhum dispositivo neste decreto que relacione essas distintas gestões aos princípios da gestão democrática regulamentados pela legislação em vigor.

No dia 13 de julho de 2023, a CNN Brasil publicou uma matéria comunicando que o governo Lula encerrou o programa de escolas cívico-militares⁵¹. Na reportagem, o site de notícias informa que teve acesso ao ofício assinado pela Secretaria de Educação Básica e enviado aos Secretários estaduais onde, entre os vários motivos listados, destaco

A justificativa para a realização do Programa apresenta-se problemática, ao assumir que o modelo de gestão educacional, o modelo didático-pedagógico e o modelo de gestão administrativa dos colégios militares seriam a solução para o enfrentamento das questões advindas da vulnerabilidade social dos territórios em que as escolas públicas estão inseridas e que teriam as características necessárias para alcançar o tipo de atendimento universal previsto para a educação básica regular, ignorando que colégios militares são estruturalmente, funcionalmente, demograficamente e legalmente distintos das escolas públicas regulares; (CNN, 2023)

⁵⁰ Conforme estabelecido pelo planejamento estratégico 2023-2032 da Polícia Militar do Amazonas (AMAZONAS, 2023)

⁵¹ Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/governo-lula-encerra-programa-de-escolas-civico-militares-criado-por-bolsonaro/>

O ofício orienta a revogação do Decreto 10.004/2019 e das portarias e normas a ele vinculadas. Desta forma, por recomendação do MEC, as redes de ensino deverão definir estratégias específicas para reintegrar as unidades educacionais às redes regulares, pois o MEC, a partir daquele momento, estava iniciando um processo de desmobilização do pessoal das Forças Armadas envolvidas na implementação do PECIM. Aqui é necessário destacar que o documento acrescenta que essas recomendações se referem especificamente às escolas cívico-militares do PECIM, ou seja, não têm influência sobre as experiências de militarização implementadas pelos governos estaduais.

No dia 19 de junho de 2023, o PECIM foi oficialmente revogado pelo Decreto nº 11.611. Contudo, o Governador Wilson Lima (União Brasil) optou por manter o modelo de gestão, considerando a proposta exitosa, conforme nota publicada em uma rede social e divulgada pelo portal AM Post G1:⁵² “Quero tranquilizar pais, alunos e professores que fazem parte das escolas cívico-militares. Independente da decisão do Governo Federal, no Amazonas, esse modelo exitoso vai continuar” (AM Post, 2023).

Apesar da nota emitida pelo governador, ainda não foi publicado nenhum decreto, portaria ou resolução sobre como está ocorrendo o funcionamento dessas unidades educacionais dentro da rede estadual de ensino do Amazonas.

3.3 O terceiro projeto de militarização: O Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão (PESAC).

Entre 2020 e 2022, o governo do Amazonas, na gestão do governador Wilson Lima (União Brasil-UB), criou um outro modelo de militarização de escolas, o Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão (PESAC)⁵³, constituindo uma rede de 15 (quinze) unidades, sendo elas: Escola Estadual Ana Lúcia de Moraes

⁵² Fonte: <https://ampost.com.br/amazonas/governador-wilson-lima-garante-que-escolas-civico-militares-vao-continuar-no-amazonas/>

⁵³ O PESAC foi criado por meio do Decreto Nº 42.036, de 10 de março de 2020, no âmbito das Secretarias de Estado de Educação e Desporto e de Segurança Pública, com a finalidade de estabelecer um regime de cooperação para instituir o modelo cívico-militar em Escolas Estaduais da Rede Pública de Ensino. O art. 3º estabelece que compete à Secretaria de Estado de Educação e Desporto a gestão administrativa e pedagógica das unidades escolares integrantes do projeto. Já o art. 4º define que compete à Secretaria de Estado de Segurança Pública a implantação do modelo cívico-militar, instituído por este Decreto, mediante o emprego do efetivo da Polícia Militar do Estado do Amazonas em atividades extracurriculares voltadas à formação cívica, disciplinar, moral e ética do corpo discente.

Costa e Silva, Escola Estadual Sebastião Norões, Escola Estadual Belarmino Marreiro, Escola Estadual de Tempo Integral Maria do Céu Vaz D'Oliveira, Escola Estadual Hilda Tribuzy, Escola Estadual Dr^a Zilda Arns Neumann, Escola Estadual Antogildo Pascoal Viana, Escola Estadual Cid Cabral da Silva, Escola Estadual Letício de Campos Dantas, Escola Estadual Vasco Vasques e Escola Estadual Dom Jacson.

No site da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar – SEDUC, em 18 de dezembro de 2019, foi anunciada a reunião do grupo de trabalho que organizou a transição do programa “Escola Segura e Cidadã” para o “Escola Segura Aluno Cidadão”, mantendo o foco na redução da violência. Na matéria, a secretária adjunta da Capital, Arlete Mendonça, afirma que as mudanças ocorreram para que o programa fosse ampliado para todas as instituições que optassem por aderir, na capital e no interior. Até aquele momento, os deveres implantados eram: treinamento da ordem unida, canto do hino nacional e do Amazonas, implantação do sistema de patentes, onde, de acordo com o desempenho, os alunos eram nomeados alunos-capitães, tenentes e sargentos.

Assim como nos modelos de militarização de escolas listados anteriormente, neste caso, o objetivo principal é promover educação de qualidade mediante a construção de estratégias voltadas para a segurança e o enfrentamento da violência no ambiente escolar. Contudo, há uma distinção que o decreto 42.036/2020 irá caracterizar como “gestão estratégica”, materializada através de um Comitê Gestor.

Art.7º A gestão estratégica, sob responsabilidade conjunta da Secretaria de Estado de Educação e Desporto e da Secretaria de Estado de Segurança Pública, será exercida por meio do Comitê Gestor, órgão responsável por estabelecer as diretrizes do modelo, e por realizar o monitoramento e a avaliação dos resultados das Escolas de Modelo Cívico-Militar. (AMAZONAS, 2020)

O comitê gestor é composto por dois representantes da SEDUC, lotados nas áreas finalísticas do órgão, dois representantes das Escolas Cívico-Militares da SEDUC, dois representantes da SSP/AM⁵⁴ e um representante da Polícia

⁵⁴ A novidade nesse programa será o envolvimento direto da Secretária de Segurança Pública do Amazonas na gestão desta rede de escolas.

Militar do Estado do Amazonas. O comitê é presidido por um dos representantes das secretarias, alternando a presidência a cada dois anos; o presidente tem o voto de qualidade em caso de empate nas deliberações do colegiado. Todos os representantes são designados por atos oficiais dos secretários de estado. A gestão pedagógica é de responsabilidade da SEDUC, incluindo a formulação e implementação do projeto político-pedagógico das escolas, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Amazonas. A implantação do modelo cívico-militar é responsabilidade da Secretaria de Estado de Segurança, por meio do emprego de policiais militares com a função de realizar atividades disciplinares voltadas à formação cívica, moral e ética do corpo discente.

Apesar dessas distinções, o artigo 9º, em seu segundo parágrafo, afirma que as ações pedagógicas e disciplinares devem ser realizadas de maneira conjunta e harmônica pela SEDUC e PM/AM, conforme respectivas atribuições, cabendo o apoio recíproco. Desse modo, materializa-se o princípio da gestão estratégica das Escolas Estaduais Cívico-Militares (EECM). Nesse dispositivo, reside uma contradição com os princípios da gestão democrática, visto que, no seu artigo 7º, apresenta a gestão estratégica com base em um comitê gestor composto por pessoas indicadas pelas secretarias, retirando, assim, da comunidade educativa a possibilidade de participar da tomada de decisões e caminhando em direção oposta aos princípios da gestão democrática elencados no artigo 14 da LDBEN/1996.

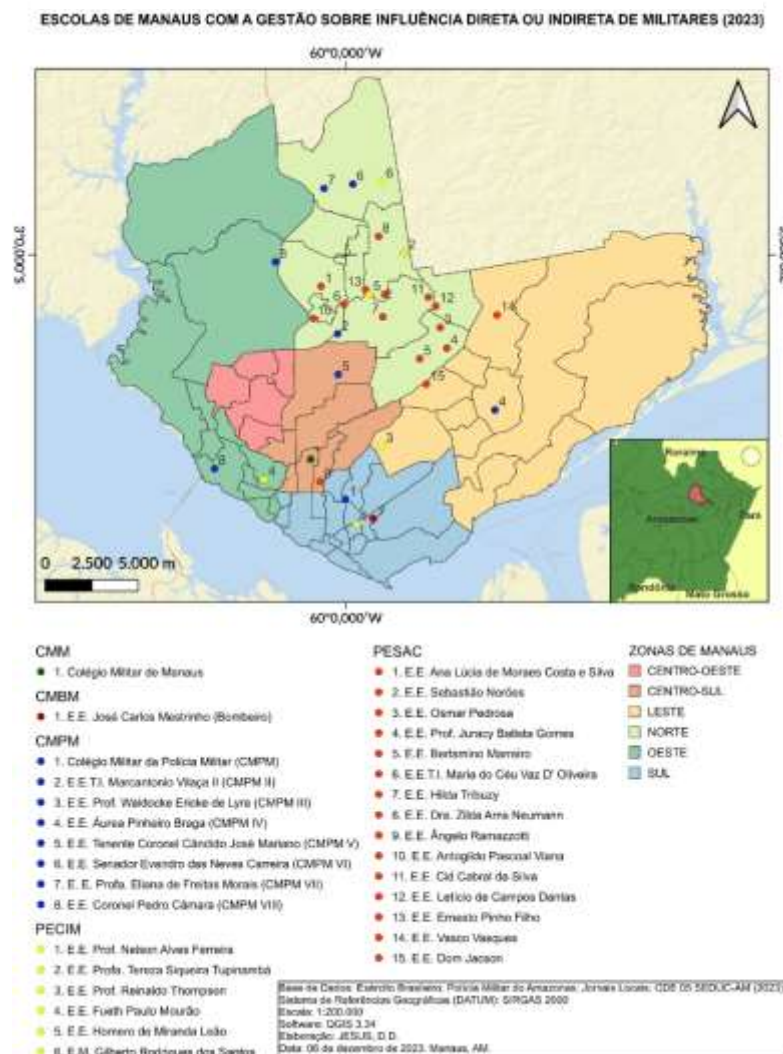
O PESAC tornou-se o maior programa de militarização de escolas no Amazonas, sendo o único a contar com uma regulamentação mais sólida, o que demonstra o processo de refinamento do gerenciamento da militarização da rede estadual de ensino. Lima, Prado e Shimamoto (2011) apontam que a ausência de regulamentação da gestão democrática no Brasil possibilitou um modelo de gestão articulado ao modelo econômico. Tal caso na educação acabou por assinalar a legitimação de um arquétipo no qual a comunidade controla a escola pública numa perspectiva de "cidadão cliente", em que o setor público passa a buscar uma forma de gestão baseada na iniciativa privada. Castro (2008) aponta que a busca pela eficiência é a característica principal da gestão gerencial; assim, as avaliações de desempenho e a descentralização administrativa tornam-se elementos primordiais na formulação das políticas. Esses pontos

estão bem materializados no artigo quinto do decreto 42.036/2020, que estabelece, entre os objetivos do modelo cívico-militar do PESAC, aumentar as taxas de aprovação dos estudantes da Rede Pública de Ensino do Amazonas, o acesso desses às Instituições de Ensino Superior, ao mercado de trabalho e alcançar e superar as metas das unidades escolares para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

3.4 Mapeamento da presença militar em escolas públicas em Manaus

Em busca de compreender a extensão da presença militar em unidades de ensino da rede pública em Manaus, construímos um mapa desse modelo de gestão nas diferentes zonas da cidade. Foi possível identificar que a zona centro-oeste é a única região sem nenhuma unidade educacional com a presença militar, enquanto a zona norte é a área da cidade com o maior número de escolas da rede pública militarizada.

Figura 1 – Mapa das escolas com a gestão militarizada em Manaus.



Entender essa territorialidade é importante, pois ajuda a compreender as motivações dos governos que passam a militarizar as unidades de ensino em cada uma das regiões da cidade. Por exemplo, chamou a atenção o fato de a zona centro-oeste ser a única região da cidade sem nenhuma unidade educacional militarizada. Em Manaus, assim como nas demais cidades do país, a militarização de escolas públicas tem se sustentado na ideia de que, com a disciplina militar, é possível combater a ação do tráfico no ambiente escolar e, ao mesmo tempo, melhorar o desempenho das escolas nos mecanismos de avaliação externa⁵⁵.

Andrade (2015) indica que, para as Nações Unidas, os indicadores sociais servem para fundamentar as atividades do planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo. Isso permite a avaliação das condições de vida e bem-estar da população pelo poder público e sociedade civil, possibilitando a investigação sobre a mudança social e os determinantes dos distintos fenômenos sociais. Nessa perspectiva, Jannuzzi (2009) argumenta que os indicadores sociais se constituem em recursos metodológicos que informam aspectos da realidade social ou mudanças que estão em processo.

Ao investigar os elementos sociais que caracterizam a zona centro-oeste, identificamos que o IDHM dessa região corresponde a 0,766, o IDHM Renda é 0,745, o IDHM Longevidade é 0,846 e o IDHM Educação é 0,714. Utilizamos como base de dados o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB)⁵⁶, dados referentes ao censo de 2010, pois os dados do censo de 2021 ainda não estão consolidados. De maneira mais específica, debruçamo-nos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁵⁷. O índice varia entre zero e um e tem por objetivo retratar o nível de bem-estar social nos municípios brasileiros por meio dos fatores renda, longevidade e educação, servindo como fonte de

⁵⁵ Em artigo sobre a transferência da gestão de escolas públicas da rede estadual para a Polícia Militar no Amazonas, Falcão (2015) argumenta que, além desses elementos, a parceria entre a secretaria de educação e a polícia militar esconde uma fragilidade na compreensão sobre o que seria ensino de qualidade, construindo uma interpretação peculiar sobre as políticas que conferem índices ou produzem ranqueamento institucional.

⁵⁶ Dados extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

⁵⁷ O IDHM brasileiro está embasado nas três dimensões do IDH global: saúde, educação e renda. Contudo, adapta a metodologia global de acordo com o cenário brasileiro e os indicadores nacionais. Apesar de medirem os mesmos fenômenos, os dados considerados no IDHM avaliam de maneira mais apropriada o desenvolvimento dos municípios brasileiros (ÍNDICE... 2013).

informação para a implementação e avaliação de políticas públicas por parte dos agentes públicos (Andrade, 2015).

Os dados do IDHM serviram de parâmetro para construirmos uma visão geral da realidade sobre a qual essas escolas estão localizadas. No entanto, não podemos deixar de levar em consideração suas limitações, como o IDHM Renda, no qual a base de cálculo leva em conta a renda per capita, ou seja, o total de bens e serviços produzidos na região pesquisada dividido pelo número total de habitantes, sem discriminar a concentração de renda.

A zona centro-sul possui um Colégio do Exército e duas escolas de gestão compartilhada entre a SEDUC e a PMAM (PESAC e CPMV): o Colégio Militar de Manaus (Exército), a Escola Estadual Ângelo Ramazzotti (PESAC) e a Escola Estadual Tenente Coronel Cândido José Mariano (CPMV). O IDHM dessa zona é de 0,850, o IDHM Renda é 0,896, o IDHM Longevidade é 0,892, e o IDHM Educação é 0,850. Contudo, o IDHM dos bairros onde estão localizadas essas escolas apresenta os seguintes dados.

Quadro 7 IDHM dos bairros da Zona Centro Sul de Manaus onde estão localizadas escolas públicas com presença militar (Censo - 2010)

IDHM dos bairros da Zona Centro Sul de Manaus							
Nº	Bairro	Modelo	Escolas	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
1	Parque das Laranjeiras	CPMV	1	0,874	0,883	0,918	0,823
2	Centro	CMM	1	0,707	0,688	0,805	0,637
3	Adrianópolis	PESAC	1	0,874	0,883	0,918	0,823

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Em linhas gerais, essa região possui um IDHM alto. Contudo, ao analisar os dados dos bairros onde as escolas estão localizadas, é possível notar que os bairros Parque das Laranjeiras e Adrianópolis possuem os mesmos índices, diferenciando-se do Centro. Enquanto o Colégio Militar de Manaus está localizado em um bairro com IDHM de 0,707, IDHM Renda 0,688, IDHM Longevidade 0,805 e IDHM Educação 0,637, a Escola Estadual Tenente Coronel Cândido José Mariano (CPMV-V) e a Escola Estadual Ângelo Ramazzotti (Pesac) estão localizadas em bairros com IDHM de 0,874, IDHM Renda 0,883,

IDHM Longevidade 0,918 e IDHM Educação 0,823. Essa diferença nos índices entre os bairros revela que o Colégio do Exército está situado em uma região com muitas desigualdades, enquanto as escolas sob gestão/orientação das forças auxiliares de segurança estão em bairros com uma população de maior poder aquisitivo e educacional.

A zona leste possui quatro unidades de gestão compartilhada entre a SEDUC e a PMAM, uma unidade no modelo CPM, uma unidade no modelo PECIM e duas unidades no modelo PESAC, sendo elas: Escola Estadual Áurea Pinheiro Braga (CPM-IV), Escola Estadual Prof. Reinaldo Thompson (PECIM), Escola Estadual Vasco Vasques (PESAC) e a Escola Estadual Dom Jacson (PESAC). O IDHM dessa zona é de 0,659, o IDHM Educação é de 0,590, o IDHM Longevidade é de 0,778 e o IDHM Renda é de 0,624. Para uma análise mais aprofundada do contexto das escolas estudadas, trouxemos o IDHM por bairro onde as mesmas estão localizadas.

Quadro 8 - IDHM dos bairros da Zona Leste de Manaus onde estão localizadas escolas públicas com presença militar (Censo - 2010)

IDHM Zona Leste Manaus (Censo)							
Nº	Bairro	Modelo	Escolas	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
1	Gilberto Mestrinho	CPM	1	0,637	0,612	0,749	0,563
2	Coroado	PECIM	1	0,718	0,684	0,804	0,672
3	Jorge Teixeira	PESAC	1	0,604	0,601	0,743	0,493
4	São José Operário	PESAC	1	0,686	0,636	0,782	0,648

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Esta zona possui o menor IDHM da cidade; por sua vez, os índices dos bairros desta zona são igualmente os menores dentro do raio desta pesquisa. Desse modo, destacamos o fato de abrigar 4 escolas militarizadas, sendo a segunda maior zona da cidade com esse modelo de gestão.

A zona norte possui o maior número de unidades militarizadas, somando um total de 18 escolas: Escola Estadual Ana Lúcia de Moraes Costa e Silva (PESAC), Escola Estadual Sebastião Norões (PESAC), Escola Estadual Osmar Pedrosa (PESAC), Escola Estadual Prof. Juracy Batista Gomes (PESAC),

Escola Estadual Belarmino Marreiro (PESAC), Escola Estadual de Tempo Integral Maria do Céu Vaz D'Oliveira (PESAC), Escola Estadual Hilda Tribuzy (PESAC), Escola Estadual Dr^a Zilda Arns Neumann (PESAC), Escola Estadual Antogildo Pascoal Viana (PESAC), Escola Estadual Cid Cabral da Silva (PESAC), Escola Estadual Letício de Campos Dantas (PESAC), Escola Estadual Ernesto Pinho Filho (PESAC), Escola Estadual Profa. Tereza Siqueira Tupinambá (PECIM), Escola Estadual Homero de Miranda Leão (PECIM), Escola Estadual Gilberto Rodrigues dos Santos (PECIM), Escola Estadual de Tempo Integral Marcantonio Vilaça II (CMPM-II), Escola Estadual Senador Evandro das Neves Carreira (CMPM-VI), e Escola Estadual Prof^a Eliana de Freitas Morais (CMPM-VII). O IDHM dessa zona é de 0,702, o IDHM Educação é 0,640, o IDHM Longevidade é 0,801 e o IDHM Renda é 0,674. Por bairro, o IDHM desta zona fica de acordo com a tabela abaixo.

Quadro 9 - IDHM dos bairros da Zona Norte de Manaus onde estão localizadas escolas públicas com presença militar (Censo - 2010)

IDHM Zona Norte Manaus (Censo)							
Nº	Bairro	Modelo	Escolas	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
1	Cidade Nova	CMPM	1	0,718	0,684	0,804	0,672
		PESAC	9				
		PECIM	2				
2	Novo Israel	PESAC	2	0,647	0,619	0,816	0,637
3	Lot. Novo Aleixo	PESAC	1	0,714	0,675	0,802	0,672
4	Lago Azul	CMPM	1	0,624	0,615	0,752	0,526
		PECIM	1				
5	Santa Etelvina	CMPM	1	0,667	0,638	0,788	0,589

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Nesta zona, está concentrada a maior parte das escolas militarizadas na cidade. Porém, como apresentado na tabela acima, mesmo com as limitações peculiares do IDHM, fica clara a desigualdade entre os bairros que compõem esta região. Chama a atenção o fato de o maior número dessas escolas se concentrar no bairro Cidade Nova, que apresenta os maiores índices de desenvolvimento humano desta zona.

A zona oeste possui três unidades militarizadas: a Escola Estadual Fueth Paulo Mourão (PECIM), a Escola Estadual Coronel Pedro Câmara (CMPM VIII) e a Escola Estadual Prof. Waldocke Ericke de Lyra (CMPM III). O ADHB, ao processar o IDHM desta zona, dividiu-a em dois blocos: zona oeste, que abrange os bairros Santo Agostinho, Compensa, São Jorge, Vila da Prata, Santo Antônio e São Raimundo; e zona oeste, que abrange os bairros Ponta Negra, Tarumã e Tarumã-Açu. As duas primeiras escolas militarizadas listadas neste parágrafo estão localizadas, respectivamente, nos bairros São Jorge e Compensa, logo, pertencem ao primeiro bloco da zona oeste, onde o IDHM é de 0,735, o IDHM Educação é de 0,666, o IDHM Longevidade é de 0,828 e o IDHM Renda é de 0,721. A terceira escola militarizada listada neste bloco está localizada no bairro Tarumã, onde o IDHM é de 0,770, o IDHM Educação é de 0,547, o IDHM Longevidade é de 0,904 e o IDHM Renda é de 0,924. Diante da peculiaridade desta zona, apresentamos na tabela abaixo o IDHM dos bairros onde estão localizadas as escolas públicas com presença militar.

Quadro 10 - IDHM dos bairros da Zona Oeste de Manaus onde estão localizadas escolas públicas com presença militar (Censo - 2010)

IDHM dos bairros da Zona Oeste de Manaus (Censo - 2010)							
Nº	Bairro	Modelo	Escolas	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
1	Tarumã	CMPM	1	0,649	0,635	0,774	0,555
2	Compensa	CMPM	1	0,667	0,636	0,778	0,601
3	São Jorge	PECIM	1	0,657	0,615	0,754	0,612

Fonte3: Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2022.

A zona sul também possui três unidades militarizadas: a Escola Estadual José Carlos Mestrinho (CMBM), o Colégio Militar da Polícia Militar (CMPM) e a Escola Estadual Prof. Nelson Alves Ferreira (PECIM). Ao processar o IDHM desta zona, o ADHB dividiu-a em três regiões distintas: zona sul (Presidente Vargas, Nossa Senhora Aparecida, Centro, Praça 14 de Janeiro e Cachoeirinha), zona sul/zona leste (Educandos, Santa Luzia, Colônia Oliveira Machado, Morro da Liberdade, São Lázaro, Betânia, Crespo, Vila Buriti, Distrito Industrial/Mauazinho, Colônia Antônio Aleixo, Distrito Industrial II, Puraquequara) e zona sul/zona leste (Raiz, Japiim, São Francisco, Petrópolis/Coroado). A primeira escola estadual listada nesta região está localizada no bairro Crespo,

pertencendo ao primeiro bloco zona sul/zona leste, onde o IDHM é de 0,690, o IDHM Educação 0,622, o IDHM Longevidade 0,794 e o IDHM Renda 0,666. As duas últimas escolas listadas nesta região estão localizadas no bairro Petrópolis, pertencendo ao segundo bloco zona sul/zona leste, onde o IDHM é de 0,762, o IDHM Educação 0,728, o IDHM Longevidade 0,834 e o IDHM Renda 0,730. Na tabela abaixo, apresentamos os dados do IDHM dos bairros da zona sul onde estão localizadas as escolas públicas com presença militar.

Quadro 11 - IDHM dos bairros da Zona Sul de Manaus onde estão localizadas escolas públicas com presença militar (Censo - 2010)

IDHM dos bairros da Zona Sul de Manaus onde estão localizadas escolas públicas com presença militar (Censo - 2010)							
Nº	Bairro	Modelo	Escolas	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
1	Petrópolis	CMPM	1	0,668	0,645	0,791	0,584
2	Crespo	CMBM	1	0,762	0,724	0,837	0,730
3	Betânia	PECIM	1	0,748	0,714	0,828	0,707

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2022.

A relação entre a localização dessas escolas e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é importante, pois possibilita uma leitura das zonas e bairros onde essas escolas estão situadas. Contudo, não revela o impacto no acesso e permanência de estudantes e docentes dessas unidades a partir da militarização de sua gestão.

Com base nesse mapeamento, também foi possível cruzar os dados das escolas que tiveram suas gestões militarizadas com a distribuição das escolas por coordenadorias distritais da SEDUC. Assim, identificamos que, das suas 36 escolas da CDE 01, apenas uma unidade possui a gestão PESAC. Na CDE 02, das suas 36 escolas, há três unidades com gestão militarizada (o CMBM, o CMPM-I e uma unidade do PECIM). Na CDE 03, das suas 38 escolas, há três unidades com gestão militarizada (o CMPM-V e duas unidades do PESAC). Na CDE 04, das suas 33 escolas, há duas unidades com gestão militarizada (o CMPM-VIII e uma unidade do PECIM). Na CDE 05, das suas 34 escolas, há quatro unidades com gestão militarizada (o CMPM-IV, uma unidade do PECIM e duas unidades do PESAC). Na CDE 06, das suas 27 escolas, nove unidades possuem gestão militarizada (o CMPM II, uma unidade do PECIM, sete unidades

do PESAC). Na CDE 07, das suas 32 escolas, há oito unidades com gestão militarizada (três unidades do CMPMs – III, VI e VII –, uma unidade do PECIM e quatro unidades do PESAC).

4. O COLÉGIO MILITAR DA POLÍCIA MILITAR (CMPM-I): A PRIMEIRA ESCOLA PÚBLICA MILITARIZADA EM MANAUS

O Colégio Militar da Polícia Militar (CMPM-I) está localizado na rua Antônio Passos de Miranda, esquina com a avenida Codajás, sem número, no bairro de Petrópolis, às margens do igarapé Frade, hoje transformado em PROSAMIM, na zona sul de Manaus. Sua gestão é realizada pela Polícia Militar do Amazonas⁵⁸, contudo, a unidade compõe a rede estadual de escolas públicas da SEDUC/AM. Atualmente, de acordo com o portal Qedu⁵⁹, com base nos dados do Censo Escolar 2022, atende aos ensinos fundamentais e médio, na modalidade regular, possui 3485 matrículas e 185 professores. Os dados de 2021 do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) indicam a nota de 6,9 nos anos iniciais, 5,5 nos anos finais e 4,9 no Ensino Médio.

Em matéria publicada no dia 4 de março de 1994 no Jornal do Comércio, o governador Gilberto Mestrinho anunciou a inauguração da Escola Estadual Solomão Abtibol, o GM-3⁶⁰ de Petrópolis. Na matéria, o governo afirma que esta escola também é o primeiro Colégio da Polícia Militar do Amazonas. Na ocasião, o comandante da Polícia Militar, coronel Antônio Guedes Brandão, afirma

O GM-3 de Petrópolis resgata uma antiga dívida do Estado com a Polícia Militar, que no passado cedeu as instalações da hoje Escola Estadual Tiradentes para que a rede estadual de ensino abrigasse a demanda de estudantes das comunidades de Petrópolis e São Francisco, abrindo mão do projeto do Colégio Militar, que se destinaria a atender os filhos dos militares da Polícia Militar do Amazonas. Mesmo sem receber nenhuma cobrança, o governador decidiu retribuir este gesto voluntário e de solidariedade dos militares, por reconhecer a importância desse projeto para a nossa corporação (*Jornal do Comércio*, 1994a).

⁵⁸ O Projeto Político Pedagógico (PPP) define a gestão da escola como militar, contudo participativa e colaborativa, buscando oferecer espaços democráticos que propiciem aos alunos a possibilidade da reconstrução do conhecimento de forma individual e coletiva, inerente à formação do sujeito crítico-reflexivo. Entretanto, assim como o regimento escolar, não define uma estrutura ou práticas de relações democráticas.

⁵⁹ Fonte: <https://qedu.org.br/escola/13026577-colegio-militar-da-policia-militar-do-amazonas>

⁶⁰ Em 1994, o governo do Amazonas concluiu a construção de 18 escolas especiais GM-3, representando, na época, um investimento de 6 bilhões e 480 milhões de cruzeiros reais, sendo 3 unidades na capital e 15 no interior do estado. Na inauguração da unidade GM-3 Isaac Sverner, no bairro de São José, o ministro da Educação, Murílio Hingel, afirmou que a política educacional do Amazonas estava alinhada ao Plano Decenal de Educação para Todos, articulando o poder público e a sociedade civil (*Jornal do Comércio*, 1994b).

A matéria acaba por revelar aspectos da complexidade sobre a criação do CMPM-I. Apesar de ser a primeira unidade deste modelo, também é a Escola Estadual Salomão Abtibol, que compõe um outro modelo de gestão, intitulado GM-3. Para tanto, é importante fazer a ressalva que, depois de construída e inaugurada, os documentos a que tivemos acesso revelam a identificação desta unidade como Colégio da Polícia Militar do Amazonas. Esses elementos nos ajudam a compreender o fato de a referida unidade compor o quadro de escolas tanto da SEDUC quanto da PMAM.

Atualmente, funciona em um prédio com estrutura ampla, com os seguintes espaços: Direção geral, sala do subcomandante, recepção, sala de atendimento aos pais, 34 salas de aula, 03 salas da coordenação pedagógica, laboratório para aulas práticas, biblioteca, secretaria, sala dos professores, Associação de Pais, Mestres e Comunitários – APMC, gabinete odontológico, sala de apoio psicológico, reprografia, ambulatório, corpo de alunos, corpo da guarda, almoxarifado, 12 depósitos para material de limpeza, 06 banheiros no prédio anexo, 05 banheiros no prédio principal, 01 escovódromo, 01 quadra poliesportiva, 01 cozinha, 01 refeitório e 01 cantina.

O CMPM-I dispõe de uma subunidade localizada na rua Afonso Pena s/nº, bairro Praça 14 de Janeiro, dispendo de 04 pisos que comportam os seguintes espaços: o subsolo é o estacionamento para funcionários; o térreo contém a recepção, a sala da coordenação pedagógica, a secretaria, o corpo de alunos, a sala dos professores, o depósito de mantimentos, a cozinha, o refeitório, a cantina e as 05 salas de aula; o primeiro andar possui 06 salas de aula e o depósito de materiais; o segundo andar contém 06 salas de aula e o setor de materiais.

O bairro de Petrópolis possui 2 praças públicas, 5 escolas estaduais, 3 escolas municipais, 4 Centros Municipais de Educação Infantil, 2 creches e 9 escolas particulares. Conta com serviços de água encanada, luz elétrica, coleta de lixo, saneamento básico, posto de saúde, Centro de Atenção Integrada à Criança, feira, igrejas de diversos segmentos religiosos, transporte coletivo, comércio variado, Corpo de Bombeiros e Distrito Integrado de Polícia⁶¹.

⁶¹ Informações retiradas seção 8, levantamento socioeconômico e cultural, do Projeto Político Pedagógico (PPP) do CMPM-I.

O CPMI-I promulgado pelo decreto 15.831/1994 e criado para atender aos servidores militares, seus dependentes e parte da sociedade civil, estava ligado à estrutura organizacional da Polícia Militar. Contudo, a maior parte dos ônus financeiros ficou a cargo da secretaria estadual de educação⁶². Santos (2020) aponta que o Amazonas foi o terceiro estado da federação a ter uma de suas unidades educacionais militarizadas⁶³, em 4 de fevereiro de 1994, por meio do decreto nº 15.831/1994, do então governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo (PMDB), criando, na estrutura organizacional da Polícia Militar do Amazonas, o Colégio Militar. Em seu artigo 3º, estabelece que, para o funcionamento do Colégio, além dos servidores da Polícia do Amazonas, foi assegurado pela Secretaria do Estado da Educação, Cultura e Desporto (SEDUC/AM) o pessoal Docente, Técnico, Administrativo e de Apoio. Já no artigo 4º, inciso II, estabelece entre seus princípios e objetivos oferecer educação formal para a cidadania, usando como instrumentos educacionais o ensino do civismo, o respeito às leis, os direitos e deveres do cidadão, além dos ideais da família e da religião para a construção do sentimento pátrio.

Ainda nos artigos 12 e 13, estabelece-se que a grade curricular estará em consonância com a política educacional do Sistema Estadual de Ensino⁶⁴ e que os bens móveis e imóveis constituiriam o patrimônio da Polícia Militar do Amazonas (PMAM). Já no artigo 14, ponto comum em quase todo o país, estabelece-se uma responsabilização financeira das famílias pela manutenção da escola⁶⁵, indicando que a escola poderá estabelecer o pagamento de contribuição escolar a ser gerida pela Associação de Pais e Mestres. É necessário destacar que essa “contribuição” financeira, realizada pelas famílias,

⁶² O regimento interno da escola, no Título VII – do patrimônio, artigo 272, especifica que os bens móveis e imóveis do CPMI-I constituem patrimônio da SEDUC e da PMAM, ficando a guarda e a manutenção sob responsabilidade do comando do colégio e controle do setor de patrimônio da SEDUC e da DAL/PMAM (AMAZONAS, 2023).

⁶³ Em debate na RePme, a Dr^a Catarina Santos apresentou um posicionamento contrário a essa caracterização. Ela parte do princípio de que, se a unidade foi criada para este fim, por mais que conte com recursos oriundos da SEDUC, ela deve ser caracterizada como uma escola militar do governo do estado. Contudo, diante dos elementos apresentados nesta pesquisa, seguiremos com a concepção que se trata de uma unidade militarizada.

⁶⁴ O ato de criação reproduz, desta maneira, o currículo formal do sistema de ensino, mediado por contradições de ordem pedagógica e administrativa, que são trabalhadas nesta pesquisa. Ao tratar da categoria reprodução, Cury (2002) indica que ela é marcada pelo fato de a sociedade propender à sua autoconservação, reproduzindo as condições que possibilitam a manutenção de suas relações básicas por meio de suas instituições.

⁶⁵ Como aponta Silva (2021), Miranda (2021), Gomes (2021), Serafim (2021) e Santos (2020).

viola os princípios constitucionais de gratuidade da educação, pois o Estado já dispõe de receitas próprias para financiar a educação.

E você não pode, como Estado, simplesmente pedir “contribuições” por aí. O dinheiro do poder público não funciona assim. Este é um Estado liberal-democrático, estado liberal-democrático tem “receita originária” [...] A grande receita do Estado vem de tributos. O modo como esse dinheiro será gasto será discutido pelo Parlamento, e o Poder Executivo irá executar o que o parlamento decidir, podendo fazer contingenciamentos. Isso é norma cogente. Para quem não está familiarizado com esse chatíssimo vocabulário: Isso é obrigatório, isso não tem discussão. [...] Então, do ponto de vista constitucional, se quisermos uma escola militar, ela terá que dar um jeito de atender a estas duas possibilidades: gestão democrática e absoluta gratuidade. Isso é ensino público (TAVARES, 2016, p. 56-58)

O debate sobre o financiamento e a manutenção das escolas públicas sob a gestão da polícia militar ultrapassa a questão da legalidade, chegando à discussão sobre a equidade no acesso à educação e a desburocratização e o acesso facilitado que as escolas desse modelo de gestão possuem em comparação com outras instituições de ensino público. Rocha (2022), ao tratar do acesso à educação, afirma que a função social da escola pressupõe a socialização do conhecimento científico, construído historicamente, aos grupos sociais que não tiveram acesso a esse conhecimento. Por esse fator, a escola não é uniforme, pois é formada por uma diversidade de pessoas de contextos sociais distintos.

Essa primeira experiência é bastante significativa para entendermos o processo contraditório da militarização, que irá se consolidar no estado ao longo dos anos. Contudo, precisamos considerar, nesse primeiro decreto, que, primeiramente, apesar da reserva de vagas para filhos de militares, o CPM não tem objetivo de formar potenciais membros para a polícia do Amazonas⁶⁶. Um segundo ponto é o fato de seus princípios e objetivos aproximarem os valores da caserna⁶⁷ com a “religião”, considerando a relação necessária para a construção do “sentimento pátrio”. Uma terceira questão é a parte financeira. Nesse aspecto, a SEDUC/AM assumiu a responsabilidade pelo pagamento dos

⁶⁶ Neste ponto, é necessário ressaltar que o PPP (Projeto Político Pedagógico) de 2022 institui como último objetivo específico “estimular o ingresso em carreira militar e demais carreiras do estado”, e nas redes sociais do colégio é feita a divulgação dos concursos da Escola Superior de Armas (ESA).

⁶⁷ Santos (2020) relaciona esse termo ao mundo e à cultura próprios dos quartéis militares.

professores, pedagogos, técnicos administrativos e apoios. Já a Polícia Militar ficou responsável pela folha de pagamento dos policiais e a manutenção física da escola e, de maneira específica, a chamada “contribuição escolar” fica a cargo dos pais e responsáveis.

Todos esses aspectos afastam essa gestão escolar das previstas no artigo 206 da Constituição Federal de 1988 e no art. 3º da LDB. A estrutura representada⁶⁸ caracteriza contraditoriamente uma escola pública que não é laica e que reproduz os valores de hierarquia e subserviência típicos de ambientes militares. Nesse sentido, requer-se uma análise mais meticulosa para compreendermos a fundo esse fenômeno, dada a escassez de documentos e trabalhos acadêmicos relacionados ao funcionamento desta unidade após a publicação do seu decreto de criação.

4.1 O manual de orientações e procedimentos de pais e alunos: a relação entre as normas e disciplinas com a gestão de pessoas

O manual de orientações e procedimentos para pais e alunos é um documento fundamental para compreendermos o funcionamento cotidiano da escola. Ele representa as características comportamentais idealizadas pela gestão para o corpo discente e seus responsáveis. Assim, este exercício nos possibilitou compreender a organização administrativa⁶⁹ do ambiente escolar.

O cumprimento destas normas diminui as tensões geradas por diferentes regras de costumes familiares e favorecem a harmonia e a satisfação nas relações interpessoais. A adesão às normas é obrigatória a partir do momento em que o aluno é matriculado na escola. Portanto, é importante que os responsáveis leiam atentamente e cobrem dos alunos o seu cumprimento integral (AMAZONAS, 2023)

⁶⁸ Cury (1989) afirma que a representação pode ser contraditória com a estrutura da coisa e seu conceito correspondente, conceito esse que é o que proporciona ao homem a compreensão da coisa e do real.

⁶⁹ Paro (2012), ao analisar a administração escolar, indica que a atividade administrativa está relacionada à utilização racional de recursos para a realização de atividades-fins, apresentando-se como atividade essencial à vida humana e estando presente em todos os tipos de organização social. Também está sujeita a várias determinações sociais que podem servir às forças e grupos dominantes da sociedade. Assim, pode convergir tanto com a conservação do *status quo* quanto com a transformação social, dependendo dos objetivos aos quais está direcionada.

Aqui, vamos tratar a gestão em um contexto mais amplo⁷⁰. Os estudos sobre o problema da administração escolar apontam que, no Brasil, o debate acerca desse tema acaba por ser reduzido a duas concepções antagônicas: a compreensão de que os procedimentos administrativos na escola devem basear-se nos métodos adotados no ambiente empresarial capitalista e, do outro lado, a rejeição da própria administração no contexto escolar (Paro, 2012). Dito isso, caracterizamos que o documento em questão, apesar de ser a síntese de pontos específicos do Regimento Escolar e do Projeto Político Pedagógico, estabelece procedimentos obrigatórios aos estudantes e seus responsáveis, que devem ser cumpridos à risca, introduzindo no ambiente educativo um modelo de administração do cotidiano militar.

Ao tratar do conceito de administração em geral, Paro (2012) argumenta que, para os modernos teóricos da administração, em função da complexidade de tarefas, escassez de recursos, da diversidade de objetivos e da ampla quantidade de trabalhadores envolvidos, surge a necessidade de que essas pessoas tenham suas atividades coordenadas por estruturas chamadas administrativas. Dessa forma, essa concepção está presente na atual sociedade capitalista, onde a organização se tornou o próprio objeto de estudo. Como exemplo disso, temos a escola que, como qualquer outra instituição, precisa ser administrada.

O manual está organizado em 17 temas de orientação, sendo eles: 1) Aos pais; 2) Frequência dos alunos; 3) Proposta pedagógica; 4) Projeto Político Pedagógico (PPP); 5) Associação de Pais e Mestres e Comunitários – APMC; 6) Avaliações de aprendizagem; 7) Instrução para cálculo de nota; 8) Procedimentos para realização de provas; 9) Atividades ou provas de 2ª chamada; 10) Cancelamento de matrícula; 11) Corpo de alunos e regimento disciplinar; 12) Premiações e condecorações; 13) Relação de transgressões disciplinares; 14) Procedimentos diários; 15) Corte de cabelo; 16) Semana de Adaptação Militar 2023 (Semana Zero); e 17) Canções e brados.

⁷⁰ Cury (2002) argumenta que a ordem constitucional de 1988 estabeleceu princípios caros à democracia e à educação democrática. Desta forma, se opõe radicalmente ao estado de exceção instituído pela ditadura civil-militar, ao mesmo tempo que apresenta a gestação de uma nova maneira de administrar a coisa pública, ou seja, sob a forma da virtude como amor à coisa pública. Obviamente, isso não significa que a construção da ordem democrática se consolidou nas práticas sociais e políticas, visto que o autoritarismo possui raízes profundas no país.

Desses temas, vamos nos debruçar sobre oito, pois estão diretamente ligados à hierarquização do corpo discente, reproduzindo a desigualdade entre os alunos. Por isso, nosso recorte versará sobre: 1) Os pais; 2) Frequências dos alunos; 6) Avaliações de aprendizagem; 10) Cancelamento de matrícula; 11) Corpo de alunos e regimento disciplinar; 12) Premiações e condecorações; 13) Relação de transgressões disciplinares; 14) Procedimentos diários. Os demais itens não serão aprofundados neste momento, pois o manual apenas informa brevemente sobre o tema elencado. Ampliaremos esse debate mais adiante ao discutirmos o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico.

Em relação aos pais, o manual estabelece as seguintes recomendações: Fazer-se presente na escola mediante qualquer convocação, seja escrita ou verbal, feita pela direção do Colégio; Quando for necessário realizar contato com qualquer aluno, procurar antes o corpo de aluno, não sendo permitida a presença de pais e responsáveis nos corredores ou salas de aula durante os horários de aula; Os assuntos didático-pedagógicos devem ser tratados diretamente com a direção pedagógica e, quando o assunto for disciplinar, procurar o Comando do Corpo de Alunos – C.A; O colégio não permite a presença de alunos em suas dependências desuniformizados ou mal uniformizados, tampouco o desrespeito ao uso regulamentar do cabelo (corte, cor e amarração); Os pais devem comparecer no colégio em trajés adequados aos espaços da polícia militar, não sendo permitida a presença de pessoas com bermudas e minissaias; Respeitar os horários de entrada e saída dos alunos; Não permitir que os alunos levem objetos de valor para o colégio; Atualizar o endereço e contato telefônico junto à direção do colégio sempre que necessário; A solicitação de documentos e o recebimento dos mesmos, inclusive o boletim, devem ser feitos pelo pai, mãe ou responsável.

Essa organização nos permite fazer uma aproximação com as análises de Cury (1989), na obra *Educação e Contradição*, ao caracterizar as concepções teóricas que se opõem à aceitação das relações sociais existentes. O autor destaca duas concepções que, de acordo com o levantamento bibliográfico desta pesquisa, são utilizadas recorrentemente para a análise do processo de militarização de escolas no Brasil: a teoria da violência simbólica⁷¹ e a teoria

⁷¹ Bourdieu (2001) considera a violência simbólica como a coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado estabelece com o dominante, dispondo apenas de instrumentos de

marxista dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)⁷². Na primeira, enfatiza-se a impositividade quase que absoluta dos aparelhos ideológicos; contudo, não se dá o devido alcance à contradição, assim como àquilo que a educação dominante pretende dissimular. Já a segunda busca abordar a contradição como elemento fundamental para compreender as relações de produção e as forças produtivas. A educação opera, em sua unidade dialética com a totalidade, como um processo que conjuga as aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórico-social.

Quanto aos alunos, a quantidade de recomendações é bem maior. Ao abordar a frequência (AMAZONAS, 2023, p. 7-8), estabelece a obrigatoriedade de 75% de presença em todas as atividades escolares. Contudo, faz uma ressalva na prática de Educação Física, garantindo a dispensa dos alunos amparados pelo decreto-lei nº 1.044/69 e resoluções 049/98 e 09/2005 do Conselho Estadual de Educação do Amazonas – CEE/AM. Nesse último caso, o responsável terá o prazo de 30 dias, a partir do início das atividades, para apresentar à direção pedagógica o documento que isente o aluno desta atividade. Ainda assim, o aluno dispensado da prática de educação física deverá participar das aulas teóricas e apresentar trabalho escrito ao final de cada trimestre.

Ao abordar as avaliações de aprendizagem⁷³, apresenta o ano letivo dividido em 3 trimestres, nos quais os discentes são avaliados em cada disciplina, sendo classificados por notas de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, em que a nota mínima para aprovação é de 7 (sete) pontos. A avaliação é feita de forma contínua e cumulativa ao longo de cada trimestre, incluindo

Verificação Afetiva (V.A.): Atividades diárias desenvolvidas pelo professor, onde serão levados em consideração, assiduidade, realização das atividades propostas de acordo com o material didático, organização e higiene do material, ou outra atividade a critério do professor, valendo 2,0 (dois) pontos.

conhecimento que têm em comum com o dominante e que fazem com que essa relação pareça normal.

⁷² Althusser (1996) indica que o Estado mantém seu poder não apenas por meio da repressão direta, mas também através de instituições que exercem o controle ideológico: os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Entre eles estão o AIE religioso, o AIE escolar, o AIE familiar, o AIE jurídico, o AIE político, o AIE sindical, o AIE da informação e o AIE cultural.

⁷³ O Projeto Político Pedagógico (PPP) do colégio define que o processo avaliativo tem como objetivo principal averiguar se os objetivos e metas traçados foram alcançados, considerando o domínio dos conteúdos e a construção de novos saberes pelo aluno.

Verificações de Estudo (V.E.): Avaliação escrita parcial realizada pelo professor, de acordo com o planejamento da Supervisão Escolar, valendo 8,0 (oito) pontos. Poderão ocorrer trabalhos ou outras atividades que substituam a avaliação escrita, devendo, nesse caso, ser deliberado pelo Chefe da Divisão de Ensino e Supervisão Escolar.

Verificação Corrente (V.C.): Avaliação escrita final realizada pelo professor, de acordo com o planejamento da Supervisão Escolar, valendo 10,0 (dez) pontos. Poderão ocorrer trabalhos ou outras atividades que substituam a avaliação escrita, devendo, nesse caso, ser deliberado pelo Chefe da Divisão de Ensino e Supervisão Escolar.

Recuperação Trimestral (R.T.): A recuperação será desenvolvida ao final de cada trimestre, através de avaliação escrita realizada pelo professor, de acordo com o planejamento da Supervisão Escolar. Poderão ocorrer trabalhos ou outras atividades que substituam a avaliação escrita, devendo, nesse caso, ser deliberado pelo Chefe da Divisão de Ensino e Supervisão Escolar. (AMAZONAS, 2023, p.9)

A concepção de verificação afetiva (V.A), descrita no manual e no Projeto Político Pedagógico, distancia-se do conceito de afetividade na relação educativa e aproxima-se mais da ideia de organização e planejamento do cotidiano escolar.

Ribeiro (2010) aponta que, dependendo do ponto de vista, há diferentes definições para o conceito de afetividade, como atitudes e valores, comportamento moral e ético, desenvolvimento pessoal e social, motivação, interesse e atribuição, ternura, inter-relação, empatia, constituição da subjetividade, sentimentos e emoções. Contudo, para o autor, a expressão de sentimentos e emoções impulsiona a afetividade, a qual pode se desenvolver através da formação.

Assim, o manual apresenta uma interpretação distinta sobre a afetividade ao mensurar itens de organização que compõem um sistema de pontuação em que o aluno pode alcançar até 2 pontos.

Entendendo a escola como uma unidade dialética de uma totalidade complexa, nas palavras de Cury (1989), como um processo que conjuga as aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórico-social, a educação é uma atividade humana integrante de uma totalidade da organização social. Assim sendo, a forma como o manual dos alunos orienta a relação dos responsáveis e estudantes com a instituição representa a reprodução das concepções ideológicas hegemônicas na sociedade amazonense, e a escola cumpre o papel de aparelho reprodutor dessas concepções.

As verificações de estudo (V.E.), verificação corrente (V.C.) e a recuperação trimestral (R.T.) são realizadas pelos professores, contudo, antes devem passar pela supervisão escolar. Ambas as verificações podem substituir a avaliação escrita por outras formas de avaliação, mas para isso é necessária a deliberação do chefe da divisão de ensino e supervisão escolar⁷⁴. Esse modelo retira a autonomia dos docentes em planejar o modelo de avaliação mais adequado à realidade da sala de aula.

Ao analisar o papel da avaliação na relação entre ideologia e currículo, Apple (1982) considera essencial examinar as relações entre os conhecimentos manifestos e ocultos transmitidos pelas escolas, as bases de seleção e organização dos conhecimentos e os critérios e modos de avaliação empregados para "aferir o êxito" no ensino. Assim, a organização do conhecimento e do simbolismo em nossas instituições educacionais é mediada pelo controle social e cultural que compõe a totalidade da sociedade.

Nessa perspectiva, ao analisar as verificações e a recuperação trimestral do CPM-I, percebem-se duas características bastante peculiares que são bem exploradas por Apple (1982). A primeira é que a escola é compreendida na sua relação com outras instituições, no caso em análise, de maneira direta com a polícia militar. Desse modo, a autonomia docente está condicionada à autoridade militar, reproduzindo desigualdades estruturais de poder e acesso a recursos⁷⁵. A segunda é que essas desigualdades são reforçadas e reproduzidas no cotidiano escolar. No caso em estudo, esse contexto fica materializado ao abordar a recuperação do final do ano letivo, indicando que o aluno submetido a estudo de recuperação não terá direito a concorrer ao diploma de honra ao mérito, tampouco a ingressar na legião de honra e no oficialato escolar.

Outro aspecto está materializado nos termos do cancelamento de matrícula, que faz referência ao artigo 131 do regimento interno, determinando que o aluno não terá direito à renovação de matrícula caso reprove em qualquer

⁷⁴ Ao analisar a avaliação em uma escola militarizada do Distrito Federal, Rocha (2022) reconheceu que não se pode analisar a escola dissociada do contexto macro da sociedade e da rede de ensino onde está inserida. Na mesma perspectiva, a autora argumenta que não se pode dissociar a avaliação dos estudantes da forma como a escola organiza e desenvolve seu trabalho. Desta forma, a avaliação é entendida como uma totalidade constituinte de outras totalidades.

⁷⁵ Ao tratar da categoria da reprodução, Cury (1989) afirma que a sociedade tende, em suas instituições, à autoconservação, reproduzindo as condições que possibilitam a manutenção de suas relações básicas.

componente curricular, sendo inclusive vedado o acesso à série subsequente e não podendo, inclusive, reingressar ao CMPM sob nova matrícula. Dessa forma, o manual reforça a reprodução cultural das desigualdades nas relações sociais dentro no ambiente escolar.

As orientações ao corpo de alunos e o regimento disciplinar estão organizados em oito aspectos, sendo eles: I. Disciplina; II. Perfil do Aluno; III. Falta disciplinar; IV. Direitos do Aluno; V. Deveres do Aluno; VI. Recompensas; VII. Elogios e VIII. Grau do comportamento do aluno. O item I e II descrevem o perfil de comportamento e conduta que o colégio espera do corpo discente. Já o item III aborda duas questões distintas: a primeira é a violação dos preceitos de moral, ética, dever e obrigações escolares impostos aos alunos do sistema de ensino de colégios militares; o segundo é a ausência dos alunos em atividades escolares. Apesar de tratar de duas questões no mesmo item, prevê punição com advertências apenas no último caso, com a perda de 0,2 pontos na falta de justificativa.

Ao abordar a concepção de disciplina escolar, Santos (2023) ressalta a complexidade e a dificuldade em compreender este conceito. Expõe que, apesar da intenção de uma educação que promova a criticidade, muitas vezes a transgressão é identificada como indisciplina, evidenciando uma tendência em rotular como indisciplinado aquilo que não se encaixa no padrão esperado. Buscando caracterizar o padrão de comportamento esperado para os alunos do CMPM-I, construímos o seguinte quadro:

Quadro 12 – Direitos e deveres do aluno do CMPM-I

Direitos do aluno	Deveres do aluno
I. Participar das atividades escolares destinadas à sua formação como elemento consciente e atuante na comunidade em que convive;	I. Respeitar as normas que disciplinam a convivência na comunidade escolar;
II. Ter acesso aos recursos didáticos-pedagógicos oferecidos pelo colégio;	II. Frequentar com assiduidade, pontualidade e interesse as aulas e demais atividades escolares;
III. Utilizar as salas autorizadas e as dependências recreativas do colégio;	III. Zelar pela ordem e asseio do prédio, assim como pela conservação do mesmo, do mobiliário, do material didático e de todo material de uso coletivo, responsabilizando-se pelos danos causados;
IV. Conhecer o presente regimento e solicitar informações sobre o mesmo;	IV. Integrar-se na dinâmica do processo educativo;

V. Solicitar esclarecimento, oralmente ou por escrito, sobre resultado de avaliação;	V. Respeitar a filosofia do colégio, engajando-se nela;
VI. Ser respeitado em sua individualidade;	VI. Tratar com urbanidade e respeito o comando, professores, pedagogos, supervisão escolar, instrutores, monitores, funcionários e seus pares;
VII. Valer-se dos serviços oferecidos pelo colégio;	VII. Cumprir as disposições deste regimento;
VIII. Estabelecer diálogo franco e aberto com o comando, professores, pedagogos, supervisão escolar, instrutores e monitores para possíveis esclarecimentos e enriquecimento mútuos;	VIII. Posicionar-se eticamente;
IX. Expor as dificuldades encontradas em seus trabalhos escolares, solicitando ajuda e orientação;	IX. Cumprir as normas gerais de ação do colégio;
X. Justificar, através do responsável, suas faltas dentro do prazo estabelecido neste regimento;	X. Exercer seus direitos;
XI. Participar das reuniões, quando convocados;	XI. Falar a verdade;
XII. Receber orientação e assistência do corpo de alunos;	XII. Zelar pelo seu material, dos colegas, dos professores e dos servidores do colégio;
XIII. Concorrer às condecorações do colégio, de conformidade com os regulamentos próprios;	XIII. Manter o uniforme diário e o uniforme de educação física em bom estado de conservação, assim como costurar no uniforme diário, o cadarço de identificação do nome de guerra "sutache" e a identificação da série a qual pertence, bem como bordar no uniforme de educação física o nome de guerra e a série.
XIV. Recorrer das decisões com as quais discordar, observando prazos e formalidades.	XIV. Observar o que prescrevem as ordens em vigência, primando por uma conduta exemplar, tanto em âmbito interno quanto externo;
	XV. Observar rigorosamente a probidade na execução de qualquer verificação do rendimento escolar ou trabalho escolar, considerando-se o emprego de recursos fraudulentos como ofensa a disciplina;
	XVI. Procurar obter o máximo de aproveitamento no ensino ministrado, desenvolvendo para tanto a organização e métodos de estudos;
	XVII. Zelar pela sua saúde e dos colegas, sendo proibido o uso de fumo, bebidas alcoólicas e substâncias tóxicas nas dependências da escola;
	XVIII. Adquirir livros e outros artigos didáticos considerados importantes, indicados pela divisão de ensino e pelos professores;

	XIX. Apresentar material didático individual, necessário nas aulas e atividades;
	XX. Permanecer na escola durante o período de aula, sendo permitido seu afastamento somente com presença dos pais ou responsável;
	XXI. Justificar à supervisão escolar, mediante requerimento de 2ª chamada entregue na secretaria da escola, através de seu responsável, mediante requerimento de 2ª chamada entregue na secretaria da escola, através de seu responsável, mediante atestado médico ou outros meios aptos, a ausência a provas e entrega de trabalhos na data prevista; e manter seus pais ou responsáveis cientes das atividades escolares, bem como das solicitações do colégio, particularmente das que se referem à necessidade de suas presenças, compromissos e, principalmente, notas obtidas nas avaliações e médias trimestrais.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no manual de orientações e procedimentos de pais e alunos 2023 e no regimento escolar do CMPM-I.

O quadro lista 14 (quatorze) direitos e 21 (vinte e um) deveres, caracterizando um padrão de comportamento que deve ser adotado pelo aluno dentro do colégio. Assim, a partir da administração do cotidiano de estudo, buscam-se padronizar as relações sociais por uma lógica meritocrática, onde o atendimento aos requisitos listados possibilita concorrer às condecorações típicas de um ambiente educacional militar.

Ao analisarem o papel desempenhado pela meritocracia no sistema capitalista e seus impactos sobre a classe trabalhadora no Reino Unido e no Brasil, Wayne e Cabral (2021) afirmam que, ao reproduzir as relações capitalistas de poder e classe, a meritocracia assume a função de pilar ideológico da hegemonia do capitalismo e torna-se a fundamentação para as desigualdades que ele mesmo produz.

Esta padronização está materializada no sistema de recompensas⁷⁶. Cada aluno do colégio tem uma ficha disciplinar⁷⁷, onde são registrados pontos por elogios (melhoria de comportamento) e a retirada de pontos por punições (transgressão disciplinar) conforme o quadro abaixo:

⁷⁶ O artigo 205, da seção III, do capítulo III, do título VI estabelece as recompensas por: I) louvores individuais, em particular ou em público; II) louvores coletivos; III) condecorações por méritos alcançados, conferidas anualmente em conformidade com regulamento próprio; IV) diplomas de honra ao mérito; V) inscrições no grupamento da legião de honra; VI) promoção aos postos hierárquicos escolares. (AMAZONAS, 2023)

⁷⁷ Os critérios estão estabelecidos no artigo 206 do regimento escolar (AMAZONAS, 2023)

Quadro 13 – Formas de pontuação no sistema de recompensar do CPM-I

Elogios	Pontos	Punições	Pontos
I- Elogio de qualquer natureza	0,20	a) Advertência	0,20
II - Transcurso de 01 trimestre de aulas sem punições	0,30	b) Repreensão	0,30
III - Ser agraciado com diploma de honra ao mérito	0,50	c) Sustação de folga	0,40
IV- Ser agraciado com medalha condecorativa	0,70	d) Suspensão das atividades escolares	0,50
V - Ingresso no grupamento da legião de honra ou promoção a qualquer posto de hierarquia escolar	0,80		

Fonte: Manual de orientações e procedimentos de pais e alunos 2023, p. 18 e 25.

Com base nessa estrutura, o aluno poderá obter até 10,00 pontos por elogios.⁷⁸ O comportamento é classificado nos seguintes graus: excepcional (10,0 a 9,1); ótimo (9,0 a 8,1); bom (8,0 a 6,0); regular (5,9 a 4,0); e insuficiente (4,0). Ao ser matriculado, o aluno inicia o ano com a nota 8,0, que representa o conceito “bom”. Durante a matrícula, o aluno é classificado no comportamento de acordo com a nota do ano anterior.⁷⁹ A cada punição sofrida, o aluno perderá um grau numérico, conforme a gravidade, até chegar ao grau de comportamento insuficiente. O regimento escolar, no artigo 226, estabelece que o regulamento disciplinar tem por finalidade regular as medidas de transgressões disciplinares e os elogios. A partir disso, realiza-se a classificação, registrando suas causas e circunstâncias no âmbito do CPM-I. O manual sistematiza os níveis de

⁷⁸ O artigo 208 do regimento escolar define as autoridades responsáveis por atribuir essas pontuações em ordem hierárquica: I. O comandante do colégio; II. O subcomandante do colégio; III. O Comandante do corpo de alunos. O artigo 259 define o grau numérico de classificação. O parágrafo único do artigo 214 estabelece que essas autoridades também compõem as instâncias de recursos para questionamento em relação às medidas disciplinares. Dessa forma, a autoridade que aplicou a medida será considerada a primeira instância e o comandante do colégio, a última (AMAZONAS, 2023).

⁷⁹ A escola reproduz o reforço às desigualdades sociais ao mesmo tempo que apresenta uma possibilidade de promoção social. Dessa forma, individualiza os problemas estruturais e os invisibiliza para evitar possíveis críticas dos estudantes.

transgressão⁸⁰ nos níveis leve, médio, grave e gravíssima, de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 14 – Relação de transgressões disciplinares do CPM - I

Níveis de transgressões disciplinares do CPM - I			
LEVE	MÉDIA	GRAVE	GRAVÍSSIMA
Punição: Advertência ou repreensão	Punição: Até 5 dias de estudo dirigido	Punição: 5 dias de estudo dirigido ou até 5 dias de suspensão das atividades escolares	Punição: 5 a 10 dias de suspensão ou cancelamento da matrícula
I- Afastar-se dos locais destinados aos trabalhos ou atividades escolares sem a devida permissão (l)	I - Conversar ou fazer algazarras em ocasiões, lugares ou horas impróprias (m)	I - Faltar com a verdade (g)	I - Ofender, provocar, desafiar ou agredir colegas, professores, técnicos, funcionários do colégio ou superiores por atos ou palavras, pessoalmente, por terceiros ou por rede social (gv)
II - Comparecer às atividades escolares sem o material escolar necessário (l)	II - Não observar normas de conduta social adequada (m)	II - Utilizar-se do anonimato (g)	II - Ter em seu poder ou introduzir no colégio qualquer arma ou objeto que venha ofender a integridade física de qualquer pessoa (gv)
III - Sair de forma sem autorização da autoridade competente (l)	III - Proferir palavras inadequadas ou grafá-las em qualquer lugar (m)	III - Concorrer para discórdia, desarmonia ou cultivar a inimizade entre os colegas (g)	III - Danificar, extraviar e (ou) subtrair coisa alheia de qualquer pessoa dentro da área correspondente ao colégio (gv)
IV- Não conservar limpo e arrumado os locais destinados ao seu uso (l)	IV - Dirigir-se, referir-se ou responder aos professores, ou servidores do colégio de modo desrespeitoso ou desatencioso (m)	IV - Fumar nas dependências do colégio ou fora dele, quando uniformizado (g)	IV - Ter em seu poder ou introduzir no colégio bebidas alcoólicas ou substâncias entorpecentes (gv)
V - Não manter o material de higiene em boas condições (l)	V - Deixar de cumprir tarefa recebida (m)	V - Faltar aos trabalhos escolares ou qualquer atividade programada sem motivo justificado (g)	V - Comparecer ao colégio ou a qualquer atividade escolar em estado de embriaguez alcoólica ou sob efeito de substâncias entorpecentes (gv)
VI - Trocar de uniforme em locais não apropriados (l)	VI - Entrar ou sair das aulas sem autorização do professor ou instrutor (m)	VI - Faltar ou chegar atrasado a qualquer atividade escolar sem motivo justificado (g)	VI - Falsificar a rubrica dos responsáveis ou quaisquer outras autoridades (gv)

⁸⁰ O regimento escolar, nos artigos 209, 210 e 227, define que a transgressão disciplinar ocorre a partir da violação dos princípios éticos, dos deveres e obrigações escolares, das regras de convivência social e dos padrões de comportamento impostos aos alunos. Especifica que toda medida disciplinar terá caráter educativo e é ato administrativo inerente à atribuição funcional de quem a aplica. (AMAZONAS, 2023)

VII- Deixar objetos ou peças de uniforme em locais não apropriados (l)	VII - Perturbar o estudo dos colegas com barulhos ou brincadeiras (m)	VII - Representar o colégio ou por ele tomar compromisso, sem estar para isso autorizado (g)	VII - Ausentar-se das dependências da escola sem a devida autorização do corpo de alunos (gv)
VIII - Retardar, sem justo motivo, a execução de qualquer tarefa (l)	VIII - Portar-se de maneira inconveniente em sala de aula (m)	VIII - Retirar ou tentar retirar das dependências do colégio qualquer material, sem ordem para tal (g)	VIII - Usar de meios ilícitos ou fraudulentos para realização e solução de provas e trabalhos escolares (gv)
IX - Usar brincos e adereços similares (se o aluno do sexo masculino) ou cabelo fora do padrão recomendado pelo colégio (ambos os sexos)	IX - Apresentar-se, em qualquer situação, desuniformizado, mal uniformizado e com uniforme alterado ou diferente do estabelecido (m)	IX - Discutir ou resistir ao atendimento de ordens (g)	IX - Conduzir veículo ou motocicleta sem estar devidamente habilitado (gv)
X - Pintar o cabelo com cores diferentes da cor natural (l)	X - Apresentar-se, em qualquer situação, com o uniforme sem o cadarço de identificação do nome de guerra devidamente costurado, assim como a identificação da série a qual pertence (m)	X - Difundir qualquer doutrina política, filosófica ou religiosa no âmbito escolar sem prévia autorização superior (g)	
XI. Usar qualquer acessório ou objetos (bijuterias, pulseiras, cordões, correntes, anéis e etc.)	XI - Não manter a devida compostura no refeitório, quer por ocasião da entrada ou da saída, quer durante as refeições (m)	XI - Causar danos em material do colégio, por uso indevido ou falta de cuidado (g)	
XII - Deixar de usar o cabelo totalmente preso (coque), estando fardada, nas dependências da escola ou fora desta (l)	XII - Deixar de cumprir ou fazer cumprir normas regulamentares (m)	XII - Portar aparelho telefônico móvel (celular), fones de ouvido, minigame e/ou outro aparelho eletroeletrônico nas dependências do colégio (g)	
XIII - Usar brinco que ultrapasse o lóbulo da orelha, extravagante e/ou estar com mais de um em cada orelha (l)	XIII - Contribuir para má apresentação da sala, atirar papéis, resto de comida ou qualquer objeto no pátio ou fora dos locais destinados à coleta de lixo (m)	XIII - Manifestar-se amorosamente (g)	
XIV - Usar prendedor de cabelo de cor diferente do previsto pelo colégio (ligas pretas) (l)	XIV - Simular doenças para esquivar-se do atendimento das obrigações e atividades escolares (m)	XIV - Tirar fotos, produzir vídeos ou divulgar em redes sociais, imagens suas fardados ou de alunos fardados, nas dependências da escola ou fora dela, que não seja de solenidades ou eventos institucionais, sem a	

		devida autorização (g)	
XV - Pintar as unhas com cores que não sejam incolores e deixá-las crescidas (l)	XV - Desconsiderar qualquer elemento em função de chefia (m)	XV - Pichar seu uniforme ou de terceiros, paredes ou qualquer outra dependência da escola (g)	
XVI - Efetuar lanche quando estiver assistindo a atividade pedagógica (l)	XVI - Deixar de prestar os sinais de respeito e acatamento a todos os militares, professores e instrutores, quer no início e no término das seções, quer no decorrer das mesmas ou em outras circunstâncias (m)		
XVII - Maquilar-se (l)	XVII - Não manter a devida compostura ou executar os comandos durante as formaturas de maneira morosa e/ou má vontade (m)		
XVIII - Usar óculos escuros sem que tenha prescrição médica para tal (l)	XVIII - Usar "piercing" em qualquer parte do corpo (m)		
XIX - Usar lentes de contato com cores diferentes da cor natural dos olhos (l)	XIX - Deixar o chefe de turma de apresentar a turma ao professor quando este adentrar a sala de aula, ou quando na ausência do professor deixar de apresentar a turma ao oficial ou monitor que ali compareça (m)		
XX - Apresentar-se na escola ou qualquer outro evento escolar, enquanto fardado, barbado ou com bigode (l)	XX - Calçar tênis que não seja predominante na cor preta (m)		
	XXI - Mascar gomas durante as atividades escolares (m)		
	XXII - Adentrar ao colégio em trajes curtos e/ou incompatíveis com esta instituição policial (m)		
	XXIII - Comercializar, vender ou divulgar qualquer produto ou projeto sem a devida autorização (m)		

	XXIV - No caso de alunos do sexo feminino, usar o uniforme short-saia, fora do tamanho estipulado pela escola, 03 centímetros abaixo do joelho (m)		
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com o manual de orientações e procedimentos de pais e alunos 2023

No capítulo II, seções I e II, do Título VII do regimento escolar, está estabelecida de maneira específica a regulamentação das transgressões disciplinares dos alunos. Nesse dispositivo, está definido que as transgressões deverão passar por um julgamento onde será levada em consideração a pessoa do transgressor, as causas que a determinaram, a natureza dos fatos e suas consequências⁸¹. Isso significa que haverá a possibilidade de justificação da transgressão quando ocorrer no interesse da boa ordem das atividades escolares ou em legítima defesa.

Também são previstas circunstâncias atenuantes quando o aluno for novato, com até 45 dias a contar da data do início do ano letivo, ou a partir do ingresso no colégio, tiver idade inferior a 12 anos, estiver em comportamento excepcional, cometer a transgressão para evitar mal maior.

São consideradas circunstâncias agravantes (AMAZONAS, 2023):

- I - praticar a transgressão na presença de alunos superiores, durante as aulas, hora cívica, formaturas ou quaisquer atividades escolares;
- II – estar em comportamento regular e insuficiente;
- III – ser reincidente;
- IV – praticar simultânea ou conexão de duas ou mais transgressões;
- V – estar em conluio com dois ou mais alunos;
- VI – abusar da sua condição de aluno promovido;
- VII – cometer falta em público ou na presença da tropa;
- VIII – cometer a falta com premeditação.

A partir do levantamento das notas, global e de comportamento, e dos registros de punições, é realizada a classificação para as premiações e condecorações, sendo:

⁸¹ De acordo com o artigo 235 do regimento escolar, a medida disciplinar tem caráter educativo e visa a preservação da disciplina escolar.

- I) Diploma de honra ao mérito;
- II) Legião de honra;
- III) Batalhão escolar;
- IV) Promoção ao posto de coronel aluno; e
- V) Medalha de aplicação intelectual.

O diploma de honra ao mérito pode ser conquistado a cada trimestre, porém, não é cumulativo nem transferível. Estão aptos a receber o diploma os alunos que obtiverem nota global (boletim escolar) igual ou maior que 9,0 pontos, não tiverem participado de qualquer tipo de recuperação e estiverem classificados no comportamento “ótimo” (de 8,1 a 9,0) ou “excepcional” (de 9,0 a 10,0) no corpo de alunos.

Esse tipo de organização do corpo discente reproduz a promessa de que o mérito individual é a chave para alcançar o que o capitalismo chama de sucesso (WAYNE; CABRAL, 2021), funcionando como justificativa para as desigualdades produzidas no cotidiano escolar, de modo que os estudantes que não atingem as metas estabelecidas devem se submeter obrigatoriamente à hierarquia social imposta pela instituição.

A Legião de Honra é uma premiação conquistada a cada ano, e não é cumulativa nem transferível de um ano para o outro. Para participar, o aluno deve ter recebido o diploma de honra ao mérito nos três trimestres letivos. Assim, aqueles que estiverem aptos recebem um distintivo em uma solenidade formal. A partir desse momento, o distintivo deve ser usado obrigatoriamente em todos os uniformes. No uniforme diário, deve ser colocado acima do bolso esquerdo da camisa; no uniforme de educação física, acima do distintivo da escola; e na túnica, acima do bolso esquerdo.

O batalhão escolar é composto por postos de graduações que devem ser ocupados pelos alunos que obtiverem as maiores notas no decorrer do ano letivo. De acordo com o manual, são privilégios dos promovidos o uso de insígnias e patentes, conforme o posto de graduação, participação nas assembleias de honra, prioridade na participação de eventos e cerimônias externas, e prioridade nas funções de comando e destaque no desfile cívico na Semana da Pátria.

Os critérios para concorrer a essas promoções são: a) ter realizado todas as verificações programadas; b) estar no comportamento excepcional no corpo

de alunos; c) obter nota global final igual ou maior que 9,0 pontos; d) não ter participado de nenhuma recuperação, seja trimestral seja final; e) não ter sido penalizado, ao longo do ano, com suspensão escolar; f) estar cursando efetivamente, no mínimo, o 6º ano do Ensino Fundamental.

Para esse ponto, é necessário considerar a educação na sua unidade dialética com a sociedade e no processo das relações de classe determinadas pelas relações de produção (CURY, 1989). Assim como na sociedade, do antagonismo entre as classes emerge um grupo dominante que tenta dominar o conjunto da sociedade por meio do consenso. As regras estabelecidas pela PMAM no CMPM-I, sobre o chamado batalhão escolar, visam regulamentar a naturalidade das desigualdades nas relações sociais entre os estudantes. Esse dito consenso não é dialogado; pelo contrário, é imposto no momento da matrícula do estudante.

É importante destacar que o aluno promovido permanecerá no posto de graduação desde a solenidade de entrega de patentes até a solenidade do ano seguinte. Contudo, se houver alguma série ou turma que não alcançar os critérios exigidos, nenhum dos seus alunos poderá ser promovido. Para uma melhor visualização do processo, apresentamos um quadro descritivo dos postos, graduações e vagas destinados aos alunos do Ensino Médio e Fundamental.

Quadro 15 – Quadro descritivo dos postos, graduações e vagas destinadas aos alunos do ensino médio e fundamental do CMPM-I

Ano/Série	Posto/graduação	Vagas
3ª série	Coronel Aluno	1
3ª série	Tenente-coronel Aluno	2
3ª série	Major Aluno	8
2ª série	Major Aluno	1
2ª série	Capitão Aluno	13
1ª série	Capitão Aluno	1
1ª série	1º Tenente Aluno	7
1ª série	2º Tenente Aluno	7
9ª Ano	2º Tenente Aluno	1
9ª Ano	Aspirante-a-oficial aluno	14
8ª Ano	Aspirante-a-oficial aluno	1
8ª Ano	Subtenente Aluno	7
8ª Ano	1º Sargento Aluno	7
7ª Ano	1º Sargento Aluno	1

7ª Ano	2º Sargento Aluno	7
7ª Ano	3º Sargento Aluno	7
6ª Ano	3º Sargento Aluno	1
6ª Ano	Cabo Aluno	14
Total de Vagas		100

Fonte: Manual de orientações e procedimentos de pais e alunos 2023.

Diante do quadro apresentado, é importante destacar que a promoção ao posto de coronel aluno possui critérios exclusivos⁸². Esse posto é destinado a alunos do CMPM-I que cursam a 3ª série do Ensino Médio e que obtenham a maior nota global durante o curso de sua 2ª série do Ensino Médio. Também será observada a nota junto ao corpo de alunos. Outra promoção com critérios específicos é a medalha de aplicação intelectual, que é concedida aos três melhores alunos, levando em consideração a nota global final e o comportamento, tanto do 9º ano do Ensino Fundamental quanto da 3ª série do Ensino Médio.

Ao orientar sobre os procedimentos diários, o manual dos alunos revela a distribuição das turmas por nível de ensino, conforme o horário de entrada e saída, nas duas unidades que compõem o CMPM-I. No turno matutino, na unidade de Petrópolis, Ensino Médio, e na unidade Praça 14, Fundamental I e II (5º e 6º ano), a entrada dos alunos ocorre das 6h30 às 06h55, e a saída às 12h. No turno vespertino, a entrada acontece das 12h30 às 12h55; contudo, a saída tem horários diferenciados: na unidade de Petrópolis, Fundamental II (7º ao 9º ano), ocorre às 18h, enquanto na unidade Praça 14, Fundamental I (2º ao 4º ano), às 17h15. Quanto ao uso do uniforme, deve ser usado de acordo com o quadro abaixo:

⁸² O posto de coronel-aluno é ocupado pelo estudante que conseguiu atingir o maior número de metas impostas pelo regimento escolar; assim, esse cargo representa a consolidação do consenso em relação às desigualdades do ambiente escolar.

Quadro 16 – Regras para o uso do uniforme no CMPM-I

Regras para o uso do uniforme no CMPM - I				
2º ao 3º ano		4º ano à 3ª Série		
Fundamental I		Fund. I, Fund II e E.M.		
Uniforme de educação física	Dias de uso	Uniforme de educação física	Uniforme Diário	Dias de uso
Tênis preto com cadarço e meias totalmente brancas	de segunda a sexta	Tênis preto com cadarço e meias totalmente brancas	Boina com distintivo do CMPM, camisa caqui com botões, nome do aluno e distintivo de série, camisa interna branca, saia (fem.) calça (masc.), cinto preto com fivela, sapato social preto com cadarço e engraxado e meias totalmente pretas	Uniforme de educação física (agasalho): Terça e quinta-feira.
				Uniforme diário: Segunda, quarta e sexta-feira.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Manual de orientações e procedimentos de pais e alunos 2023.

Nesse tópico, também são apresentadas as funções do chefe de turma e do subchefe de turma, diferentes dos postos e graduações, pois por estas funções todos os alunos estão aptos a participar. O chefe de turma é o representante da classe, enquanto o subchefe auxilia em suas atribuições, tendo como principal tarefa ser o elo e o porta-voz da turma com o monitor e o corpo de alunos. Todos os alunos serão chefes de turma, contudo, é importante registrar que não são eleitos, assumindo a função seguindo a relação nominal da sala por ordem alfabética. No quadro a seguir, listamos a função de cada um.

Quadro 17 – Atribuições do chefe e sub chefe de turma

Atribuições do chefe e sub chefe de turma	
Chefe de turma	Subchefe de turma
a) Apresentação da turma do 6º ano ao Ensino Médio: "ATENÇÃO TURMA!", (todos os alunos ficarão de pé, se estiverem sentados e tomarão posição de sentido) E BRADAM: DISCIPLINA, HONRA E EDUCAÇÃO!"; o chefe de turma voltar-se-á para o professor e se apresentará indicando seu posto (caso tenha), nome, sua série, sua função e como está a sala, por exemplo: "PERMISSÃO PROFESSOR (A), ALUNA XXXXXXXX , 6º ANO A, CHEFE DE TURMA, APRESENTO A TURMA COM/SEM ALTERAÇÃO", após a autoridade ou professor receber a apresentação o chefe de turma comanda: "TURMA, DESCANSAR (a turma executa	a) Apresentar a turma ao Professor (a) no início de cada aula ou qualquer hora do dia quando entrar o Diretor, Diretor Pedagógico, Comandante do Corpo de Alunos ou Monitor, na ausência do Chefe de Turma. Manter a porta da sala de aula fechada;

	o comando) SENTADO UM, DOIS” (a turma BRADA: TRÊS, QUATRO) e senta nas suas cadeiras.		
b)	Manter a disciplina na sala de aula, ou em outro local onde esteja havendo	b)	Verificar todos os dias as alterações em sala de aula (cadeiras, mesa, ar condicionado e outros materiais existentes em sala) e responsabilizar-se pela conservação/limpeza, organização do material existente na sala, comunicando ao chefe de turma qualquer alteração constatada.
c)	Verificar as faltas dos alunos em sala de aula, comunicando o Professor e o	c)	Na ausência do Professor, do Monitor e do Chefe de Turma é responsável pela disciplina na sala de aula, respondendo por qualquer omissão quanto à responsabilidade de anotar os indisciplinados.
d)	Ser o primeiro a chegar ao local da formatura, colocando a turma em forma, por própria iniciativa, nos horários previstos ou determinados, fazendo a chamada e apurando as faltas, cuidando para que isso não implique em atraso das atividades escolares;	d)	Na ausência do Chefe de Turma, o Subchefe de turma assumirá a função.
e)	Deverá sempre no horário da formatura colocar a turma em forma na quadra 15 minutos antes do início devendo apresentá-la ao policial militar Monitor presente.	e)	Procurar constituir-se sempre um exemplo aos seus colegas, enquadrando-se nas normas e regulamentos do CPM-I, sem se descuidar dos elevados princípios da educação e da moral.
f)	Deverá comunicar ao Monitor qualquer alteração passada pelo Subchefe de Turma.	f)	O tempo determinado para que o aluno permaneça como Subchefe de Turma será de 1 (uma) semana.
g)	O tempo determinado para que o aluno permaneça como Chefe de Turma será de 1 (uma) semana.		

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Manual de orientações e procedimentos de pais e alunos 2023.

O manual foi construído para servir de guia aos pais e alunos sobre as desigualdades existentes dentro do espaço escolar e apresentar um sistema de recompensas, baseado na meritocracia. Os alunos, com base nas notas obtidas, em nível global e de comportamento, podem receber certificados, cargos ou

promoções que representam uma elevação no status social dentro da unidade escolar e também uma elevação das tarefas a serem realizadas.

O documento deixa claro que a disciplina militar implantada na escola reproduz a concepção meritocrática, em que o mérito individual é a chave para alcançar os postos de destaque da unidade. Assim, também reproduz, contraditoriamente, as desigualdades sociais dentro de uma unidade educacional, mediado sob uma lógica militarizada, o que faz com que essa totalidade concreta se apresente de maneira complexa, pois mistura concepções militares com as concepções civis de organização.

4.2 Regimento escolar do CPM-I e o Projeto Político Pedagógico

Apesar de o regimento escolar e o Projeto Político Pedagógico serem documentos de caráter público, que normatizam e orientam o funcionamento da escola, é importante ressaltar que eles não estão disponíveis no site da SEDUC e tão pouco nas redes sociais do colégio⁸³, ao contrário do que ocorre com o manual de orientações e procedimentos dos pais e alunos.

A LDBEN, em seu artigo 12, inciso I, determina que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, devem elaborar e executar sua proposta pedagógica. Neste trabalho, entendemos como proposta pedagógica do CPM-I o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico, visto que o manual de orientações e procedimentos dos pais e alunos existe como um guia sistematizado dos elementos que compõem esses dois documentos.

Santos (2021) argumenta que o regimento escolar regulamenta os campos pedagógico-administrativo e disciplinar. Com isso, é possível analisar criticamente se o que está posto é uma instituição educativa ou um quartel. A autora relaciona essa questão com o ingresso de um policial no Distrito Federal, onde o mesmo promete manter sua conduta pelos preceitos da moral e cumprir

⁸³ Conforme está registrado no quadro documentos disponibilizados pela SEDUC/AM e coletados nas redes sociais.

rigorosamente as ordens hierárquicas⁸⁴ sem questionamento com base nos princípios estabelecidos.

O regimento está estruturado em 9 títulos, e cada um deles está organizado de maneira distinta.

O Título I – Dos fins, princípios e objetivos, possui dois capítulos: o Capítulo I – Dos princípios e objetivos e o Capítulo II – Dos objetivos Geral e específicos do Colégio.

O Título II – da Organização administrativa está organizado em quatro capítulos: o Capítulo I – Da estrutura organizacional, o Capítulo II – Do comando, o Capítulo III – Da divisão de ensino, que conta com oito seções, e o Capítulo IV – Da divisão administrativa, com três seções.

O Título III – Da organização didática contém dois capítulos: o Capítulo I – Da estrutura da Educação Básica, englobando duas seções, e o Capítulo II – Da proposta pedagógica e curricular, abrangendo cinco seções.

O Título IV – Do regimento escolar, engloba quatro capítulos: o Capítulo I – Do ano letivo, que possui uma seção, o Capítulo II – Da matrícula, que comporta três seções, o Capítulo III – Da transferência, que possui também três seções, e o Capítulo IV – Da frequência, que conta com duas seções.

O Título V – Da avaliação do rendimento escolar, está organizado em quatro capítulos: o Capítulo I – Da verificação da aprendizagem, que contém quatro seções, o Capítulo II – Da promoção, que envolve duas seções, o Capítulo III – Da recuperação, que está ordenado em cinco seções, e o Capítulo IV – Das adaptações curriculares, que abrange duas seções.

O Título VI – Do regimento disciplinar engloba quatro capítulos: o Capítulo I – Das normas gerais, o Capítulo II – Dos direitos do corpo de alunos, estrutura-se em três seções, o Capítulo III – Dos direitos e deveres do corpo docente, pedagogos e militares (instrutores/monitores), que compreende duas seções, e o Capítulo IV – Dos direitos e deveres dos funcionários, que reúne quatro seções.

O Título VII – Do regulamento disciplinar do Colégio Militar da Polícia Militar do Amazonas, possui cinco capítulos: o Capítulo I – Generalidades, o Capítulo II – Das transgressões disciplinares, organizado em duas seções, o

⁸⁴ Silva Filho (2018) afirma que, no colégio sob a ordem militar, a igualdade diante dos regimentos se estabelece entre aqueles que são preestabelecidos como iguais. Não há igualdade entre todos, pois onde existe hierarquia, não há igualdade de poder, de ser e de ter.

Capítulo III – Da amplitude e competência, o Capítulo IV – Do comportamento do aluno, constituído de três seções e, por fim, o Capítulo V – Disposições finais, contando com uma seção.

O Título I – Dos fins, princípios e objetivos, dedica seu primeiro capítulo aos princípios e fins da educação nacional⁸⁵. Em seu artigo 1º, indica que a educação é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do aluno e sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Em seu artigo 2º, registra os princípios da educação nacional:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV. Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX. Garantia de padrão de qualidade;
- X. valorização da experiência extraescolar;
- XI. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (AMAZONAS, 2023)

O artigo 3º define que o objetivo geral do colégio é oferecer ensino formal aos dependentes de policiais militares e à comunidade, tendo como cerne os princípios e normas educacionais vigentes. Ao abordar os objetivos específicos, o inciso I do artigo 4º determina que esse atendimento deve estar de acordo com o parágrafo 2º, alínea a), inciso VI do artigo 31 da lei nº 3.514, de 08 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a organização básica da polícia militar do estado do Amazonas⁸⁶.

⁸⁵ Aqui, temos o exemplo prático da contradição deste modelo de gestão. A totalidade macroscópica estabelecida na Constituição orienta a organização das escolas com base nos princípios da gestão democrática, que é complementada pela Lei de Diretrizes e Bases ao definir que o ensino deve ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância; VI – Gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais. O modelo de gestão analisado neste trabalho caminha a passos largos de distância dos princípios definidos pela legislação federal.

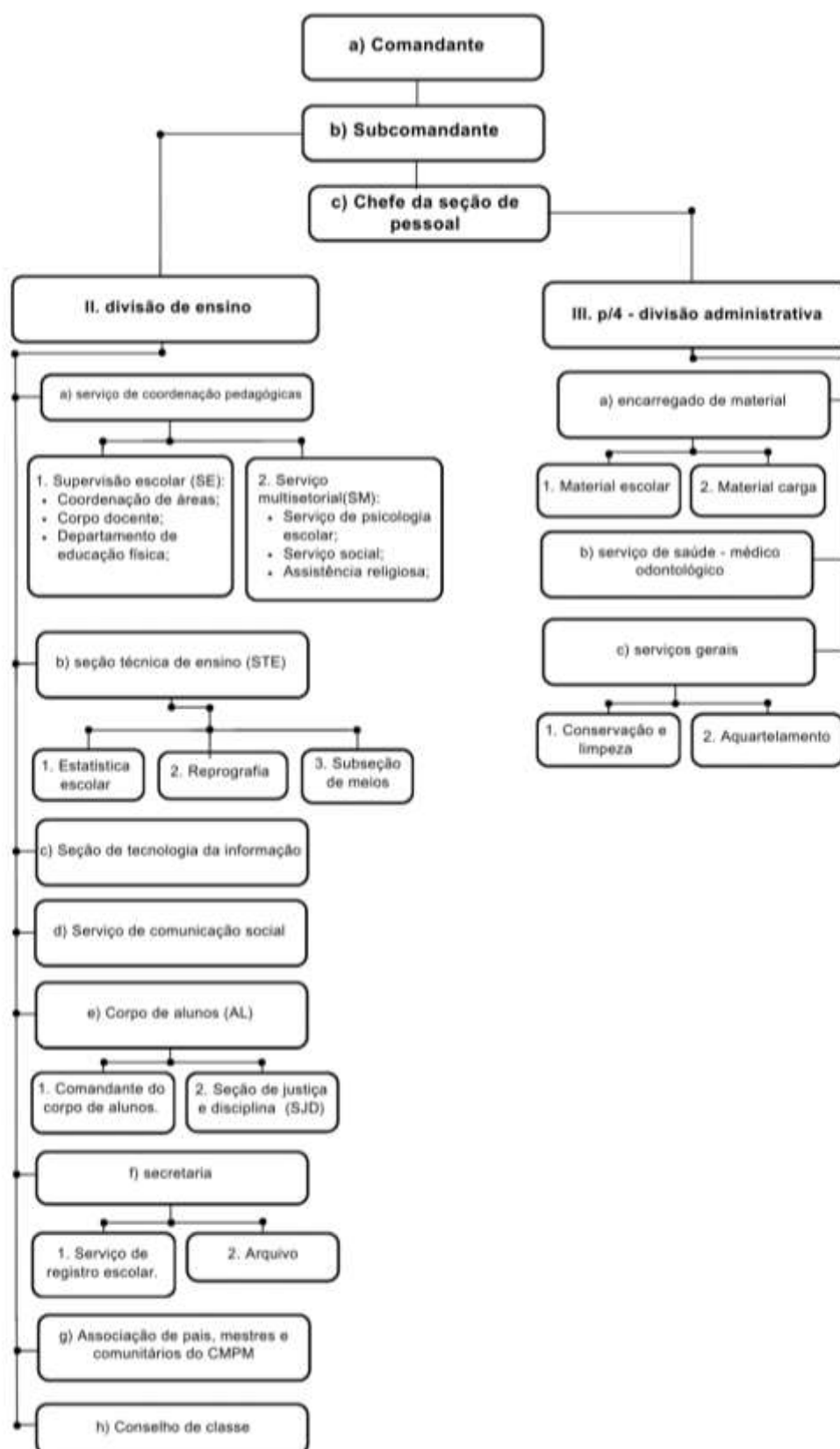
⁸⁶ O parágrafo 2º da lei 3.514/2010 possui a seguinte redação: “O Colégio Militar (CMPM) tem a seu cargo o ensino de nível fundamental e médio dos filhos e dependentes dos policiais militares, sendo regido por regimento próprio” (AMAZONAS, 2010).

Os dispositivos aqui apresentados entram em contradição com os demais dispositivos presentes no mesmo regimento. Ao mesmo tempo que o inciso VIII do artigo 2º do Título I aponta como princípio a gestão democrática, o artigo 69, na seção VII, determina a presidência de honra da Associação de pais, mestres e comunitários – APMC/CMPM e do conselho fiscal ao comandante do colégio. Já o artigo 70-A estabelece a obrigatoriedade da contribuição financeira dos pais à APMC/CMPM.

Em outras palavras, nenhum dos documentos analisados registra a definição dos princípios democráticos utilizados no colégio. Contudo, o PPP revela que a escola busca desenvolver uma educação integral com base na pedagogia tradicional, ou seja, retorna ao modelo de ensino que Saviani (1999) definiu como pedagogia da essência⁸⁷. No artigo 5º, capítulo I, título II, é apresentada a estrutura funcional do colégio, que pode ser visualizada no seguinte organograma.

⁸⁷ Saviani (2019) afirma que, a partir do momento em que a burguesia, de classe em ascensão, se transforma em uma classe consolidada no poder, ela se afasta da pedagogia da essência e passa a defender a pedagogia da existência, uma pedagogia que legitima as desigualdades. Dessa forma, fica clara a relação feita no PPP, na defesa da pedagogia tradicional centrada nos princípios de uma gestão militar.

Figura 1 – Estrutura funcional do CPM-I



Fonte: Elaborado pelo autor com base no regimento escolar do CPM-I.

4.2.1 A Divisão de ensino e a divisão administrativa

A partir deste momento, iremos nos aprofundar nos dispositivos do regimento que tratam diretamente da divisão de ensino, nomeadamente: o Capítulo III – Da divisão de ensino, do Título II – Da organização administrativa; o Título III – Da organização didática; o Título IV – Do regimento escolar; o Título V – Da avaliação do rendimento escolar; o Título VI – Do Regimento disciplinar; o Título VII – Do regulamento disciplinar do Colégio Militar da Polícia Militar do Amazonas.

A organização do processo pedagógico materializa uma relação peculiar. De acordo com o artigo 8º, o Subcomandante do colégio também é o chefe da divisão de ensino. Conforme o artigo 13º, acumulará a função de Chefe de Estado Maior do Comando do CPM, cabendo a ele, entre suas várias funções, a responsabilidade de planejar e coordenar os cursos oferecidos aos professores e técnicos do colégio, convocar e presidir as reuniões pedagógicas e aplicar as medidas e sanções disciplinares⁸⁸ previstas no regimento.

O inciso X do artigo 7º destaca a relação da unidade com a SEDUC ao apontar que o comandante tem, como uma de suas responsabilidades, elaborar plano de ações e metas e encaminhá-las anualmente à Secretaria de Educação do Estado. Esta relação entre a escola e a SEDUC funciona como uma maneira de validar as práticas realizadas dentro da unidade. Cury (1989) indica que o consenso se torna importante, pois, com base nele, garante-se ou tenta-se validar a dominação. É justamente nesse aspecto que a educação ocupa um papel específico de mediação de uma hegemonia em curso.

A coordenação pedagógica é regulada na Seção I, do Capítulo III, do Título II, e, como pode ser visualizado na Figura 01, é composta pela Supervisão Escolar (SE) e Serviço Multissetorial (SM). O cargo de Supervisor Escolar acumula a função de coordenação pedagógica e deve ser exercido por um policial militar, podendo ter mais de um policial exercendo o cargo, devido aos ciclos ou turnos de ensino. Essa decisão fica a critério do chefe de divisão de ensino.

⁸⁸ O artigo 235 do regimento escolar define as medidas disciplinares como uma ação educativa que visa à preservação da disciplina escolar.

O Artigo 17º define ainda que a Supervisão Escolar conta com a assessoria de um profissional de pedagogia ou com pós-graduação na área e, na falta destes, poderá ser assessorada por um profissional com graduação em qualquer área. A Supervisão Escolar é constituída também pela coordenação de áreas⁸⁹, corpo docente e departamento de educação física. Ao tratar das atribuições do cargo de supervisor escolar, no Artigo 19º, lista 20 atribuições, das quais destacamos 14, sendo elas:

I – Participar da elaboração e avaliação do projeto político pedagógico – PPP do colégio; II – Elaborar o plano de ação do serviço para integrar o Projeto Político Pedagógico – PPP; III – Decidir, mediante autorização do chefe da divisão de ensino, sobre a preparação de atividades pedagógicas do colégio, visando à unidade de ação e consecução dos objetivos propostos; IV – Exercer as atividades permanentes de diagnóstico, acompanhamento, controle e avaliação do processo de ensino e aprendizagem; V – Acompanhar e assessorar as atividades do corpo docente em questão de currículo (grade curricular), métodos, técnicas de ensino e avaliação; VI – Manter o trabalho integrado com o serviço multisetorial, conjugando esforços que visem à melhoria do processo educativo; VII – Propiciar condições favoráveis ao desenvolvimento da ação docente; VIII – Dinamizar o currículo escolar, elaborando o processo de ajustamento dos trabalhos às exigências da sociedade; (...) XIII – Propor padrões e instrumentos de avaliações; XIV – Realizar análise pós-ação do serviço desenvolvido; XV – Apresentar relatórios das atividades do serviço; XVI – Propor, coordenar e acompanhar a proposta pedagógica do colégio; XVII – Controlar a presença dos docentes; (...) XX – Colaborar na organização das turmas. (AMAZONAS, 2023. p. 14)

Com isso, o supervisor escolar é descrito como um profissional que executa tarefas pedagógicas, mas não tem autonomia para administrá-las. Ele as gerencia seguindo a hierarquia de comando do CPM-I. Ao mesmo tempo, participa da elaboração e avaliação do PPP, exerce atividades de diagnóstico, controle e avaliação do processo de ensino e aprendizagem, integra seu trabalho com o serviço multissetorial, dinamiza o currículo escolar, inclusive fazendo ajustes. As tomadas de decisão precisam ser aprovadas pelo chefe da divisão de ensino antes de serem implementadas⁹⁰.

⁸⁹ O currículo do Ensino Fundamental I, II e Médio está organizado em áreas de conhecimento, o que, de acordo com o PPP, privilegia uma abordagem interdisciplinar e contextualizada, baseada em uma pedagogia tradicional, conteudista e enciclopédica.

⁹⁰ Esse papel é descrito como prática gerencial da pedagogia das competências, na qual é dada ênfase aos processos de avaliação balizados pelo produtivismo e à sua filosofia mercantil (FRIGOTO, 2012).

A forma de escolha dos coordenadores de áreas é outro exemplo de como a administração militar se sobrepõe aos princípios de gestão democrática da escola pública. De acordo com o artigo 20, os professores são escolhidos pelo diretor de ensino, preferencialmente entre os mais antigos, e com aprovação do comando. Sob sua liderança, poderão reunir duas ou mais disciplinas afins. O corpo docente é composto pelos professores cedidos pela SEDUC, SEMED⁹¹ e militares com qualificação específica para lecionar, atuando como regentes dos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, professores do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio. O departamento de educação física tem como finalidade planejar, aplicar e desenvolver práticas desportivas saudáveis, além de organizar a participação dos alunos nos jogos escolares internos e estaduais.

Nos capítulos III e IV, título VI são regulamentados os direitos e deveres do corpo docente, pedagogos e militares, assim como dos alunos. Seguindo a lógica da meritocracia, o corpo docente e técnico também está sujeito a um sistema de recompensas e penalidades. Contudo, as formas de louvores e transgressões não possuem as mesmas características⁹². As recompensas e advertências, descritas nos artigos 220, 224 e 226, para o corpo técnico e docente são: A) Subsídio indireto, realizado pela corporação ou pela APMC/CMPM como incentivo ao aprimoramento do trabalho; B) Louvor verbal ou escrito, em particular; C) Advertência verbal ou escrita, em particular; D) Louvor em reuniões; E) Afastamento do professor ou funcionário do colégio; F) Ao funcionário civil, são concedidas vantagens em nível de reciclagem funcional.

Ao corpo docente, são determinados 22 deveres,⁹³ dos quais destacamos três itens. O primeiro é o que determina que a elaboração do planejamento de ensino e das avaliações deve ser balizada pela orientação da Supervisão Escolar. O segundo é a obrigatoriedade de guardar sigilo sobre assuntos da escola. O terceiro é a exigência de submeter à supervisão escolar, com até 10

⁹¹ O Regimento Escolar é o único documento analisado que menciona a Secretaria Municipal de Educação – SEMED como instituição parceira para disponibilizar professores.

⁹² O regimento não apresenta critérios para constituir um sistema de pontuação transparente de classificação do corpo docente, dos pedagogos, dos militares e técnicos. Apenas apresenta nos artigos 216, 217, 218, 222 e 223 os direitos, deveres e penalidades de cada um desses segmentos.

⁹³ Os deveres específicos dos professores estão estabelecidos nos incisos de I a XXII do artigo 218.

dias úteis de antecedência, qualquer avaliação. Os três pontos aqui tratados influenciam diretamente na organização didático-pedagógica e na liberdade de cátedra dos docentes em relação ao fazer pedagógico. Ao falar da liberdade de cátedra, também é necessário destacar que, dos trabalhadores que atuam na escola, os professores são os únicos que têm proibições⁹⁴ reguladas pelo regimento.

O Serviço Multisetorial (SM) é constituído, de acordo com o artigo 28º, por quatro outros serviços. O primeiro é o Serviço de Psicologia Escolar, composto por um oficial, que, de acordo com o artigo 29, tem entre seus objetivos realizar atendimento psicológico no ambiente escolar, aplicar conhecimentos psicológicos visando ao processo de ensino e aprendizagem, promover atividades com a equipe pedagógica e aproximar a família da instituição. O segundo é o Serviço Social, composto por um oficial ou uma praça, tendo por função, regulada no artigo 30, orientar a instituição e as famílias sobre ações sociais de intervenção que promovam a melhoria da qualidade de vida dos integrantes da instituição, fazer levantamento socioeconômico e realizar visitas domiciliares e hospitalares quando necessário.

O terceiro é o Serviço de Assistência Religiosa, composto por um praça capelão. Sua finalidade está descrita no artigo 31 e atende à comunidade escolar de modo geral, independentemente do credo religioso, auxiliando em questões religiosas, espirituais e atividades de educação moral realizadas no colégio. O quarto serviço é o de Assistência Médico-Odontológico, composto por um oficial médico, normatizado no artigo 32, visando à promoção da saúde bucal e à realização de atividades de prevenção.

A seção técnica de ensino, definida na seção II do capítulo III, tem por função ser o suporte para as atividades pedagógicas, de ensino e administrativas. A chefia desse setor deve ser ocupada preferencialmente por um tenente do quadro de oficiais policiais militares – QOPM, que acumulará a função de P-3 do Estado Maior da Unidade. Entre as suas atribuições, o artigo 34º define que deve elaborar, manter e atualizar os dados estatísticos do

⁹⁴ Ao todo, são quatro proibições, definidas no artigo 219: I – manifestar ou incentivar as ideias que contrariem a filosofia do colégio; II – aplicar, aos alunos, recompensas e penalidades que não sejam de suas atribuições e competências; III – manter atendimento particular remunerado com objetivo de orientar seus próprios alunos ou revisar conhecimentos; IV – ocupar-se, durante horas de trabalho, em atividades ou assuntos estranhos ao serviço.

processo de ensino e aprendizagem, cumprir e fazer cumprir os prazos para a elaboração e execução do processo de avaliação. O suporte prestado é dividido em três aspectos: Estatística escolar, reprografia e subseção de meios. A função da Estatística Escolar é reunir e analisar dados tanto quantitativos quanto qualitativos relacionados à produção acadêmica, assim como ao processo de ensino e aprendizagem, objetivando oferecer uma representação da realidade escolar. A reprografia é um serviço que fica a cargo de um policial militar indicado pelo chefe da divisão de ensino, tendo a responsabilidade de realizar todos os trabalhos de reprodução de textos e documentos do colégio. A subseção de meios reúne os espaços auxiliares para o trabalho pedagógico, sendo eles, a sala de apoio, biblioteca, laboratório de ciências, auditório e laboratório de tecnologia da informação (T.I).

A seção de tecnologia da informação é destinada ao suporte técnico de informática. O chefe desse setor deve ser preferencialmente um Capitão QOPM do quadro organizacional do colégio (AMAZONAS, 2023). O serviço de comunicação social é coordenado por um oficial, preferencialmente um Tenente QOPM, e tem por objetivo assessorar o comando e demais serviços na divulgação geral do colégio.

O Corpo de Alunos (CAL) é comandado, prioritariamente, por um oficial da PM, escolhido diretamente pelo comandante do CMPM, ocupando o status de subcomandante do corpo de alunos. Este serviço é responsável pelo acompanhamento disciplinar dos alunos, entendido, nesse caso, de acordo com o artigo 49º, na disciplina em relação aos princípios filosóficos do colégio e ao processo educativo. O parágrafo primeiro define que o CAL é constituído pelo serviço de monitoria, Seção de Justiça e Disciplina (SJD) e Corpo Discente em forma de Companhias de Alunos.

O serviço de monitoria desempenha o papel de supervisão quanto às condutas disciplinares dos alunos. Para isso, conta com monitores policiais militares do quadro da PM ou de outras forças militares. A SJD registra as menções elogiosas e transgressões disciplinares. A partir dessas informações, realiza os procedimentos administrativos adequados, desde a investigação de uma infração disciplinar até a avaliação do comportamento. Essa seção deve ser chefiada por um oficial PM nomeado pelo comando do CMPM-I, tendo a

possibilidade de essa função ser acumulada ao subcomandante do corpo de alunos.

A secretaria, regulamentada na seção VI, do capítulo II, do título II, desempenha as atividades técnico-administrativas do colégio. O secretário é designado diretamente pelo comando do CMPM-I e entre as suas competências estão: apoio administrativo ao chefe da divisão de ensino, organização da documentação escolar, manutenção atualizada da escrituração escolar, do arquivo, do fichário, do protocolo e da correspondência, realização das atividades relativas à matrícula, à transferência, ao levantamento estatístico e à atualização do portal institucional.

Esse setor é composto por duas atribuições específicas: o registro escolar e o arquivo. A primeira atribuição refere-se ao registro da vida funcional do corpo técnico, docentes, administrativos e discentes. A segunda atribuição é desenvolvida por auxiliares do secretário e possui 16 tarefas relacionadas à organização do arquivo.

A Associação de Pais, Mestres e Comunitários do CMPM – APMC/CMPM é descrita na seção VII, do Capítulo III – da divisão de ensino, do regimento escolar como uma associação civil, de direito privado, com duração indeterminada, regida por estatuto específico, aprovado em assembleia geral. O Artigo 68º inclusive estabelece que foi criada com a finalidade de realizar a integração entre a escola e a comunidade, devendo operar em colaboração com a direção da escola. Contudo, no artigo 69º, define que cabe ao comandante do colégio a presidência de honra da APMC/CMPM e do conselho fiscal, com poderes de convocar assembleias.

A APMC/CMPM é responsável pela administração financeira do colégio, e o presidente e seus membros são escolhidos em assembleia. Todos os pais, militares e civis, são obrigados a contribuir financeiramente com a associação. Esse modelo de associação é o mais contraditório em relação aos princípios da gestão democrática estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases, pois a permanência do estudante na escola, que é pública, está condicionada à contribuição obrigatória à APMC.

O último ponto da divisão de ensino é o conselho de classe, que, de acordo com a Seção VIII, é integrado pelo comandante, chefe da divisão de ensino, comandante do corpo de alunos, supervisor escolar, serviço

multissetorial, coordenação de área, professores das turmas e secretaria do colégio. Para a sua realização, a direção da escola deverá disponibilizar os dados sobre o comportamento disciplinar, frequência e notas dos alunos. Compete ao conselho de classe:

I. oferecer a cada professor a visão do aluno no conjunto das disciplinas, através do confronto das diversas notas obtidas e outras informações; II. traçar um perfil claro e preciso da turma como um todo e de cada aluno em particular; III. debater o aproveitamento individual do aluno, analisando as causas de seu rendimento, de suas possibilidades e suas limitações; IV. solicitar a tomada de decisão, visando a atender as necessidades da turma e de cada aluno; V. verificar e registrar sistematicamente os dados computados; VI. oportunizar condições para a autoavaliação dos professores; VII. sugerir alternativas de atuação do professor, considerando a realidade da turma e do aluno, com vistas a um contínuo reajustamento de seu plano de trabalho; VIII. manter a unidade do sistema de avaliação do colégio; e IX. emitir parecer sobre avaliação final do aluno, usando como instrumento procedimento administrativo (sindicância disciplinar) e as medidas previstas. (AMAZONAS, 2023, p.30)

O conselho de classe tem a função de avaliar e decidir sobre o rendimento do aluno em consonância com os objetivos do colégio, assim como os casos de cancelamento de matrícula. Acontece ao final de cada trimestre e do ano letivo, podendo ser convocado em caráter extraordinário por convocação do comando do colégio ou em decorrência de problemas em sala de aula. Durante sua realização, será presidido pelo comandante e assessorado, seguindo a seguinte hierarquia: pelo chefe da divisão de ensino, supervisor escolar e serviço multissetorial.

A divisão administrativa, conforme o artigo 77º, tem a função de coordenar as atividades referentes à administração do CPM, sendo dirigida por um Oficial da PMAM que acumulará a função de P-4 do Estado Maior do CPM, reunindo sob sua responsabilidade o serviço de material, o serviço de saúde e os serviços gerais. O serviço de material, englobando o setor de material escolar e material de carga, será dirigido por um encarregado, cargo que prioritariamente deve ser ocupado por um subtenente QPPM ou por outro graduado.

O serviço de saúde é chefiado por uma equipe que reúne um oficial médico, dois oficiais odontológicos e dois oficiais ou praças enfermeiros, sendo responsável por prestar assistência médica e odontológica de acordo com as possibilidades do colégio. A assistência do serviço de saúde, conforme o artigo

88, inclui prestar socorro de urgência, realizar inspeções médicas e odontológicas, comunicar ao chefe da divisão administrativa as observações clínicas, organizar palestras e exposições, registrar o acompanhamento dos alunos e apresentar propostas ao plano de ações e metas do colégio.

Os Serviços Gerais, coordenados por um policial militar com patente preferencialmente de sargento QPPM, têm a função de controle, manutenção e conservação de materiais e equipamentos, assim como dos serviços de conservação, limpeza e segurança do colégio. Dessa forma, suas funções são subdivididas em duas: a) serviço de conservação e limpeza e b) segurança do aquartelamento. O artigo 94 determina que o serviço de conservação e limpeza será realizado por empresa terceirizada e monitorado por um sargento QPPM indicado pelo comandante dos serviços gerais e aprovado pelo comandante do CMPM.

O serviço de segurança do aquartelamento, de acordo com o artigo 96º, tem a responsabilidade pela guarda do colégio, atividade que será realizada por praças policiais militares subordinados ao chefe da divisão administrativa. Esse serviço será comandado por um sargento PM e constituído por cabos e soldados da corporação.

4.2.2 A Organização didática e acesso dos estudantes

O CMPM-I segue a carga horária mínima anual estabelecida no artigo 24, inciso I da LDB. As classes são organizadas de acordo com as conveniências das divisões de ensino e administrativas. Os parágrafos do 1º ao 4º, do artigo 100, definem o número de alunos por turma: no Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, terão no máximo 25 alunos; do 6º ao 9º ano, terão no máximo 30 alunos; no Ensino Médio, da 1ª à 3ª série, terão no máximo 35 alunos. Além disso, os parágrafos do 1º ao 4º, do artigo 100-A, definem o quantitativo de turmas por série escolar: no Ensino Fundamental, o 1º ano terá no máximo duas turmas; do 2º ao 5º ano, no máximo três turmas em cada série; do 6º ao 9º ano, no máximo cinco turmas de cada série; no Ensino Médio, da 1ª à 3ª série, terá no máximo seis turmas em cada série. O Ensino Fundamental tem a duração de 9 anos e o Novo Ensino Médio é ministrado em três anos.

Ao tratar da proposta pedagógica e curricular, da seção I a V, do capítulo II, título III, define-se o currículo pleno como a totalidade de aprendizagens planejadas e patrocinadas pelo colégio. Assim, entende-se o currículo de aprendizagens planejadas como os componentes curriculares a serem ministrados e seus respectivos números de aulas, devendo ser ordenado por séries e conter uma base nacional comum e uma parte diversificada. O currículo patrocinado é entendido como as modificações, alterações ou substituições realizadas pela direção do colégio dentro do currículo estabelecido.

Os conteúdos curriculares serão planejados pelos professores sob a coordenação e avaliação da Supervisão Escolar, e a coordenação de sua aplicação fica a cargo do Chefe da Divisão de Ensino. O artigo 110 destaca que os conteúdos poderão ser modificados durante a sua aplicação atendendo às conveniências didático-pedagógicas de cada turma.

Llavador (2013) argumenta que as definições de currículo estão permeadas pelo enfrentamento político, o que enfatiza a dimensão móvel e inacabada do mesmo, pois seu processo de reconstrução permanente deriva das posições de seus agentes principais. As relações entre o Estado, a sociedade civil e a comunidade educativa, apesar de parecerem distantes, estão intrinsecamente relacionadas e influenciam na construção do currículo. Aqui se identificam as determinações complexas, marcadas pela relação entre a macro e a micropolítica escolar, compondo uma rede oculta que aponta a existência de um substrato inferior do currículo.

Dessa forma, compreendemos que a regulação do currículo do CPM-I ocorre de maneira centralizada sob uma lógica tecnoburocrática⁹⁵. Ao tratar da adaptação dos planos de ensino, o regimento indica, no artigo 114, que os professores deverão sinalizar as necessidades, elaborar uma proposta de plano adaptado e aguardar a aprovação por meio da Supervisão Escolar.

⁹⁵ Resultado do cruzamento de duas lógicas, a primeira é a técnica ou tecnocrática, onde o currículo é visto como uma espécie de processo algorítmico, resultante da aplicação do qual deveriam produzir aprendizagens, não necessariamente integradas, pontuais, escalares, de tal modo que a falta de um não teria porque impedir a produção de outros posteriores. A segunda é a lógica burocrática, que remete suas atuações às disposições normativas de uma figura, administrativa ou política, que encabeça uma cadeia hierárquica da qual os professores são o último elo, e são quem, conseqüentemente, deverão aplicá-la (LLAVADOR, 2013).

Essas questões nos levam a discutir o processo de avaliação⁹⁶ do rendimento escolar. A concepção estabelecida, no artigo 157, descreve a forma de medir a compreensão dos fatos, a percepção das relações, a aplicação do conhecimento, as habilidades e automatismos adquiridos. O comando do colégio, o chefe da divisão de ensino e a supervisão escolar estabelecem as normas e diretrizes para o processo de verificação da aprendizagem. Com base nisso, os professores têm o papel de elaborar os instrumentos de avaliação, sob orientação da Supervisão Escolar. A estrutura hierárquica desse processo⁹⁷ deixa claro que o instrumento de avaliação é fruto de uma sistematização na qual o peso maior recai sobre os padrões de aprendizagem estabelecidos pelo comando do colégio do que sobre as necessidades do corpo discente e docente.

O ano letivo é organizado em trimestres e em cada um deles deverão ser realizados, no mínimo, 03 (três) instrumentos avaliativos. A avaliação será contínua e cumulativa, devendo ser expressa em notas. O resultado do processo de avaliação ao final do trimestre deverá ser registrado numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), sendo a média de aprovação a nota 7 (sete) por componente curricular⁹⁸. Ao final do ano letivo, será considerado aprovado o aluno que obtiver 75% do total de horas letivas frequentadas e 70% de aproveitamento em cada componente curricular. Os alunos que não conseguirem os índices estabelecidos, de acordo com o capítulo III, do Título V, terão direito a realizar recuperação⁹⁹ em cumprimento ao estabelecido no art. 12, inciso V, e artigo 24, inciso V, letra “e” da Lei 9.394/96.

Feitas as análises sobre o currículo, vamos agora refletir sobre o acesso dos alunos ao colégio. O regimento apresenta 42 dispositivos tratando desse tema, sendo 10 artigos, 17 incisos e 15 parágrafos. Nota-se que o regimento foi organizado centrando os dispositivos que tratam da entrada de alunos no CPM-I em três títulos distintos: o primeiro é o "I – Dos fins, princípios e

⁹⁶ O PPP descreve, no item sobre avaliação, que ela se processará não só pela nota, mas pelo que o aluno é capaz de produzir. Contudo, ao ir para a recuperação, o mesmo não poderá ocupar os postos de destaque na instituição.

⁹⁷ Artigo 157, parágrafo 1º e 2º, e artigo 158 (AMAZONAS, 2023).

⁹⁸ O artigo 165 do regimento escolar estabelece que todos os componentes curriculares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio terão os mesmos critérios de verificação de aprendizagem.

⁹⁹ Na seção IV do regimento escolar, fica definido que o colégio não adotará nem aceitará alunos em regime de dependência em qualquer componente curricular ou disciplina (AMAZONAS, 2023).

objetivos", o segundo é o "III – Da organização didática" e o terceiro é o "IV – Do regime escolar".

No Artigo 4º, Título I, estão definidos os objetivos específicos do CPMI-I e, nos incisos I e II, são elencados os primeiros aspectos para o acesso dos alunos à instituição, definindo como um de seus objetivos atender aos alunos dependentes de militares estaduais do Amazonas e à comunidade civil, oferecendo uma educação baseada no sentimento pátrio e nos princípios que orientam o desenvolvimento da pessoa humana para o exercício da cidadania, a partir do civismo, do respeito às leis, dos ideais da família e da religião. No Título III, os Artigos 100 e 100-A, com todos os seus parágrafos, estabelecem o número máximo de alunos por turma e o número máximo de turmas por série, passando a compor o seguinte quadro.

Quadro 18 – Número máximo de alunos e turmas por ano/série

Nível	Ano/Série	Máximo de alunos por turma	Máximo de turmas por série	Idade máxima dos alunos por turma
Ensino Fundamental	1º	25	2	6 anos até 31/03 do ano corrente
	2º	25	3	7 anos
	3º	25	3	8 anos
	4º	25	3	9 anos
	5º	25	3	10 anos
	6º	30	5	11 anos
	7º	30	5	12 anos
	8º	30	5	13 anos
	9º	30	5	14 anos
Ensino Médio	1ª	35	6	15 anos
	2ª	35	6	16 anos
	3ª	35	6	17 anos

Fonte: Elaborado pelo autor com base no regimento escolar.

Apesar de o quadro estabelecer o número máximo de alunos por turma e de turmas por ano/série, também está previsto, nos referidos artigos, que as classes serão organizadas de acordo com as conveniências de ordem administrativa e didático-pedagógica.

Dito isso, passaremos a tratar dos critérios para o ingresso do aluno na unidade, os quais são realizados de três maneiras distintas¹⁰⁰: A) Sorteio para o 1º ano do Ensino Fundamental; B) Exame de seleção para o 6º ano do Ensino Fundamental e 1ª série do Ensino Médio; C) Transferência de policial militar ou bombeiro militar de outra cidade para Manaus. Nesse ponto, é necessário fazer um adendo que, apesar de estar previsto no regimento, o último registro de ingresso de alunos por meio de seleção foi realizado no final de 2018 para ingresso em 2019¹⁰¹. Nesse edital, a forma de seleção ocorreu por meio de sorteio para o 1º ano do Ensino Fundamental e a somatória das notas finais para o Ensino Fundamental e Médio.

Outra ressalva importante é que apesar do regimento definir que nenhuma matrícula será negada por questões de orientação, crença, convicção política, raça ou condição social. Ainda assim, os pedidos de matrícula deverão ser deferidos pelo Comandante do Colégio, deixando subentendido que a direção da escola pode negar a matrícula por motivos alheios à legislação em vigor.

No regimento, é listado como obrigatório para candidatos à matrícula¹⁰² exame oftalmológico, de audiometria, avaliação neuropsicológica e o exame de processamento auditivo central (PAC). Além disso, por conveniência do comando do Colégio, poderão ser exigidos outros documentos para aceitação de matrícula. Os últimos dispositivos que versam sobre o ingresso de alunos, artigo 132, incisos I e II, definem que 70% das vagas são destinadas a dependentes de policiais e bombeiros militares e 30% das vagas para a comunidade civil em geral.

Por todos os elementos analisados nesta seção, compreendemos que, apesar de a PM e a SEDUC identificarem a unidade como um Colégio Militar, os documentos indicam um processo de militarização da gestão administrativa e pedagógica de uma escola pública. A unidade está listada como escola pública integrante do CDE-02 no site da SEDUC, ao mesmo tempo em que é

¹⁰⁰ Os critérios para o ingresso no Colégio estão estabelecidos no artigo 123, parágrafos 1º e 2º do regimento escolar. Contudo, no artigo 277, fica definido que "a legislação de ensino que vier a modificar as disposições do presente regimento terá aplicação automática, alterando seus dispositivos quando eles conflitarem" (AMAZONAS, 2023).

¹⁰¹ O último edital de seleção foi lançado em 18 de dezembro de 2018 para ingresso em 2019, conforme publicação no site da SEDUC/AM: http://www.seduc.am.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/edital-pm-ok3_12052018_092123.pdf

¹⁰² Artigo 125, incisos I e II, parágrafos 1º e 2º do regimento escolar (AMAZONAS, 2023)

considerada um órgão de apoio de ensino da corporação militar. Assim, internamente, a gestão está sob a responsabilidade da PM, mas externamente suas informações estão vinculadas diretamente à SEDUC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da pesquisa, estava convicto, obviamente de maneira equivocada, de que a militarização de escolas representava um atentado ao estado democrático de direito. Contudo, com a leitura do referencial bibliográfico, ficou claro que a escola é uma instituição que reflete todas as contradições presentes na sociedade, inclusive os diversos aspectos relacionados ao sistema democrático no qual está inserida.

A pesquisa ocorreu embasada nas questões teóricas apresentadas nas seções II e III, compreendendo, assim, as relações entre escola, estado brasileiro, democracia, gestão democrática, gestão gerencialista e gestão compartilhada, fatores que estão entrelaçados no âmbito da política de gestão educacional.

As quatro teses analisadas estabelecem de forma clara seus referenciais teóricos: Ferreira (2020) e Goulart (2022) na linha pós-estruturalista, Araújo (2021) na linha do Materialismo Histórico-Dialético e Oliveira (2022) na perspectiva materialista. Apesar de, entre as palavras-chave, terem como único termo em comum a "militarização", conseguem trazer elementos fundamentais para entendermos nosso objeto de estudo.

Ferreira (2020) chega à conclusão de que o projeto de militarização de escolas e o movimento Escola sem Partido servem aos setores mais conservadores, autoritários e reacionários da sociedade brasileira, e que sua base discursiva é o autoritarismo, que visa reduzir ou silenciar os debates que a democracia permite que sejam feitos.

Goulart (2022) aponta que a construção de sua tese atravessou o período de 2019 a 2022, período em que o Brasil ficou imerso em um cenário de retrocessos de ordem política, cultural, artística, científica e educacional, além de sucessivos golpes contra a democracia. Ao longo da pesquisa, percebeu o atrelamento da perspectiva neoliberal ao processo de militarização do ensino público no Brasil, semelhante ao modelo das escolas charter nos EUA.

Araújo (2021) conclui que a escuta das razões da escolha dos 186 responsáveis pela matrícula de estudantes no Colégio Estadual da Polícia de Minas Gerais enaltece a disciplina, a qualidade do ensino, o respeito, a segurança, os professores, a organização, o compromisso e a responsabilidade.

Dessa forma, o autor identifica que o discurso acerca da qualidade do estabelecimento de ensino é legitimado por esses dispositivos de verdade.

Oliveira (2022) chegou à conclusão de que a fração da comunidade que busca matricular seus filhos em escolas militarizadas é constituída pela pequena burguesia e pela classe trabalhadora em busca de melhores condições de vida para sua prole. Esses grupos consomem a lógica mercadológica de competição entre modelos de gestão das escolas, visualizando nesse modelo de gestão a possibilidade de acesso ao capital cultural que a escola pública não fornece.

Ao voltar a análise para as dissertações, percebeu-se que, das vinte e seis pesquisas, quatorze adotaram como teoria o Materialismo Histórico-Dialético; cinco não deixaram clara a sua perspectiva teórica; quatro se basearam no Pós-estruturalismo; uma na Etnopesquisa, uma na Análise de Conteúdo; e uma na Análise do Discurso. É importante registrar que, das pesquisas que não deixaram clara a sua perspectiva teórica, duas não foram elaboradas em programas de pós-graduação em Educação: uma foi elaborada na Escola de Políticas Públicas e a outra no Mestrado Profissional em Administração Pública, ambas da Fundação Getulio Vargas, sendo a primeira em Brasília e a segunda no Rio de Janeiro.

Outro aspecto importante para análise é a compreensão de quais instituições e os territórios de origem dessas teses e dissertações. Esse destaque é fundamental para a compreensão de quais programas e universidades possuem linhas de pesquisa que estudam a temática da militarização de escolas.

Assim, com base no levantamento bibliográfico, foi possível identificar que, dos trinta trabalhos, dezenove são de universidades federais, sendo seis do Distrito Federal, quatro de Goiás, cinco do Rio de Janeiro e um trabalho em cada um dos programas dos estados do Pará, Paraná, Rondônia e Tocantins; três de universidades estaduais, sendo uma em Goiás, uma no Rio de Janeiro e uma no Paraná; um de universidade municipal no estado de São Paulo; três de fundações públicas, sendo dois do Distrito Federal e um do Rio de Janeiro; e quatro de universidades privadas, sendo três em Goiás e uma no Rio Grande do Sul.

Por fim, há alguns pontos em comum entre as teses e dissertações analisadas. O primeiro é que a militarização das escolas públicas é marcada pelo

distanciamento dos princípios de gestão democrática. O segundo está relacionado ao discurso político, realizado pelas gestões governamentais, para a implementação desse modelo, em que a militarização se justifica pelo fato de ser a ferramenta necessária para combater a desordem e a violência dentro das escolas. O terceiro está ligado ao currículo oculto presente nas diferentes experiências de militarização, que reforçam uma concepção conservadora, impositiva e preconceituosa.

Ao mergulhar na realidade da capital amazonense, foi possível captar uma dinâmica peculiar acerca do funcionamento dessas escolas. A primeira questão é que todas compõem a totalidade da rede estadual de educação. Contudo, cada unidade pertence a totalidades em graus diferenciados de complexidade. Dessa forma, é adequado afirmar que não existe uma rede de escolas militarizadas, mas redes de militarização da gestão de escolas que reproduzem características comuns, ou seja, os valores da caserna, mas possuem peculiaridades em aspectos específicos de seu funcionamento.

A rede estadual possui 236 escolas em Manaus. Dessas, 30 são geridas em graus diferenciados por militares através de quatro modelos de gestão distintos: os CMPMs, o CMBM, o PESAC e o PECIM. Desses, os CMPMs são o modelo de gestão mais frágil do ponto de vista da regulamentação da administração pública. Todos os outros possuem atos de criação regulando o seu modelo de funcionamento e gestão. Contudo, mesmo assim, é o que tem a maior visibilidade midiática na cidade. Apesar de ter sido a primeira experiência de militarização, não só na capital, mas em todo o estado do Amazonas, não constituem uma rede articulada com projeto político comum definido. A análise das fontes nos levou a identificar que apenas o CMPM-I possui ato de criação normatizando a parceria entre a PM e a SEDUC; as demais unidades foram sendo criadas de maneira não convencional aos trâmites da administração pública.

A análise sobre a Lei nº 3.514/2010, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Amazonas, revelou que o CMPM-I e o CMPM-II são considerados órgãos de apoio de ensino da corporação desde 2010. Contudo, as unidades CMPM-III, CMPM-IV, CMPM-V, CMPM-VI, CMPM-VII e CMPM-VIII, apesar de estarem funcionando desde 2016, só foram listadas em documento oficial da corporação sete anos depois, no planejamento estratégico 2023-2032,

ligadas ao Núcleo de Implementação de Colégios Militares da Polícia Militar (NICMPM), levando à conclusão de que, para a PM, essas unidades ainda não compõem efetivamente sua estrutura.

Essa constatação levou a uma mudança radical da presente pesquisa. Inicialmente, o objetivo era construir um panorama do modelo de gestão dos CMPMs em Manaus com base nos documentos regulatórios de cada uma dessas unidades e sua relação com os princípios da gestão democrática. Porém, após a pesquisa de campo, foi possível identificar a escassez de fontes, o que nos levou a uma profunda reflexão sobre quais fatores sociais, políticos e econômicos sustentam esse modelo de gestão.

É fundamental registrar que, em julho de 2023, protocolamos um ofício na SEDUC, o qual se transformou no processo 01.01.028101.026577/2023-80, onde solicitamos o termo de convênio entre a SEDUC e a PMAM, Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno e Manual dos Alunos dos CMPMs. Contudo, só foi possível ter acesso à resposta do pleito em novembro de 2023 e de maneira incompleta, pois, dos documentos solicitados, só foram disponibilizados o ato de criação das Escolas Estaduais da SEDUC, sobre a gestão da PM, sem contar com o ato de militarização das referidas gestões, nenhum dos projetos políticos pedagógicos e apenas o regimento interno do CMPM-I.

Esse fato nos levou a fazer várias visitas técnicas à SEDUC e à PMAM, porém, sem sucesso. Foi durante as etapas da Conferência Nacional de Educação no Amazonas que foi possível construir uma rede de apoio que possibilitou o acesso ao Projeto Político-Pedagógico do CMPM-I, ao regimento interno e ao Projeto Político-Pedagógico do CMPM-II.

Na falta de materialidade para responder à questão inicial e também devido ao curto tempo de duração do mestrado, foi necessário fazer um ajuste na pesquisa, concentrando a investigação sobre a gestão da primeira unidade desse modelo. Assim, passamos a concentrar nossas considerações sobre o CMPM-I. Essa unidade possui uma estrutura administrativa radicalmente distinta das demais escolas da rede estadual, inclusive entre as de gestão militarizada, sendo a única a ter serviço de assistência médica e odontológica previsto no regimento escolar, composto por um oficial médico, dois oficiais odontologistas e dois oficiais praças enfermeiros.

A Polícia Militar (PM) é a responsável direta pela administração da unidade, enquanto a Secretaria de Educação (SEDUC) disponibilizou o prédio onde funciona a unidade, assim como os professores e técnicos da rede estadual, que devem ser submetidos à seleção do comando do colégio.

Ao analisar os documentos que regulamentam o funcionamento do CMM-I, foi possível identificar elementos que distanciam e, alguns poucos, elementos que aproximam a gestão de uma perspectiva democrática dentro do que regulamenta o PEE do Amazonas. Sendo assim, vamos analisar ponto a ponto.

O artigo 2º, do capítulo I, do título I, do regimento interno, regulamenta que o funcionamento da unidade deve estar em conformidade com os princípios da educação nacional, com gestão democrática do ensino público, na forma do que preconiza a legislação do sistema de ensino. Contraditoriamente, no mesmo documento, no inciso I, do artigo 4º, determina como um dos objetivos específicos atender os alunos de acordo com a lei nº3.514/2010, que regulamenta a organização básica da polícia militar, com base na hierarquia e na disciplina militar. Ora, a disciplina militar não se baseia em relações democráticas, mas em cadeias de comando. Sua organização determina que as patentes mais altas tenham autoridade de comando sobre as patentes menores.

O PEE (Plano Estadual de Educação) 2015-2025 estabelece como meta 19 a gestão democrática do ensino. No entanto, em seu artigo 9º, define que o Estado e os municípios devem criar leis específicas para regular a gestão democrática da educação. Entretanto, o período de vigência do plano encerra em 2025, e até o momento, o Governo do Amazonas e a Prefeitura de Manaus não elaboraram nenhum projeto de lei para atender a esse requisito. Desse modo, o critério que utilizamos neste trabalho para estabelecer as aproximações e distanciamentos dos dispositivos dos documentos analisados em relação à gestão democrática está baseado no referencial bibliográfico consultado durante a pesquisa.

O PPP (Projeto Político-Pedagógico) define, em sua justificativa, que o CMM-I (Colégio Militar da Polícia Militar do Amazonas) deve procurar oferecer espaços democráticos que propiciem aos alunos a possibilidade da reconstrução do conhecimento de forma democrática, possibilitando a reconstrução do conhecimento de forma individual e coletiva, inerente à formação do sujeito

crítico-reflexivo, por meio de ações pedagógicas atualizadas, criativas e inovadoras, renovadas, nas quais o aluno consiga ser sujeito dos seus próprios conhecimentos. Apesar de usar o termo “democrática”, contraditoriamente, ao tratar dos fundamentos epistemológicos, o documento estabelece que essa ação está baseada em uma pedagogia tradicional, conteudista e enciclopédica, cujo foco é a orientação para carreiras militares, portanto, preenchida com normas e regras de conceito militar.

Foi possível perceber que o conceito de gestão democrática utilizado nos documentos reproduz, na unidade, as contradições da gestão estadual da rede de ensino. No momento em que encerramos esta pesquisa, o PEE completa 9 anos de duração e, das 12 estratégias da meta 19 que trata sobre a gestão democrática, apenas duas estratégias foram parcialmente alcançadas: a estratégia 19.6, que, entre outros pontos, trata da implantação de Conselhos Escolares e Associações de Pais em Mestres, e a estratégia 19.8, relacionada à autonomia administrativa e financeira das escolas, conselhos e fóruns de educação.

O PPP e o Regimento Escolar determinam que a escola será administrada com gestão militar, reproduzindo no ambiente educacional a cadeia de comando presente na lei que regulamenta a PMAM. Dessa forma, todas as atividades, instrumentos avaliativos e projetos elaborados pelos docentes devem ser avaliados e aprovados primeiramente pelo chefe de ensino antes de serem aplicados nas turmas.

O Regimento Escolar estabelece um sistema de penalidades e recompensas ao corpo discente, docente e funcionários. Os estudantes, além das notas nos componentes curriculares, são avaliados em seu comportamento. Assim, somadas essas notas, os discentes são reclassificados e as melhores notas podem ingressar na Legião de Honra, uma estrutura militar de organização dos estudantes que possui cadeia de comando da mesma forma que no quartel.

Os docentes também são avaliados quanto às suas atividades por um sistema de classificação, onde é reproduzida uma concorrência meritocrática. Assim, o atendimento às metas instituídas pela direção possibilita um abono salarial. Contudo, o acúmulo de penalidades resulta no desligamento do docente das atividades na unidade. Os funcionários são avaliados da mesma forma que

o corpo docente. Contudo, a premiação para esse segmento substitui a bonificação por cursos de aperfeiçoamento.

Assim, a pesquisa nos permitiu registrar que a estrutura administrativa e pedagógica do CPM-I reproduz a hegemonia ideológica que sobrepõe a hierarquia social às relações sociais democráticas. Dessa forma, a disciplina militar funciona como elemento mediador regulando as relações dos pais, mães, professores, funcionários e estudantes com a escola. Essa característica, no fim, acaba por moldar a concepção de cidadania de todos os agentes envolvidos.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir no debate sobre a necessidade de avançar em experiências de gestão democrática nas escolas da rede estadual do Amazonas.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

ALVES, Alda Judith. A revisão da bibliografia em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 81, p. 53-60, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/990>. Acesso em: 20 out. 2022.

ALVES, Gilberto Luiz. O liberalismo e a produção da Escola Pública moderna. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luis. **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 61-86.

ALVES, Miriam Fábila; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. O processo de militarização de uma escola estadual pública em Goiás. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-14, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es.0224778>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.0224778>. Acesso em: 20 jul. 2021.

AMAZONAS. Colégio Militar da Polícia Militar-I. **Manual de orientações e procedimentos de pais e alunos**. Manaus, AM: Polícia Militar do Amazonas, 2023.

AMAZONAS, Colégio Militar da Polícia Militar-I. **Projeto Político Pedagógico**. Manaus, AM. Polícia Militar do Amazonas. 2022.

AMAZONAS, Colégio Militar da Polícia Militar-I. **Regimento Escolar**. Manaus, AM. Polícia Militar do Amazonas. 2022.

AMAZONAS. **Decreto nº 15.831, de 04 de fevereiro de 1994**. Cria, na estrutura organizacional da Polícia Militar do Amazonas, o Colégio Militar e dá outras providências. 27.882. ed. Manaus, AM, Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9873#/p:2/e:9873?find=Col%C3%A9gio>. Acesso em: 18 jul. 2022.

AMAZONAS. **Decreto nº 42.036, de 10 de março de 2020**. Institui o "PROJETO ESCOLA SEGURA, ALUNO CIDADÃO - PESAC", no âmbito das Secretarias de Estado de Educação e Desporto e de Segurança Pública, e dá outras providências. Manaus, AM, Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16114/#/p:1/e:16114>. Acesso em: 20 nov. 2023.

AMAZONAS. **Lei nº 3.514, de 08 de junho de 2010**. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Amazonas e dá outras providências. Manaus, AM, Disponível em: https://storage.googleapis.com/pmam-site/document/LEI13_2018_08_02_12_11_24.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

AMAZONAS, **Lei nº 4.183 de 26 de junho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação do Amazonas e dá outras providências. Amazonas. Assembleia

Legislativa do Amazonas, 2015. Disponível em:

<https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2015/6/1566>. Acesso em: 25 nov. 2021.

AMAZONAS, Polícia Militar. **Planejamento Estratégico 2023-2032**. 2023. 96f. Manaus, AM. Disponível em: https://storage.googleapis.com/pmam-site/document/planejamento_2023_2023_09_14_12_32_08.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

AMAZONAS. **Resolução nº 013, de 03 de novembro de 2010**. Aprova o Regulamento Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas e dá outras providências. Manaus, AM, Disponível em: <https://pm.am.gov.br/portal/legislacao?category=2&topic=1>. Acesso em: 20 fev. 2024

ANDRADE, João Ribeiro de. **IDHM: uma análise e visualização de dados do desenvolvimento humano nos municípios do Rio Grande do Norte (Brasil)**. 2015. 263 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/50831>. Acesso em: 16 jan. 2023.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARAÚJO, Edna Rodrigues. **Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás – CEPMG: um estudo com foco do discurso da qualidade de ensino e seus dispositivos de verdade**. 2021. 172 f. Tese (Doutorado) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2021. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4765>. Acesso em: 16 jan. 2023.

BACZINSKI, Alexandra Vanessa de Moura; COMAR, Sueli Ribeiro. Gestão escolar democrática e a pedagogia histórico-crítica: contradições, limites e possibilidades. **Revista On Line de Política e Gestão Educacional**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 145-165, 1 dez. 2016. Revista Eletrônica Política e Gestão Educacional. <http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v20.n2.9452>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9452/6281>. Acesso em: 14 ago. 2022.

BARROS, Afrânio de Souza. **Militarização de uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal: desdobramento na gestão democrática**. 2022. 109 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação. Brasília, 2022. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/46466>. Acesso em: 16 jan. 2023

BEZERRA, Ana Célia Privado dos Santos. **A militarização de Escolas da Rede Estadual em Porto Velho-RO**. 2019. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Departamento de Ciências da Educação, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019. Disponível em: <https://ppge.unir.br/uploads/62248421/arquivos/A%20Militarizacao%20de%20escolas%20da%20rede%20estadu>. Acesso em: 14 jul. 2022.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Tradução Sergio Miceli. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2001.

BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (1988). Lei nº 01, de 05 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 05 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023**. Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, DF, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11611.htm#art1 . Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.005, 25 de junho de 2014**. Estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. DF. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – Mare. **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília, Novembro, 1995.

BRASIL. Senado Federal. **Glossário Legislativo**. <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/eleicao-a-bico-de-pena>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BUENO, Bárbara Nunes Ferreira. **O modelo cívico-militar como política educacional à luz da constituição federal de 1988**. 2020. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Escola de Direito e Administração Pública, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/2968>. Acesso em: 14 jul. 2022.

CABRAL, Jefferson Fernando Ribeiro. **A militarização da escola: um debate a ser enfrentado**. 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2018. Disponível em:

<http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/5562>. Acesso em: 14 jul. 2022.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1998.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Administração gerencial: a nova configuração da gestão da educação na América Latina. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 389-406, set. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19265>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CORTINHAS, Inocência Rodrigues. **Ensino militarizado**: o caso do Colégio militar municipal Dr. Octávio Lacombe, em Presidente Figueiredo, Amazonas, Brasil. 2022. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém- Pa, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11807454. Acesso em: 17 out. 2023.

CRUZ, Guilherme Vargas. **Todos (em disputa) pela educação**: empresariamento da sociedade e militarização da vida. 2019. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/16567>. Acesso em: 18 jul. 2022.

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. **Ensino Secundário militar na primeira república**: a construção dos colégios militares (1889-1919). 2012. 228 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11921>. Acesso em: 31 ago. 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], n. 116, p. 245-262, jul. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742002000200010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/x6g8nsWJ4MSk6K58885J3jd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

DALBERIO, Osvaldo; DALBERIO, Maria Célia Borges. **Metodologia científica**: desafios e caminhos. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2009. 264 p.

DOURADO, Luiz Fernandes. A formação de professores e a base comum nacional: questões para o debate. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE**, v, 29, n.2, p. 367-388, mai/ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/>. Acesso em: 29 jul.2022

DUTRA, Rita de Cassia Gontijo. **O processo de Militarização de Escolas Públicas em Goiás**: implicações na consolidação da autonomia da Escola. 2022. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Faculdade de Inhumas, Inhumas, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13509805. Acesso em: 17 out. 2023.

FALCÃO, Nádia Maciel. **Transferência da gestão de escolas públicas da rede estadual à Polícia Militar no Amazonas**: pontos para o debate. 2015. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/transferencia-da-gestao-de-escolas-publicas-da-rede-estadual-policia-militar-no-amazonas-pontos>. Acesso em: 16 set. 2022.

FERRARI, Dener Gabriel. **Em torno do discurso da/sobre a militarização de escolas no Brasil**. 2022. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11395910. Acesso em: 18 jul. 2022.

FERRARO, Alceu R. Quantidade e qualidade na pesquisa em educação, na perspectiva da dialética marxista. **Pro-posições**. Campinas, v. 23, n. 1 (67), p. 129-146, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/8rGTrz3HTMFpBjKGkQgKQbG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2023.

FERREIRA, Flávia Mendes. **Militarização do ensino e escola sem partido**: uma análise dos discursos de vigilância, controle e disciplina. 2020. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10307467. Acesso em: 18 jul. 2022.

FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. **"Gestão militar" da escola pública em Goiás**: um estudo de caso da implementação de um colégio estadual da polícia militar de Goiás em Aparecida de Goiânia. 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6570090. Acesso em: 18 jul. 2022.

FONSECA, Marília. Projeto político pedagógico e o Plano de Desenvolvimento da Escola: duas concepções antagônicas de gestão escolar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 302-318, dez. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-32622003006100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/bh8vfV3L667dqbr9gGbcV4G/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FOUCALT, Michel. **Vigiar e punir**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 4º Ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FRIGOTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: CIAVATTA, Maria (Org) **Gaudêncio Frigotto: um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Amaral Rodrigues. **Militarização de Escolas Públicas no Distrito Federal (2019-2020): o que dizem os professores?** 2021. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/42792>. Acesso em: 15 jul. 2022.

GOMES, Wellington Ferreira. **A trajetória da sociologia na educação militar: o ensino da sociologia nas escolas militares do Exército Brasileiro como projeto das elites**. 2021. 262 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/55152/55152.PDF>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GOULART, Janaina Moreira de Oliveira. **A militarização das escolas no Estado de Goiás e os Sentidos da desdemocratização do ensino público**. 2022. 256 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/teses2022/tJanaina%20Moreira%20de%20Oliveira%20Goulart.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Governo do AM pretende manter escolas cívico-militares na rede pública estadual. **G1 Amazonas**. 13 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/07/13/governo-do-am-pretende-manter-escolas-civico-militares-na-rede-publica-estadual.ghtml>. Acesso jul. 2023

GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira. **Os novos modelos de gestão militarizada das escolas públicas: um estudo a partir da experiência na rede estadual de ensino de Goiás**. 2019. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/5169>. Acesso em: 15 jul. 2022.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 535 p. Tradução: Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 09-32, 2001.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL: Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. 2. ed. Brasília: Pnud Brasil, 2013. 96 p. Parceria: PNUD, IPEA e FJP. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2375>. Acesso em: 10 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Manaus. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>. Acesso em 27/02/2024.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n.1, p. 51 a 72, 2002. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6427/5011>. Acesso em: 26 fev. 2024.

JESUS, Marília Cristina Sassim. **O fenômeno das escolas cívico-militares brasileiras**: uma análise a partir da difusão de inovação. 2021. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Escola de Políticas Públicas e Governo, Fundação Getúlio Vargas, Brasília, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/31477>. Acesso em: 18 jul. 1984.

JORNAL DO COMÉRCIO. Multidão prestigia inauguração de escola. **Jornal do Comércio**, Manaus, 06 mar. 1994. Caderno Cidades, p. 7.

JORNAL DO COMÉRCIO. Ministro inaugura escola-modelo GM-3. **Jornal do Comércio**, Manaus, 01 mar. 1994. Caderno Cidades, p. 6.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-3-Artigo->. Acesso em: 20 jul. 2022.

LENIN, Vladimir. **As três fontes**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006, p. 27-30. Disponível em <http://pcrbrasil.org/wp-content/uploads/2010/06/AS_TRES_FONTES.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.

LENIN, Vladimir. **Materialismo e empiriocriticismo**. Lisboa. Editora Avante, 1982.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, Antonio Bosco de. Adeus à Gestão (Escolar) Democrática DOI - 10.5752/P.2318-7344.2013v1n1p27. **Arquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-50, 30 ago. 2013. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.2318-7344.2013v1n1p27>. Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/5680>. Acesso em: 15 mar. 2023.

LIMA, Antonio Bosco de. Estado, Democracia e Educação. In: FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago; ZANARDINI, Isaura Monica Souza; DEITOS, Roberto Antonio. **Educação, Políticas Sociais e Estado no Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2008. p. 351.

LIMA, Antonio Bosco; PRADO, Jeovandir Campos; SHIMAMOTO, Simone Vieira de Melo. Gestão democrática, gestão gerencial e gestão compartilhada: novos nomes velhos rumos. In: **Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**, 25., 2011, São Paulo. PUC-SP. São Paulo: Puc-Sp, 2011. p. 1-13. Disponível em:

<https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0069.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LIMA, Maria Eliene. **A educação para a cidadania e a militarização para a educação**. 2018. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4051>. Acesso em: 15 jul. 2022.

LLAVADOR, Francisco Beltrán. Política, poder e controle do currículo. In: SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 38-53. Tradução de: Alexandre Salvaterra.

LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores associados, Histedbr, 2007.

LOMBARDI, José Claudinei; LIMA, Marcos R.. Golpes de Estado e Educação no Brasil: A perpetuação da farsa. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei. **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando, 2018. Cap. 3, p. 208. Disponível em: https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/05/Ogolpede2016eaeduca%C3%A7%C3%A3onoBrasil_book-3.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. 2. ed. São Paulo: Educ, 2011. 116 p.

MACIEL, Antônio Carlos. Marx e a politecnia, ou: do princípio educativo ao princípio pedagógico. **Revista Exitus**, Santarém, v. 8, n. 2, p. 85, 1 maio 2018.

Universidade Federal do Oeste do Para. <http://dx.doi.org/10.24065/2237-9460.2018v8n2id530>. Disponível em: Acesso em: 18 jul. 2022.

MACIEL, Antônio C.; BRAGA, Rute M. Politecnicia e emancipação humana: uma metodologia para a formação histórico-crítica na universidade (Volume 1). In: AMARAL, Nair F. G.; BRASILEIRO, Tânia S. A. (org.). **Formação docente e estratégias de integração universidade/escola nos cursos de licenciatura**. São Carlos: Pedro & João; Porto Velho: EDUFRO, 2008. p. 203-217.

MACIEL, Antônio Carlos; SILVA, Cintia Adélia da; FRUTUOSO, Claudinei. O conceito de educação integral e as possibilidades da educação integral politécnica em Manaus. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v.15, nº 32, p. 174-204, junho de 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/114531256/O_Conceito_De_Educa%C3%A7%C3%A3o_Integral_e_as_Possibilidades_Da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Integral_Polit%C3%A9cnica_Em_Manauas?uc-sb-sw=107663658. Disponível em: Acesso em: 18 jul. 2022

MANAUS. **Lei nº 2000, de 24 de junho de 2015**. APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANAUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Manaus, AM, 24 jun. 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2015/200/2000/lei-ordinaria-n-2000-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-do-municipio-de-manauas-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 16 maio 2017.

MARCONDES, Maria Inês; TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém: Eduepa, 2010. 108 p.

MARQUES, Guilherme de Souza. **Entre déspotas, bufões e mitos existem batalhões escolares**: analisando as concepções de educação das escolas cívico-militares. 2021. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11042466#. Acesso em: 15 jul. 2022.

MARRACH, Sonia. Neoliberalismo e Educação. In: GUIRALDELLI, Paulo. **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro Terceiro: O processo global da produção capitalista. Tomo 1. 2ª ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Navegando, 2011. 141 p. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/textos-sobre-educacao-e-ensino>. Acesso em: 05 nov. 2021.

MARX, KARL; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINS, Ligia Marcia. As aparências enganam: divergências entre o Materialismo Histórico Dialético e as abordagens qualitativas em pesquisa. In: **Reunião Anual da ANPED**, 29., 2006, Caxambu. Educação, cultura e conhecimento: desafios e compromissos. Caxambu: ANPED, 2006. V.1. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MASCARENHAS, Aline Daiane Nunes. Por uma pedagogia decolonial contra a docilização de corpos, invasão cultural e desproblematização da educação no projeto da escola cívico-militar. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 29, n. 3, p. 366-384, 2 dez. 2020. Portal de Periodicos UFPB. <http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2020v29n3.55994>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/55994/32034>. Acesso em: 27 jul. 2022.

MASCARENHAS, Aline Nunes; GOULART, Janaina Moreira de Oliveira. Escola e democracia: militarização das escolas públicas e a desdemocratização na sociedade. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 25-39, 4 maio 2023. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v17i37.1531>. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1531/1161>. Acesso em: 27 ago. 2023.

MIRANDA, Edna Mara Corrêa. **Currículo das escolas militarizadas no Distrito Federal**. 2021. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41853>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. POR QUE A URGÊNCIA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO? MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, jun. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017176606>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDkkt/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

OLIVEIRA, Ângela Maria Gonçalves de; PEREIRA JUNIOR, Jonas Araújo; PACHECO, Cláudia de Oliveira; SILVA, Diana Lima da. Escola militarizada e gestão democrática; uma análise do manual de procedimentos e orientações aos pais e alunos de uma escola estadual militarizada em Manaus. **Caderno Pedagógico**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 2612-2635, 26 jan. 2024. South Florida Publishing LLC. <http://dx.doi.org/10.54033/cadpedv21n1-141>. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/2468>. Acesso em: 26 jan. 2024.

- OLIVEIRA, Daniel Lucas de Jesus. **Interesses de Frações de classe e a militarização do ensino público em Goiás**. 2022. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13087738. Acesso em: 17 out. 2023.
- ORSO, Paulino José. Neoliberalismo: Equívocos e consequências. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (org.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores Associados, 2007. Cap. 6. p. 163-184.
- PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar** – Introdução crítica. 17. ed. São Paulo. Cortez, 2012.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- PARO, Vitor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: Silva, Luiz Heron da (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1998. p.300-307
- PAULO, Wesley Garcia de. **Militarização do ensino no Estado de Goiás: implementação de um modelo de gestão escolar**. 2019. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/37153>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- RANNA, Caio de Carvalho. **Violência escolar e a militarização das escolas públicas: um estudo sobre o caso de Goiás**. 2021. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:
<https://hdl.handle.net/10438/30434>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- RIBEIRO, Marinalva Lopes. A afetividade na relação educativa. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 403-412, set. 2010. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000300012>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- ROCHA, Rhaíssa Sheri Freire de Souza. **Conselho de classe em uma escola militarizada do Distrito Federal**. 2022. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11916926. Acesso em: 02 out. 2023.
- SANTOS, Ademar Souza dos. **A gestão democrática escolar no Sistema Municipal de Ensino de Tucano/BA: compreensões e interpretações dos sujeitos educativos num contexto patrimonialista**. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2010. Disponível em:

[https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11848/1/Dissertacao%20_Ademar%20So usa.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11848/1/Dissertacao%20_Ademar%20So%20usa.pdf). Acesso em: 17 maio 2023.

SANTOS, Catarina de Almeida. "Sentido, descansar, em forma": Escola-quartel e a formação para a barbárie. **Educação e sociedade**, Campinas, 42. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/hKLYdP7HgDtxVggJxPpwkzc/?lang=pt#>. Acesso em: 13 de mar. de 2023.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. **Militarização das Escolas Públicas do Brasil**: expansão, significados e tendências. 2020. 442 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11015#:~:text=F.-,Militariza%C3%A7%C3%A3o%20das%20escolas%20p%C3%ABlicas%20no%20Brasil%3A%20expans%C3%A3o%2C%20significados%20e%20tend%C3%A2ncias,de%20Goi%C3%A1s%2C%20Goi%C3%A2nia%2C%202020..> Acesso em: 14 jun. 2022.

SANTOS, Mariana Teixeira dos. "**Isso é presídio, moço!**": o que pensam os (as) estudantes sobre as escolas militarizadas do DF. 2023. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12918519. Acesso em: 10 out. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano**: novas aproximações. Campinas: Autores Associados, 2019.

SENA, Hélio Cleidilson de Oliveira. **Escolas militarizadas no Maranhão**: um estudo sobre a parceria entre corporações militares e redes públicas de ensino. 2021. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9733>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SERAFIM, Guilherme de Oliveira Lomba. **A práxis de uma diretora na gestão de uma escola militarizada**. 2021. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/43123>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SILVA FILHO, Tomaz Martins da. **A formação de ladies e gentlemen**: a disciplina prussiana liberal do ensino militarizado no currículo do colégio militar

de Palmas-TO. 2018. 319 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Tocantins, Palmas, 2018.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da; CARVALHO, Lorena Sousa. Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. **Revista Educação em Questão**, [S.L.], v. 50, n. 36, p. 211-239, 15 dez. 2014. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. <http://dx.doi.org/10.21680/1981-1802.2014v50n36id7085>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7085>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SILVA, Joselita Romualdo da. **Pedagogia do quartel**: uma análise do processo de militarização de escolas públicas no estado do Paraná. 2022. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13685784. Acesso em: 17 out. 2023.

SILVA, Thayane Ellen Machado da. **Restauração Conservadora na Educação**: um estudo sobre o projeto das escolas cívico-militares no Brasil. 2021. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Letras e Saúde, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5862>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza; PIERRE, André Garcia Pires. As leis de gestão democrática da educação nos estados brasileiros. **Educar em Revista**, v. 34, n.68, p. 65-87, mar.2018. disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.57216>. Acesso em: 30 jan. 2022.

TAVARES, Francisco Mata Machado. Quem quer manter a ordem? A ilegalidade da militarização das escolas em Goiás. In: OLIVEIRA, Caetano de; SILVA, Victor Hugo Viegas de Freitas Silva. (orgs.). **Estado de exceção escolar**: uma avaliação crítica das escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016. P. 53-66.

VEIGA, Carlos Henrique Avelino. **Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do estado**. 2020. 255 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/6025>. Acesso em: 15 jul. 2022.

WAYNE, Michael; CABRAL, Vinícius Neves de. Capitalismo, Classe e Meritocracia: um estudo transnacional entre o reino unido e o brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 1-22, jun. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236117535>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/QfPgJhMxBvKpg7YgnMvJwGs/#>. Acesso em: 28 jul. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A – SISTEMATIZAÇÃO DOS ARTIGOS QUE RELACIONAM A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS COM A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Quadro 19 – Artigos Qualis A1 em 2020

Nº	QUALIS, TÍTULO, DOI	REVISTA	ANO	AUTOR(ES)	Instituição	OBJETO INVESTIGADO	PALAVRAS-CHAVES
1	A1: EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: A RETOMADA DA OBRIGATORIEDADE PELA AGENDA CONSERVADORA. DOI: 10.1590/198053147129	Caderno de Pesquisa, São Paulo, V. 50, nº 178 p. 1078-1096, out./dez. 2020	2020	Daniela Patti do Amaral	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Pesquisamos a oferta da disciplina em peças legislativas a partir de 1996, atribuindo ênfase aos ordenamentos da agenda conservadora pós-eleição presidencial de 2018	Currículo. Educação moral e cívica. Escola Militar. Gestão
				Marcela Moraes de Castro	Universidade Federal do Rio de Janeiro		
2	A1: ORDEM, LIMPEZA E GERMINAÇÃO: REGULAÇÃO DA VIDA NAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES. DOI: 10.1590/2175-623698452	Educação & realidade, Porto Alegre, v. 45, n 3, e98452, 2020	2020	Steferson Zanoni Roseiro	Universidade Federal do Espírito Santo	Objetiva fabular as insurreições escolares onde a militarização é mais latente	Vida. Fabulação. Escola militar. Insurreição. Tensosativos.
				Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves			
				Alexsandro Rodrigues			
3	A1: O PROCESSO DE MILITARIZAÇÃO DE UMA ESCOLA ESTADUAL PÚBLICA EM GOIÁS. DOI: 10.1590/ES.0224778	Educ. Soc., Campinas, v. 41, e0224778, 2020	2020	Miriam Fábria Alves	Universidade Federal de Goiás	O objetivo deste artigo é analisar o processo de militarização de uma escola estadual pública, ocorrido no ano de 2015, para compreender as implicações da expansão do modelo militar no sistema público de ensino goiano	Militarização. Escola pública. Colégio Estadual da Polícia Militar Aparecida de Goiânia
				Neusa Sousa Rêgo Ferreira	Rede municipal de Goiânia		

Fonte 4: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 20 – Artigos Qualis A1 em 2021

Nº	QUALIS, TÍTULO, DOI	REVISTA	ANO	AUTOR(ES)	Instituição	OBJETO INVESTIGADO	PALAVRAS-CHAVES
1	A1: “SENTIDO, DESCANSAR, EM FORMA”: ESCOLA-QUARTEL E A FORMAÇÃO PARA A BARBÁRIE. DOI:10.1590/ES.244370	Educação e sociedade, Campinas, v.42, e244370, 2021	2021	Catarina de Almeida Santos	Universidade de Brasília	O artigo analisa o Programa de Gestão Compartilhada do Distrito Federal, que já transformou doze escolas públicas em Colégios Cívico-Militares.	Direito à educação. Militarização das escolas. Democracia.
2	A1: JUVENTUDE E EDUCAÇÃO: A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS EM GOIÁS. DOI:10.5902/1984644462013	Revista do Centro de Educação, Santa Maria, v. 46, ISSN: 1984-6444, 2021	2021	Flávio Munhoz Sofiati	Universidade Federal de Goiás	O artigo analisa as consequências do processo de implementação dos Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás, Brasil, a partir dos conceitos de controle do corpo e de instituições totais, mostrando como esse modelo autoritário está intimamente ligado à política de restrição da liberdade de expressão da comunidade escolar	Juventude; Educação; Colégios Militares.
				Caio Henrique Salgado Barbosa			

Fonte 5: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 21 – Artigos Qualis A1 em 2022

Nº	QUALIS, TÍTULO, DOI	REVISTA	ANO	AUTOR(ES)	Instituição	OBJETO INVESTIGADO	PALAVRAS-CHAVES
1	A1: MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL EM 2019: ANÁLISE DO CENÁRIO NACIONAL. DOI: https://doi.org/10.1590/198053149144	Cad. Pesqui., São Paulo, v.52, e09144, 2022	2022	Eduardo Junio Ferreira Santos	Universidade Federal de Goiás	Pretendemos analisar justamente dados sistematizados sobre a militarização de escolas públicas por governos estaduais e prefeituras.	Educação militar. Escola militar. Educação cívica. Diferenciação
				Miriam Fábria Alves			
2	A1: MILITARIZAÇÃO DA GESTÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: A EXCLUSÃO DA ATIVIDADE POLÍTICA DEMOCRÁTICA. DOI:https://doi.org/10.1590/ES.258252	Educ. Soc., Campinas, v. 43, e258252, 2022	2022	Viviane Peixoto da Cunha	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Analisa novas demandas conservadoras articuladas nas políticas educacionais para a educação básica, focando no modo como essa articulação vem excluindo a atividade política democrática por meio de um discurso autoritário.	Militarização da educação. Gestão democrática. Teoria do discurso.
				Alice Casimiro Lopes			

Fonte 6: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 22 – Artigos Qualis A2 em 2019

Nº	QUALIS, TÍTULO, DOI	REVISTA	ANO	AUTOR(ES)	Instituição	OBJETO INVESTIGADO	PALAVRAS-CHAVES
1	A2: MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS NO DF: A GESTÃO DEMOCRÁTICA SOB AMEAÇA DOI:10.21573/vol35n32019.96052	RBPAE - v. 35, n. 3, p. 594 - 611, set./dez. 2019	2019	ERASTO FORTES MENDONÇA	Universidade de Brasília	O artigo aponta as circunstâncias que propiciaram a origem do processo de militarização de escolas públicas no Brasil, tomando como exemplo a experiência em curso no estado de Goiás, no sentido de compreender a iniciativa do governo eleito em 2018 de militarização de escolas públicas do Sistema de Ensino do Distrito Federal.	Gestão democrática. Militarização de escolas públicas. Política educacional. Distrito Federal.
2	A2:A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS SOB OS ENFOQUES DE TRÊS DIREITOS: CONSTITUCIONAL, EDUCACIONAL E ADMINISTRATIVO DOI:10.21573/vol35n32019.96483	RBPAE - v. 35, n. 3, p. 612 - 632, set./dez. 2019	2019	SALOMÃO BARROS XIMENES	Universidade Federal do ABC	Nosso objetivo de fundo é oferecer o quadro de análise jurídica aos projetos e iniciativas de militarização e não analisar todos os desenhos jurídicos e institucionais atualmente praticados nos estados e municípios. Diante disso, adotaremos como referência para a análise o programa e a legislação federal juntamente com a experiência de Goiás	Direito à educação; militarização; ensino militar; Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim.
				CAROLINA GABAS STUCHI	Universidade Federal do ABC		
				MÁRCIO ALAN MENEZES MOREIRA	Universidade Federal do Ceará		
3	A2: A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PESQUISAS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL. DOI:10.21573/vol35n32019.96283	RBPAE - v. 35, n. 3, p. 633 - 647, set./dez. 2019	2019	MIRIAM FÁBIA ALVES	Universidade Federal de Goiás	Objetiva apresentar os resultados de uma pesquisa bibliográfica acerca da militarização das escolas públicas no Brasil	Militarização; escola pública; colégio militar; pesquisa bibliográfica.
				MIRZA SEABRA TOSCHI	Universidade Estadual de Goiás		
4	A2: ENTRE A ESCOLA E O QUARTEL: A NEGAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DOI: 10.21573/vol35n32019.96856	RBPAE - v. 35, n. 3, p. 648 - 666, set./dez. 2019	2019	ANDRÉIA MELLO LACÉ	Universidade de Brasília	Este artigo analisa a militarização nas escolas públicas com o objetivo de extrair evidências sobre a efetivação da garantia do direito à educação com qualidade nesse modelo de gestão	Militarização; escola pública; direito à educação; qualidade.
				CATARINA DE ALMEIDA SANTOS	Universidade de Brasília		
				DANIELE XABREGAS PAMPLONA NOGUEIRA	Universidade de Brasília		
5	A2: MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS E A NARRATIVA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DOI: 10.21573/vol35n32019.95957	RBPAE - v. 35, n. 3, p. 667 - 688, set./dez. 2019	2019	DANIEL CALBINO PINHEIRO	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM	Tem por objetivo analisar as concepções e condições para a qualidade manifesta na defesa dos colégios militares e escolas militarizadas	Qualidade da educação, colégios militares, militarização das escolas.
				RAFAEL DIOGO PEREIRA	Universidade Federal de Minas Gerais		
				GERUZA DE FÁTIMA TOME SABINO	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM		
6	A2: SOBRE OS DIAS ATUAIS: NEOCONSERVADORISMO, ESCOLAS CÍVICOMILITARES E O SIMULACRO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DOI: 10.21573/vol35n32019.94577	RBPAE - v. 35, n. 3, p. 689 - 699, set./dez. 2019	2019	ANDRÉ ANTUNES MARTINS	Universidade Federal Fluminense	Este artigo tem como objetivo analisar, inicialmente, a aliança entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo no campo educacional, assim como, os desdobramentos desse processo no avanço das parcerias das redes públicas educacionais com as instâncias militares	Educação, gestão democrática, militarismo, conservadorismo.
7	A2: A POSIÇÃO DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA ACERCA DA MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM GOIÁS DOI: 10.21573/vol35n32019.96115	RBPAE - v. 35, n. 3, p. 700 - 724, set./dez. 2019	2019	ERLANDO DA SILVA RÉSES	Universidade de Brasília	Este texto apresenta uma pesquisa num colégio estadual de Valparaíso de Goiás com o objetivo de saber a posição de docentes acerca deste modelo de gestão escolar por meio de uma enquête por questionário com sete questões abertas para 12 professores/as da escola	Militarização da Educação; Profissão Docente; Controle Social
				WESLEI GARCIA DE PAULO	Secretaria de Educação do Distrito Federal		
8	A2: COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR ALFREDO VIANNA: CARACTERÍSTICAS DE UMA CULTURA ESCOLAR-MILITAR DOI: 10.21573/vol35n32019.96074	RBPAE - v. 35, n. 3, p. 725 - 744, set./dez. 2019	2019	AMILTON GONÇALVES DOS SANTOS	Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF.	O presente artigo aborda as características da Cultura Escolar de um Colégio da Polícia Militar da Bahia, considerando a integração de elementos da Cultura Militar na realidade escolar	Colégio da Polícia Militar. Cultura Escolar. Cultura Militar. Educação do Corpo. Educação do Comportamento. Juazeiro
				JOSENILTON NUNES VIEIRA	Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAP		
9	A2: DO OIAPOQUE AO CHUÍ - AS ESCOLAS CIVIS MILITARIZADAS: A EXPERIÊNCIA NO EXTREMO NORTE DO BRASIL E O NEOCONSERVADORISMO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DOI:	RBPAE - v. 35, n. 3, p. 745 - 765, set./dez. 2019	2019	ADALBERTO CARVALHO RIBEIRO	Universidade Federal do Amapá/UNIFAP.	O objetivo é refletir sobre as razões do aceite social do novo modelo de gestão militar em escolas civis mostrando o ritual em determinada unidade localizada no norte do Brasil.	Escolas civis militarizadas; Positivismo; Neoconservadorismo Macapá
				PATRÍCIA SILVA RUBINI	Universidade Federal do Amapá/UNIFAP.		

10	A2: UMA ESCOLA DIFERENTE DO MUNDO LÁ FORA DOI: 10.21573/vol35n32019.95346	RBPPE - v. 35, n. 3, p. 766 - 785, set./dez. 2019	2019	MARGRID BURLIGA SAUER	Amostra Instituto de Pesquisa.	O objetivo é compreender as razões que levam as famílias a buscar que seus filhos estudem em uma escola militar fortemente disciplinar e como as famílias de alunos percebem os efeitos dessa disciplina	Disciplina; escolas militares; Ensino Médio.
				KARLA SARAIVA	ULBRA.		
11	A2: ESCOLA MILITAR PARA QUEM? O PROCESSO DE MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PIAUÍ DOI: 10.21573/vol35n32019.96132	RBPPE - v. 35, n. 3, p. 786 - 805, set./dez. 2019	2019	KARLA SARAIVA	ULBRA	Esse artigo tem por objetivos expor o debate estabelecido no Estado do Piauí sobre a proposta de militarização do ensino; apresentar a experiência da escola militarizada Centro de Educação em Tempo Integral Dirceu Mendes Arcoverde.	Educação Básica. Militarização das Escolas. Gestão da Educação. Teresina
				MARINA GLEIKA FELIPE SOARES	Universidade Estadual do Piauí (UESPI)		
				SAMARA DE OLIVEIRA SILVA	Universidade Estadual do Piauí		
				LUCINEIDE MARIA DOS SANTOS SOARES	Universidade Estadual do Piauí (UESPI)		
				ROSANA EVANGELISTA DA CRUZ	Universidade Federal do Piauí		
12	A2: EXPANSÃO DAS ESCOLAS E COLÉGIOS MILITARES RETOMA A LÓGICA DA EXCLUSÃO DOI: 10.21573/vol35n32019.93780	RBPPE - v. 35, n. 3, p. 806 - 827, set./dez. 2019	2019	MARIA DO HORTO SALLES TIELLET	Doutora em Educação pela Universidade do Vale dos Sinos	O artigo analisa o processo de expansão das escolas militares, através dos argumentos dos agentes públicos, na perspectiva da pesquisa exploratória de cunho descritivo. Foram realizadas buscas sobre o assunto entre o ano de 2015 e 2018, em jornais de circulação estadual, notícias postadas em sites oficiais.	Escola militar; Escola militar Tiradentes; Escola militar Dom Pedro II; Polícia Militar do Mato Grosso.
13	A2: GESTÃO DEMOCRÁTICA E MILITARIZAÇÃO DO ENSINO: REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO DOI: 10.21573/vol35n32019.96014	RBPPE - v. 35, n. 3, p. 828 - 843, set./dez. 2019	2019	CAROLINA BARREIROS DE LIMA	Instituto de Educação e Pesquisa do MPE/RJ	O artigo aborda a gestão democrática no ensino público, problematizada a partir de pesquisa realizada em uma instituição militar de ensino do Rio de Janeiro.	Gestão democrática. Militarização do ensino. Teoria organizacional.
				NATALIA BARBOZA NETTO	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro		
				JANAINA MOREIRA PACHECO DE SOUZA	Colégio Brigadeiro Newton Braga – Força Aérea Brasileira.		
14	A2: “DISCIPLINANDO A VIDA, A COMEÇAR PELA ESCOLA”: A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DA BAHIA DOI: 10.21573/vol35n32019.95216	RBPPE - v. 35, n. 3, p. 844 - 863, set./dez. 2019	2019	ELIANA POVOAS PEREIRA ESTRELA BRITO	Universidade Federal do Sul da Bahia	Objetiva compreender o acelerado crescimento dos processos de militarização das escolas públicas no estado da Bahia.	Militarização; escolas públicas; dispositivos de segurança.
				MARIZE PINHO REZENDE	Rede pública municipal de Santa Cruz Cabralia - Bahia.		

Fonte 7 – Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 23 – Artigos Qualis A2 em 2021

Nº	QUALIS, TÍTULO, DOI	REVISTA	ANO	AUTOR(ES)	Instituição	OBJETO INVESTIGADO	PALAVRAS-CHAVES
15	A2: MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE SOBRE A VIOLÊNCIA DOI: 10.21573/vol37n12021.106182	Rev. Bras. Polít. Adm. Educ. - v. 37, n. 1, p. 506 - 524, jan./abr. 2021	2021	MARIANA TEIXEIRA DOS SANTOS	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal	Identificar os elementos legitimadores da instauração da gestão compartilhada, investigar se a violência é um fenômeno pertinente na eleição do projeto e detectar os medos da comunidade escolar.	Violência. Medo. Disciplina. Militarização escolar.
				THIAGO DE FARIA E SILVA	Instituto Federal de Brasília		
16	A2: MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS: REFLEXÕES À LUZ DA CONCEPÇÃO FREIREANA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO DOI: 10.21573/vol37n22021.113221	Rev. Bras. Polít. Adm. Educ. - v. 37, n. 2, p. 810 - 831, mai./ago. 2021	2021	MIRIAM FÁBIA ALVES	Universidade Federal de Goiás	O artigo enuncia reflexões sobre o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) à luz da concepção freireana de gestão democrática da educação.	Paulo Freire; gestão democrática; militarização de escolas públicas.
				LÍVIA CRISTINA RIBEIRO DOS REIS	Instituto Federal de de Goiás		
17	A2: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇA E O/A ADOLESCENTE EM UMA ESCOLA MILITARIZADA DE MANAUS/AM DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13n32p144-169	Debates em Educação Maceió Vol. 13 Nº. 32 Ano 2021	2021	MÁRCIO DE OLIVEIRA	UFAM	Verificar a contemplação [ou não] de direcionamentos para ações voltadas ao combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.	Políticas Públicas. Projeto Político-Pedagógico. Violência Sexual. Manaus
				CLAUDINEY LOFIEGO CACAU			
				FERNANDA MACHADO MELO			

Fonte 8 – Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 24 – Artigos Qualis A2 em 2022

Nº	QUALIS, TÍTULO, DOI	REVISTA	ANO	AUTOR(ES)	Instituição	OBJETO INVESTIGADO	PALAVRAS-CHAVES
18	A2: AVALIAÇÃO E MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS NO DISTRITO FEDERAL: RELAÇÕES E IMPLICAÇÕES DOI: 10.18222/ea.v33.7463	Estud. Aval. Educ., São Paulo, v. 33, e07463, 2022	2022	ENÍLVIA ROCHA MORATO SOARES	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE).	Compreender o trabalho pedagógico e a avaliação desenvolvida em uma escola pública do Distrito Federal onde foi implantado o Projeto Escola de Gestão Compartilhada (modelo cívico-militar de organização escolar) e suas implicações para a conquista de aprendizagens constituem objetivos deste artigo.	Trabalho pedagógico. Avaliação da educação. Gestão escolar.
				ROSE MEIRE DA SILVA E OLIVEIRA			
19	A2: MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL EM 2019: ANÁLISE DO CENÁRIO NACIONAL DOI:10.1590/198053149144	Cad. Pesqui., São Paulo, v.52, e09144, 2022	2022	EDUARDO JUNIO FERREIRA SANTOS	Instituto Federal de Goiás	Este artigo aborda os processos de militarização das escolas públicas brasileiras até dezembro de 2019	Educação militar. Escola militar. Educação cívica. Diferenciação
				MIRIAM FÁBIA ALVES	Universidade Federal de Goiás		
20	A2: MILITARIZAÇÃO DA GESTÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: A EXCLUSÃO DA ATIVIDADE POLÍTICA DEMOCRÁTICA DOI: 10.1590/ES.258252	Educ. Soc., Campinas, v. 43, e258252, 2022	2022	VIVIANE PEIXOTO DA CUNHA	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	O presente artigo analisa novas demandas conservadoras articuladas nas políticas educacionais para a educação básica, focando no modo como essa articulação vem excluindo a atividade política democrática por meio de um discurso autoritário	Militarização da educação. Gestão democrática. Teoria do discurso.
				ALICE CASIMIRO LOPES			

Fonte 9: o Elaborador pelo autor, 2024.

Quadro 25 – Colégios Militares do Exército brasileiro

Nº	ANO	INSTITUIÇÃO	SIGLA	UF	ATO DE CRIAÇÃO	AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELA CRIAÇÃO	INFORMAÇÕES ADICIONAIS
1	1889	Colégio Militar de Fortaleza	CMF	Ceará	Decreto Nº 10.177, de 1º de fevereiro de 1889.	Imperador D. Pedro II	De 1889 a 1898 funcionou como Escola Militar do Ceará, depois foi extinta. De 1919 a 1938, funcionou como Colégio Militar do Ceará, em seguida extinto. De 1942 a 1961 funcionou como Escola Preparatória de Fortaleza, em seguida extinto. Ainda em 1961 foi reestruturado como Colégio Militar de Fortaleza.
2	1889	Colégio Militar do Rio de Janeiro	CMRJ	Rio de Janeiro	Decreto nº 10.202, de 09 de março de 1889.	Imperador D. Pedro II	
3	1912	Colégio Militar de Porto Alegre	CMPA	Rio Grande do Sul	Decreto nº 9.397, de 28 de fevereiro de 1912	Presidente Hermes R. da Fonseca (PRC)	
4	1955	Colégio Militar de Belo Horizonte	CMBH	Minas Gerais	Decreto nº 37.879, 12 de setembro de 1955	Presidente João Fernandes Campos Café Filho (PSP)	Antes do CMBH, existiu o Colégio Militar de Barbacena (1912-1925)
5	1957	Colégio Militar de Salvador	CMS	Bahia	Deceto nº 40.843, de 28 de janeiro de 1957	Presidente Juscelino Kubitschek (PSD)	Funcionou de 1957 a 1989 quando foi desativado. Foi reativado em 1993
6	1958	Colégio Militar de Curitiba	CMC	Paraná	Decreto nº 45.052, de 15 de dezembro de 1958	Presidente Juscelino Kubitschek (PSD)	Em 1988, reestruturações na política das Forças Armadas ocasionou o fechamento do CMC. Em 1994 foi reativado.
7	1959	Colégio Militar de Recife	CMR	Pernambuco	Decreto nº 47.416, de 11 de dezembro de 1959.	Presidente Juscelino Kubitschek (PSD)	Funcionou de 1959 a 1988 quando foi desativado. Foi reativado em 1993 pela portaria ministerial nº 152-A

8	1971	Colégio Militar de Manaus	CMM	Amazonas	Decreto-Lei nº 68.996, de 2 de agosto de 1971	Presidente Emílio G. Médici (Arena)	
9	1978	Colégio Militar de Brasília	CMB	Distrito Federal	Decreto 81.248, de 23 de janeiro de 1978	Presidente General Ernesto Geisel (Arena)	
10	1993	Colégio Militar de Campo Grande	CMCG	Mato Grosso do Sul	Portaria Ministerial nº 324, de 29 de junho de 1993.	General Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena.	
11	1993	Colégio Militar de Juiz de Fora	CMJF	Minas Gerais	Portaria Ministerial Nº 324, de 29 de junho de 1993.	Presidente Itamar Augusto Cautiero Franco (PMDB)	
12	1994	Colégio Militar de Santa Maria	CMSM	Rio Grande do Sul	Portaria Ministerial Nº 115 de 22 de março de 1994	General Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena.	
13	2015	Colégio Militar de Belém	CMBel	Pará	Portaria Nr 1.034-CmtEx, de 6 de agosto de 2015	General Villas Bôas	
14	2018	Colégio Militar de São Paulo	CMSP	São Paulo	Portaria nº 1.694, de 08 de outubro de 2018	General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas	

Fonte 10: Elaborado pelo autor, 2024.

ANEXOS

ANEXO A – FOTOGRAFIA DAS UNIDADES DO CPMPS LOCALIZADOS EM MANAUS.



Figura 2: Colégio Militar da Polícia Militar- I (CMPM - I). Foto: Autor (2023).



Figura 4: Entrada da Escola Estadual Professor Waldoce Fricke de Lyra – CMPM III. Foto: Autor(2023).



Figura 2: Colégio Militar da Polícia Militar- I (CMPM -I). Foto: Autor (2023).



Figura 5: Entrada da Escola Estadual Áurea Pinheiro Braga – CMPM IV. Foto: Autor(2024).



Figura 3: Portão de entrada dos estudantes da Escola Estadual de Tempo Integral Marcantonio Vilaça II - CMPM II. Foto: Autor (2023).



Figura 6: Complexo da Universidade Nilton Lins onde está localizada a Escola Estadual Tenente Coronel Cândido José Mariano CMPM -V. Foto: Autor (2023).



Figura 7: Entrada e estacionamento externo da Escola Estadual Senador Evandro da Neves Carreira – CMPM VI. Foto: Autor (2024).



Figura 8: Prédio da Escola Estadual Prof.ª Eliana de Freitas Moraes – CMPM VII. Foto: Autor (2023).



Figura 10: Estacionamento interno da Escola Estadual Coronel Pedro Câmara – CMPM VIII. Foto: Autor, (2023).

ANEXO B – REDES SOCIAIS DAS ESCOLAS ESTADUAIS QUE COMPÕEM

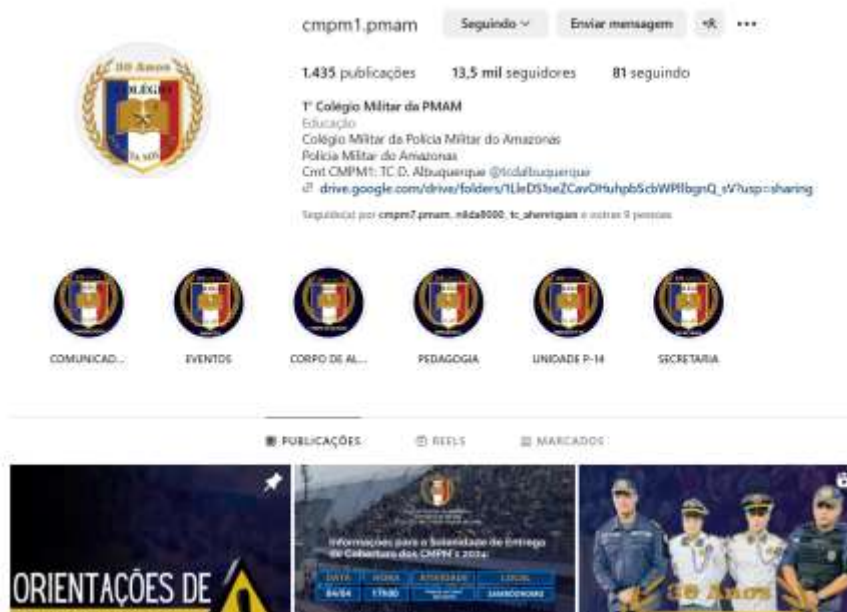


Figura 11: Instagram do CMPM-I

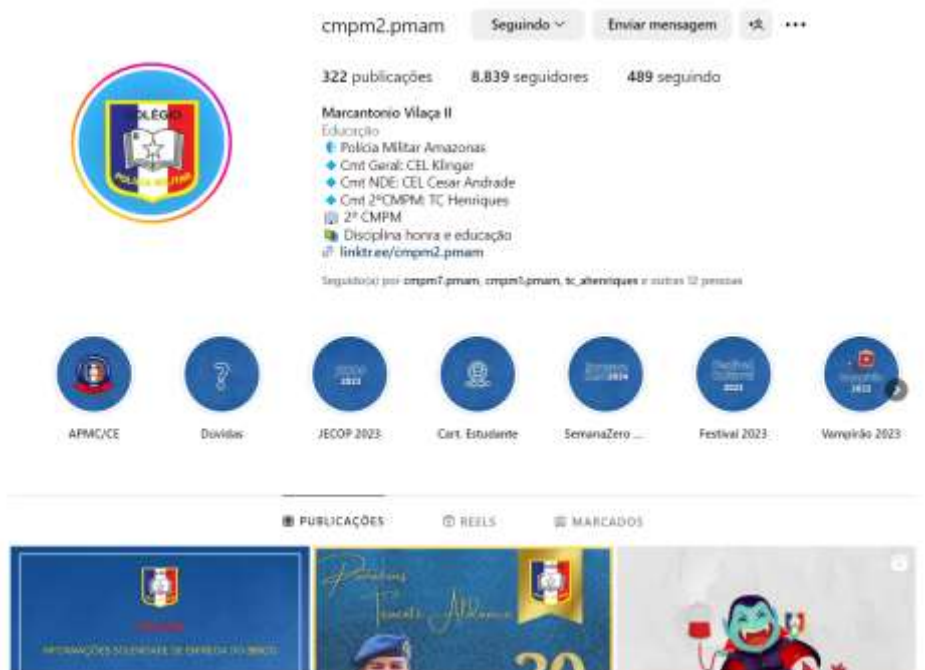


Figura 12: Instagram do CMPM-II.

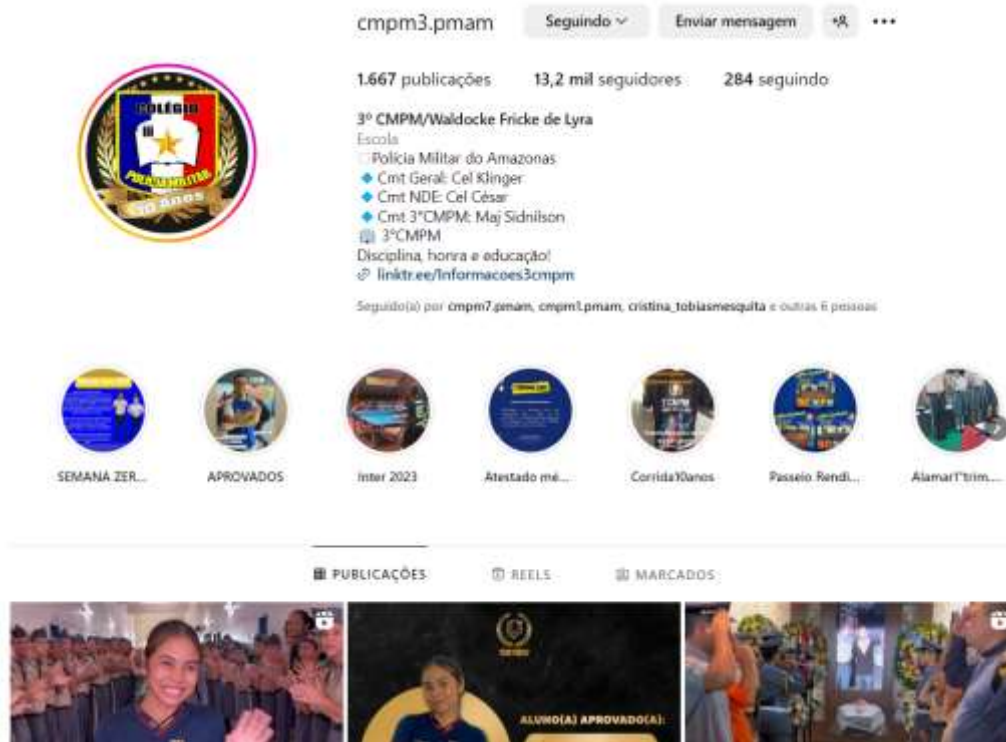


Figura 13: Instagram do CPM-III

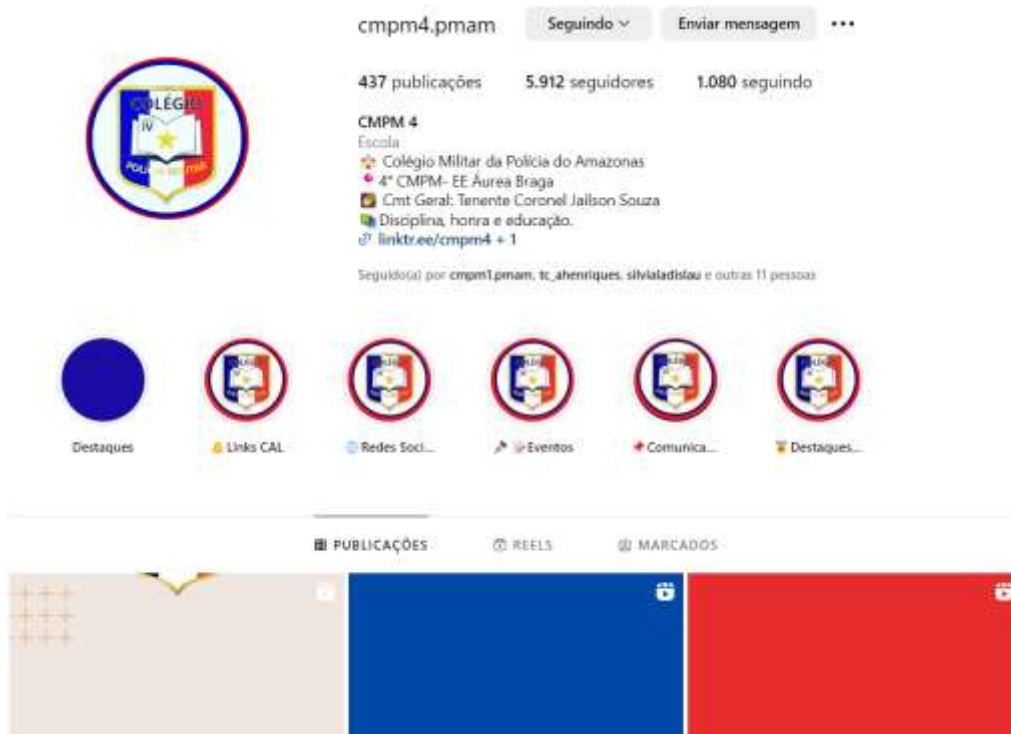


Figura 14: Instagram do CPM-IV

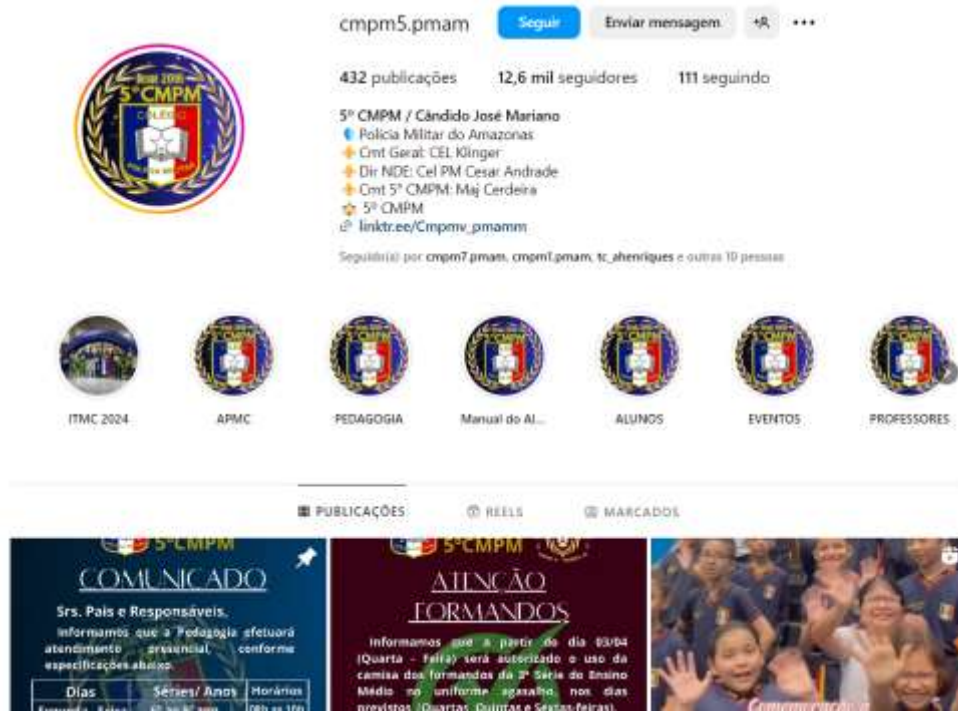


Figura 15: Instagram do CMPM-V

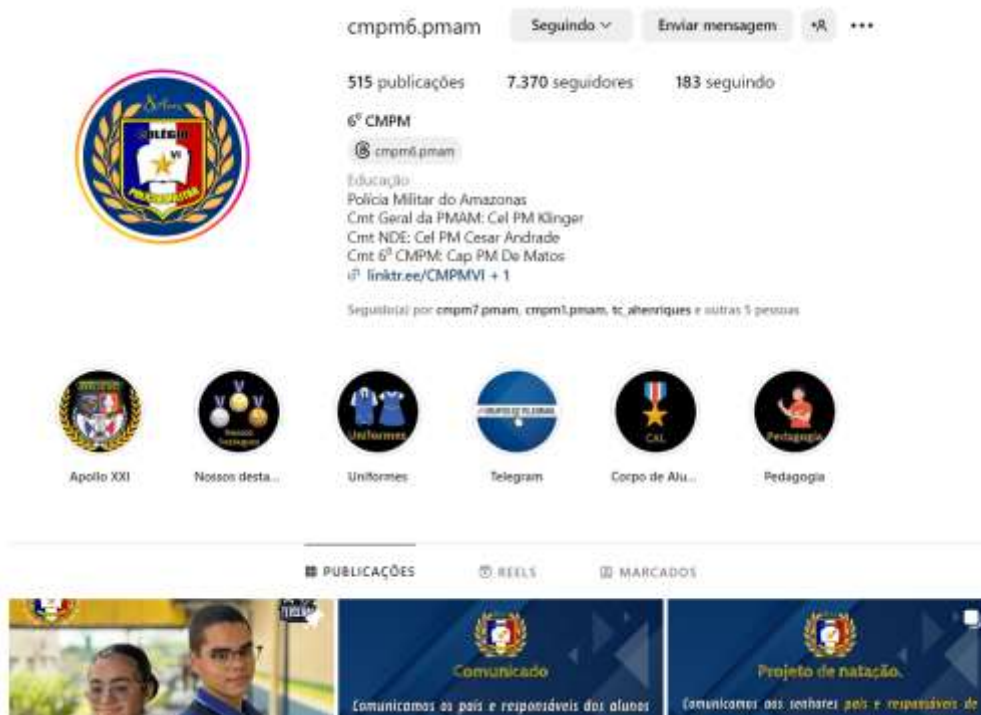


Figura 16: Instagram do CMPM-VI

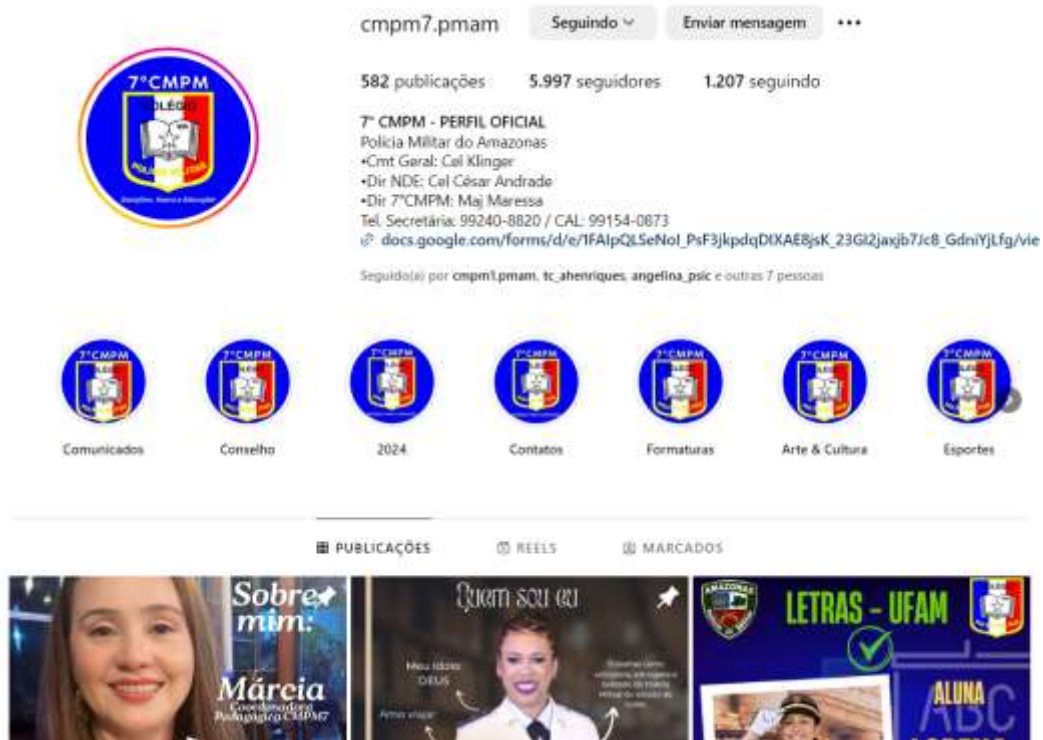


Figura 17: Instagram do CPM-VII

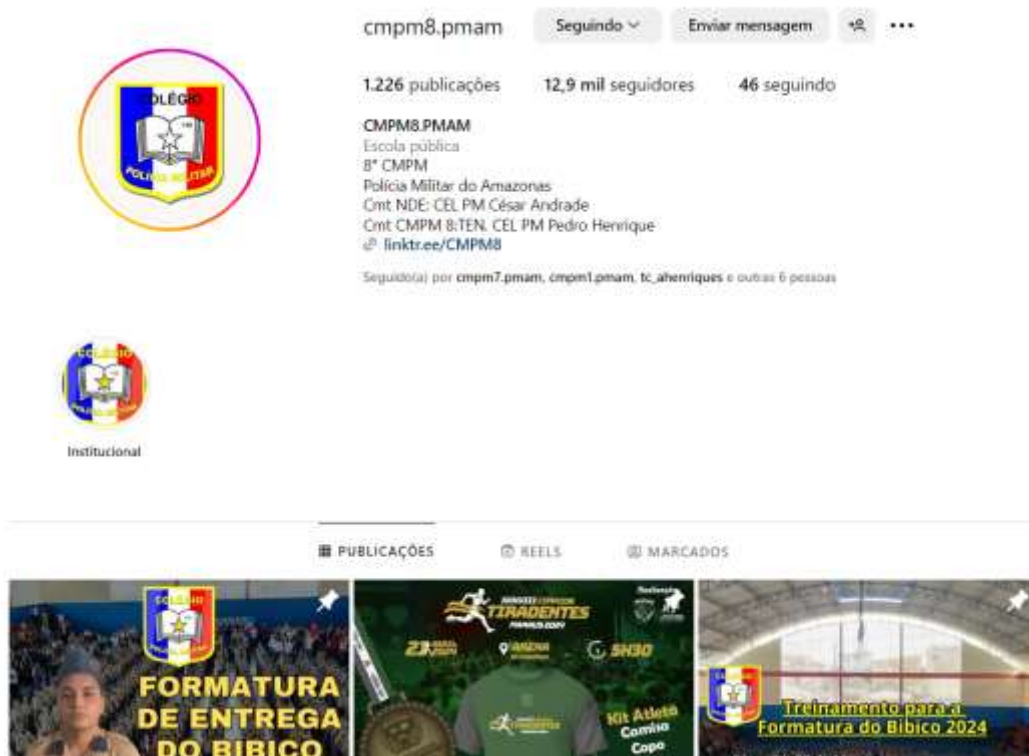


Figura 18: Instagram do CPM-VIII

ANEXO C – OFÍCIO COM AUTORIZAÇÃO DA SEDUC PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA.



OFÍCIO Nº 517/2023-GSEAP/SEDUC

Manaus, 16 de outubro de 2023.

À Senhora

Dr.ª ANGELA MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia.

(92) 99174-8691 (Professora Angela)

(92) 99159-7851 (Jonas Araújo)

Assunto: Resposta ao Ofício nº 02/2023/AMGO

Processo: nº 01.01.028101.026577/2023-80-SEDUC/SIGED.

Ref.: Solicitação de autorização para o mestrando Jonas Araújo Pereira Júnior para realização da pesquisa: Militarização de Escolas Públicas em Manaus: uma análise sobre a (des)construção da gestão democrática.

Prezada Doutora,

Cumprimentando-a cordialmente, considerando a manifestação dos setores competentes desta Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar, bem como o Parecer Jurídico nº 3301/2023-ASSJUR/SEDUC, informo a Vossa Senhoria o deferimento para realização da pesquisa solicitada no processo em epígrafe.

Ressalto que a autorização está condicionada a utilização dos dados exclusivamente para fins científicos, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou da comunidade.

Segue em anexo o Termo de Anuência e o Termo de Responsabilidade, com retorno do último devidamente assinado pelo interessado para os trâmites subseqüentes do processo em epígrafe.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente)

ARLETE FERREIRA MENDONÇA
Secretária Executiva Adjunta Pedagógica

GSEAP/MT
www.seduc.am.gov.br
Instagram.com/seducamazonas/
facebook.com/seducamazonas/
Avenida Waldomiro Lustoza, 260, Japlim II
Manaus-AM - CEP 69078-330

Folha: 82

Secretaria de
**Educação e
Desporto
Escolar**

ANEXO D – ATO DE CRIAÇÃO DO CPMI-I.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 04 de fevereiro de 1994.

GILBERTO MESTRINHO DE MEDEIROS RAPOSO
Governador do Estado do Amazonas

RAIMAR DA SILVA AGUIAR
Secretário de Estado do Planejamento e Articulação com Municípios

PODER EXECUTIVO
Governador Prof. GILBERTO MESTRINHO
Vice-Governador FRANCISCO GARCIA
SECRETÁRIOS DE ESTADO
Secretário de Estado de Governo: David Rios Neto
Secretário de Estado Chefe de Casa Militar: Cel. PM. Elzer Bessa Rebello
Secretário Particular: Iair Ribeiro da Costa
Secretária de Estado para Assuntos Especiais da Ação Social: Maria Estela Martins Mesquita de Medeiros Raposo
Secretário de Estado de Justiça, Segurança Pública e Cidadania: Mauro Luiz Campbell Marques
Secretário de Estado do Planejamento e Articulação com Municípios: Raimar de Silva Aguiar
Secretária de Estado de Administração: Dolores Garcia Rodrigues
Secretário de Estado da Educação, Cultura e Desporto: José Cláudio de Sousa Filho
Secretário de Estado da Produção Rural e Assuntos Fundiários: Carlos Onofre de Sousa
Secretário de Estado da Economia: Sérgio Augusto Pinto Cândido
Secretário de Estado da Saúde: Abelardo Rodolfo Leiza Farpolha
Secretário de Estado do Trabalho e Ação Comunitária: Sebastião da Silva Reis
Secretário de Estado dos Transportes e Obras: Elgáio Gomes da Silva Filho
Secretário de Estado para a Promoção da Desenvolvimento Econômico: Marcos dos Silva Zuan
Secretário de Estado de Água do Governo do Estado em Brasília/DF: Luiz Carlos de Avelar Coutinho
Secretário de Estado do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia: José Beltrão dos Santos Bastos
Secretário de Estado de Projetos Especiais e Ação do Governo: Gen. Thaumaturgo Sotero Vaz
Procurador Geral do Estado: Odirney Sá Valente
Procurador Geral da Defensoria Pública: Hélcio Cordeiro Maia
Delegado Geral de Polícia Civil: RMO dos Santos Rocha
Comandante Geral de Polícia Militar: Cel. PM. Antônio Guedes Brandão

DECRETO Nº 15.831, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1994

CRIA, na estrutura organizacional da Polícia Militar do Amazonas, o Colégio Militar e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Colégio Militar da Polícia Militar do Amazonas, cuja finalidade será o ensino de 1º e 2º graus, destinado aos servidores militares estaduais e seus dependentes, de forma a promover a educação integral e harmônica do educando.

1º - O Colégio integrará a estrutura organizacional da Corporação como Órgão de apoio vinculado à Diretoria de Ensino e Instrução, para efeito de supervisão, coordenação e controle administrativo.

2º - Para cumprimento de sua finalidade, o Colégio obedecerá ao que prescrevem as Leis nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 e 7.044 de 18 de outubro de 1982.

3º - O Colégio reservará vagas à sociedade civil, concretizando o benefício social de sua finalidade.

Art. 2º - A estrutura e o funcionamento do Colégio serão regulamentados por ato do Comandante Geral da PMAM.

Art. 3º - Para funcionamento do Colégio, além dos servidores da Polícia do Amazonas, será assegurado, pela Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto o pessoal docente, Técnico, Administrativo e de Apoio necessário através de convênio firmado no prazo máximo de trinta dias, a contar da vigência deste Decreto.

Parágrafo Único - O pessoal objeto do convênio supramencionado, será submetido à seleção prévia pela Corporação.

Art. 4º - São objetivos específicos do Colégio Militar da PMAM:

I - Atender alunos de ambos os sexos, na faixa etária escolar.

II - Oferecer ao aluno, educação formal baseada nos princípios que norteiam o desenvolvimento da pessoa para o exercício de plena cidadania, usando como instrumentos educacionais, o ensino do cidadão, respeito às leis, dos direitos e deveres do cidadão, dos ideais da família e da religião, elementos formadores do sentimento Pátrio.

Art. 5º - O Colégio da PMAM terá a seguinte organização administrativa:

I - COMANDO

II - DIVISÃO DE ENSINO

a. Seção Técnica de Ensino

- 1. Administração Escolar
2. Serviço de Orientação Educacional (SOE)
3. Serviço de Supervisão Educacional (SSE)
4. Coordenação de Ações
5. Serviço de Divulgação Escolar
6. Corpo Docente
7. Corpo de Alunos

b. Secretaria

- 1. Serviços de Registro Escolar
2. Arquivo

c. Seção de Meio

- 1. Sala de Meios Auxiliares
2. Reprografia
3. Biblioteca
4. Auditório

d. Associação de Pais e Meestres

III - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

- a. Serviço de Tesouraria
b. Serviço de Saúde
c. Serviço de Expediente
d. Serviços Gerais

- 1. Almoço
2. Conservação e limpeza
3. Segurança do Acarajamento

Art. 6º - O Colégio da PMAM será dirigido por oficial superior da Ativa do Quadro de Provetentes da Polícia Militar do Amazonas, de preferência com curso na área de ensino, nomeado pelo Comandante Geral da Corporação.

§ 1º - O Comandante do Colégio, será assistido por um Subcomandante, também Oficial Superior da Ativa do Quadro de Combatentes da Corporação, que exercerá a função de Diretor de Ensino do Colégio.

§ 2º - O Comandante e Subcomandante do Colégio Militar da PMAM farão jus aos adicionais AD-3 e AD-4, adotados pelo Estado, respectivamente.

§ 3º - Ficas criadas as Gratificações de Funções (GF-2), adotadas pelo Estado, para as Chefias da Divisão Administrativa, Tesouraria e Comando do Corpo de Alunos do Colégio.

Art. 7º - Poderão exercer atividades docente, técnica ou administrativas, servidores militares e civis da PMAM, que estejam habilitados para essas áreas, de conformidade com a legislação vigente.

Art. 8º - A matrícula vincula o aluno ao Colégio e será feita por séries, nos períodos previstos em Instrução da Divisão de Ensino, observadas as exigências legais.

Art. 9º - As despesas decorrentes da implantação e funcionamento do Colégio da PMAM, correrão a conta de recursos orçamentários alocados para essas atividades.

Art. 10 - A Polícia Militar do Amazonas poderá firmar convênios com Órgãos Federais, Estaduais, Municipais e Entidades Privadas, visando o aprimoramento do processo ensino aprendizagem.

Art. 11 - O Colégio adotará o regime escolar período anual.

VÁLIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO

Art. 12 - O Colégio de FMAH organizará suas grades curriculares em consonância com a legislação vigente, seus próprios objetivos e a política educacional do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 13 - Os bens móveis e imóveis que integram o acervo fidejussório do Colégio Militar, constituirão patrimônio da FMAH, ficando a guarda e manutenção sob responsabilidade do Comando do Colégio e controle da DAL/FMAH.

Art. 14 - O Colégio objetivando a melhoria do ensino, poderá estabelecer o pagamento de contribuição escolar, a ser gerido pela Associação de Pais e Meestres.

Art. 15 - Os casos omissos neste Decreto e não disposto em Regulamento Interno, serão resolvidos pelo Comandante do Colégio, ouvido o Comandante-Geral da FMAH.

Art. 16 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 04 de fevereiro de 1994

GILBERTO MESTRINHO DE MENEZES RAPOSO
Governador do Estado
HAURO EDIZ CAMPEL MARQUES
Secretário de Estado de Justiça, Segurança Pública e Cidadania

(*) DECRETO DE 20 DE JANEIRO DE 1994

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 54, item VIII, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO que os Maiores PM a seguir, servirão na Polícia Militar do Amazonas, por mais de 30 (trinta) anos;

CONSIDERANDO que os referidos Policiais Militares, foram transferidos para a Reserva Remunerada por tempo de serviço, através de Decreto Governamental;

CONSIDERANDO a solicitação dos requerentes em questão, e a vigência da Lei nº 2.234, de 30/07/93, e Decreto nº 15.391, de 20/03/93, que institui promoções e gratificações aos servidores Militares Estaduais quando, ao serem transferidos para a inatividade, contar mais de 30 (trinta) anos de serviço, e aqueles que já se encontram na inatividade;

CONSIDERANDO, finalmente o que mais consta do Processo nº 7025/93-0 SPT/SEAD, resolve

RETIFICAR, na forma abaixo, o ato de transferência para a Reserva Remunerada publicado em Diário Oficial do Estado, de interesse dos Policiais Militares a seguir relacionados, a contar de 01 de agosto de 1993:

*TRANSFERIR para a Reserva Remunerada da Polícia Militar do Amazonas, nos termos do artigo 88, item I e artigo 89, da Lei nº 1154, de 09 de dezembro de 1975, os Maiores em abaixo relacionados, no Posto de Tenente Coronel PM, conforme previsto o artigo 49, da Lei nº 1154, de 09 de dezembro de 1975, com a nova redação dada pelo artigo 19 item II e artigo 30, da Lei nº 2.236, de 30 de julho de 1993, com direito a percepção de proventos correspondente ao seu posto, acrescido de 20% (vinte por cento) de Gratificação de Inatividade, de acordo com o artigo 19, item IV, da Lei nº 2.236, de 30 de julho de 1993, e demais vantagens a que tem direito, haja vista possuírem os requisitos exigidos nas Leis vigentes.

- 01 - Maj PM R/R CARLOS ALBERTO DE SALES (1185)
02 - Maj PM R/R CARLOS ALBERTO DE SOUZA FIALHO (1508)
03 - Maj PM R/R FRANCISCO CARNEIRO DA SILVA (0742)
04 - Maj PM R/R JOSE ENIVALDO FELIPE DE MOURA (0650)
05 - Maj PM R/R PAULO ALVES MACIEL (1267)

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 20 de Junho de 1994.

GILBERTO MESTRINHO DE MENEZES RAPOSO
Governador do Estado
DOLORES GARCIA RODRIGUES
Secretária de Estado da Administração

(*) Reprodzido por haver saído com incorreção no D.O. de 21.01.94

DECRETO DE 02 DE FEVEREIRO DE 1994

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 54, item VIII, da Constituição Estadual, resolve

COLOCAR à disposição da Secretária de Estado de Administração-SEAD, o servidor FRANCISCO DAS CHAGAS LEOPOLDO DE MENEZES NETO, Técnico 1ª Classe, do Quadro de Pessoal do Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas-INDA/PA, até 31 de dezembro de 1994, com base para o órgão de origem, nos termos do artigo 18, parágrafo 2º, da Lei nº 1029, de 10 de dezembro de 1971, com a nova redação dada pela Lei nº 1338, de 24 de setembro de 1979.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 02 de fevereiro de 1994.

GILBERTO MESTRINHO DE MENEZES RAPOSO
Governador do Estado
DOLORES GARCIA RODRIGUES
Secretária de Estado da Administração

DECRETO DE 02 DE FEVEREIRO DE 1994

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 54, item VIII, da Constituição Estadual, resolve

DESIGNAR, nos termos do artigo 2º, § 1º, do Decreto nº 11.028, de 26 de abril de 1988, a servidora MARIA JOSÉ FREITAS CARLOS, para integrar, na qualidade de Membro Titular, da Comissão de Regime Disciplinar-CRD, da Secretária de Estado de Administração-SEAD.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 02 de fevereiro de 1994.

GILBERTO MESTRINHO DE MENEZES RAPOSO
Governador do Estado
DOLORES GARCIA RODRIGUES
Secretária de Estado da Administração

Diário Oficial
ORADO PELA LEI Nº 01, DE 21 ADO1993
1ª CIRCULAÇÃO: 1511-1993
Composto e impresso nas oficinas gráficas da
IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS
Rua Dr. Machado, 086 - Centro
Manaus - AMAZONAS - Brasil
Ary da Silva Antunes Diretor Presidente
Mário Jorge Corrêa Diretor de Operações
Carlos Alberto Simas Bursian Diretor Administrativo/Financeiro
OFICINAS: Rua Dr. Machado, 886 - Centro
CEP 69.628-499 - Manaus - Amazonas
TELEFONES: 433-1697/433-1125/433-1889 - FAX: (092) 233-8468
ASSINATURA SEMESTRAL BALCÃO 2 UBA'S CORREIO 4 UBA'S
PREÇO DA EDIÇÃO: CR\$ 300,00

VALIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO

ANEXO E – MATÉRIA DO JORNAL DO COMÉRCIO SOBRE A INAUGURAÇÃO DO GM-03 (PRIMEIRA VERSÃO DO CPM-1).

Multidão prestigia inauguração de escola

Moradores das adjacências da escola GM-3 Salomão Abibol prestigiaram a festa promovida pelo governador

Uma verdadeira multidão comemoradora dos comendados de Petrópolis, Cachoeira, Itaipu, São Francisco e adjacentes transformaram a inauguração da Escola Estadual Salomão Abibol — o GM-3 de Petrópolis — feita pelo governador Gilberto Mendes, na sexta-feira à tarde, numa gigantesca festa.

Acompanhado da secretária de Ação Social Maria Emilia Mendonça, do secretário de Educação, José Filho, deputados de Manaus, Amazonas e outras diversas autoridades civis e militares, o governador chegou ao local das obras para prestigiar a inauguração, em comemoração



Secretário, Maria Emilia e Associação: líderes políticos no momento da inauguração

Uma demonstração disso foi o discurso do alcega de escola, que também é o primeiro colégio da Polícia Militar do Amazonas. Mauro José de Silva, filho do tenente de agrônomo por acidente "a um soldado sargento da Polícia Militar de participar do ensino e formação da juventude amazônica". Segundo Mauro, graças a Monteiro, ele e mais cerca de 1.200 alunos poderão agora fazer parte da grande família Polícia Militar. "Em homenagem aos seus combatentes para o ensino e formação da juventude amazônica. Muito obrigado por tudo que o governador e pelo senhor que sempre o dia de inauguração com as crianças e os pais, bem como os pais e mães."

Quilômetros foram percorridos para chegar ao local da escola, onde o governador, acompanhado do secretário de Educação, José Filho, deputados de Manaus, Amazonas e outras diversas autoridades civis e militares, o governador chegou ao local das obras para prestigiar a inauguração, em comemoração

vivo, ficaria extremamente feliz em ver o trabalho que o governador Gilberto Mendes vem realizando em todo o Estado, e mais particularmente, pela atenção aos bairros de Petrópolis São Francisco e áreas vizinhas, com a construção desta belíssima obra, de grande importância para a educação das crianças e jovens."

Já o comandante da Polícia Militar, coronel Antônio Gomes Brandão, o GM-3 de Petrópolis trazia uma antiga dívida do Estado com a Polícia Militar que no passado cobria as instalações do antigo Exército Brasileiro. "Tudo isso para que a rede estadual de ensino abrigasse a educação de crianças e jovens, educação formal, atendimento médico, assistência e promoção — das atividades esportivas, recreativas e recreativas."

O governador também fez o lançamento da obra e do documento de sua criação no Estado do Amazonas. "A transformação do nosso Estado para a conquista do desenvolvimento só pode ser

militária, por reconhecer a importância desta obra para nossa sociedade".

Seminários locais O trabalho desenvolvido no âmbito de educação foi também o tema do discurso do governador. "A transformação do nosso Estado para a conquista do desenvolvimento só pode ser

militária, por reconhecer a importância desta obra para nossa sociedade".

O governador também fez o lançamento da obra e do documento de sua criação no Estado do Amazonas. "A transformação do nosso Estado para a conquista do desenvolvimento só pode ser

Seas beneficia população carente

O trabalho realizado pelo governo de João Faria Mendes, através do Departamento de População, tem sido muito frutífero para a população carente do Estado. O trabalho realizado pelo governo de João Faria Mendes, através do Departamento de População, tem sido muito frutífero para a população carente do Estado. O trabalho realizado pelo governo de João Faria Mendes, através do Departamento de População, tem sido muito frutífero para a população carente do Estado.



Trabalhadores em uma fábrica. O trabalho realizado pelo governo de João Faria Mendes, através do Departamento de População, tem sido muito frutífero para a população carente do Estado.

Trabalhadores em uma fábrica. O trabalho realizado pelo governo de João Faria Mendes, através do Departamento de População, tem sido muito frutífero para a população carente do Estado.

Lábrea

GM fará entrega de escolas no interior

Esta semana, o governador Gilberto Mendes inaugura uma nova importante obra de caráter educacional, mais na região de Lábrea e Tefe. Na segunda-feira, o governador inaugura a escola GM-3 de Lábrea, inaugurando o primeiro de 15 escolas-modelo GM-3 que estão sendo construídas pelo Governo do Estado no interior, a escola estadual "Thomé de Mattos Raposo" no município de Lábrea.



Construção da escola de modelo modelo inaugurada nesta data

Esta semana, o governador Gilberto Mendes inaugura uma nova importante obra de caráter educacional, mais na região de Lábrea e Tefe. Na segunda-feira, o governador inaugura a escola GM-3 de Lábrea, inaugurando o primeiro de 15 escolas-modelo GM-3 que estão sendo construídas pelo Governo do Estado no interior, a escola estadual "Thomé de Mattos Raposo" no município de Lábrea.

Esta semana, o governador Gilberto Mendes inaugura uma nova importante obra de caráter educacional, mais na região de Lábrea e Tefe. Na segunda-feira, o governador inaugura a escola GM-3 de Lábrea, inaugurando o primeiro de 15 escolas-modelo GM-3 que estão sendo construídas pelo Governo do Estado no interior, a escola estadual "Thomé de Mattos Raposo" no município de Lábrea.

Esta semana, o governador Gilberto Mendes inaugura uma nova importante obra de caráter educacional, mais na região de Lábrea e Tefe. Na segunda-feira, o governador inaugura a escola GM-3 de Lábrea, inaugurando o primeiro de 15 escolas-modelo GM-3 que estão sendo construídas pelo Governo do Estado no interior, a escola estadual "Thomé de Mattos Raposo" no município de Lábrea.

Espea encerra inscrição de concurso

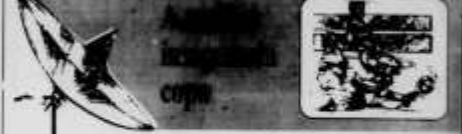
A Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas (Espea), encerra na última sexta-feira o prazo para inscrição dos candidatos ao concurso público para admissão de servidores na Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosasa), para os cargos de nível superior.

Segundo a direção da Espea, 63 candidatos fizeram suas inscrições e vão disputar as três vagas oferecidas para advogado, psicólogo e assistente social, tendo o último-mais procurado com 33 candidatos — 18 candidato farão concurso para advogado e 13 para

psicólogo. A partir de segunda-feira, começa o período de inscrições para os cargos de nível médio (segundo grau), no horário comercial na sede do Espaço, localizada na rua Real, no mesmo complexo da Secretaria de Estado da Administração.

GT-SAT

ANTENAS PARABÓLICAS



100% alumínio

GT-SAT Antenas Parabólicas inaugura sua nova loja e oferece preços especiais

20% DE DESCONTO À VISTA

AV. CASTELO BRANCO, 1113 - 233-0716
FILIAIS: PARINTINS, AV. PAES DE ANDRADE, Nº 146 - FONE: 333-1013
MAUES, FONE: 342-1733
REPRESENTAÇÕES: URCARA, FONE: 571-1222
SHAMUNDA, FONE: 534-1222
ATENÇÃO: USE O SEU CHEQUE PRÉ-DATADO NA GT-SAT. VOCÊ FAZ O SEU PLANO DE PAGAMENTO!

ANEXO E – MATÉRIA DO JORNAL DO COMÉRCIO SOBRE A SAÚDE BUCAL NO CMPM

A6 - Sexta-feira, 28 de maio de 1999

Jornal do Comércio

Cidade

Saúde bucal atinge índice no CMPM-AM

Livramento elevado ao final de um período repleto que o Serviço de Atendimento Odontológico do Colégio Militar de Polícia Militar vem obtendo resultados excelentes positivos em suas atividades preventivas. Superando-se as metas em atendimento pela avaliação, os dados indicam que as ações realizadas pela Organização Municipal de Saúde - OMS, para o ano 2000 estão plenamente atingidas, colocando o Atendimento como destaque na área de saúde bucal.



O dentista, Marcelo Roberto Rodrigues, passou por um treinamento avançado em odontologia preventiva em saúde bucal.

Classe pelo Distrito LII nº 13.111, do Colégio Militar de Polícia Militar suas atividades em fevereiro de 1998. O Serviço de Atendimento Odontológico foi implantado em 3 de maio do mesmo ano, iniciando suas atividades no mesmo mês. Foi dada prioridade para a parte preventiva e educativa, com um programa de palestras sobre higiene oral, alimentação, supervisão, e técnicas de fluorinação, dentígrafos nos alunos de 1ª e 4ª série do Ensino Fundamental. Nestes quatro anos de atividade o serviço odontológico do Colégio Militar de

Polícia Militar. O atendimento odontológico preventivo em saúde bucal tem incluído programas preventivos com uso de dentiflúor fluorado, técnicas de escovação e orientação quanto ao uso correto da escovação para a saúde. Além de cuidar preventivamente dos alunos, o Serviço Odontológico também atende pacientes adultos e seus dependentes, com tratamento restaurador e programas ortogonais.

Marcelo

polícia. O índice de saúde bucal foi confirmado por levantamento epidemiológico de saúde bucal realizado no Colégio Militar em novembro do ano passado. O índice CPO-D de saúde bucal alcançou total de pontos positivos, podendo ser classificado em uma situação indicada e observado em um grupo de indivíduos. Os levantamentos também permitiu uma triagem dos alunos necessitados de tratamento odontológico.

De acordo com o sistema OMS, a Organização Mundial de Saúde - OMS e a Federação Dentária Brasileira - FDB, estabelecem como meta o ser atingido até o ano 2000 um índice de saúde bucal de 12 anos. Porém, devido ao levantamento realizado em 2000, os índices apresentados para as diferentes séries da OMS e da FDB deverão ser corrigidos no Colégio Militar, confirmando assim o sucesso da saúde bucal, assim o tratamento

Prefeitura participa do Comitê Contra Fome

Um após o outro, os comitês de combate à fome e à miséria passaram a ser criados em Aracaju, com a participação das secretarias de Saúde, Assistência Social, Trabalho e Ação Comunitária. O Comitê Municipal de Combate à Fome, criado em maio de 1998, sob a liderança do secretário de Saúde, Dr. Roberto Rodrigues, que também atua como presidente do Comitê Municipal de Combate à Fome, é o primeiro a ser criado. O Comitê Municipal de Combate à Fome, criado em maio de 1998, sob a liderança do secretário de Saúde, Dr. Roberto Rodrigues, que também atua como presidente do Comitê Municipal de Combate à Fome, é o primeiro a ser criado. O Comitê Municipal de Combate à Fome, criado em maio de 1998, sob a liderança do secretário de Saúde, Dr. Roberto Rodrigues, que também atua como presidente do Comitê Municipal de Combate à Fome, é o primeiro a ser criado.

Objetivo

O Comitê Municipal de Combate à Fome, criado em maio de 1998, sob a liderança do secretário de Saúde, Dr. Roberto Rodrigues, que também atua como presidente do Comitê Municipal de Combate à Fome, é o primeiro a ser criado. O Comitê Municipal de Combate à Fome, criado em maio de 1998, sob a liderança do secretário de Saúde, Dr. Roberto Rodrigues, que também atua como presidente do Comitê Municipal de Combate à Fome, é o primeiro a ser criado.

Novas tecnologias na área de embalagens

A FUCAP está desenvolvendo esforços para tornar as embalagens e recipientes mais seguros e saudáveis. As embalagens mais modernas são aquelas que oferecem maior proteção ao conteúdo e maior facilidade de uso.

As novas tecnologias na área de embalagens envolvem o uso de materiais mais resistentes e a adoção de processos de fabricação mais avançados. Isso resulta em produtos mais duráveis e seguros para o consumidor.

Os produtos desenvolvidos pela FUCAP são destinados a atender as necessidades de diversos setores, desde a indústria até o comércio varejista.

Vice-presidente do educandário fica satisfeita com a reforma

Elisângela, vice-presidente do educandário, ficou satisfeita com a reforma realizada no espaço físico da instituição. Ela destacou a importância da melhoria das condições de ensino e aprendizagem.

A reforma do educandário foi realizada com o objetivo de proporcionar um ambiente mais agradável e funcional para os alunos. As obras incluíram a troca de móveis, a pintura das paredes e a melhoria da infraestrutura elétrica.

Elisângela agradece a dedicação de todos os envolvidos no processo de reforma e espera que os alunos aproveitem o novo espaço.

Advertisement for 'CASAS DO CLORO' featuring various aluminum and imported furniture sets, including dining tables, chairs, and sofas. The text includes 'Móveis em alumínio' and 'Móveis Importados'.

Advertisement for 'Piscinas de Vinil' (Vinyl Pools) showing different pool models and sizes. It includes contact information for the company.

JR Infotel

Advertisement for 'JR Infotel' services, including professional assistance with computers, internet access, and software installation. It lists various services and contact details.

Portões de Alumínio

Advertisement for 'Portões de Alumínio' (Aluminum Gates) featuring various gate models and sizes. It includes contact information for the company.

Loja 1: Rua do Comércio, 8, 96, Conjunto Castelo Branco, Pq. 13, Fone: 840-3238

Loja 2: Av. Pedro Tulio, 1005, Lajes 4142, La. San Marchi, Fone: 828-2502

Loja 3: Central de Assistência Técnica, Rua Manoel, 80 Praça Chile - Adolphopolis, Fone: 322 - 3432

Site: www.casasdocloro.com.br

Atendimento: Duquesa Capoteira, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100

ANEXO F – MATÉRIA DO JORNAL DO COMÉRCIO SOBRE INAUGURAÇÃO DE ESCOLA-MODELO GM-3

Terça-feira, 01 de Março de 1994

cidade

JORNAL DO COMÉRCIO

Ministro inaugura escola-modelo GM-3

Hingel atestou a política educacional desenvolvida no Estado

O governador Gilberto Moreira Hingel venceu dois dos maiores desafios de sua gestão no Brasil: a política educacional e a política de saneamento básico. A inauguração da escola-modelo GM-3, no bairro São José II, na zona Leste de Manaus, é o primeiro ato de uma política educacional desenvolvida pelo governador Gilberto Moreira Hingel, salientando que a Secretaria de Educação, sob o comando do secretário de Estado José Filho, vem desenvolvendo um processo de governo, com o Estado participando e sua parte, "como acontece no Amazonas", afirmou o ministro.

Governador Gilberto Moreira Hingel e o secretário de Educação, José Filho, comemorando a inauguração da escola GM-3.

Na cerimônia, o diretor-presidente do grupo empresarial CCE, Isaac Svirner, lamentou que a escola de seu nome para comemorar o aniversário de 100 anos da CCE da Amazônia, não tenha sido inaugurada. O governador Moreira Hingel, acompanhado do secretário de Educação, José Filho, fez um discurso em nome do governador Moreira Hingel, salientando que a Secretaria de Educação, sob o comando do secretário de Estado José Filho, vem desenvolvendo um processo de governo, com o Estado participando e sua parte, "como acontece no Amazonas", afirmou o ministro.

que em sua discursão deu ênfase ao fato de que a escola GM-3, inaugurada no bairro São José II, na zona Leste de Manaus, é o primeiro ato de uma política educacional desenvolvida pelo governador Moreira Hingel, salientando que a Secretaria de Educação, sob o comando do secretário de Estado José Filho, vem desenvolvendo um processo de governo, com o Estado participando e sua parte, "como acontece no Amazonas", afirmou o ministro.

A inauguração da escola GM-3, "Isaac Svirner", em homenagem ao empresário, ocorreu em um momento de grande importância para o Estado, salientando que a Secretaria de Educação, sob o comando do secretário de Estado José Filho, vem desenvolvendo um processo de governo, com o Estado participando e sua parte, "como acontece no Amazonas", afirmou o ministro.

SO Amazonas está fazendo o melhor pela educação das crianças e dos jovens, comprovado nos resultados alcançados logo depois de obras que estão sendo feitas pelo governador Moreira Hingel. A declaração é do ministro da Educação, Mário Hingel, que visitou ontem obras de construção da Escola Estadual GM-3, no bairro São José II, na zona Leste de Manaus, juntamente com o governador e o secretário de Educação, José Filho.

A Escola Especial "Mestre João" também está sendo construída no bairro de Manaus. O governador Moreira Hingel, acompanhado do secretário de Educação, José Filho, fez um discurso em nome do governador Moreira Hingel, salientando que a Secretaria de Educação, sob o comando do secretário de Estado José Filho, vem desenvolvendo um processo de governo, com o Estado participando e sua parte, "como acontece no Amazonas", afirmou o ministro.

Buffet "O AMOR É DOCE"

Formas doces, salgadinhos, bolos, frutas frescas e flores para aniversários, casamentos e festas em geral.

Telefone: 233-7911 (diária com Maria das Graças)

Governador executa plano decenal

A importância que o governador Gilberto Moreira Hingel tem dado à educação, como uma das principais prioridades de sua administração e a execução do Plano Decenal Educação Para Todos, abrangendo toda a extensão do país, foram os destaques do discurso do ministro Mário Hingel, em sua inauguração das obras instaladas do Centro de Treinamento Paulo Amador, no bairro São José II, na zona Leste de Manaus, acompanhado do governador Gilberto Moreira Hingel e do ministro-relembrou ainda as várias obras que estão sendo realizadas em Capang e no interior.

Construído há 19 anos, o Capang é uma unidade de Saúde que se tornou no longo desse período, uma das principais estruturas de apoio às atividades de tratamento, reabilitação e pesquisa para professores e

estudantes da área de Educação, de capital e recursos, servindo também a comunidade do Japim e outras entidades religiosas e de trabalho. A estrutura do Centro para reabilitação de professores, congressos estaduais e regionais.

Aproveitando período de acesso do Sistema Estadual de Ensino, o governador Moreira Hingel determinou a recuperação total do prédio e a construção de obras de adaptação nas dependências. Os sete blocos do Capang, onde funcionam as três áreas de atendimento, com um total de 35 apartamentos, as salas de treinamento, biblioteca, auditório com capacidade para 215 pessoas, salas de reunião, dependências administrativas, área de lazer e recreação, refeitório e cozinha e quadra de esporte, foram totalmente

MVIDI

MVIDI - MARKETING VISUAL DIRETO

SUPER OFF ROAD

MEU 300

DOCAL (MORABR)

OS BRINQUEDOS EDUCAM SEUS FILHOS

EDUCAM SEUS FILHOS

LIGUE 233-7124

CASAS PRONTAS PARA MORAR

Compre hoje mesmo a sua C2 qtos. al. cor., banh., ter. 8x25.

Entrega de chave em 45 dias.

Local: Jorge Teixeira, próx. à Grande Circular, supermercados, ônibus, escola etc.

Entrada: 422 mil, prest. a partir de 28 mil.

Financiamento em 5 anos, diretamente pela Construtora. Use o seu FGTS.

M. INF. R. COSTA AZEVEDO, Nº 106 - ALTOS-CENTRO

FONE: 234-3450 (FAX) E 233-6171

BOCA DO LIVRO

GRANDE ESTOQUE DE LIVROS EM LIQUIDAÇÃO

VENDAS NO ATACADO E VAREJO

VENHA CONFERIR SEM COMPROMISSO

Av. Joaquim Nabuco 1401, entre 10 de Julho e Ramos Ferreira, atendimento até às 20 horas.

FAMILY ALBUM, U.S.A. VÍDEO MÉTODO RECOMENDADO PELA UNITED STATES INFORMATION AGENCY

SE VOCÊ NÃO PODE APRENDER INGLÊS MORANDO NA CASA DE UMA FAMÍLIA AMERICANA, TRAGA A FAMÍLIA AMERICANA PARA MORAR EM SUA CASA!

12 FITAS DE VÍDEO
FITAS DE ÁUDIO
1 LIVRO-PICHIARDO
1 BOLA

PROMOÇÃO 10% DE DESCONTO

LANÇAMENTO

NOVO ENDEREÇO: Av. Joaquim Nabuco, 1401 (entre 10 de Julho e Ramos Ferreira) FONE: 233-7197

AMAZON ECOLPARK

AMAZÔNIA EM UM SOLO LUGAR

VENHA CONHECER O ÚNICO PARQUE ECOLÓGICO DE SUA CIDADE

O AMAZON ECOLPARK possui 300 hectares de área verde localizada no Igarapé do Tarumã, mais de 200 animais amazônicos em total liberdade, 5 km de picadas na mata, inúmeros igarapés, curso de sobrevivência na selva, passeios de canoa, restaurante panorâmico, praia particular e muito mais.

Passeios diários saindo às 08:00 h e 14:30 h (verão). Descontos especiais para residentes em Manaus.

Nosso programa inclui passeio de barco até o parque (40 min), visita à floresta dos macacos, anfíbio, caminhada na selva com mimocurso de sobrevivência, passeios de canoa, almoço, lazer na praia (banho, jogos diversos etc.).

FAÇA SUA RESERVA, JÁ. MAIORES INFORMAÇÕES PELOS FONES: 234-0939 E 822-1033, Fax: 633-3170

ANEXO G – LEI 3514/2010, DISPÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS



TÍTULO I

GENERALIDADES

CAPÍTULO ÚNICO DA DESTINAÇÃO, HIERARQUIA, COMPETÊNCIA E SUBORDINAÇÃO.

Art. 1.º A Polícia Militar do Amazonas, força pública estadual, auxiliar e reserva do Exército. É uma instituição permanente, organizada com base na hierarquia e na disciplina militar, instituída para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, e a garantia do exercício dos poderes constituídos no âmbito do Estado do Amazonas.

Art. 2.º A hierarquia na Polícia Militar do Amazonas obedece à seguinte ordem:

I - Oficiais de Polícia: militares estaduais de nível superior dos seguintes postos:

- a) Coronel;
- b) Tenente Coronel;
- c) Major;
- d) Capitão;
- e) Primeiro Tenente;
- f) Segundo Tenente;

II - Praças Especiais de Polícia: militares estaduais de nível superior, em formação, das seguintes graduações:

- a) Aspirante;
- b) Aluno Oficial 3;
- c) Aluno Oficial 2;
- d) Aluno Oficial 1;

III - Praças de Polícia: militares estaduais de nível médio, das seguintes graduações:

- a) Subtenente;
- b) Primeiro Sargento;
- c) Segundo Sargento;
- d) Terceiro Sargento;
- e) Cabo;
- f) Soldado PM 1.ª Classe;

Parágrafo único. A Diretoria de Comunicação Social está assim organizada:

- I - Diretor;
- II - Subdiretor;
- III - Seção de Relações Públicas (DCS/1);
- IV - Seção de Imprensa (DCS/2);
- V - Seção de Marketing e Eventos (DCS/3);
- VI - Seção de Expediente (DCS/4).

Art. 30. A Diretoria de Justiça e Disciplina (DJD) é o órgão de Direção Setorial responsável pelo controle da disciplina na Corporação, subordinada diretamente ao Subcomandante Geral e tem a seu cargo a execução das atividades de Polícia Judiciária Militar e dos Procedimentos Administrativos Disciplinares da Corporação.

Parágrafo único. A Diretoria de Justiça e Disciplina está assim organizada:

- I - Diretor;
- II - Subdiretor;
- III - Seção de Transgressões Disciplinares (DJD/1);
- IV - Seção de Ilícitos Penais (DJD/2);
- V - Seção de Recursos Disciplinares (DJD/3);
- VI - Seção de Expediente (DJD/4).

CAPÍTULO III CONSTITUIÇÃO, SUBORDINAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DE APOIO

Art. 31. Os órgãos de apoio compreenderão:

- I - órgão de apoio de ensino, subordinados à Diretoria de Treinamento e Capacitação:
 - a) Academia de Polícia Militar (APM);
 - b) 1.º Colégio Militar da Polícia Militar (1.º CMPM);
 - c) 2.º Colégio Militar da Polícia Militar (2.º CMPM);
 - d) Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP);
 - e) Centro de Treinamento de Técnica Policial Militar (CTPM);
 - f) Centro de Treinamento Físico Militar (CTFM);
 - g) Centro de Formação de Condutores (CFC);
 - h) Centro de Treinamento em Tiro Policial (CTP);
- II - órgãos de apoio de promoção social, subordinados à Diretoria de Promoção Social:
 - a) Centro de Assistência Social (CAS);
 - b) Centro de Apoio Jurídico (CAJ);
 - c) Creche e Pré-Escola Infante Tiradentes;
- III - órgão de apoio logístico, subordinados à Diretoria de Apoio Logístico:
 - a) Centro de Suprimento (CS);
 - b) Centro de Manutenção de Material Bélico (CMMB);
 - c) Centro de Telemática (CTel);

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS



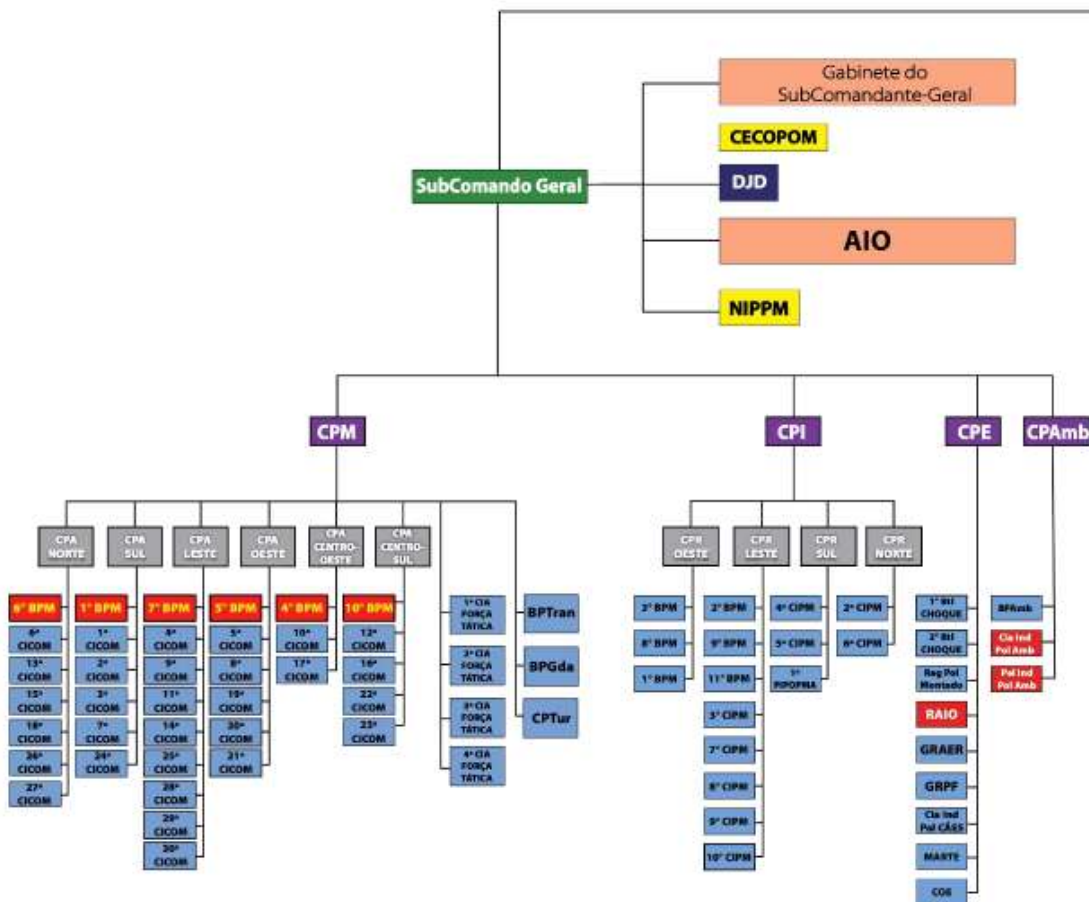
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1ª Edição
Manaus/AM

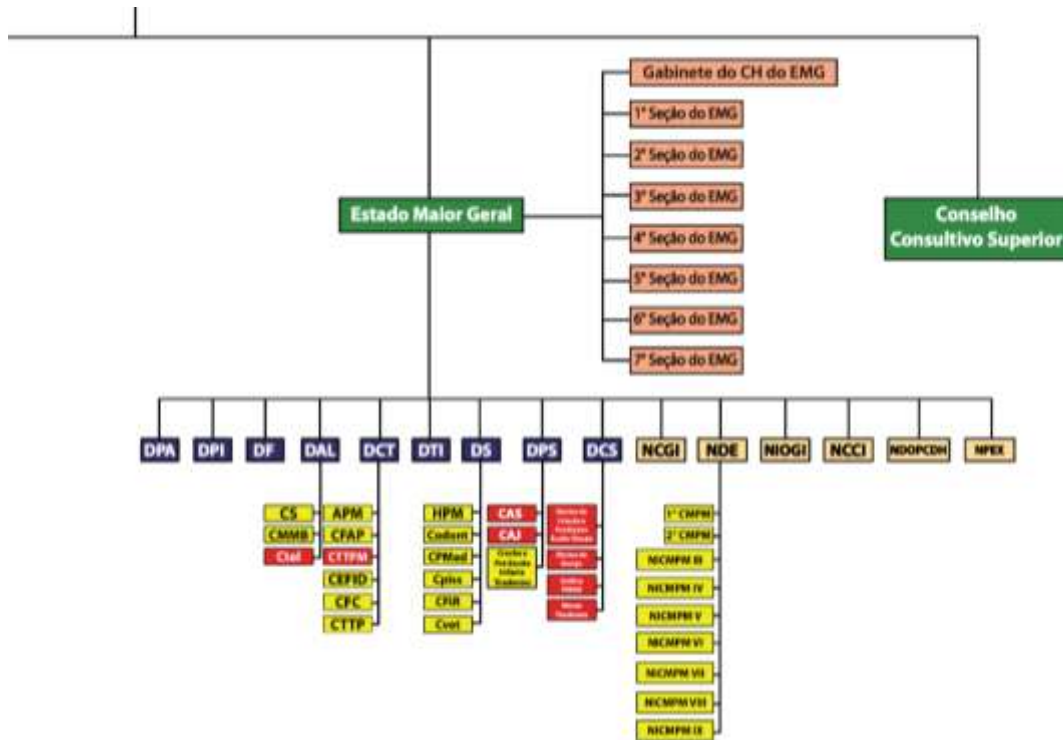
2023-2032



Quadro I: Organo



ograma Geral da PMAM



Legenda:

- Órgão de Direção Geral - 04
- Órgão de Assessoramento - 16
- Órgão de Direção Setorial - 10
- Órgão de Direção Setorial a incluir na LOB - 06
- Órgão de Apoio - 19
- Órgão de Apoio a incluir na LOB - 08
- Órgão de Execução (Estado Comando) - 04
- Órgão de Execução (Comando Intermediário) - 10
- Órgão de Execução (Unidade Operacional) - 41
- Órgão de Execução a incluir na LOB - 01
- OPA's / UADMA Desativadas - 17

- DAL** - Diretoria de Apoio Logístico
- DPI** - Diretoria de Pessoal Inativo
- DF** - Diretoria de Finanças
- DCT** - Diretoria de Capacitação e Treinamento
- DPA** - Diretoria de Pessoal
- DPS** - Diretoria de Promoção Social
- DTI** - Diretoria de Tecnologia da Informação
- DS** - Diretoria de Saúde
- DCS** - Diretoria de Comunicação Social
- DJD** - Diretoria de Justiça e Disciplina
- NIPP** - Núcleo de Implantação de Projeto Policial Militar
- CPTur** - Companhia de Policiamento Turístico
- NCGI** - Núcleo de Controladoria Geral Interno
- NDE** - Núcleo de Diretoria de Estrat.
- NIOGI** - Núcleo de Implantação de Ovidona Geral
- NCCI** - Núcleo de Controladoria Central de Inteligência
- NDOPCDH** - Núcleo de Implantação da Diretoria de Operações Policia Comunitária e Direitos Humanos
- MPX** - Núcleo de Projetos Executivos

Observações:

1. Total de Órgãos carentes na LOB 2010 = 130.
2. Total de Órgãos a incluir na LOB (Dn, Set, Dn+ Apo/Dn + Exe 031) = 17
3. Organograma feito conforme a Lei de Organização Básica da PMARRJ (LOB, Lei Nº 3.314, de 08 de Junho de 2010).
4. Posta a vigiar os CMA, CENTRO-SUL, CMA CENTRO-OESTE, 1ª a 30 CCOMs, e IPTem conforme a Lei Nº 3.715, de 15 FEV 2012, publicado na BGO nº 034 de 23FEV2012.
5. MARTE - Conforme publicado no BGO nº60 de 22AGO2008.
6. COE - Conforme publicado no BGO nº09 de 09FEV2012.
7. CPTur - Conforme publicado no BGO nº029 de 09FEV2012.
8. O Museu Tralentes está sobre administração da EC, conforme BGO nº 029 de 09FEV2012.
9. NPPM - Conforme publicado no BGO nº2018 de 19NOV2013.
10. NCGI - Conforme publicado no BGO nº072 de 19ABR2018.
11. NDE - Conforme publicado no BGO nº072 de 19ABR2018.
12. NCCI - Conforme publicado no BGO nº072 de 19ABR2018.
13. Núcleo do CPMPII ao 04 - conforme publicado no BGO nº003 de 22MAI2018.
14. NCFEO - Conforme publicado no BGO nº 791 de 10OUT2019.
15. NDOPCDH - Conforme publicado no BGO nº199 de 22OUT2019.
16. NIOGI - Conforme publicado no BGO nº069 de 29MAR2019.
17. NCAI - Conforme publicado no BGO nº057 de 25MAR2021.
18. MPX - Conforme publicado no BGO nº171 de 13SET2021.
19. Os NCMPIV6 estão subordinados ao NDE conforme BGO nº003 de 22MAI2018.
20. AIO - Conforme publicado no BGO nº237 de 27DEZ2021.
21. AO - Conforme publicado no BGO nº034 de 09FEV2022.

Meta IV: Atualizar 100% dos manuais e doutrinas da corporação produzidos até dezembro de 2032.

FINALIDADE	AÇÃO	SETOR (ES) ENVOLVIDO
Atualizar documentos considerados doutrinas e Manuais produzidos e alocados no reservatório no sítio da PMAM	Atualização de Manuais e Doutrinas catalogados no site da PMAM	PM-1

Meta V: Buscar Pessoa Jurídica sem fins lucrativos para promoção da qualidade de vida do Policial Militar, até dezembro de 2024.

FINALIDADE	AÇÃO	SETOR (ES) ENVOLVIDO
Buscar pessoa jurídica para promoção da qualidade de vida do policial militar	Criar pessoa jurídica sem fins lucrativos	PM-6

Meta VI: Regularizar e regulamentar as unidades escolares e pré-escolares da PMAM por meio de Regimento Interno até dezembro de 2032.

FINALIDADE	AÇÃO	SETOR (ES) ENVOLVIDO
Promover a regulamentação institucional das unidades policiais no âmbito interno da PMAM	Regulamentação das unidades de ensino da PMAM	NDE

Meta VII: Instituir Processo Seletivo nas Unidades Escolares da PMAM, bem como critérios de inclusão nas unidades pré-escolares até dezembro de 2023.

FINALIDADE	AÇÃO	SETOR (ES) ENVOLVIDO
Criar critérios de inclusão e promover processo seletivo para acesso e permanência nas unidades de ensino da PMAM	Implementação de Processo Seletivo nas Unidades Escolares da PMAM	NDE

Meta VIII: Encerrar a oferta do Ensino Pré-Escolar na Unidade da Nilton Lins até dezembro de 2024.

FINALIDADE	AÇÃO	SETOR (ES) ENVOLVIDO
Encerrar as atividades da unidade de ensino pré-escolar na estrutura da Universidade Nilton Lins	Encerramento da oferta do Ensino Pré-Escolar na Unidade da Nilton Lins	NDE

Meta IX: Encerrar a oferta do Ensino Fundamental I nas unidades Escolares da PMAM.

FINALIDADE	AÇÃO	SETOR (ES) ENVOLVIDO
Promover o encerramento da oferta do Ensino Fundamental I nas Unidades de ensino da PMAM	Encerramento da oferta do Ensino Fundamental I	NDE

Meta X: Implementar Programa de Gestão Educacional voltado para o resultado em 100% das unidades escolares da PMAM até dezembro de 2030.

FINALIDADE	AÇÃO	SETOR (ES) ENVOLVIDO
Alcançar melhores resultados por meio de Programa de Gestão Educacional	Implementação de Programa de Gestão Educacional	NDE



**Apêndice A: Quadro Expandido das Ações Estratégicas
do Planejamento Estratégico da PMAM 2023-2032**

EIXO I: GESTÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1	META	SETOR (RES) ENVOLVIDOS
Otimizar os procedimentos e processos referentes à elaboração, execução, monitoramento e controle dos projetos e processos da corporação, além de implantar Gestão por resultados.	Meta I: Regularizar o funcionamento do Núcleo de Controladoria Interno da PMAM, até dezembro de 2023.	Controladoria
	Meta II: Implantar Programa de Gestão pela Qualidade na PMAM, até dezembro de 2024.	Controladoria
	Meta III: Implantar Programa de melhoria de imagem institucional até dezembro de 2032.	PM 5
	Meta IV: Atualizar 100% dos manuais e doutrinas da Corporação até dezembro de 2032.	PM 1
	Meta V: Buscar Pessoa Jurídica sem fins lucrativos para promoção de qualidade de vida do Policial Militar até dezembro de 2024	PM 6

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2	META	SETOR (RES) ENVOLVIDOS
Reformular as Unidades escolares e pré-escolares da PMAM	Meta VI: Regularizar e regulamentar as unidades escolares e pré-escolares da PMAM por meio de Regimento Interno até dezembro de 2032	NDE
	Meta VII: Instituir Processo Seletivo nas Unidades Escolares da PMAM, bem como critérios de inclusão nas unidades pré-escolares até dezembro de 2023.	

	<p>Meta VIII: Encerrar a oferta do Ensino Pré-Escolar na Unidade da Nilton Lins até dezembro de 2024</p>	
	<p>Meta IX: Encerrar a oferta do Ensino Fundamental I nas Unidades Escolares da PMAM</p>	
	<p>Meta X: Implementar programa de gestão educacional voltado para o resultado em 100% das unidades escolares da PMAM até dezembro de 2030.</p>	

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3	META	SETOR (RES) ENVOLVIDOS
Fortalecer as atividades de inteligência, ouvidoria e corregedoria da PMAM	Meta XI: Realizar regulamentação dos núcleos e atividades de inteligência, corregedoria e ouvidoria da PMAM, até dezembro de 2032	PM 1

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4	META	SETOR (RES) ENVOLVIDOS
Aperfeiçoar a gestão de ativos provenientes da atuação de persecução penal em caso de prática e/ou financiamento de crimes, de atos de improbidade administrativa e de ilícitos penais apurados e promover a sua destinação.	Meta XII: Regulamentar a gestão de ativos provenientes da atuação de persecução penal em caso de prática e financiamento de crimes, de atos de improbidade administrativa e de ilícitos apurados e promover a sua destinação até 2024.	PM 1

